


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALEXANDRA PADILHA BUENO



INTELECTUAIS BRASILEIRAS E SEUS PROJETOS FORMATIVOS
PARA A EMANCIPAÇÃO DA MULHER: A PEDAGOGIA FEMINISTA EM
DISPUTA (1910-1940)

CURITIBA
2019

ALEXANDRA PADILHA BUENO

INTELECTUAIS BRASILEIRAS E SEUS PROJETOS FORMATIVOS
PARA A EMANCIPAÇÃO DA MULHER: A PEDAGOGIA FEMINISTA EM
DISPUTA (1910-1940)

Tese apresentada ao curso de Pós-graduação em Educação, Linha de História e Historiografia da Educação, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo
Vieira

CURITIBA
2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584

Bueno, Alexandra Padilha.

Intelectuais brasileiras e seus projetos formativos para a
emancipação da mulher : a pedagogia feminista em disputa (1910-
1940) / Alexandra Padilha Bueno. – Curitiba, 2019.
279 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira

1. Educação – Brasil – História. 2. Educação feminina. 3. Direitos da
mulher. 4. Feminismo – Brasil. 5. Mulheres intelectuais – Brasil. I. Título.
II. Universidade Federal do Paraná.



UFPR

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE EDUCACAO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **ALEXANDRA PADILHA BUENO**, intitulada: **INTELECTUAIS BRASILEIRAS E SEUS PROJETOS FORMATIVOS PARA A EMANCIPAÇÃO DA MULHER: A PEDAGOGIA FEMINISTA EM DISPUTA (1910-1940)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

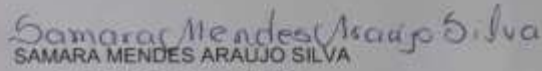
Curitiba, 29 de Março de 2019.


CARLOS EDUARDO VIEIRA
Presidente da Banca Examinadora

EVELYN DE ALMEIDA ORLANDO
Avaliador Externo (PUC/PR)


MARCUS AURELIO TABORDA DE OLIVEIRA
Avaliador Externo (UFMG)


DULCE REGINA BAGGIO OSINSKI
Avaliador Interno (UFPR)


SAMARA MENDES ARAUJO SILVA
Avaliador Externo (UFPR)

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho às mulheres da minha vida. Reais, ficcionais, vivas ou não que, de geração em geração, puxaram os fios dos bastidores e me ajudaram a compor as tramas de uma história ainda pouco contada.

Em especial: à amada avó Constância e à querida mãe Amélia. Às minhas cúmplices: irmãs Thaís e Naara e a todas as amigas-irmãs.

Ao meu pai Sérgio, um homem admirável, sempre uma inspiração.

AGRADECIMENTOS

Inúmeras pessoas foram fundamentais para que este trabalho viesse a lume e não poderia deixar de agradecer. A materialização desta tese é a realização de um sonho e um alívio por um dever cumprido.

Quero iniciar agradecendo a CAPES, pelo apoio financeiro nesses quatro anos, sem o qual, a realização desta tese não seria possível.

Ao meu orientador professor Dr. Carlos Eduardo Vieira, que ao longo de mais de 10 anos de orientação entre IC, mestrado e doutorado foi um apoiador incansável do meu trabalho e se tornou também um amigo.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, em particular aos professores e professoras da Linha de História e historiografia da Educação, que acompanham minha trajetória de pesquisadora desde o mestrado e a quem devo muito da minha formação como historiadora da educação: Dra. Gizele de Souza, Dr. Claudio Machado, Dra. Liane Bertucci, Dra. Nádya Gaioffato Gonçalves, Dr. Marcus Levy Bencostta.

Ao professor Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira e às professoras Dra. Dulce Regina Baggio Osinski, Dra. Samara Mendes Araújo Silva, que compuseram a banca de qualificação, pela leitura criteriosa e pelas sugestões e orientações que acolhi na medida do possível nesta etapa final de escrita. À professora Dra. Evelyn de Almeida Orlando por ter aceito o convite a participação desta banca final.

Aos amigos e amigas que compartilharam das alegrias e angústias que acompanharam a escrita desta tese. Em particular as colegas de turma de doutorado Daniela Pedroso e Franciele França pelo apoio nos momentos difíceis. Aos amigos e amigas do GPHIE, grupo de pesquisa que tem sido fundamental para minha formação como pesquisadora, mas que também foi um espaço de afinidade e laços de amizade, Rossano Silva, Roberlayne Roballo, Graciele Melo, Andréa Cordeiro, Caroline Marach entre tantos outros que fazem e fizeram parte desse espaço de trocas e carinho. Em especial, agradeço a Silvia de Ross e Iriana Vezzani que foram duas amigas que seguraram as pontas quando eu pensei que não poderia mais seguir em frente.

Aos amigos e amigas da Escola Pedro Biscaia, a quem devo muito da minha saúde mental. Em especial a Anne Lee Fauth, minha pedagoga há 10 anos com

quem estou sempre aprendendo. Ao diretor Hector Paulo Burnagui, nem sei dizer o quanto sua ajuda e apoio foi importante para que esse trabalho se concluísse. As amigas e colegas de trabalho: Olga Kocholy, Tatiane C. Penkal Burnagui, Marcia Godinho, Giovana Paola Piletti, Josiane Furman, Maria Luiza, vocês são pessoas que admiro muito mais do que consigo expressar.

Ao Sálvio pela revisão dedicada, precisa e solícita do meu trabalho.

Aos meus familiares queridos que entenderam minha ausência em muitos momentos nesses últimos anos. Minhas irmãs, companheiras queridas e presentes – mesmo em tempos difíceis – Thais e Naara, o amor que sinto por vocês nunca tem fim. A minha avó, Constância, por seu amor incondicional, como deve ser o amor das avós. Ao meu pai Sérgio, um homem de uma força e sabedoria incríveis. A minha mãe, por seu apoio incondicional e por entender minhas escolhas.

A autoridade

Em épocas remotas, as mulheres se sentavam na proa das canoas e os homens na popa. As mulheres caçavam e pescavam. Elas saíam das aldeias e voltavam quando podiam ou queriam. Os homens montavam as choças, preparavam a comida, mantinham acesas as fogueiras contra o frio, cuidavam dos filhos e curtiam as peles de abrigo.

Assim era a vida entre os índios *onas* e os *yaganes*, na Terra do Fogo, até que um dia os homens mataram todas as mulheres e puseram as máscaras que as mulheres tinham inventado para aterrorizá-las.

Somente as meninas recém-nascidas se salvaram do extermínio. Enquanto elas cresciam, os assassinos lhes diziam e repetiam que servir aos homens era seu destino. Elas acreditaram. Também acreditaram suas filhas e as filhas de suas filhas.

(Galeano, Eduardo. *Mulheres*. L&PM, 2015)

RESUMO

O presente trabalho analisa os projetos formativos para a emancipação feminina em pauta nos debates ocorridos no início do século XX, mais especificamente, entre 1910 e 1940, período cuja conjuntura ensejou o nascimento das primeiras iniciativas de associativismo feminino/feminista no Brasil. Busca-se aqui, por meio da biografia coletiva de sete intelectuais que representaram diferentes grupos a frente de associações femininas e feministas, compreender as disputas em torno da Pedagogia Feminista e suas atuações em três grupos distintos: o Partido Republicano Feminino (PRF - 1909), a Liga Brasileira para Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM - 1919) e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF - 1922). A pesquisa examina uma base documental ampla e heterogênea, distribuída em diferentes acervos, e que é composta por: atas, teses, relatórios e pareceres, fotografias e correspondências trocadas entre as associações, suas sócias e associadas, autoridades e associações internacionais, artigos da imprensa periódica fluminense, boletins da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que circularam entre os anos de 1934 e 1936 e livros biográficos e de autoria das intelectuais estudadas. Do ponto de vista teórico, a análise se centrou na categorização de intelectuais elaborada por Carlos Eduardo Vieira, no conceito de formação cultural de Gramsci, redes de sociabilidade de Sirinelli e nas contribuições de Pierre Bourdieu com os conceitos de trajetória, campo e capital. Para compreender como os projetos foram forjados e as maneiras pelas quais se tornaram hegemônicos no período histórico marcado como baliza temporal desta tese, esse trabalho utilizou a prosopografia que permitiu a organização do estudo das trajetórias de mulheres que fizeram parte dessas iniciativas, são elas: Leolinda Daltro (1856-1935), Maria Lacerda de Moura (1887-1945), Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), Stella Guerra Duval (1879-1971), Jeronyma de Mesquita (1880-1972), Carmem Portinho (1903-2001) e Orminda Ribeiro Bastos (1899-1971). Ao longo do trabalho buscou-se demonstrar que a pedagogia feminista se estruturou a partir da ideia apregoada por essas mulheres de emancipação feminina. Destacou-se a participação de cada uma delas na construção dos sentidos atribuídos a essa emancipação e as formas de participação das mulheres nos diferentes campos de atuação na cena pública.

Palavras-chave: Feminismo; Educação feminina; Projeto formativo; Emancipação feminina; História da Educação.

ABSTRACT

The present work analyzes the formative projects for feminine emancipation in the debates in the early twentieth century, more specifically between 1910 and 1940, a period whose conjuncture led to the birth of the first initiatives of feminist / feminist associativism in Brazil. Through the collective biography of seven intellectuals representing different groups at the forefront of feminist and feminist associations, one can understand the disputes surrounding Feminist Pedagogy and its actions in three distinct groups: the Partido Republicano Feminino (Republican Female Party) (PRF-1909) , the Liga Brasileira para Emancipação Intelectual da Mulher (Brazilian League for the Emancipation of Women) (LEIM - 1919) and the Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (Brazilian Federation for Women 's Progress) (FBPF - 1922). The research examines a broad and heterogeneous documentary base, distributed in different collections, which is composed of: minutes, theses, reports and opinions, photographs and correspondence exchanged between associations, their members and associates, authorities and international associations, press articles periodicals in Rio de Janeiro, the Bulletins of the Brazilian Federation for Women's Progress that circulated between the years 1934 and 1936 and biographical books and authorship of the studied intellectuals. From the theoretical point of view, the analysis focused on the categorization of intellectuals elaborated by Carlos Eduardo Vieira, on the concept of cultural formation of Gramsci, networks of sociability of Sirinelli and on the contributions of Pierre Bourdieu with the concepts of trajectory, field and capital. To understand how the projects were forged and the ways in which they became hegemonic in the historical period marked as a temporal beacon of this thesis, this work used the prosopography that allowed the organization of the study of the trajectories of women who were part of these initiatives, they are: Leolinda Daltro (1856-1935), Maria Lacerda de Moura (1887-1945), Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), Stella Guerra Duval (1879-1971), Jeronyma de Mesquita (1880-1972), Carmem Portinho (1903-2001) e Ormindia Ribeiro Bastos (1899-1971). The participation of each one of them in the construction of the meanings attributed to this emancipation and the forms of participation of the women in the different fields of action in the public scene were emphasized.

Keywords: Feminism; Women's education; Formative project; Female Emancipation; History of Education.

Résumé

Le présent travail analyse les projets de formation pour l'émancipation féminine dans les débats du début du XXe siècle, plus précisément entre 1910 et 1940, période au cours de laquelle la conjoncture a donné lieu à la naissance des premières initiatives d'associativisme féministe / féministe au Brésil. Grâce à la biographie collective de sept intellectuelles représentant différents groupes à la pointe des associations féministes et féministes, on peut comprendre les différends entourant la pédagogie féministe et ses actions dans trois groupes distincts: le Parti républicain des femmes (PRF-1909), la Ligue brésilienne pour l'émancipation de la femme (LEIM - 1919) et la Fédération brésilienne pour le progrès de la femme (FBPF - 1922). La recherche examine une base documentaire large et hétérogène, répartie dans différentes collections, composée de: comptes rendus, thèses, comptes rendus et opinions, photographies et correspondances échangées entre les associations, leurs membres et associés, autorités et associations internationales, articles de presse des périodiques à Rio de Janeiro, les Bulletins de la Fédération brésilienne pour le progrès des femmes qui ont circulé entre 1934 et 1936 et des livres biographiques et la paternité des intellectuels étudiés. Du point de vue théorique, l'analyse a porté sur la catégorisation des intellectuels élaborée par Carlos Eduardo Vieira, sur le concept de formation culturelle de Gramsci, les réseaux de sociabilité de Sirinelli et sur les contributions de Pierre Bourdieu aux concepts de trajectoire, de champ et de capital. Pour comprendre comment les projets ont été forgés et comment ils sont devenus hégémoniques au cours de la période historique marquée comme un phare temporel de cette thèse, cet ouvrage a utilisé la prosopographie qui a permis l'organisation de l'étude des trajectoires des femmes qui faisaient partie de ces initiatives: Leolinda (1880-1972), Carmem Portinho (1903-1972), Maria Lacerda de Moura (1887-1945), Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), Stella Guerra Duval (1879-1971), Jeronyma de Mesquita (2001) et Orminda Ribeiro Bastos (1899-1971). La participation de chacune d'elles à la construction des significations attribuées à cette émancipation et aux formes de participation des femmes dans les différents champs d'action de la scène publique a été soulignée.

Mots-clés: féminisme; Éducation des femmes; Projet formatif; Émancipation féminine; Histoire de l'éducation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fotografia do ambiente interno do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (2016).	40
Figura 2: Declaração dos direitos da mulher e da cidadã	49
Figura 3: desenho de myrthes de campos, publicado na gazeta de noticias (1899). ..	68
Figura 4: Fotografia de Myrthes Gomes de Campos	70
Figura 5: Leolinda Daltro ao centro. Comissão do PRF em frente ao Catete	72
Figura 6: Diretoria da Legião da Mulher Brasileira.	77
Figura 7: Na Legião da Mulher Brasileira	78
Figura 8: Leolinda Daltro. 1895.	87
Figura 9: Grupo de índios Xerentes em sua chegada ao Rio de Janeiro Fotografia p&b, 1902	92
Figura 10: Mapa dos caminhos percorridos por Leolinda Daltro em sua primeira viagem (1897-1898).....	97
Figura 11: Mapa dos caminhos percorridos por Leolinda Daltro em sua segunda viagem (1899-1900).....	98
Figura 12: Fotografia de Leolinda Daltro com seus educandos em uma aula de geografia	106
Figura 13: Charge. Os índios da professora dos... outros. Litografia p&b. O Malho . Rio de Janeiro, 13 de março de 1909, p. 46.....	107
Figura 14: Fotografia de Leolinda Daltro com seus educandos indígenas.....	109
Figura 15: Recibo eleitoral de Djalma Uacumupté (1906)	110
Figura 16: Fotografia de Leolinda Daltro em aula de costura para uma indígena... ..	112
Figura 17: Escola Mixta de Santa Izabel. Fofografia p&b	117
Figura 18: Alunas da Escola Orsina da Fonseca em marcha pelo centro do Rio de Janeiro. Fotografia p&b, Rio de Janeiro, 1911.	120
Figura 19: "Tiro Feminino" da Escola Orsina da Fonseca. Fotografia p&b, Rio de Janeiro, 1917.	121
Figura 20: Aula pública de esgrima. Fotografia p&b, 1917	122
Figura 21: CHARGE. As legionárias da paz...doméstica. 1920	124
Figura 22: Charge. A Nova brigada da professora Daltro, 1920.	125

Figura 23: Mesa de honra organizada para inauguração da escola orsina da fonseca. Fotografia p&b, 1911.....	129
Figura 24: Política Feminina. Fotografia de um aspecto inauguração da Escola Orsina da Fonseca, 1911.....	129
Figura 25: Fachada da Escola Orsina da Fonseca.Fotografia p&b, 1916.....	130
Figura 26: Sala de aula da Escola Orsinda da Fonseca. Fotografia p&b, 1911	133
Figura 27: Exposição Pedagógica Escola Orsina da Fonseca. Fotografia p&b,1931	135
Figura 28: Fotografia do jornal A Noite que retrata algumas ações das sufragettes britânicas em 1910.....	137
Figura 29: Ecos das últimas eleições municipais e presidencial (Leolinda Daltro em campanha). Fotografia p&b, 1926.....	139
Figura 30: Fotografia p&b s.d. de Maria Lacerda de Moura (em pé) e sua irmã mais nova (sentada) s.d.	150
Figura 31: Fotografia p&b s.d. da Escola Normal Municipal de Barbacena.	Erro!
Indicador não definido.	
Figura 32: Fotografia p&b s.d. de Maria Lacerda de Moura e Carlos Ferreira de Moura (1905).	154
Figura 33: Fotografia p&b s.d. de Maria Lacerda de Moura em conferência no Lyceu de Artes e Ofícios pela Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher.	168
Figura 34: Fotografia p&b s.d. de Maria Lacerda de Moura.	172
Figura 35: Fotografia p&b de avião sobrevoando o Rio de Janeiro.	175
Figura 36: Bertha Lutz após o voo que lançou panfletos pelo voto feminino em 1927	176
Figura 37: Figura feminina encontra-se junto com um artigo chamado “Apelo aos pais” assinado pela União Universitária Feminina.	180
Figura 38: Figura feminina representando a Lei que acompanhava o editorial “A Federação pelo Progresso Feminino e seus fins”.	182
Figura 39: Fotografia p&b de Bertha Lutz, diretoria da FBPF e outros intelectuais no Instituto Oswaldo Cruz em 1926, durante visita da cientista Marie Curie	188
Figura 40: Fotografia p&b de perfil de Bertha Lutz (1910).....	189
Figura 41: Fotografia p&b de Adolpho Lutz e Bertha Lutz no laboratório de Manguinhos (s.d.)	190

Figura 42: Panfleto do Congresso ocorrido nos Estados Unidos que teve como representante Bertha Lutz.....	199
Figura 43: Bertha Lutz no Jardim das Princesas (Museu Nacional) após ser aprovada no.....	200
Figura 44: I Conferência Internacional Feminista no Rio de Janeiro (ao centro Carrie Chapman -USA).....	211
Figura 45: Fotografia p&b perfil de Jeronima Mesquista	212
Figura 46: Maternidade Suburbana.....	214
Figura 47: Perfil de Ormindia Bastos na década de 1920	217
Figura 48: Fotografia de Ormindia Bastos junto à outros advogados da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	219
Figura 49: Figura 36 - Perfil de Carmem Portinho datada de 1922.....	223

LISTAS DE MAPAS

Mapa 1: Associações femininas/feministas e protagonistas no início do século XX.	81
Mapa 2: Mapa biográfico Leolinda Daltro	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Conferências realizadas por Maria Lacerda de Moura em diferentes cidades	156
Tabela 2: Mulheres na formação superior	206

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

ABSF – Aliança Brasileira pelo Sufrágio Feminino

APAM – Associação Pan-Americana de Mulheres

ACF - Associação Cristã Feminina;

FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

IAUW - International Association of University Woman

IOAB – Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil

IOC – Instituto Oswaldo Cruz

IWSA – International Woman Suffrage Alliance

LEC – Liga Eleitoral Católica

LMB - Legião pela Mulher Brasileira

LEIM – Liga para Emancipação Intelectual da Mulher

LWV – League of Women Voters

NAWSA – National American Woman Suffrage Association

NUWSS – National Union of Women’s Suffrage Societies

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PRF – Partido Republicano Feminino

RN – Rio Grande do Norte

RJ – Rio de Janeiro

UPF - União Profissional Feminina

UUF – União Universitária Feminina

VFE – Voto Feminino

WSPU – Women’s Social and Political Union

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	19
1 FEMINISMOS EM MOVIMENTO E MOVIMENTOS	48
FEMINISMO: UM TERMO EM DISPUTA.....	62
2 OUTROS MOVIMENTOS: “ARREGIMENTANDO MULHERES NA SAGRADA MISSÃO PELA EMANCIPAÇÃO FEMININA”	84
2.1 PROFISSIONALIZAÇÃO, CIDADANIA E PATRIOTISMO NO PROJETO FORMATIVO PARA EMANCIPAÇÃO FEMININA DE LEOLINDA DALTRO	85
2.2 UM PROJETO DE FORMAÇÃO FEMININO PARA UMA EMANCIPAÇÃO LIBERTÁRIA: MARIA LACERDA DE MOURA (1887-1945).	148
3 “VIRIBUS UNITIS”: O MOVIMENTO FEMINISTA DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO	179
3.1 BERTHA LUTZ (1894-1971) UMA LÍDER FEMINISTA REFORMISTA	183
3.2 “UMA SUAVE E COLETIVA CONQUISTA”. A FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO E SUAS DIFERENTES COLABORADORAS.....	209
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	227
ACERVO DOCUMENTAL:.....	230
REFERÊNCIAS	249
ANEXO: Quadro Geral de Intelectuais.....	277

INTRODUÇÃO

Em relação ao grande público, urge também um trabalho de propaganda, agitar ideias, pôr-lhe diante dos olhos os exemplos repetidos, em todos os países e a cada momento, da capacidade feminina. Fazê-lo por assim dizer, perder o medo do feminismo, que para a grande maioria de nossos pacatos e respeitáveis senhores, solteirões ou pais de família, é alguma coisa de subversivo e escandaloso, que não compreendem. Esse trabalho de vulgarização do movimento e defesa dos seus objetivos é, de certo, supérfluo e mesmo fora de moda para uma pequena minoria, em contato com ideias gerais e a par do que vai pelo resto do mundo. Mas é necessário, imprescindível mesmo, para a maioria do povo, naturalmente afeiçoado a preconceitos e tradições em que se lhe resume a mentalidade (BASTOS, 1927, p. 6).

As palavras da epígrafe, anotadas por Orminda Bastos¹, em 21 de outubro de 1927, no momento em que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)² inaugurou uma coluna semanal no jornal *O Paiz*, foram escolhidas para encabeçar esse trabalho por sintetizarem alguns elementos que marcaram as trajetórias das mulheres que doravante serão tomadas como expressão de diferentes projetos formativos para emancipação feminina³, que levaram à organização de distintos

¹ Orminda Bastos (1899-1971) nasceu em Manaus (AM) e mudou-se ainda criança para Belém. Na cidade formou-se pela Faculdade Livre de Direito do Pará. Esteve vinculada à imprensa local, foi sufragista e militante pela causa espírita. Em 1925 mudou-se para o Rio de Janeiro e ali foi assessora jurídica da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Sua contribuição na associação foi decisiva para várias conquistas das mulheres nas questões jurídicas, tais como: o direito a prestar concurso público e de ser nomeada e jornada de trabalho reduzida para trabalhadoras do comércio. No decorrer do terceiro capítulo desta tese outros elementos de sua trajetória serão abordados, visto que essa Intelectual teve relevância na divulgação e afirmação do projeto formativo defendido pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

² A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino será também tratada nesta tese por meio da abreviatura FBPF. Essa abreviatura também era utilizada pela referida Federação em seus documentos oficiais.

³ Na sequência da presente pesquisa o termo emancipação feminina será explorado e definido. Contudo, é importante destacar que embora tal generalização tenha se tornado comum no léxico de diversas agentes de diferentes filiações associativas, o mesmo ganhou diferentes sentidos ao longo das primeiras décadas do século XX.

movimentos femininos/feministas⁴ do início do século XX e que evidenciaram algumas disputas em torno da Pedagogia Feminista.

Deste contexto emerge o problema da presente pesquisa expresso nas seguintes questões: O que o estudo das trajetórias coletivas das intelectuais destacadas nesta tese pode enunciar sobre os diferentes projetos formativos voltados à emancipação feminina entre 1910 e 1940 e quais eram as disputas que ocorriam em torno da Pedagogia Feminista deste período?

O objetivo geral desta tese foi delimitado a analisar os projetos formativos para emancipação da mulher, por meio da investigação da prosopografia de intelectuais que participaram como protagonistas dos movimentos feministas do início do século XX, destacando sua luta por espaço na cena pública naquele momento histórico e caracterizando as especificidades e disputas em torno da Pedagogia Feminista.

Entre os objetivos específicos destacam-se:

Mapear e examinar os projetos formativos voltados à emancipação da mulher no período que se estende de 1910 a 1940, com o intuito de compreender suas singularidades e correspondências; A partir da prosopografia, destacar e analisar as trajetórias das intelectuais que tiveram protagonismo na organização de movimentos associativos femininos que visavam a emancipação da mulher; Analisar as redes de sociabilidades em torno dos diferentes projetos formativos para emancipação da mulher de forma a caracterizar o que foi a Pedagogia Feminista; Identificar quais temáticas da vida da mulher tornaram-se matérias passíveis de serem ensinadas no período analisado;

Parte-se da hipótese de que, durante as primeiras iniciativas de organização do Movimento Feminista brasileiro, diferentes intelectuais disputaram e defenderam distintos projetos formativos para emancipação feminina a partir da organização e da

⁴ Em relação a definição e distinção do que são os movimentos feministas ou femininos do início do século XX, neste trabalho, levou-se em consideração, principalmente, a autodeclaração das associações estudadas. Como se verá ao longo do trabalho alguns movimentos que se autodeclaravam femininos – e não feministas – por vezes, foram gestados e articularam suas ações sob os auspícios de orientações patriarcais e conservadoras de família, da sociedade e de uma representação tradicional dos papéis femininos, preceitos que, em geral, eram contrários a postura dos movimentos feministas. Contudo, é importante ressaltar que, como se verá ao longo da tese, mesmo associações femininas conservadoras tiveram espaço em alguns movimentos feministas do início do século XX e foram vistas como completares dos mesmos.

propagação da Pedagogia Feminista. A Pedagogia Feminista é um conceito formulado pela pesquisadora. A utilização do termo Pedagogia não considera a sua acepção usual, entendida *stricto sensu* como “ciência da educação e do processo do ensino e aprendizagem” ou ainda como um “conjunto de doutrinas, princípios e métodos que visam assegurar uma educação eficiente” (PEDAGOGIA. In: DICIONÁRIO Brasileiro da Língua Portuguesa, 2019). A apropriação desta expressão se deu, ao longo do trabalho, com o propósito de nomear uma experiência social de formação no âmbito da cultura, da educação, na cena pública, na vida privada, no mundo do trabalho e na política, que envolveu uma série de proposições, estratégias e ações que possibilitaram que as intelectuais protagonistas do movimento feminista do início do século XX, orientassem e constituíssem representações de modelos ideais de mulher.

Neste sentido, a tese defendida no presente trabalho é a de que as intelectuais estudadas participaram de diferentes projetos formativos que tiveram como cerne a emancipação da mulher em diferentes graus e aspectos da vida e se envolveram em disputas por uma Pedagogia Feminista que buscou tornar hegemônicas as maneiras de educar, formar, ensinar e instruir as mulheres brasileiras em diferentes âmbitos sociais, tais como na vida profissional e acadêmica, na carreira, na vida doméstica, na maternidade, nos direitos civis e políticos, entre outros.

O interesse por este tema nasce e sucede de uma pesquisa realizada anteriormente, que culminou na Dissertação de Mestrado intitulada: *Educação e participação política: a visão de formação feminina de Mariana Coelho (1857-1954)* (BUENO, 2010). No trabalho de dissertação, a análise centrou-se na trajetória da intelectual, educadora e feminista portuguesa Mariana Coelho, que viveu em Curitiba durante as primeiras décadas do século XX. Coelho publicou seis livros, os quais foram examinados e utilizados como fontes da referida dissertação⁵. Durante a análise da trajetória de Mariana Coelho, foi possível perceber uma forte vinculação de seu discurso às questões da educação e emancipação feminina, sendo esse o debate principal de suas obras. Seu discurso sobre o sufrágio feminino, a título de exemplo, antecede as primeiras iniciativas de associativismo feminista brasileiro, pois em 1901

⁵ Os livros publicados por Mariana Coelho foram: O Paraná Mental (1908); Evolução do Feminismo: Subsídios para sua história (1932); Cambiantes (1940); Um brado de revolta contra morte violenta (1934); Linguagem (1937); Palestras Educativas (1956).

foi ao público na sua coluna mensal *Chronica da Moda*, publicada no periódico Diário da Tarde, defender o direito ao voto feminino no Brasil⁶.

A relação que Mariana Coelho manteve com diversas instituições e organizações nacionais e internacionais que defendiam a emancipação feminina por meio de sua educação foi intensa durante toda sua trajetória profissional e intelectual. Entre as associações que Coelho participou estava a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que foi citada por ela como uma instância importante para emancipação feminina por meio da defesa de sua educação e instrução progressiva. A vinculação dela com a FBPF pôde ser confirmada em suas ações como sócia, nas correspondências trocadas entre si e Bertha Lutz⁷ e nas atividades de propaganda e de filantropia da associação.

Sobre a importância da correspondência trocada entre Coelho e Bertha Lutz, entre outros exemplos, pôde-se observar que parte dos documentos que embasaram sua pesquisa para a obra *Evolução do Feminismo: subsídios para sua história*, 1932, lhe foi enviada pela FBPF. O material preparado pela autora para publicação foi enviado para análise de Bertha Lutz na década de 1920, contudo há registros de que os originais foram extraviados pela FBPF, o que obrigou Mariana Coelho a reiniciar o trabalho de escrita, e talvez por isso o livro - uma das primeiras tentativas de fazer uma síntese histórica acerca do feminismo mundial - foi publicado somente na década de 1930. Neste mesmo volume Coelho indicou a FBPF como uma associação que prestava “assinalados serviços à causa feminista brasileira” (1932, p. 168).

Na troca epistolar, entre Bertha Lutz e Mariana Coelho as duas ressaltavam a importância de se pensar no fortalecimento de um movimento nacional que representasse os interesses das mulheres brasileiras e que tivesse um alcance nacional e internacional (1924-1925). Em carta de 19 de março de 1925, Mariana Coelho anunciava a sua adesão como sócia da FBPF (Carta Manuscrita de Mariana

⁶ O Diário da Tarde foi o diário de maior longevidade do Estado e ao mesmo tempo é considerado o primeiro a expressar os ideais do jornalismo empresarial no Paraná (VIEIRA, 2007, p. 14).

⁷ Nascida em São Paulo, em 02 de agosto de 1894, filha do médico cientista Adolfo Lutz e da enfermeira inglesa Amy Folwe. Durante a juventude mudou-se com a mãe e os irmãos para Paris e nessa cidade formou-se em biologia pela Universidade de Sorbonne. Ao retornar ao Brasil em 1918, prestou concurso público para o cargo de secretário no Museu Nacional e tornou-se protagonista na organização da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, associação hegemônica no movimento feminista nacional entre 1920 e 1940.

Coelho para Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 19 de março de 1925, Acervo Arquivo Nacional). Parte da correspondência trocada, como citado anteriormente, dizia respeito a escrita e revisão do livro de autoria de Mariana Coelho “A Evolução do Feminismo: subsídios para sua história”, a primeira carta enviada à FBPF data de 23 de março de 1923 e solicitava o auxílio de Bertha Lutz para revisão do capítulo sobre a “mulher na política e na burocracia”, pois a autora considerava que “[...] a imprensa de Curitiba raras vezes se ocupa com estas frivolidades [...]” (Carta Manuscrita de Mariana Coelho para Bertha Lutz, 23 de março de 1923, Acervo Arquivo Nacional, grifo no original). Posteriormente, Mariana Coelho enviou uma epístola em que solicitava que Bertha Lutz revisasse os originais de sua obra sobre o feminismo “[...] tenho todo o empenho em que nossa Leader verifique se tem algum erro ” (Carta Manuscrita de Mariana Coelho para Bertha Lutz, 28 de janeiro de 1925, Acervo Arquivo Nacional, grifo no original). Em carta de resposta Bertha Lutz, aconselhava que Mariana Coelho minimizasse a importância do movimento feminista brasileiro anterior a Federação, ao qual se referia como primeira fase: “creio mais vantajoso atualmente acentuar a campanha da segunda na segunda fase de realização. Os projetos anteriores a 1920 caíram. Não vinham suficientemente patrocinados pelo bom senso e o respeito à moral austera tão necessária às campanhas feministas” (Carta datilografada de Bertha Lutz para Mariana Coelho, 10 de novembro de 1925, Acervo Nacional).

Conquanto o trabalho de pesquisa realizado durante o mestrado tenha apontado para alguns sentidos propostos por Mariana Coelho às questões relativas à educação feminina nas primeiras décadas do século XX, devido ao recorte escolhido para aquela dissertação, não foi possível abrir um diálogo com a proposição educativa de Coelho de maneira mais abrangente, ficando os resultados da pesquisa restritos às iniciativas para a educação formal de mulheres, desenvolvidas por essa intelectual em Curitiba, Paraná, e ao debate entre ela e a comunidade intelectual local da época acerca do espaço social ocupado pelas mulheres de seu contexto (BUENO, 2010). Diante das lacunas encontradas durante a pesquisa concluída em 2010, sobressaltou-se a necessidade de ampliação da discussão sobre a educação feminina no início do século XX contemplando o debate nacional.

Embora o tema da educação feminina tenha ganho importância e amplo interesse como objeto de pesquisa acadêmica, principalmente a partir do início do século atual, com uma progressão particular das pesquisas em história da educação, o

tema tem sido encaminhado, na maioria dos trabalhos, para a análise do processo de inserção das mulheres na educação formal.

No sítio Banco de Teses da Capes é possível identificar 70 teses e dissertações cujo tema se remete diretamente à educação feminina. Dentre os trabalhos identificados, 17 tiveram como objeto de análise Instituições de Educação Feminina, 35 tratavam das representações sobre a educação feminina no século XIX e primeiras décadas do século XX, recaindo a maioria das análises sobre a perspectiva da ampliação e qualificação da escolarização e instrução de mulheres, e 11 tiveram como tema biografias e trajetórias de mulheres que alcançaram alguma visibilidade por seu projeto educativo (século XIX e século XX) e analisaram o processo de Feminização do Magistério (século XIX e século XX) (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES).

O interesse inicial da presente tese voltou-se para a investigação do projeto educativo da FBPF com o intuito de compreendê-lo a partir das fontes produzidas nos três congressos feministas organizados por essa associação. O processo de constituição da federação se deu no contexto da década 1920. Formada com a intenção de defender os direitos civis e políticos de mulheres e sediada na cidade do Rio de Janeiro, a federação teve como uma das protagonistas e organizadoras Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). Originou-se a partir da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM) em 1919. Nos anos iniciais da existência da FBPF, essa associação foi também chamada de Federação das Ligas pelo Progresso Feminino. A nomenclatura aparece nos documentos timbrados da associação e na imprensa fluminense durante os anos de 1920 a 1922. A Federação aparece na imprensa neste contexto como uma associação que reuniria as iniciativas “esparças” em uma associação nacional.

Contudo, ao longo do desenvolvimento do presente trabalho percebeu-se a necessidade de mapear diferentes modelos de associações femininas/feministas e seus projetos educativos, visto que, no início do século XX várias vertentes destes movimentos estiveram em embate. Conforme apontam alguns trabalhos acerca da história das mulheres no Brasil (Hahner, 1981; Leite, 1984; Buitoni, 1990; Besse, 1999), vários feminismos conviveram ao longo dos primeiros anos do século XX. Iniciativas de associações femininas e feministas podem ser encontradas nas páginas da imprensa. Empreendimentos que reuniram mulheres, como os ligados à filantropia

ou à religião, por exemplo, conviviam com iniciativas que se autodeclaravam feministas⁸.

A Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, que posteriormente foi sucedida pela FBPF, por exemplo, foi organizada a partir da reunião de mulheres que tinham em comum o desejo de uma maior participação sua e de suas contemporâneas no espaço público, a chamada *emancipação feminina*. Embora essa reunião tenha sido uma iniciativa importante, a Liga era composta por mulheres que tinham visões bastante distintas sobre o movimento associativo de mulheres e sobre o grau de emancipação feminino a ser desejado por elas, como era o caso de Maria Lacerda de Moura⁹. As cartas trocadas entre ela e Bertha Lutz indicam que a criação de uma associação de mulheres no período tornou-se uma demanda importante.

Embora a FPBF tenha se tornado hegemônica na cena pública, como uma instância da sociedade civil que representou o feminismo nacional, por sua influência no campo político brasileiro, sua representatividade social e de suas sócias, bem como, pelas conquistas de direitos femininos, principalmente representado pela força da figura pública de Bertha Lutz, já existiam algumas iniciativas de associação feminina no período anterior a sua fundação, como a Associação Cristã (AC) e a Legião pela Mulher Brasileira (LMB) datadas do início de século XX. A imprensa da época registrou também experiências de associativismo de mulheres como a do Partido Republicano Feminino (PRF) - iniciativa que foi negada como modelo pela FBPF.

As primeiras décadas do século XX foram significativas para o *feminismo da primeira onda*¹⁰. Movimentos associativos feministas e femininos de diversas nuanças

⁸ As associações filantrópicas voltadas à mulher não foram enfatizadas ao longo do texto, pois suas ações demonstram ênfase em um projeto formativo pautado essencialmente na filantropia e na conservação dos espaços sociais já ocupados pelas mulheres no período e a busca dessa tese se configurou a partir de propostas de projetos que se pautassem nas diferentes nuances da “emancipação feminina”.

⁹ Maria Lacerda (1887-1945) nasceu em 1887 no interior da província de Minas Gerais e mudou-se em 1891 para a cidade de Barbacena (MG). Ali ela fez seus estudos primários e diplomou-se normalista em 1904, aos 16 anos. Filha de um livre pensador, espírita e maçom, casou-se aos 17 anos e passou a se chamar Maria Lacerda de Moura. Iniciou sua vida profissional como professora em 1908 e trabalhou também como jornalista a partir de 1912.

¹⁰ “Nas narrativas do feminismo existe a noção de que as ideias formaram várias ondas. Na Primeira Onda (final do século XIX e início do XX), as mulheres reivindicaram direitos políticos, sociais e econômicos; na Segunda Onda (a partir da metade dos anos 1960) elas passaram a exigir direito ao corpo, ao prazer, e lutavam contra o patriarcado” (PEDRO, 2011, p. 271).

podem ser observados neste contexto. O caminho para a circulação pública da palavra feminina foi longo. De acordo com Michelle Perrot (1998), essa circulação se deu primeiramente pela literatura e apenas mais tarde ganhou espaço na imprensa. Na perspectiva de Perrot, ser reconhecida como uma “mulher pública” era difícil porque suspeito, havia setores sociais em que a visibilidade de uma mulher era lentamente mais aceita e outros nos quais a presença feminina sofreu maior resistência (PERROT, 1998, p. 10-11).

Os motivos que levaram a uma maior visibilidade das mulheres na imprensa e ao crescimento do associativismo feminino/feminista podem estar relacionados à chegada de novas tecnologias como o cinema, o rádio e o automóvel; às mudanças na moda feminina, com vestidos mais curtos e o abandono do espartilho; às mudanças econômicas e aos movimentos populares emergentes na política do período e, por fim, também “às ideias sobre o papel feminino que viriam das levas de profissionais que começavam a conquistar postos num mercado de trabalho até então masculino” (LEITE, 1984, p. 32).

Tratava-se de profissionais oriundas principalmente das classes médias e altas, vez que as mulheres de origem social mais pobre desde os desdobramentos da Revolução Industrial sempre estiveram presentes no mercado de trabalho em funções subalternas ou como operárias. De acordo com Miriam Leite (1984), embora as mudanças na moda e no comportamento feminino estivessem se tornando notícia, tais alterações, tal como ocorria com o progresso tecnológico, científico e industrial, não ocorriam de forma homogênea em toda a sociedade.

As diferentes mulheres e feminismos tratados nesta tese foram temas e objetos de pesquisas acadêmicas de diversas tendências, sendo que a abordagem das mesmas incidiu principalmente na questão da história do feminismo e nas conquistas femininas no campo do direito civil e político no Brasil.

A figura de Leolinda Daltro (1859-1835) e sua iniciativa de organização do Partido Republicano Feminino (PRF), tensionado nesta tese como o “mau feminismo” destaca-se por ter sido pioneira na organização do associativismo feminista com o objetivo de mudança do lugar social ocupado pela mulher da época. Com cerca de uma década de diferença entre o projeto de associação do PRF e a primeira tentativa de organização liderada por Bertha Lutz – a LEIM –, o modelo associativo de Daltro não logrou êxito e foi refutado como movimento fundador do feminismo pelas mulheres ligadas a FBPF.

Sobre a trajetória de Leolinda Daltro destacam-se os seguintes trabalhos: *Leolinda Daltro, a caminhante do futuro: uma análise de sua trajetória de catequista e feminista* (Rio de Janeiro/Goiás – 1896-1920), tese apresentada por Paulete dos Santos Cunha (2014), que analisa as experiências de Daltro como catequista leiga entre povos indígenas e como feminista. O trabalho de Maria Emília de Abreu, *Professora Leolinda Daltro: uma proposta de catequese laica para os povos indígenas do Brasil (1895-1911)*, no qual a autora apresenta as premissas educacionais do trabalho de Daltro entre os indígenas brasileiros de Goiás (2007).

Na obra de Eliane Rocha, *Entre a pena e a espada: a trajetória de Leolinda Daltro (1859-1935) – patriotismo, indigenismo e feminismo* (2002), que aborda a trajetória da professora Daltro de forma biográfica; a dissertação de Patrícia Gregório, *A professora Leolinda Daltro e os missionários: disputas pela catequese indígena de Goiás (1896-1911)* defendida em 2012, essa análise se concentra nos conflitos ocorridos entre Leolinda Daltro e missionários católicos que atuavam na catequese dos indígenas em Goiás no período do início da República. Foram trabalhos fundamentais para municiamento de acervos e fontes, bem como para a discussão que marca a ruptura entre a proposta de associativismo feminista de Daltro e o feminismo que se torna hegemônico na cena pública a partir da segunda década do século XX.

A trajetória de Maria Lacerda de Moura (1887-1945) também foi retomada nesta tese em virtude de que foi por meio de sua amizade com Bertha Lutz e da convicção das duas de que era necessário unir forças para organizar um movimento nacional associativo de mulheres que surgiu a LEIM, movimento que deu origem à FBPF.

Dois trabalhos de autoria de Miriam Lifchitz Moreira Leite foram utilizados para referenciar a pesquisa sobre Maria Lacerda: *A outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura* (1984) e *Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica* (2005). O primeiro, é uma obra pioneira, resultado da tese de doutorado da autora e publicado na forma de livro em 1984. A obra deu centralidade a produção de Maria Lacerda como conferencista e articulista. Na análise, Miriam Leite destaca os temas mais relevantes referentes à condição da mulher discutidos por Maria Lacerda de Moura tais como: a coeducação, o trabalho feminino, a emancipação sexual e intelectual das mulheres e o sufrágio feminino. A segunda obra faz parte da Série Feministas, da Editora Mulheres, e utilizou como fontes algumas obras de Maria Lacerda de Moura.

As obras de Mônica L. Gomez (Dissertação, UFRJ, 1998), *O pensamento feminista de Maria Lacerda de Moura*, Jussara Valéria de Miranda, “*Recuso-me!*” Ditos e Escritos de Maria Lacerda de Moura (Dissertação, UFU, 2006), Joice O. Pacheco (Dissertação, Unisinos, 2010), *O pensamento de Maria Lacerda de Moura sobre a emancipação feminina: contribuições e desafios para educação contemporânea*, também tratam da trajetória de Lacerda tomando como referência a sua participação na cena pública e os embates travados pela intelectual no que se refere à emancipação da mulher.

Também foram consultadas: a dissertação de Liane Richter, *Emancipação feminina e moral libertária: Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura*, defendida na Unicamp em 1998, que trata da emancipação feminina a partir do paralelo entre a americana Emma Goldman e a brasileira Maria Lacerda de Moura. Destaca-se na obra a aproximação das duas autoras com autores libertários como Sebastian Fourier e Francisco Ferrer, com o movimento anarco-sindical, a defesa do amor livre, da maternidade voluntária e da liberdade sexual, principalmente por meio da defesa da coeducação e da educação sexual; bem como a dissertação de Tatiana Souza (UTFPR, 2009), *Tecnologias políticas do gênero no Brasil: a contribuição de Maria Lacerda de Moura*, que atribui o pensamento político desenvolvido por Lacerda à sua relação com os movimentos libertários e anarco-feministas presentes no contexto de São Paulo na década de 1920.

Salientando a atuação de Maria Lacerda de Moura no campo educacional, foram contribuições de monta: a pesquisa de mestrado *O espírito da educação: Maria Lacerda de Moura (1918-1935)* de Maria Aparecida Lima Dias (USP, 1999), na qual a pesquisadora analisa as relações entre a temática religiosa, a partir da afinidade de Lacerda com a Maçonaria e com a Teosofia e os escritos sobre educação da autora que se voltaram para o aperfeiçoamento humano por meio de ações sociais que permitiriam que, por meio do processo educativo, ocorresse uma maior igualdade entre homens e mulheres. Na dissertação: *Educação e sociedade: lições pedagógicas de Maria Lacerda de Moura (1887-1945)*, a autora Denise Cristina Ferreira (2012), examina a obra *Lições de Pedagogia*, de autoria de Lacerda, e discute as contribuições da mesma do ponto de vista de diversos campos de conhecimento, como a Filosofia, a Sociologia, a Antropologia, a Geografia e a Política.

Ainda sobre o viés educativo, a tese de Paula Cristina David Guimarães (2016, UFMG), intitulada *Maria Lacerda de Moura e o “Estudo científico da criança patrícia”*

em Minas Gerais (1908-1925) se propõe a perscrutar o estudo científico da infância e o trabalho de psicologia experimental, formulado por Maria Lacerda de Moura na cidade de Barbacena, Minas Gerais, entre os anos de 1908 e 1925.

Entre as pesquisas que discutem a história do feminismo no Brasil e a presença de Bertha Lutz como protagonista do movimento feminista nacional, destacam-se as seguintes: O trabalho de Branca Moreira Alves (1980), *Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*, no qual a pesquisadora faz uma crítica ao movimento liderado por Bertha Lutz. De seu ponto de vista, o mesmo justificava a importância da conquista do voto por meio da ênfase no papel social das mulheres como mães e colaboradoras dos homens. Conforme suas análises, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino não desenvolveu nas mulheres da época uma autoconsciência que possibilitasse que as mesmas questionassem a origem de sua inferiorização, a saber, as relações de poder dentro das famílias. De seu ponto de vista, não houve alteração na condição da mulher em função da conquista do voto.

Susan Besse, em seu livro *Modernizando a desigualdade*, pesquisa de 1970, que foi publicado no Brasil somente em 1999, destaca a luta das mulheres brasileiras pela conquista dos direitos políticos e sociais no período entre guerras. A narrativa traz reflexões acerca do papel desempenhado por diversas agentes, entre as quais as feministas e intelectuais, os meios de comunicação, a igreja e o Estado na modernização do que a autora chama de “sistema de gênero”. Para Besse, esse processo, embora tenha levado a mudanças de valores e comportamentos femininos, manteve a discriminação das mulheres mais pobres, que continuaram sem ter as mesmas oportunidades de educação superior e de trabalho remunerado que as mulheres de classes média e alta.

Destaca-se também a pesquisa de Maria da Costa Pacheco (2007), *O feminismo “bem-comportado”: trajetória de conquista do voto feminino no Maranhão (1900-1934)*, em que a autora, por meio da imprensa, estuda o movimento sufragista maranhense.

Em *O feminismo tático de Bertha Lutz*, Soihet (1974) examinou alguns atos políticos entre 1919-1937 e dedicou-se a analisar as “táticas na conquista de direitos para as mulheres”. A análise incide principalmente sobre as questões relativas à conquista do voto feminino e, também, a reivindicações feministas no campo do direito social. Em seu estudo, Soihet enfatiza que Bertha Lutz, à frente da FBPF, criou ocasiões para a conquista de pautas que eram importantes para o feminismo da

época. Longe de ações domesticadas ou bem-comportadas, ressalta a autora, está o contexto em que se dão as conquistas de direitos a igualdade na Europa e as restrições dos mesmos no Brasil em virtude de políticas internas. Como fontes documentais, a autora utiliza parte da correspondência de Bertha Lutz.

Também relevante para a presente pesquisa é a tese de doutoramento de Mônica Karawejczyk, *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (1850-1932)*, apresentado em 2013 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que analisa as articulações e os principais personagens que fizeram parte da conquista do voto feminino. Dois grupos distintos são estudados pela autora. O primeiro grupo é composto por parlamentares brasileiros que tentaram viabilizar a inserção da mulher no pleito eleitoral pela via legislativa durante a Primeira República. O segundo grupo é representado no trabalho por Leolinda de Figueiredo Daltro, que organizou o Partido Republicano Feminino, e por Bertha Lutz, líder da FBPF. No referido trabalho, as duas vertentes são tratadas como responsáveis pela organização do movimento feminino e sufragista no Brasil. A autora utilizou como fontes alguns documentos parlamentares e parte da correspondência de Bertha Lutz.

As ações das Ligas ou Associações Estaduais pelo Progresso Feminino e a relação de intelectuais regionais com a FBPF podem ser observadas nas pesquisas de Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, Verônica de Souza Fragoso e Paula Frassitinetti Chaves: *Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX* (2003), *A Associação Paraibana pelo Progresso Feminino: as contribuições educacionais para a mulher paraibana (1933 a 1939)*, *Vozes femininas na década de 1930: as contribuições educativas da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino*, dissertações defendidas em 2011, no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal da Paraíba. Estes três trabalhos, além de darem visibilidade às protagonistas das associações estaduais, também permitem perceber esses espaços como estratégicos para a FBPF tornar seu discurso sobre a mulher e sua educação hegemônicos no cenário nacional.

Ainda referenciando a presença feminina na educação e na história da profissionalização da mulher no início do século XX, ressaltam-se os seguintes trabalhos: A dissertação de Lia Gomes Pinto de Souza (2009), *Educação e profissionalização de mulheres. Trajetória científica e feminista de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1919-1937)*, que contribuiu para que

analisássemos a atuação de Bertha Lutz no campo educacional, por meio da divulgação científica, com ênfase na sua contribuição para a educação das mulheres. De acordo com a autora, Bertha Lutz contribuiu para a modernização de técnicas expositivas e práticas pedagógicas para a popularização dos conhecimentos de História Natural e a participação feminina como fator importante para o movimento educativo.

No trabalho de Mariana Moraes de Oliveira Sombrio (2007), *Traços da participação feminina na institucionalização de práticas científicas no Brasil*, a autora discute a participação das mulheres nas ciências com o objetivo de compreender que condições, fatores e estratégias influenciaram o acesso feminino às instituições científicas brasileiras no início do século XX. Na elaboração do estudo, Sombrio analisou a trajetória da cientista Bertha Lutz, principalmente a partir de sua atuação como representante do Museu Nacional do Rio de Janeiro no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, entre os anos de 1939 e 1951.

Os dois trabalhos são significativos por destacar um elemento que será frequente nas trajetórias das intelectuais analisadas pela presente pesquisa: a alta escolaridade e a profissionalização de mulheres que serão utilizadas como exemplares para a “consolidação” da FBPF como “opinião organizada feminina”.

A presença de Bertha Lutz destaca-se na maioria dos trabalhos que foram referenciados, o que evidencia o papel fundamental de sua liderança na organização da FBPF e no movimento feminista nacional. Nota-se sua proeminência também nas atas da diretoria da associação, por exemplo, onde o nome de Lutz figura como presidente da instituição em quase todos os anos pesquisados, em sua participação na imprensa periódica e como representante brasileira em instâncias decisórias nacionais e internacionais.

Contudo, foi possível perceber que outras mulheres que participaram da FBPF foram fundamentais para a organização, visibilidade e consolidação da associação, como financiadoras da iniciativa – a federação era mantida com uma mensalidade paga pelas sócias e associadas e também realizava eventos como os chás beneficentes para arrecadação financeira –, como angariadoras de apoiadores masculinos que estavam em instâncias de poder decisórias por meio de suas redes de sociabilidade e solidariedade ou como propagandistas de modelos de comportamento e valores femininos modernos.

Foram selecionadas – além de Bertha Lutz – quatro mulheres que fizeram parte da diretoria da FBPF para que, por meio de suas trajetórias e de suas redes de sociabilidade, se vislumbrasse o projeto formativo da associação. São elas: Jeronyma de Mesquita (1880-1972), Stella Durval Guerra (1879-1971), Carmen Portinho (1903-2001) e Ormindia Bastos (1899-1971).

Dentre as mulheres selecionadas para a prosopografia foi possível encontrar material acerca de Carmen Portinho. A historiadora Ana Luiza Nobre (1999), realizou uma pesquisa de cunho biográfico em que destaca a trajetória de Portinho desde sua chegada ao Rio de Janeiro aos cinco anos, dando especial atenção a sua atuação no projeto e na direção do Museu de Arte Moderna (MAM) e na criação e direção da Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI), trabalho que foi realizado a partir de depoimentos de amigos, colegas e da própria Carmen Portinho. A organização da narrativa das trajetórias das outras intelectuais escolhidas foi realizada a partir das fontes documentais e de dados presentes em diferentes dicionários biográficos de mulheres brasileiras.

Pôde-se identificar, por meio das pesquisas que foram destacadas, que há um renovado interesse pelo tema em questão. Apesar disso, nenhum desses trabalhos ocupou-se em refletir sobre os diferentes movimentos feministas do início do século XX, enquanto instâncias mediadoras de formas de pensar a mulher e a educação feminina, nem do ponto de vista nacional, nem de suas relações internacionais. Os trabalhos citados permitiram à pesquisadora conhecer o movimento feminista do início do século passado, encontrar as primeiras pistas acerca da localização das fontes documentais que são utilizadas no desenvolvimento deste trabalho e que orientaram a busca pelas protagonistas cujas trajetórias são analisadas nesta pesquisa.

O presente trabalho se diferencia das pesquisas já realizadas por tentar identificar, dentro do estudo de diferentes trajetórias, distintos projetos formativos para emancipação feminina, que além de buscarem o acesso irrestrito à educação das mulheres, aspiravam forjar um novo modelo de mulher pautado nos ideais de cientificidade e na perspectiva de igualdade de direitos, vistos em alguns projetos sob a ótica da profissionalização da mulher e do nacionalismo, em outros da liberdade sexual e da crença na emancipação humana do capital ou ainda, do ponto de vista do reformismo social.

Embora uma parte das fontes documentais mobilizadas neste trabalho não sejam inéditas, conforme aponta a bibliografia consultada, os trabalhos em questão

têm como preocupação fundamental a discussão que envolve a conquista dos direitos civis e políticos por meio da trajetória dos movimentos feministas ou, a trajetória individual das protagonistas ligadas à iniciativa dessas associações. Neste sentido, justifica-se a importância da presente tese tanto pelo problema levantado, até aqui inédito na história da educação, quanto pela relevância da divulgação das trajetórias das intelectuais elencadas para a história intelectual.

A presente pesquisa não tem como objetivo colocar essas mulheres dentro de uma perspectiva de heroínas silenciadas, ou mesmo como sujeitos que estiveram à frente de seu tempo, visto que seus discursos algumas vezes conformavam, de maneira estratégica, a lógica social em que viviam. O que se busca em suas trajetórias são elementos que traduzam as marcas de um momento histórico que forjou um novo papel social para a mulher, seus espaços de resistência e elementos que traduzam também os enfrentamentos que emergiam dentro desse movimento especificamente feminino.

O campo da história intelectual tende a destacar os assim chamados “homens das letras”, cujos estudos têm salientado, sobretudo, as trajetórias masculinas, visto que o caminho traçado pelas mulheres na esfera pública foi mais lento, uma vez que permeado por entraves históricos. Sendo assim, pesquisar nomes que contribuíram de forma significativa para mudanças do ponto de vista da educação das mulheres, e que engendraram projetos formativos que, vencedores ou não, estiveram em pauta no período estudado, torna-se uma inescapável contribuição para o campo de pesquisa.

Esta tese se insere numa discussão do campo da história da educação, em interface com a história dos intelectuais, história das mulheres e história política.

A proposição da pesquisa foi provocada pelo questionamento de Marta Carvalho e Clarice Nunes: “quantas são as histórias embutidas na história da educação?”, trabalho que busca em diferentes especialidades da história destacar as particularidades do objeto pedagógico que, conforme apontam as autoras,

[...] reside no seu carácter multifacetado, nem sempre percebido com clareza pelo pesquisador, a exigir o concurso de vários domínios do saber para ser apreendido na sua inteireza (sempre fugidia) e na sua complexidade (sempre em aberto) (CARVALHO e NUNES, 2004).

Do ponto de vista conceitual utiliza-se no presente trabalho as contribuições de Pierre Bourdieu. Entende-se capital a partir da perspectiva abordada por este autor,

que quando se refere a tal conceito faz uma analogia com o aspecto econômico, sendo que a mesma perspectiva do capital pode ser explicada por suas propriedades: ele se acumula por meio do investimento, pode ser transmitido por herança, permite que sejam extraídos lucros segundo a oportunidade que o seu detentor tiver para operar as aplicações mais rentáveis.

Essas características fazem com que o uso desse conceito não esteja limitado apenas à área econômica, mas que possa se dar, por exemplo, no âmbito cultural. Bourdieu distingue quatro tipos de capital: O capital econômico, representado pelo conjunto de bens econômicos, tais como: renda, patrimônio, etc. O capital cultural, definido como o conjunto de qualificações intelectuais, sendo que pode ser transmitido pela família ou pelo sistema escolar, e que pode existir em três formas: em estado incorporado, quando torna-se uma disposição duradoura do corpo; em estado objetivo, enquanto bem cultural; e em estado institucionalizado, ou seja, sancionado por instituições (certificação, ou título acadêmico, por exemplo). O capital social, que é um conjunto de relações sociais mais ou menos institucionalizado de interconhecimento e reconhecimento de que dispõe um grupo ou um indivíduo. O capital simbólico é um elemento indicador de prestígio, confere crédito e autoridade ao agente que o possui e é definido como o conjunto de rituais ligados à honra e ao reconhecimento.

Entretanto, para Bourdieu não é suficiente possuir ou acumular qualquer tipo de capital, pois isso não garante ao agente distinção social ou legitimação. É a sua trajetória e seu movimento nos diferentes campos e nas relações que ele estabelece com eles que definirá o sucesso ou fracasso de seus investimentos (BOURDIEU, 2005, p. 19). Na luta do campo, os indivíduos que detêm um capital específico, tendem a colocar em prática estratégias de conservação deste capital, já os agentes que são menos dotados de capital ou que possuem um capital mais fraco, estão mais propensos a fomentar estratégias de subversão.

Entende-se que as agentes que participaram dos movimentos associativistas femininos/feministas do início do século XX, cujas trajetórias este trabalho se propõe apresentar, estavam engajadas em diferentes projetos formativos e de sociedade. A hegemonia de um projeto sobre outro pode ser entendida a partir das interações entre os projetos em disputa e as dinâmicas do jogo social. As visões de mundo e maneiras de interpretar a realidade social das agentes podem ser observadas por meio das estratégias e ações das mesmas e interferem diretamente na visibilidade ou não dos projetos em que elas se engajaram.

O tema da pesquisa remete também ao conceito de Modernidade. O feminismo e os movimentos feministas surgiram no contexto em que estavam em pauta novos valores, mudanças no comportamento e nos papéis femininos. Se por um lado as inovações tecnológicas e comportamentais ocorridas no período ensejavam a sensibilidade dos contemporâneos deste contexto, por outro, o novo cenário surgia carregado de ameaças, incertezas e contradições. Esse conjunto de experiências de tempo e espaço foi nomeado por Berman (2007) como *modernidade*, termo que será utilizado no presente trabalho a partir das contribuições desse autor sobre o conceito. Ser moderno para Marshal Berman (2007) envolvia, ao mesmo tempo, estar mobilizado pelo desejo da mudança e pelo terror da desorientação, da desintegração pela vida que se desfazia em pedaços. Um tipo de “experiência de tempo e espaço de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo mundo” (p. 24).

As primeiras décadas do século XX foram marcadas no contexto brasileiro por amplas mudanças no plano econômico, principalmente pelo início da alteração do sistema agrário/comercial para o urbano/industrial. Um panorama marcado pela promessa de agitação, crescimento, expansão, transformação e autotransformação, Modernização e precariedade caminhavam lado a lado. Por Modernização toma-se neste trabalho o conceito elaborado por Berman (2007) que irá se referir a este momento como o “turbilhão da vida moderna” e que,

[...] tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano [...] (p. 25).

Dentro da perspectiva da história das mulheres busca-se apoio nos trabalhos de Michelle Perrot. A autora, em seu trabalho *Os excluídos da história: os operários, as mulheres e os prisioneiros* (1988), afirma que a ação das mulheres consistiu sobretudo em ordenar o poder privado, familiar e materno, a que eram destinadas. De acordo com o estudo de Perrot, durante o século XIX enfatizou-se ações que cimentaram as

esferas de atividade de cada sexo, definindo o espaço feminino como o privado e o masculino como o público.

O homem público, sujeito eminente da cidade, deve encarnar a honra e a virtude. A mulher pública constitui vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, inapropriado, sem individualidade própria (PERROT, 1998, p. 7).

Segundo a autora, “há o caso em que a exclusão das mulheres do poder político ocorre pura e simplesmente; há outros em que essa exclusão vem acompanhada por justificativas ou compensações, e outros ainda onde ela se dá em graus variados” (PERROT, 1988, p. 173). Uma das justificativas para exclusão das mulheres do campo político, por exemplo, era a “ideia muito difundida de que as mulheres puxam os fiozinhos nos bastidores, enquanto os pobres homens, como marionetes, mexem-se na cena pública” (PERROT, 1988, p. 168). Conforme aponta Martins (2004), nos discursos científico, filosófico, literário, na representação das artes plásticas e nos textos sociológicos, bem como na produção médica que atravessou o século XIX, a mulher se torna objeto de debates e a definição da figura feminina torna-se um problema para os homens cultos.

Embora a presente tese trate da educação da mulher analisada por meio de distintos projetos de emancipação feminina, pensada pelo prisma das trajetórias coletivas de mulheres, os homens que debateram, concordaram ou estiveram em tensão com as personagens que serão o foco da análise, participam da narrativa e das análises dessa pesquisa.

As mulheres estudadas ao longo da presente tese têm em comum uma presença marcante no debate público, seus posicionamentos e embates podem ser observados na imprensa empresarial, na sua participação em associações culturais, profissionais e nas obras que publicaram. Entre os temas que marcaram esse debate pode-se destacar em diferentes correntes e tendências culturais a *causa da educação* como meio para ascensão cultural e material do povo, bem como para a formação de uma elite culta dirigente. Conforme aponta Carvalho (1989) a educação foi conclamada como recurso discursivo e estratégia política, entendida como uma missão, meio pelo qual poderia e deveria realizar-se a conformação da nação (p. 61). Estavam em disputa neste panorama diferentes projetos formativos, que eram engendrados por agentes sociais qualificados por Vieira (2010) como intelectuais. De

acordo com o autor, esses agentes sociais se destacaram por algumas características específicas:

1) sentimento de pertencimento ao estrato social que, ao longo dos séculos XIX e XX, produziu a identidade social do intelectual; 2) engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social; 3) elaboração e veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e modernidade; 4) assunção da centralidade do Estado como agente moderno de reforma social (VIEIRA, 2015, p. 29).

Entende-se na presente análise que as mulheres que participaram como protagonistas, organizando as ações das diferentes associações feministas estudadas nesta tese, pelas características acima descritas podem ser nomeadas como intelectuais. Ao longo da análise das fontes pretende-se demonstrar que seu engajamento político e social se destaca em função dos elementos elencados e assim, definir e problematizar as intelectuais como protagonistas engajadas na cena pública.

De acordo com Vieira (2008), a história dos intelectuais apresenta-se associada à história política. Por isso, a análise sobre sua produção deve ser realizada por meio da relação entre as ações políticas e o debate público. O contexto de nascimento dos movimentos feministas brasileiros esteve marcado pela adesão à *causa da educação* e permitiu que diferentes grupos intelectuais buscassem legitimidade para interferir nas políticas públicas do país, construindo e consolidando um espaço social de atuação intelectual. Isso permitiu a ampliação das possibilidades de acesso de novos agentes sociais no cenário público, inclusive mulheres, visto que elas passaram a ter maior acesso à educação e à profissionalização. Vislumbra-se na presente tese inquirir as fontes de maneira que as mesmas evidenciem as intelectuais estudadas “[...] a partir de suas práticas sociais, dos seus lugares de enunciação, das suas redes de sociabilidade, dos seus compromissos políticos com as elites ou com aqueles que defendem a subversão do poder” (VIEIRA, 2008, p. 78). Por tratar-se de uma pesquisa que busca entender projetos formativos em disputa e tematiza uma associação composta por intelectuais, optou-se por tratar das trajetórias de algumas das mulheres que participaram desses projetos. O conceito de trajetória é entendido a partir da concepção de Bourdieu (2008). Para ele,

[...] diferente das biografias comuns, a trajetória descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo escritor [ou

intelectual] em estados sucessivos do campo, tendo ficado claro que é apenas na estrutura do campo, isto é, repetindo, relacionalmente, que se define o sentido dessas posições sucessivas, publicações em tal ou qual revista, ou por tal ou qual editor, participação em tal ou qual grupo, etc” (p. 73).

Ao longo da investigação desenvolvida, utiliza-se o método alcunhado como *prosopografia*, que de acordo com Stone (2011) consiste no exame das características comuns de um grupo por meio de um estudo coletivo da trajetória de vida das agentes escolhidas. Para realizar o projeto se estabeleceu um conjunto de questões uniformes, entre outras: nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência e posição econômica, educação, tamanho da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos. As informações sobre as mulheres que compõem o grupo foram sobrepostas, combinadas, cruzadas, tensionadas e esmiuçadas em busca de variáveis significativas. Estas foram testadas “[...] com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação” (STONE, 2011, p. 115).

Do ponto de vista da análise que se realizou, as intelectuais foram caracterizadas “a partir de uma série de atributos pré-definidos (familiares, sociais, políticos, econômicos, etc.)”, e com base nas informações levantadas inicialmente se estabeleceram relações que foram consideradas significativas entre as agentes, em uma tentativa de dar *sentido* à base de dados previamente organizada, de forma que a análise superasse a mera descrição sociográfica do grupo: “é estratégico escolher indivíduos que pertençam à mesma instituição, mas que ocupem dentro dela, posições dessemelhantes. Isso permite revelar, por exemplo, a heterogeneidade presente num agregado social (CORDATO, 2015, p. 270).

Embora os atributos escolhidos para a análise de cada uma das intelectuais escolhidas sejam os mesmos, há uma disparidade entre as informações que foram encontradas sobre elas, tanto para aquelas sobre as quais as informações são abundantes, quanto para aquelas cuja escassez de dados, torna suas trajetórias lacunares. O intuito do procedimento metodológico adotado foi marcar os campos de intervenção das protagonistas, seus engajamentos, seus pontos de intersecção e de divergências.

As diferentes trajetórias examinadas na construção desta tese demonstram que as mulheres estudadas contaram, ao longo da existência das associações a que

pertenceram e organizaram, com um amplo material de divulgação e mantinham uma rede de sociabilidade com várias entidades nacionais e internacionais que visavam a conquista de maiores direitos sociais e políticos das mulheres. Sirinelli (1996, p. 248) ensina que as redes de sociabilidade são uma importante ferramenta para mostrar como os grupos intelectuais organizam o campo intelectual a partir de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum, evidenciada por meio de suas amizades/cumplicidades e desafetos/hostilidades, vínculos/competição e posicionamentos. Estas redes de sociabilidades são espaços geográficos e também de afetividade, podendo ser apreendidas em duas acepções complementares. A primeira é representada pela noção de que rede se refere às estruturas organizacionais de sociabilidade que se apresentam de diferentes maneiras ao longo do tempo, mas que representam espaços de aprendizagem e trocas intelectuais. A segunda, a percepção de que são as redes de sociabilidade que compõem e estruturam as relações entre os intelectuais.

Para compor a presente pesquisa, foram utilizados os documentos produzidos e publicados sobre e pelas mulheres doravante estudadas, entre os anos de 1910 e 1940.

Parte das fontes escolhidas para análise integram o Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FFBPF), do acervo do Arquivo Nacional, que se encontra na cidade do Rio de Janeiro. Também foram analisados artigos da imprensa periódica fluminense das décadas de 1920, 1930 e 1940, que estão disponíveis em formato digital no sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, acessado a partir das seguintes palavras-chaves: feminismo, feminista, Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Bertha Lutz, Carmem Portinho, Ormindia Bastos, Jeronima Mesquita, Maria Lacerda de Moura, Leolinda Daltro, Professora Daltro, Escola Orsina da Fonseca. Também foram consultados os Boletins da Federação pelo Progresso Feminino que circularam entre os anos de 1934 e 1935, disponibilizados no formato digital pelo sítio Museu digital Bertha Lutz, e livros de autoria das intelectuais aqui estudadas, encontrados em diferentes acervos.



FIGURA 1: FOTOGRAFIA DO AMBIENTE INTERNO DO ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (2016).

FONTE: ACERVO PESSOAL DA PESQUISADORA.

Perfazem o *corpus documental* do Fundo Federação pelo Progresso Feminino¹¹: atas, relatórios, teses, pareceres, fotografias e correspondência, além de uma ampla documentação que teve como foco de análise as fontes referentes aos três congressos realizados pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, I Conferência pelo Progresso Feminino, 1922, II Congresso Internacional Feminista, 1931, e III Congresso Internacional Feminista, 1936, todos realizados no Rio de Janeiro. Foram analisadas também as correspondências trocadas entre a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e associações internacionais feministas, que promoveram Congressos Internacionais Feministas e que formaram espaços de debate e de enfrentamento sobre as demandas acerca da educação feminina e do papel da mulher na América Latina e América do Norte.

Em relação às fontes, faz-se necessário mencionar que as mesmas foram produzidas entre 1902 e 1979. Entretanto, como mencionado anteriormente, a

¹¹ O fundo da Federação está sob a guarda do setor de Documentos Privados do Arquivo Nacional para ser organizado e higienizado desde o ano de 2005, para acessá-los é necessária uma autorização especial e a pesquisa no local é limitada a duas horas diárias. Ao ir ao Rio de Janeiro para pesquisa a pesquisadora não detinha tal informação e obteve, após entendimentos com as funcionárias responsáveis pelo departamento, permissão para permanecer no local da pesquisa por mais de duas horas, considerando que a mesma reside no Paraná.

presente pesquisa se propõe a analisar o período balizado entre de 1910 e 1940. A decisão pelo período sinaliza o seu início para o contexto de criação e constituição das primeiras iniciativas de associativismo feministas no Brasil e o seu fecho para as mudanças ocorridas após o decreto do Estado Novo, em 1937, a partir do qual a capacidade de mobilização da sociedade civil ficou limitada e foi aos poucos arrefecendo, vez que as instituições e o próprio debate feminista perderam espaço, sendo que 1940 foi o ano em que Bertha Lutz deixou oficialmente a direção da FBPF.

O arquivo do FBPF possui uma ampla memória da trajetória e da produção intelectual do grupo vinculado à sua organização, principalmente a partir do protagonismo de sua idealizadora Bertha Lutz. Conforme será pormenorizado no terceiro capítulo dessa pesquisa, houve por parte da direção da FBPF uma preocupação com a construção e a preservação de uma memória sobre a associação. Durante o período final da década de 1930, algumas atas da FBPF apontam para um esforço da direção da associação no sentido da criação de um espaço de preservação dos documentos relativos à memória da mesma. Preocupação essa que pode ter relação com uma necessidade de controle das “conquistas” da associação, e também com conteúdo que seria divulgado e lembrado sobre o papel da Federação na história do próprio movimento, visto que outros grupos feministas vinham despontando no cenário nacional e ganhando importância política.

É possível inferir que as fontes produzidas pela FBPF, embora nem sempre tenham sido produzidas de maneira intencional, foram selecionadas e conservadas propositalmente “com o objetivo de demonstrar aos contemporâneos e afirmar, nos anos imediatamente seguintes, os aspectos gratificantes, positivos considerados pelos que selecionaram e conservaram os documentos significativos (RAGAZZINI, 2001, p. 17)”. Pode-se afirmar que os documentos foram selecionados e conservados pela FBPF com o intuito de criar uma memória positiva sobre a associação como precursora do movimento feminista brasileiro e, ao mesmo tempo, silenciar outras iniciativas associativas de mulheres que lhe foram contemporâneas.

A maior parte dos documentos consultados em uma triagem inicial diz respeito à rotina e organização da FBPF. Eles fazem parte de duas séries que compõem o referido fundo: Administração e Bertha Lutz. Do ponto de vista da organização catalogada pelo Arquivo Nacional, neste primeiro momento da pesquisa foram selecionados os documentos textuais que foram organizados pelo citado arquivo da seguinte forma: Entidades Afins, Eventos, Correspondência e Estrutura e Organização.

Esses documentos são compostos por cópias datilografadas e originais manuscritos, alguns dos quais apresentam rasuras e inserções de notas posteriores às margens, comentários, apontamentos e correções. O fundo é composto também de um número significativo de documentos iconográficos que estão disponibilizados no sítio digital do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e que são utilizados na pesquisa.

No que se refere as fotografias, as mesmas podem ser entendidas como uma “recriação da realidade, como simulacro que é e não é ao mesmo tempo, o objeto real, a fotografia no que mostra e no que não mostra e no que dissimula, como conhecimento dissociado da experiência que redefine a própria realidade” (CIAVATTA, 2002, p. 16).

Embora as fotografias descrevam uma determinada realidade, as mesmas podem ser entendidas como uma “visão de mundo”, como uma interpretação do que é (ou era) uma certa sociedade. As fontes iconográficas e iconológicas devem ser vistas, portanto, a partir de sua relação com as posições que os sujeitos ocupam (ou ocupavam) em determinado campo de poder pois dizem respeito à construção da memória de quem as forjou (POLLACK, 1989, p. 3-15).

As correspondências, recebidas e enviadas, em ampla medida fornecem pistas acerca das redes de sociabilidade traçadas entre a FBPF e intelectuais importantes do período, e também permitem mensurar as estratégias utilizadas pela associação para propagandear e conquistar espaço no campo, mostrar seus aliados e desafetos, e a colaboração entre os grupos associativos de mulheres da época.

Embora as correspondências utilizadas nesta tese que contivessem aspectos pessoais, sejam endereçadas a Bertha Lutz ou outras protagonistas da FBPF, elas tratavam também da organização e da administração da Federação. Por meio desta troca epistolar é possível, mediada pelas representantes das associações, identificar uma interessante e reveladora rede de informações e conhecimento, conectar visões de mundo, crenças, pensamentos e indicar os possíveis caminhos traçados para as ações intelectuais dessas mulheres.

Neves (1988) aponta que é possível traçar alguns elementos acerca do uso do material epistolar a partir do questionamento de sua constituição, estatuto e cronologia. De seu ponto de vista, é necessário atentar para as inúmeras possibilidades de leitura que este tipo de documento apresenta:

às relações de regras de reciprocidade (análise de envios e respostas),

aos temas favorecidos pelo uso desse suporte; às características de sua materialidade; aos critérios que presidem a sua guarda ou destruição; ao seu caráter de “encaixe” em séries imateriais ou epistêmicas; à variedade construída dentro desse gênero (a carta que só pode ser aberta em certa situação, a carta a amigos, etc.); à análise quanto aos ritos de tratamento, interpelação, regras de polidez, etc.; à sua inserção no arquivo e ao seu grau de “integridade” e “continuidade”; aos ritmos de sua cronologia; às suas condensações, esgarçamento, rarefações e silêncios (NEVES, 1988, p. 191-195).

Após o primeiro contato com esse conjunto de fontes, plural e volumoso, buscou-se categorizar as fontes em determinados temas, para assim propiciar um melhor trabalho de análise. As temáticas escolhidas para o material encontrado foram: Organização da FBPF; identificação e prosopografia das protagonistas da FBPF; redes de sociabilidades com filiais, aliados e desafetos e organizações internacionais.

Outro acervo consultado durante a pesquisa foi o do Museu Nacional, especialmente o Fundo Bertha Lutz, no Rio de Janeiro, visto que Bertha Lutz foi funcionária do museu e dedicou boa parte de sua vida à museologia¹².

Em determinadas passagens, essa narrativa irá se remeter também a matérias jornalísticas de anos anteriores e posteriores ao período indicado como recorte temporal, visto que as mesmas se prestam a compreender algumas questões relativas às mulheres e às associações estudadas, às disputas travadas para reconhecimento público da associação e à elucidação de pontos obscuros acerca das trajetórias das protagonistas e que não estavam referidos na bibliografia consultada. A maioria dos periódicos examinados foi produzida no Rio de Janeiro, capital Federal do Brasil, no período em que se centra a presente pesquisa. Contudo, também foram consultados periódicos da Bahia – século XIX –, de Minas Gerais e de São Paulo, tanto para mapear a formação inicial de duas intelectuais estudadas – Leolinda Daltro e Maria Lacerda de Moura – quanto para organizar informações acerca do capital familiar, cultural e social das mesmas. Também foram utilizados alguns jornais franceses que permitiram acessar informações acerca do surgimento do movimento feminista e sufragista internacional e entender o contexto de formação e do encontro entre Bertha Lutz e Jerônima de Mesquita em Paris.

¹² Durante o último ano de desenvolvimento da presente tese, por omissão do poder público, o prédio que abrigava o acervo do Museu Nacional e seu acervo (o mais antigo do país) com mais de 20.000 itens de valor cultural e histórico inestimável foi destruído por um incêndio.

A utilização desta fonte documental se mostrou fecunda para os objetivos dessa tese, na medida em que, como menciona Vieira (2007),

a imprensa permite uma ampla visada da experiência cidadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional. Nela encontramos projetos políticos e visões de mundo e vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais (VIEIRA, 2007, p. 13).

Uma das estratégias estabelecidas por essas mulheres para dar visibilidade às suas proposições foram as publicações de notas e artigos na imprensa periódica. O conceito de estratégia utilizado nesta pesquisa considera as contribuições de Pierre Bourdieu (1990), para quem,

a noção de estratégia é o instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe (recorrendo, por exemplo, à noção de inconsciente). Ela é produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais (...). O bom jogador, que é de algum modo o jogo feito homem, faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige. Isso supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas. O que não garante a obediência mecânica à regra explícita, codificada (quando ela existe) (BOURDIEU, 1990, p. 79).

Para perscrutar o projeto formativo de Leolinda Daltro enquanto concorrente do projeto da FBPF foram analisadas reportagens e entrevistas da imprensa fluminense e paulistana que mencionavam o nome de Daltro e duas obras escritas pela intelectual: *Início do feminismo no Brasil: Subsídios para a história* (Parte 1) (1918) e *Da catechese dos índios: Notícias e documentos para a História* (1920).

A primeira obra consiste em uma narrativa de Daltro sobre a fundação do Partido Republicano Feminino que, além de reproduzir o discurso da intelectual na ocasião, também descreve as sugestões e discussões ocorridas na sessão de inauguração do referido partido. A segunda fonte diz respeito a um conjunto de documentos diversos reunidos durante o período em que a professora Daltro esteve

envolvida com a causa indígena em Goiás e no Rio de Janeiro. Compõem a obra: reportagens da imprensa, cartas, depoimentos, atas de reuniões e fotografias.

Para o estudo da trajetória de Maria Lacerda de Moura buscou-se em acervos digitais e físicos as obras de autoria da intelectual e sua produção no contexto da imprensa mineira e paulista. Entre as obras da autora utilizadas como fontes nesta tese estão os seguintes títulos: *Em torno da Educação* (1918), *Renovação* (1919), *A fraternidade na escola* (1922), *A mulher hodierna e o seu papel na sociedade* (1923), *A mulher é uma degenerada?* (1924), *Lições de Pedagogia* (1925), *Religião do amor e da beleza* (1926), *De Amundsen a Del Prete* (1928), *Civilização, tronco de escravos* (1931), *Amai-vos e não vos multipliqueis* (1932), *Serviço Militar obrigatório para a mulher? Recuso-me, denuncio* (1933), *Clero e Fascismo, horda de embrutecedores* (1933), *Fascismo – filho dileto da Igreja e do Capital* (1933), *O Silêncio* (1944). Duas obras foram traduzidas e publicadas na Argentina e no Uruguai: *A mulher hodierna e o seu papel na sociedade* e *A mulher é uma degenerada?* Também foi utilizada uma obra de autoria de Julio R. Barco, *Liberdade sexual das mulheres*, que foi traduzida por Maria Lacerda em 1932. Tais documentos foram encontrados no acervo Coleção Miriam Lifchitz Moreira Leite (CMML) localizado no CEDEM (Centro de Documentação e Memória da UNESP). A referida coleção, deixada pela professora Miriam Leite a Universidade de São Paulo, foi reunida durante a produção de sua tese de doutorado em 1984 e agrega fontes de diferentes naturezas produzidas sobre e por Maria Lacerda de Moura.

Para contribuir com a organização da narrativa desenvolvida no presente trabalho, também foram formulados mapas biográficos das intelectuais selecionadas para análise que foram construídos a partir de elementos da trajetória pessoal (vida privada), atuação na vida pública, ações em projetos e associações e redes de sociabilidade. Os mapas possibilitam um olhar de síntese sobre as trajetórias e também vislumbrar os lugares sociais nos quais essas mulheres se encontravam, fosse para apoiar-se mutuamente ou para disputar espaço social. Também são apresentados mapas que sintetizam os objetivos das associações estudadas e as instâncias afins que as compunham. Todos esses elementos foram construídos com base nas fontes selecionadas, organizadas e interpretadas pela pesquisadora.

Optou-se por organizar a presente pesquisa em três momentos distintos.

No primeiro capítulo – *Feminismos em Movimento e Movimentos* – destaca-se a análise do contexto do nascimento de organizações femininas/feministas no início do

século XX e deu-se destaque a algumas mulheres que não participaram de associações feministas, mas que defenderam pautas que podem ser consideradas feministas para o contexto analisado.

No capítulo II – *Outros Movimentos: “Arregimentando mulheres na sagrada missão pela emancipação feminina”* – No texto, busca-se refletir sobre os diferentes modelos associativistas presentes no período, ressaltando o movimento negado posteriormente pela FBPF – o PRF – e a trajetória de Leolinda Daltro, tanto como educadora, quanto como feminista.

Procura-se tencionar o projeto formativo que esteve em disputa com a FBPF por meio da trajetória de Leolinda Daltro, os elementos que marcaram a negação do movimento organizado por ela são destacados como “mau feminismo” e são cruzados com aqueles que se tornaram essenciais para hegemonia da FBPF como modelo do feminismo brasileiro. Destaca-se que embora existam semelhanças entre o projeto formativo elaborado por Leolinda Daltro e seu PRF e o projeto da FBPF, os mesmos ocorreram em períodos distintos.

A investigação recai também sobre a trajetória de Maria Lacerda de Moura e seu inusitado encontro com Bertha Lutz, ambas protagonistas na organização da LEIM, associação que deu origem à FBPF. A amizade entre essas duas mulheres e o desejo de ressignificar o papel atribuído às mulheres no contexto estudado ajudaram a projetar o movimento feminista do início do século XX e estruturar o modelo associativista feminino.

No Capítulo III – *“Viribus Unitis”: o movimento feminista da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* – a análise recai sobre o processo de organização da FBPF. Para compreender como a associação compôs o seu quadro diretivo, construiu a imagem de organização responsável e “orientadora do movimento feminino no Brasil”, considerada de “utilidade pública” e usou o recurso da exemplaridade para granjear espaço para seu projeto formativo, analisou-se por meio da prosopogografia as trajetórias das agentes que foram identificadas como aquelas que ocuparam posições estratégicas e de destaque que permitiram sua visibilidade e reconhecimento no campo político, científico, acadêmico e jornalístico.

Dentro desse panorama, esta tese pretende levar seu leitor ao encontro de trajetórias de mulheres que protagonizaram o movimento feminista nacional, os lugares sociais por elas ocupados, as relações que mantiveram com seus pares, acordos, desacordos e tensões que envolveram suas decisões e opiniões e que

podem auxiliar a refletir sobre as contribuições desses movimentos nos caminhos da educação e da educação feminina.

1 FEMINISMOS EM MOVIMENTO E MOVIMENTOS

O desejo pela igualdade entre os sexos presente nos feminismos de diversas matizes, tempos e espaços sociais, deriva de uma tradição democrática e utópica da Modernidade. A Revolução Francesa, a democracia em germe e a República não tinham interesses na participação igualitária de homens e mulheres na política. Conforme aponta Fraise (1989), desde o fechamento dos salões femininos em 1783¹³, até a cidadania masculina assinalada no documento *Declaração dos direitos dos homens e cidadãos*, as mulheres não foram convidadas a debater assuntos relativos à *coisa pública*.

A lenta e desigual inclusão das mulheres no espaço público foi uma conquista de mulheres – e homens – que durante os séculos XIX e XX, fomentadas pelas novidades apresentadas pela democracia e as teorias revolucionárias, buscaram a igualdade de direitos civis, políticos e sociais. No ideal do universalismo francês do período da Revolução Francesa, as mulheres permaneceram marcadas pelas determinações biológicas do seu sexo e foram entendidas como cidadãs de segunda categoria, encerradas em seu papel doméstico e em uma relação de desigualdade e dependência com os homens, que era encarada, nesse contexto, como natural.

Os primeiros textos que advogaram a favor dos direitos femininos e da igualdade entre homens e mulheres podem ser encontrados no período da Revolução Francesa. Um documento seminal produzido nesse contexto foi a *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* (“Declaração dos direitos da mulher e da cidadã” em tradução livre) publicado em setembro de 1791, de autoria de Marie Gouze, cujo pseudônimo mais conhecido foi o de Olympe de Gouges (1748-1793) e se pautou pelo modelo da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, aprovada em 27 de agosto de 1789, que não mencionava a igualdade jurídica entre homens e mulheres.

A declaração escrita por Gouges, com 17 artigos, foi apresentada à Assembleia

¹³ Em Paris, nesse contexto, dois salões voltados ao público feminino se destacavam antes de seu fechamento. O primeiro chamava-se *Société Patriotique et de Bienfaisance des Amies de la Vérité* e marcou presença entre 1791 e 1792. Fundado por Etta Palm de Aelders, que enquanto figura pública, teve suas ações voltadas à educação de meninas pobres e reivindicou a concessão legal do divórcio e dos direitos políticos para as mulheres. Posteriormente a *Société des républicaines révolutionnaires*, fundada em maio de 1793, composto por militantes, costureiras e outras trabalhadoras, que propunha a participação das mulheres na política e foi fechado em 30 de outubro de 1793 (FRAISE, 1989).

Nacional da França em outubro de 1791 e em seu bojo defendia que a “mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos”. Contudo, o documento de Olympe foi rejeitado por aquela convenção (PERROT, 1998).

A participação restritiva das mulheres na cena pública, segundo Michelle Perrot, partia do pressuposto de que, por sua natureza, as mulheres estavam destinadas ao silêncio (p. 59). O lugar social ocupado pela mulher, durante esse período foi “a representação do privado, e sua participação ativa, como mulheres em praça pública, era rejeitada por praticamente todos os homens” (HUNT, 2009, p. 23).

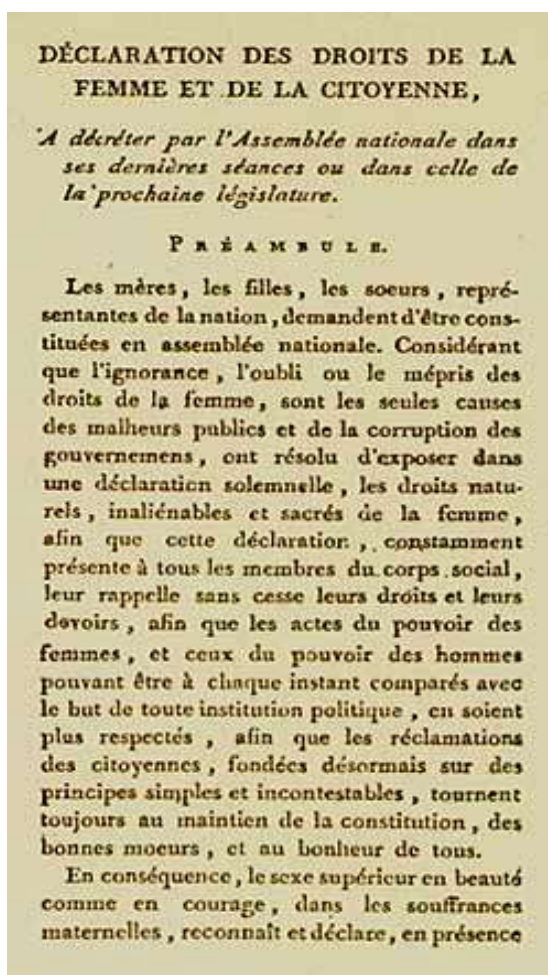


FIGURA 2: DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER E DA CIDADÃ

FONTE: GOUGES, OLYMPE DE. DÉCLARATION DES DROITS DE LA FEMME ET DE LA CITOYENNE. IN: BIBLIOTHÈQUE JEANNE HERSCH. TEXTES FONDATEURS.

O livro *A Vindication of the Rights of Men* (1790) (“Uma reivindicação do direito dos homens” em tradução livre) de autoria de Mary Wollstonecraft¹⁴ é considerada

¹⁴ Mary Wollstonecraft (1759 - Inglaterra). Nasceu em uma família rica, era a segunda entre sete filhos. A família faliu e ela passou a trabalhar como governanta em casas de famílias da elite

uma obra paradigmática neste sentido. As reflexões de Wollstonecraft surgiram como uma crítica social, moral e política a partir de sua conclusão de que, no lema de igualdade promovido pela Revolução Francesa, as mulheres não estavam incluídas (BIROLI e MIGUEL, 2014). Em seu livro *Thoughts on the Education of Daughter* (“Pensamentos sobre a educação das filhas” em tradução livre), no qual trata da condição da mulher na Europa – com ênfase particular na Inglaterra - publicado por sua filha após o seu falecimento, ela registrava que: “Desafortunada é a situação das fêmeas, educadas de acordo com a moda, mas deixadas sem fortuna alguma”¹⁵¹⁶.

Dando destaque a rudimentar educação feminina ela defendia que a precariedade do ensino para as mulheres era a origem das desigualdades entre sexos, “é assim, por exemplo, que a demanda por educação tem por objetivo exclusivo permitir o livre desenvolvimento da mulher como ser racional, fortalecendo a virtude por meio do exercício da razão e tornando-a plenamente independente” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 24). Em sua obra não encontra-se, por exemplo, o argumento que se tornou recorrente no feminismo da virada do século XIX para o século XX de que a mulher deveria ser educada para se tornar a companheira ideal para o homem.

Embora não possa ser considerada como uma feminista, a palavra nem mesmo existia naquele contexto, ela, difundiu o que é considerado um dos primeiros discursos favoráveis ao sufrágio feminino e aos direitos da mulher.

O termo feminismo, entendido como a busca por igualdade de direitos entre homens e mulheres, tem origem francesa (*fèminisme*) e sua gênese foi atribuída

com a intenção de ajudar a mãe e as irmãs a sobreviverem ao pai, que conforme apontam BIROLI e MIGUEL “era alcoólatra e violento”. As observações desta experiência ela registou e publicou nos seguintes romances: *A Fiction* (1788), *Original Stories from Real Life* (1788) e o póstumo *The Wrongs of Woman, or Mary* (1798), publicado por sua filha Mary Shelley. Wollstonecraft apaixonou-se por um jovem artista inglês, com quem teve uma filha. Ao ser desprezada por ele, tentou o suicídio por duas vezes. Trabalhando na casa de Joseph Johnson e participando deste círculo social conheceu William Godwin, com quem se casou e teve uma filha: Mary Shelley, autora do livro *Frankenstein ou o Prometeu Moderno* (BIROLI e MIGUEL, 2014).

¹⁵ Tradução livre.

¹⁶ Convém salientar que a época, pelos códigos de sucessão hereditária, os bens da família eram herdados pelos primogênitos homens e as mulheres (filhas ou esposas) não tinham direito à herança em caso de falecimento do pai ou marido. Quando não houvesse filho de sexo masculino o homem primogênito com parentesco mais próximo herdava os bens e mantinha as mulheres da família por meio de uma pensão definida por ele.

durante muitos anos a François Marie Charles Fourier (1772-1837) que teria empregado o conceito pela primeira vez em 1837. Fourier entendia a mulher como indicador de progresso social, para ele quanto mais esse grupo social avançava em direção à sua liberdade, maior seria o seu desenvolvimento. Possivelmente, tal assertiva, fez com que as feministas do final do século XIX e início do século XX atribuissem a origem do termo a esse autor. No entanto, historiadoras como Fraise (1989) e Perrot (1998) argumentam que, embora Fourier tenha em seus escritos promovido a ideia de igualdade entre homens e mulheres, não teria utilizado o *neologismo* feminismo.

Foi neste período que as primeiras discussões sobre as mulheres enquanto um grupo social que estava submetido a exclusão, submissão e exploração ocorreu. Esse movimento anterior ao uso do termo feminismo é chamado por Botting (2006) de proto-feminismo (265-278).

A desigualdade entre homens e mulheres em função das diferenças biológicas foi a tônica que justificou e reforçou a presença das mulheres na esfera privada e a recusa de sua participação na cena pública nos anos que se seguiram. A mulher foi associada a uma espécie de poder misterioso e perigoso, personificado na frase do poeta britânico William Ross Wallece: “a mão que balança o berço, é a mão que governa mundo”. Embora não estivesse autorizada a participar da vida política, por exemplo, a mulher exerceria nos homens uma dominação ruidosa e definitiva, encarregando-se de alinhar os fios das decisões nos bastidores, enquanto “os pobres homens, como marionetes, mexiam-se na cena pública” (PERROT, 1988, p. 168).

A resistência em considerar a mulher como um indivíduo de direitos, foi um obstáculo para a conquista da igualdade dos mesmos. O casamento, por exemplo, para além de um elo contratual entre dois indivíduos, marcava a criação de um novo ser humano. Ao optar pelo casamento, a mulher perdia sua individualidade, sendo que o pensamento do marido passava a representar a vontade do casal. Por isso, a igualdade de direitos entre homens e mulheres passou a ser entendida como um perigo à paz dos lares. A liberdade da mulher parecia incompatível com o papel social a ser desempenhado por ela na esfera doméstica.

Somente no século XIX a obra de Mary Wollstonecraft foi retomada, junto à discussão sobre a igualdade entre os sexos. Conforme aponta Peter Gay (1995), mulheres raras e corajosas dariam passagem à participação de suas contemporâneas

na esfera pública, atuando como “escrevinhadoras” vigorosas e obstinadas em redefinir os papéis sociais de homens e mulheres de sua época. Havia um paradoxo que girava “entre o medo da nova mulher e a admiração por sua ousadia” que continuou a ser fundamental para o afastamento das mulheres da vida pública no início do século XX (p. 356).

Autores e intelectuais da virada do século XIX para o século XX, embora pudessem discordar em alguns aspectos, consideravam a participação da mulher na cena pública um perigo. Dickens, por exemplo, debochava das mulheres que defendiam os direitos a igualdade. Segundo ele, em vez de estar “melhorando o destino das suas irmãs”, ao encorajá-las a “usurpar as funções dos homens” na verdade, estavam destruindo o que já era delas mesmas, suas qualidades de amor. “Uma mulher-homem”, disse ele, “é repulsiva” (GAY, p. 359).

Mesmo autores considerados mais abertos à educação e à participação das mulheres na esfera pública, cujos escritos foram posteriormente utilizados pelas feministas liberais para defesa da igualdade entre homens e mulheres, eram cuidadosos ao se referir ao tipo de ocupação preferencial para a mulher. Era o caso do liberal John Stuart Mill (1806-1873) que considerava que “a maior ocupação da mulher deve[ria] ser embelezar a vida: cultivar, em seu próprio benefício e daqueles que a rodeiam, todas as suas faculdades de mente, alma e corpo” (MILL, 2001, p. 106).

Michelle Perrot (1998) sustenta que o antifeminismo, presente em diversos contextos e diferentes esferas sociais, pode ser entendido como “o antídoto e a esconjuração” do feminismo (p. 8), funcionando como um antagonista diante das ações das feministas e a toda a ideia de igualdade entre os sexos. Rocherfot (1998, p. 146), menciona que o mesmo se revela como uma oposição à visibilidade das mulheres em novos papéis sociais, em novos espaços na cena pública, em concomitância com as manifestações por igualdade de direitos, que pode ser observada na virada do século XIX para o século XX. A querela se coloca a partir da condição social da mulher – vista como de natural submissão – e sua natureza biológica, na qual o termo feminismo é utilizado pelos antifeministas enquanto sinônimo de masculinidade das mulheres e inversão de papéis sociais.

A chacota para se referir às mulheres que defendiam a igualdade entre os sexos, presente no discurso de Dickens, tornou-se frequente ao longo do século XIX. Em 1872, o jornalista Alexandre Dumas Filho utilizaria o termo “feminismo” em seu panfleto “O homem-mulher” para se referir pejorativamente aos homens que apoiavam

o nascente movimento sufragista britânico.

A expressão foi por ele retirada da tese médica intitulada *Du féminisme et de l'infantilisme chez les tuberculeux*, (“O feminismo e o infantilismo em pacientes com tuberculose” em tradução livre) documento em que Ferdinand-Valère Faneau de la Coure descrevia os sintomas que alguns homens doentes de tuberculose apresentavam após a doença, nos quais revelavam traços “infantis e feministas” tais como: “cabelo fino, cílios longos, pele macia e branca, barba rala, órgãos genitais pequenos e mamas volumosas (...)” (FRAISSE, 1989).

A palavra se popularizou a partir de sua utilização pela francesa Hubertine Auclert (1848-1914) que, em 1889, fundou o jornal sufragista *La Citoyenne* (ANGLETELRE. 1889, p. 3) e passou a utilizá-la para se referir ao movimento de mulheres que buscavam a igualdade na França.

O Oxford English Dictionary registra o ano de 1894 como o da primeira aparição do termo “feminista” na Inglaterra e 1895 do termo “feminismo”. Segundo o dicionário, o jornal inglês “The Daily News” introduziu pela primeira vez o termo “feminista” à língua inglesa, importando-o da França e insinuando que era algo perigoso: “O que nosso correspondente em Paris descreve como um grupo ‘feministas’ [...] na câmara francesa de deputados”. O termo era utilizado para se referir as sufragistas britânicas das últimas décadas do século XIX e seguiu sendo utilizada pelos antifeministas de forma pejorativa.

No Brasil da virada do século XIX para o século XX, os ecos dos movimentos das mulheres em torno da igualdade de direitos e das mudanças de sentido atribuídas ao termo feminismo podem ser localizados na imprensa periódica. O primeiro artigo que mencionava a palavra feminismo localizado, pela pesquisadora, associava seu sentido a um homem que se comportava como mulher (**O meio**, Rio de Janeiro, 1889, p. 105). Na matéria, sem autoria, o destaque era o suicídio de um homossexual negro que era empregado em uma *casa de coquetes*. A menção ao termo aparecia da seguinte maneira:

O feminismo pode ter diversas causas citando-as: a fraqueza de espírito, a idiossincrasia de um temperamento lasso, o relaxamento de uma força nervosa ou o vício de uma educação acanhada fazendo propender para a molície, para a contemplação e daí para a volúpia fraca. O efeminado é um tipo de exceção, no geral ou uma vontade inerte, incapaz de reagir, operando por influência de outrem, o que finalmente, um poeta psicólogo chamaria – alma morta (**O meio**, Rio de

Janeiro, 1889, p. 105).

Se numa primeira aparição o termo é utilizado para caracterizar a fragilidade e debilidade cujo comportamento é visto como doença¹⁷, as notas e matérias da década de 1890 acompanhavam a atualização semântica da palavra feminismo e, ao mesmo tempo noticiavam o avanço das reivindicações das mulheres por cidadania e direitos políticos no mundo e também apontam para outros possíveis sentidos, como àqueles relacionados aos costumes e a moda feminina.

Dizia um artigo de 1891 ao definir o que era feminismo “[...] é o hábito estonteante de todas as mulheres, [...] a voluptuosa ondulação dos vestidos, os perfumes, [...] das luvas, dos regalos, das umbrelas, dos maravilhosos chapéus [...]” (**Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 20 de junho de 1891, p. 3). Outro artigo do mesmo período faz uma crítica à moda do feminismo, referindo-se também a mudanças nos trajes femininos:

As inglesas estão fazendo um novo e viril esforço para masculinizar as modas [...] corpete semelhante um fraque com lapelas e ramo de violetas na botoeira [...] dá certamente um ar audaz e picante, [a] uma rapariga – mas tira toda a graça o *feminismo* a uma mulher feita [...] Adotando o paletó, e o chapéu tirolês – porque não o charuto? ” (**Gazeta de notícias**, Suplemento Literário, Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1892, p. 2).

Os periódicos consultados entre 1890 e 1899 apontam para uma certa estabilidade nos sentidos atribuídos ao termo feminismo que passou a designar o movimento de mulheres em busca de igualdade de direitos. As ações e conquistas das mulheres na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Austrália, na França e Alemanha são destaque nos jornais de todo Brasil¹⁸. Em um dos artigos consultados, datado de 1898 no **Correio Paulistano** (SP), o pseudônimo M. Fontclose, responde “O que é feminismo?”

¹⁷ Esse depravado negro que amou, que morreu de amor, foi um criminoso? Foi um perverso? Foi um abjeto? Não – foi um enfermo, um caso de impaludismo social. Foi a própria sociedade que o estragou [...]” (**O meio**, Rio de Janeiro, 1889, p. 106).

¹⁸ Foram consultados 58 periódicos nos quais foram encontrados 203 artigos, editoriais ou notas que se remetiam ao termo feminismo ou feministas entre 1880 e 1890. A busca dos artigos se deu por palavra-chave. Os artigos mais relevantes estão elencados nas referências deste trabalho.

O feminismo é ao mesmo tempo uma doutrina e um partido.

- Doutrina, que tem por base a seguinte fórmula: “A mulher é a igual ao homem sob todos os pontos de vista e, partindo deste princípio, deve ser tratada da mesma maneira pela lei e pela sociedade.

- Partido, porque conta em todos os países um grupo mais ou menos numerosos de mulheres e até homens, decididos a entrar em guerra contra as leis e os usos para fazer triunfar esta fórmula em todas as suas aplicações. Ser feminista, é ser partidário da emancipação legal e social da mulher.

(FONTCLOSE, M. **Correio Paulistano**, São Paulo, 26 de março de 1898, p. 1).

Na sequência do o artigo a autora argumentava que dentro de diferentes grupos de mulheres ligadas ao feminismo haviam variadas opiniões e grupos políticos. Feministas que desejavam a igualdade em todos os aspectos da vida: na política, o direito ao voto, assento na câmara, admissão em todas as carreiras e profissões, chamadas por ela de intransigentes. As moderadas que escolhiam, dizia ela: “não isto, nem isto, mas isto”. As feministas tímidas que de seu ponto de vista “não ousam materialmente tirar as deduções ainda que filosoficamente lógicas” e por fim, aquelas que não se interessavam pelo assunto, fosse por apego aos costumes familiares, religiosos, por estarem demasiadamente preocupadas com a moda e a beleza ou ainda por pertencerem a uma “multidão das ignorantes camponesas, jornaleiras” (FONTCLOSE, M. **Correio Paulistano**. São Paulo, 26 de março de 1898, p. 1).

Adotando um tom conciliatório e moderado a autora mencionava que, possivelmente as mulheres do século XX seriam muito diferentes daquelas que lhes antecederam. Dizia ela:

Não se pode negar que, sendo-lhe permitida a mais desenvolvida instrução, tendo-lhe o comércio aberto as suas portas, reclamando-a a literatura e as artes, a mulher de 1900 é muito diferente de suas bisavós que eram simplesmente verdadeiras senhoras ou mães de família [...]. (FONTCLOSE, M. **Correio Paulistano**. São Paulo, 26 de março de 1898, p. 1).

Conquanto afirmasse considerar a emancipação feminina importante para geração do século XX, a articulista alertava para os riscos de que o feminismo e a emancipação da mulher extrapolassem o que era entendido por ela como reivindicações moderadas:

Em nome da igualdade dos dois sexos pode chegar-se até a conclusões grotescas. Em nome da emancipação, pode tocar-se audaciosamente no que há de mais respeitável e sublime no mundo: casamento, família, maternidade. [...]

Quanto ao mais, correr a “emancipação total” que sonham os intransigentes, é correr para o desconhecido, repleto de tempestades e perigos. Procurei determinar em poucas palavras, o que é o feminismo, o que ele pede e o que ele impõe. (FONTCLOSE, M. **Correio Paulistano**. São Paulo, 26 de março de 1898, p. 1).

Assim como ocorria em São Paulo, na cidade de Curitiba em 1901, Mariana Coelho iria a público em Curitiba para defender o direito ao voto feminino:

Que entusiástico alvoroço, que delirante expansibilidade não terá produzido nas altas regiões feministas a aprovação francesa ao projeto que concede, finalmente, o voto à mulher? E com que desfrutável cara a receberiam os renitentes antagonistas da emancipação feminina, reconhecendo-se impotentes para deter a corrente infalível, a marcha triunfante e “assustadora” do progresso social e intelectual feminino – verdadeiro terror que assoberba e confunde uma grande parte do sexo “forte”! (COELHO, Diário da Tarde. Curitiba, 01 de março 1901, p. 01).

Ela aproveitava um espaço que o jornal lhe concedera em uma coluna aparentemente voltada às preocupações consideradas na época como femininas, tais como moda e regras de etiqueta, para dar início a uma discussão sobre os direitos da mulher e seus deveres diante da construção de um mundo guiado pela racionalidade e pelo progresso¹⁹. Para isso, mencionava uma notícia sobre o movimento sufragista na Europa e a partir dela dissertava sobre o movimento feminista e sobre a educação da mulher. É interessante notar que embora ela fizesse referência à aprovação de um projeto que teria dado o direito de voto à mulher na França em 1901, a legalização dos direitos políticos femininos naquele país só seria efetivada em 1945.

Em relação a esse episódio, é necessário mencionar que a publicação de

¹⁹ De acordo com o artigo publicado em 06 de março de 1901, no mesmo Diário da Tarde Mariana Coelho afirmava que recebeu um convite do editor do jornal para escrever a coluna *Chronica da Moda*. O espaço foi utilizado de forma estratégica por Mariana Coelho que entre dicas das tendências francesas para a moda feminina da estação e de novas regras do *savoir vivre*, abordava assuntos relativos a *emancipação feminina*. Uma análise da trajetória de Mariana Coelho e sua participação no *feminismo da primeira onda* foi realizada na dissertação: *Educação e Participação Política: a visão de formação feminina de Mariana Coelho (1893-1940)* (BUENO, 2010).

Mariana Coelho teve repercussão na imprensa paranaense e estabeleceu um debate em torno do tema feminismo, no qual Georgina Mongruel (1861-1953) se posicionou contrária ao avanço do feminismo e o jornalista paranaense Nestor de Castro (1867-1906), embora tenha inicialmente criticado o posicionamento de Coelho, na sequência do confronto se mostrou favorável ao movimento pela igualdade entre homens e mulheres²⁰²¹²².

Conforme aponta Martins (2004) nos discursos científico, filosófico, literário, na representação das artes plásticas e nos textos sociológicos, bem como na produção médica que atravessou o século XIX, a mulher se tornou objeto de debates e a definição da figura feminina converteu-se em um problema para os homens cultos. Como exemplo toma-se aqui Baudelaire (1996) que faz, em texto publicado originalmente em 1857, uma interessante interpretação acerca das mulheres:

[...] esse ser no qual Joseph Maistre via um *belo animal* cujas graças alegravam e tornavam mais fácil o jogo sério da política; para o qual e pelo qual se fazem e desfazem fortunas; [...] do qual advêm os mais debilitantes prazeres e as mais fecundas dores; a mulher [...] é, antes uma divindade, um astro, que preside todas as concepções do cérebro masculino; é uma resplandecência de todas as graças da natureza condensadas num único ser; é o objeto da mais viva admiração e curiosidade que a moldura da vida pode oferecer ao espectador. *É uma*

²⁰ Georgina Leonard Mongruel (1861- 1952), foi uma figura importante na capital paranaense. Ela nasceu em Charleroi, Bélgica e foi educada por seu avô em Paris. Na Bélgica formou-se na Escola Normal Superior de Mons, em 1885. Morou em São Paulo e no Rio de Janeiro e em 1895 passou a residir em Curitiba. Em Curitiba deu aulas de canto, piano, violino e pintura na Escola de Belas Artes. Colaborou em alguns periódicos em Bruxelas, na Bélgica e em Paris no jornal *Mercur de France*. Escreveu ainda no *Diário da Tarde* e na revista *Fon Fon* no Rio de Janeiro. Também participou do Centro de Letras e do Instituto Néopitagórico (NICOLAS, 1974, v. 2, p. 319).

²¹ Nestor Pereira de Castro (1867-1906) nasceu em Antonina. Órfão de pai e mãe foi internado aos 10 anos em um Seminário em São Paulo. No Seminário redigiu um jornal manuscrito chamado *de O Reflexo*, em 1884 foi colaborador no jornal *O Iguapense*. Deixou o seminário e regressou a Antonina em 1886, dedicando-se nesse período ao comércio. Em 1887 casou-se e do casamento teve doze filhos, dos quais apenas quatro sobreviveram. Transferiu-se para Curitiba em 1887 e tornou-se jornalista profissional, trabalhou no *Dezenove de Dezembro*, na *Gazeta Paranaense*, no *Sapo*, na *Tribuna do Povo*, n'A *Notícia*, no *Diário da Tarde*, n'A *Federação*, n'A *Estrela*. Em 1902 assume a direção jornal oficial do partido dominante, *A República*. Junto com Euclides Bandeira e Romário Martins, formou a tríade virulenta e polêmica que dominava o jornalismo de Curitiba (BEGA, 2001, p. 267).

²² Para mais sobre o debate entre Mariana Coelho e Nestor de Castro no jornal *Diário da Tarde*. Ver BUENO, 2018.

espécie de ídolo, estúpido talvez, mas deslumbrante, fascinante, que mantém os destinos e as vontades pendentes de seus olhares. Não é, digo eu, um animal cujos membros, corretamente combinados, proporcionam um exemplo perfeito de harmonia; não é nem mesmo o tipo de beleza pura, tal como pode ser sonhado pelo escultor nas suas mais severas meditações; não, isso ainda não seria suficiente para explicar seu misterioso e complexo fascínio (BAUDELAIRE, 1996, p. 53 e 54).

Esta imagem contraditória sobre a mulher que aparece no texto de Baudelaire em certa medida sintetiza as opiniões dos *homens de letras* do período acerca do ser feminino. Ao mesmo tempo em que a mulher é descrita como uma divindade aos olhos do pintor, símbolo da beleza natural, um convite à felicidade, também ela é a causadora das piores dores e, mesmo sendo um ser estúpido, causa no homem uma espécie de adoração. Esses pares de oposição apresentados pelo autor demonstram que, para ele, a mulher era objeto de desejo e devoção masculina, mas, ao mesmo tempo, incompreensível, controladora e pouco inteligente.

Essa mesma justificativa pode ser observada nos textos do filósofo Schopenhauer para quem a mulher era “[...] um animal de cabelos longos e ideias curtas”, “dotada do poder da dissimulação como seu meio de ataque e defesa” (p. 31 e 48) ou ainda, em Proudhon, que assim a descrevia: “ideias desconexas, raciocínios ilógicos, ilusões tomadas por realidade, analogias vazias transformadas em princípios, uma disposição de espírito fatalmente inclinada à destruição: esta é a inteligência da mulher [...]” (1858, p. 348).

Além do argumento de que as mulheres já atuavam nos bastidores que, como veremos durante a pesquisa, era utilizado para apartá-las da participação na esfera pública, outra premissa que reiterava e justificava a negativa da participação das mulheres no espaço público, era a ideia de que a mulher tinha em sua essência uma “potência civilizadora”, ou seja, representava a *mãe redentora* que moralizaria a política e salvaria a República (PERROT, 1998).

Neste sentido, pode-se afirmar que a República reservou às mulheres o papel da maternidade: educar, criar e cuidar de um filho que seria, no futuro o “bom cidadão”, bem formado a partir das virtudes e da moralidade, que garantiriam o fortalecimento e o futuro dos valores republicanos. Por ser tão grande sua função na lógica e organização desse modelo social, sua presença na cena pública não era bem-vista.

Goethe (2016), em Fausto, afirmava que “o eterno feminino nos eleva aos céus”. Esta imagem idealizada da mulher, presente também no poema “The angel of the house” (O anjo do lar) de Coventry Patmore (publicado em 1854 e revisado em 1862), contrastava com sua inferioridade na vida social. Assim como ocorria com outras mulheres que se arriscavam na cena pública, a escritora Virginia Woolf (1882-1941), descrevia sua sensação de ter o fantasma do anjo do lar a espreitá-la enquanto ela escrevia:

e quando eu estava escrevendo aquela resenha, descobri que, se fosse resenhar livros, ia ter que combater certo fantasma. E o fantasma era uma mulher. O Anjo da casa [...] era ela que incomodava e roubava meu tempo e assim me atormentava até que afinal eu a matei [...]. Ela era intensamente compassiva. Era imensamente encantadora. Era profundamente abnegada. Ela dominava todas as difíceis artes da vida familiar. Sacrificava-se diariamente [...]. Acima de tudo – nem preciso dizer – era pura. A pureza era considerada sua maior beleza [...]. Ela custou a morrer. Estava sempre deslizando de volta quando eu pensava que tinha liquidado com ela [...] (WOOLF, 2012, p. 10).

As mulheres não se encontravam passivas diante do mito materno. As trajetórias das mulheres destacadas ao longo desta tese mostram intelectuais que deixaram seus filhos em busca de ideais profissionais e que, por vezes, embora reafirmassem o papel importante da maternidade, não passaram por essa experiência ou pelo casamento, casaram-se e se separaram, ou se casaram mais de uma vez, ou ainda defenderam o controle da natalidade.

Contudo, é possível afirmar que o argumento e a posituação da maternidade foram utilizados em circunstâncias específicas de forma estratégica por algumas mulheres do período para justificar a ampliação e qualificação da educação feminina visto que, como responsável direta pela educação da nação, era necessário que a mulher se afastasse da “[...] tradicional treva da sua ignorância [...]” que tivesse preparado o seu espírito de forma culta, deixando de ser, nas palavras de uma mulher da época, “um animal doméstico”²³ (COELHO, 1908, p. 95).

Neste sentido, embora prevalecesse o pressuposto de que havia na mulher uma

²³ Convém ressaltar que o Código Civil brasileiro de 1916 regulamentava a subordinação feminina ao homem, situação que permaneceu inalterada até metade do século XX, assim, para que a mulher estudasse, trabalhasse, ganhasse seu próprio dinheiro e registrasse o nome do pai na certidão de seus filhos, era necessária a autorização do marido.

vocação natural para a maternidade, e este tenha positivado o papel da mulher socialmente, isso também contribuiu para que ela fosse vista como responsável pela moralização da sociedade através da sua prole²⁴.

As iniciativas de associativismo feminismo encontradas no Brasil nos anos finais do século XIX, por exemplo, se caracterizaram por um apelo à filantropia e a espaços de sociabilidade como chás literários e saraus, numa perspectiva de *bastidores*, em que, embora as mulheres pudessem tomar decisões, estas eram comunicadas aos homens, que por sua vez as tornavam públicas. A construção histórica dos conceitos *feminismo* e *feminista* aqui realizados articula-se a elaboração dos sentidos e usos desses termos da perspectiva das intelectuais que foram selecionadas para esta tese e do recorte temporal aqui utilizado, analisando o lugar que estes ocuparam na Pedagogia Feminista.

Conforme veremos ao longo deste trabalho, os posicionamentos públicos das mulheres estudadas eram objetos de atenção, de críticas e elogios. Devido a essa visibilidade, é comum encontrar nas fontes declarações femininas que ora propunham mudanças radicais de comportamento das mulheres, ora cobravam desses sujeitos um posicionamento conservador e convencional, numa tentativa de adequação de uma subjetividade feminina moderna.

Essas tensões podem ser observadas nos escritos produzidos por e sobre as mulheres que doravante serão tratadas em suas trajetórias como intelectuais em busca de diferentes formas de emancipação feminina que foram manifestadas nas disputas em torno da Pedagogia Feminista e na organização de diferentes movimentos feministas no Brasil no período estudado.

O que se pretende no próximo item do presente capítulo é discutir as relações e tensões entre as trajetórias de mulheres que advogaram pela causa feminista na virada do século XIX para o século XX e que organizaram os movimentos feministas do início do século XX, analisando as diferenças e semelhanças entre os projetos formativos em disputa.

²⁴ Embora o argumento de que a natureza da mulher estava voltada à maternidade fosse hegemônico, havia entre as intelectuais àquelas que discordam de tal afirmação como é o caso de Maria Lacerda de Moura que defende a “maternidade voluntária” em obras como: *Liberdade Sexual da Mulher* (tradução e posfácio) – 1929 e *Amai... e não vos multipliqueis* – 1932. A maternidade voluntária é melhor explorada no capítulo II desta tese.

Destacando-se as primeiras iniciativas em torno do voto feminino com Myrthes de Campos Gomes (1875-1965), a iniciativa de associação feminina da Legião da Mulher Brasileira (LMB) e a organização do Partido Republicano Feminino (PRF), de iniciativa de Leolinda Daltro (1859-1935). Sendo essa última iniciativa considerada nessa tese um elemento que contrasta, em alguns aspectos, com as proposições da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM) e da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que, na narrativa das mulheres da Federação (FBPF), foi a associação que, tendo objetivos distintos do autoproclamado “feminismo nacional” da FBPF, foi considerada um “ensaio” para organização progressiva da mesma.

1.1 FEMINISMO: UM TERMO EM DISPUTA

Que tal a ideia da fundação no Rio desse núcleo de propaganda e desse sistema de trabalhar pela emancipação da mulher patrícia? Estamos todas trabalhando dispersivamente e as mulheres não sabem bem o querem. Ensinar-lhes o objetivo, a ação, o modo de vencer – eis o que devemos tentar (Carta Manuscrita de Maria Lacerda de Moura a Bertha Lutz, São Paulo, 21 de outubro de 1920)²⁵.

As primeiras iniciativas de associativismo entre mulheres em busca de direitos civis e políticos ocorrem nas últimas décadas do século XIX e se fortalecem nas primeiras décadas século XX. As iniciativas de organização de mulheres em torno de um movimento feminista nacional acompanharam o desenvolvimento de movimentos transnacionais, que vinham sendo alavancados ao longo dessa virada de século e tiveram como uma de suas principais pautas a ampliação da educação formal da mulher.

Segundo pode-se observar no trecho destacado no início desse item, havia entre as protagonistas do movimento que se desenvolveu ao longo dos primeiros anos do século XX o entendimento de que elas eram vozes autorizadas que deveriam tutelar as mulheres brasileiras em relação aos seus desejos e orientá-las sobre objetivos do feminismo. Neste sentido, podemos fazer um paralelo do comportamento dessas intelectuais ao dos homens de letra, que além de se reconhecerem como pertencentes a um estrato ilustrado e culto da sociedade, buscaram por meio de sua intervenção pública o lugar de mediadores culturais e protagonistas políticos.

Em concordância com Carlos Eduardo Vieira (2008), podemos afirmar que,

as posições ocupadas pelos intelectuais na cena cultural, na disputa pela afirmação e regularização de sentidos, e a crença amplamente compartilhada na virtuosidade da boa educação propiciaram a formação e a disseminação de representações generosas sobre os ilustrados no transcorrer do século passado, incidindo diretamente sobre o poder político desses agentes. s. Esses quadros semióticos e políticos são resultantes de um complexo processo, no qual os intelectuais se mostraram extremamente competentes para criar sua própria imagem, pois, além de deterem competência para operar com a

²⁵ Grifos da pesquisadora.

palavra, com o discurso, ocuparam púlpitos socialmente valorizados na imprensa, no Estado, nas instituições de ensino e nos círculos de cultura. Nessas condições de ascenso social prevaleceram imagens extremamente favoráveis e apologéticas, instituindo-os como verdadeiros heróis prometéticos, vocacionados para defender os interesses públicos em nome da razão universal (VIEIRA, 2008, p. 74-75).

Ainda que a educação e a pedagogia tenham dimensões técnicas, práticas e teóricas próprias, parte significativa das discussões que perpassam essas áreas estão associadas aos impactos produzidos pelos investimentos educacionais na sociedade. Nessa chave de leitura, o debate educacional ultrapassa o espaço dos especialistas, para se constituir em questão pública e política, estratégia para pensar as relações sociais em sentido ampliado e tornam-se projetos educativos. É neste sentido que tomamos os movimentos feministas do início do século XX enquanto um movimento social que esteve impregnado por um *télos* educativo.

Como aponta o trecho da carta trocada entre Maria Lacerda de Moura (1887-1945) e Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) no início da década de 1920, considerada um marco para a organização do movimento feminista nacional, as aspirações de *emancipação feminina* das mulheres que viveram entre o final do século XIX e o início do século XX e que não participaram do movimento protagonizado por Bertha Lutz, foram entendidas por suas predecessoras como *esforços dispersos*. Tal entendimento também está presente em outros documentos como por exemplo, no áudio gravado por Bertha Lutz na década de 1970, meio pelo qual a intelectual pretendia organizar uma obra de síntese do movimento feminista brasileiro desde sua origem até o período em que vivia. Neste documento, Lutz dividiu o movimento em três etapas: Vozes esparsas, Organizadoras de Batalhões, Liga pela Emancipação Feminina (LEIM), que deu origem à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).

Na história das mulheres do Brasil, a população feminina pobre sempre esteve presente no espaço público. Trabalhadoras, operárias e domésticas foram figuras permanentes neste cenário – conquanto nem sempre foram assalariadas.

Com a instauração da República no final do século XIX, os anseios das mulheres brasileiras modificaram-se consideravelmente. As mudanças ocorridas no período abriram precedentes para que uma parcela da população feminina que antes estava ausente do mercado de trabalho manifestasse seu desejo de inserção na vida pública.

O processo de modernização da sociedade brasileira, embora desigual, trouxe para os centros urbanos a emergência de novas figuras femininas das camadas médias da sociedade, que devido ao aumento do consumo e as mudanças trazidas pelo incremento do decurso da urbanização e da produção interna, sentiram necessidade da participação em ocupações profissionais para fomento da renda familiar e que passaram a reivindicar a ampliação de sua educação, profissionalização e a extinção de obstáculos legislativos colocados ao seu trabalho remunerado.

Somou-se a esse quadro mulheres da elite dominante que aspiravam encontrar espaços para sua profissionalização e autonomia financeira. Essas mulheres atuaram de forma efetiva na esfera pública em diferentes campos (literatura, educação, artes e ciências) durante o final do século XIX e início do século XX. Pesquisas recentes têm tirado do esquecimento, nomes e vidas de mulheres, e têm conferido legitimidade e visibilidade às atividades intelectuais e políticas daquelas que participaram da vida pública do Brasil no passado.

Aos que sugerem que tais mulheres tinham “ideias avançadas”, estavam “à frente de seu tempo” e “fugiam as convenções sociais”, podemos dizer que elas pensavam e agiam como indivíduos pertencentes à sua época e, assim, entre outras atividades, também se envolviam com política (mais intensamente do que se tem assinalado e não apenas a partir do final do século quando as lutas sufragistas ganharam destaque) (PRADO e FRANCO, 2012, p. 194).

A *emancipação feminina* apregoada por essas intelectuais foi variada, mas, em geral, pode-se afirmar que se caracterizou pelo apelo à ampliação da educação formal das mulheres, à conquista de direitos civis e políticos e à um novo papel social para a mulher moderna, que pudesse ampliar sua atuação no espaço público.

Importa salientar que, mesmo no período anterior ao século XX, algumas mulheres vinham destacando a importância de uma maior participação de suas contemporâneas no espaço público. De acordo com Prado e Franco (2012), “a participação política das mulheres foi constante ao longo do século XIX e encontrou diversas formas de manifestação, da ação direta nas batalhas ao uso da escrita como arma política” (p. 209).

Embora a FBPF seja nesse e em outros trabalhos de referência tratada como uma associação pioneira no que dizia respeito à organização de um movimento

feminista nacional, se considera que as ideias feministas defendidas por esse grupo de mulheres já se encontravam em circulação antes do nascimento da organização.

Mulheres feministas escrevendo em periódicos locais, regionais e nacionais, bem como publicando obras de teor feminista estiveram em cena, principalmente durante os anos finais do século XIX e início do século XX. São exemplos: Isabel de Souza Matos (Século XIX); Josefina Álvares de Azevedo (1851-?); Maria Firmina dos Reis (1822-1917); Mariana Coelho (1857-1952); Albertina Correia Lima (1899-?); Emiliana Emery Viana (1874-1957); Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885).

Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), por exemplo, foi uma importante voz a favor de uma maior participação das mulheres na esfera pública. Nascida no povoado de Papari (RN), Nísia ou Dionísia Gonçalves Pinto era filha de Antônia Clara Freire e Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa. Sua mãe era de uma família tradicional do Rio Grande do Norte seu pai era advogado português. Em 1817, a família deixou o Rio Grande do Norte e passou a residir em Goiana (PE).

No Convento das Carmelitas, Nísia iniciou seus estudos clássicos, no trabalho manual e no canto. Aprendeu francês e italiano. Os primeiros artigos que publicou, em 1830, já debatiam a condição feminina.

Sua principal contribuição às discussões acerca da condição da mulher foi a tradução livre da obra *Vindication of the Rights of Woman*, (“Reivindicação dos direitos da mulher” em tradução livre) da feminista inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797), que foi publicada em 1832 no Recife com o título *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, que assinou com o nome que passou a usar desde então: Nísia Floresta Brasileira Augusta.

Essa tradução é considerada uma obra autoral em defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Nísia Floresta seria uma figura de destaque entre as feministas do século XIX, retomada com frequência como memória persistente para as iniciativas feministas dos primeiros anos do século XX (SHUMAHER e BRAZIL, 2000, p. 213).

Durante o início do século XX, outros espaços de sociabilidade passaram a ser ocupados por mulheres de diferentes estratos sociais. A longa trajetória das mulheres da esfera privada para a esfera pública se deu algumas vezes por disputas mais abertas, outras vezes pela margem, com um discurso mais ameno, combinado com o consentimento e o apoio de pares masculinos. De acordo com Perrot (1998),

[...] sem dúvida, as mulheres, assim como os homens, não sabem a história que fazem, segundo a famosa frase de Marx. Nenhum processo histórico age por si mesmo. Supõe complexas interações em que as mulheres desempenham seu papel, ora individualmente, na obscuridade de gestos desconhecidos, de vidas anônimas; ora coletivamente, através de irrupções espontâneas – revoltas de subsistência, greves... - ou de ações mais organizadas; surgimento, pela caridade e pela filantropia, de uma cidadania social que torna ainda mais berrante a deficiência do político; feminismos de todo tipo que, em sua intermitente continuidade, denunciam as injustiças e contradições da democracia (p. 93).

No Brasil do final do século XIX e início do século XX, mulheres que desejavam uma maior participação na esfera pública aproveitaram as brechas legislativas para tentar sua inclusão nos processos decisórios, embora nem sempre tenham logrado êxito. Uma das primeiras investidas nesta direção ocorreu durante a Assembleia Nacional Constituinte, em 1891.

De acordo com Soihet (2012), durante as discussões desse documento, as emendas que visavam explicitar o direito ao voto feminino foram rejeitadas, pois alguns concluíram que elas eram inconstitucionais e outros apontavam que o elemento feminino estava incluído na categoria “cidadãos brasileiros”. Com a ambiguidade percebida nas discussões, a advogada Myrthes Gomes de Campos (1875-1965) e a professora Leolinda Daltro pleitearam o direito ao voto e tiveram suas solicitações de alistamento eleitoral indeferidas.

Myrthes de Gomes Campos foi a primeira mulher a exercer a advocacia e a ingressar no Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil (IOAB)²⁶. Nasceu em Macaé, no Rio de Janeiro. Concluiu o curso médio no Liceu de Humanidades de Campos. Conforme apontam Guimarães e Ferreira (2009) há relatos de que desde a adolescência ela demonstrara interesse pelo estudo das leis. A contragosto do pai, transferiu-se para o então Distrito Federal e ingressou na recém-fundada Faculdade

²⁶ “Em Pernambuco, outras brasileiras já haviam concluído o curso de Direito na Faculdade do Recife. Em 1888, colaram grau Maria Coelho da Silva Sobrinha, Delmira Secundina e Maria Frago. No ano seguinte, também no Recife, foi a vez de Maria Augusta C. Meira Vasconcelos. As predecessoras de Myrthes, todavia, não chegaram a exercer o ofício” (GUIMARÃES e FERREIRA, 2009, p. 146).

Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro²⁷. De acordo com Schumacher e Brasil (2000) contou com alguns aliados na empreitada, e recebeu o apoio da mãe, que a estimulava a prosseguir nos estudos (SCHUMACHER; BRASIL, 2000, p. 431).

Concluiu o bacharelado em Direito em 1898 e “[...] em agosto de 1899, anunciou-se a sua estreia na tribuna, onde até então somente homens haviam pedido a absolvição dos réus” (GUIMARÃES e FERREIRA, 2009, p. 138).

Um periódico da época a descrevia no dia de sua estreia diante do Tribunal:

[...] muito moça e franzina, vestia um traje um tanto masculino, composto de saia muito lisa, caindo direita, coletes de homem, o casaco com gola masculina, tudo em gorgorão preto, sem enfeites, apenas um plissê branco na gola e nos punhos (A doutora Myrthes Campos, **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1899, p. 1).

Além de causar grande burburinho na época – a imprensa periódica noticiava uma aglomeração de cerca de 400 pessoas na sala em que funcionava o tribunal – a Dra. Myrthes possivelmente enfrentou os olhares de dúvida dos homens que ocupavam a tribuna. Declarava um jornal baiano: “o promotor público começou a acusação fazendo ligeiras referências ao aparecimento de uma senhora na tribuna do juri, e analisando em seguida, rapidamente, o crime” (**Leituras Religiosas**, Salvador, Bahia, 19 de novembro de 1899, p. 507).

Em seu preâmbulo causal defendia a sua presença no juri amparada na história que, segundo seus argumentos, tinha exemplos de mulheres exercendo funções nos tribunais romanos, gregos e inclusive a função de juíza na Idade Média. Saía em defesa do feminismo e acrescentava que, “nos tempos modernos, o feminismo que é, na opinião de Dr. Ledue, uma doutrina de elevação social, jurídica e moral da mulher, irrompe de todos os países civilizados (**O Paiz**, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1899, p. 2).

²⁷ A decisão de cursar Direito no período possivelmente causou polêmica visto que, a profissão era qualificada como “ofício viril” pelo Direito Romano. Para mais sobre a sexualização e hierarquização do direito enquanto carreira masculina. Ver OLSEN (2000).



FIGURA 3: DESENHO DE MYRTHES DE CAMPOS, PUBLICADO NA GAZETA DE NOTÍCIAS (1899)

FONTE: **GAZETA DE NOTÍCIAS**, RIO DE JANEIRO, 30 DE SETEMBRO DE 1899, P. 1.

Embora a defesa de Myrthes de Campos tenha tido repercussão na imprensa incluindo matérias elogiosas ao seu desempenho, visto que a advogada ganhou a causa, encontrou-se também editoriais, artigos, matérias e crônicas que contestavam sua presença no tribunal (**Leituras Religiosas** (BA), **Estado do Espírito Santo** (ES), **Minas Gerais: Orgão Oficial dos Poderes de Minas Gerais** (MG), **Cidade do Rio** (RJ), **Jornal do Brasil** (RJ), **A Notícia** (RJ), **Jornal do Commercio** (RJ), **O Paiz** (RJ), **Gazeta de Notícias** (RJ)). Uma extensa e interessante nota opinativa sobre a atuação profissional das mulheres da época pode ser encontrada no jornal **O Paiz** datado de 30 de setembro de 1899, dizia o articulista Artur Azevedo:

[...] Não é preciso conhecer a fundo a ciência do direito para ver que não há nada, absolutamente nada que se oponha a que as mulheres exerçam entre nós todos os misteres, todas as profissões monopolizadas pelos homens. Nenhum inconveniente, nenhum perigo para a ordem pública, nenhuma ameaça à harmonia social enxergo no fato [...]. Demais, se as mulheres não podem advogar, mesmo depois de diplomadas, para que então as admitem nos cursos jurídicos? [...] Não entra na cabeça de ninguém que as senhoras frequentem esta ou aquela academia de direito para outra coisa senão abraçar a profissão de advogado. Elas não podem (não sei porque) ser magistradas. Se lhes tiram também o direito de advogar, que diabo hão de fazer? Criar pintos? Pontear meias? Consertar roupa? Mas para isso não valia a pena perderem tanto tempo a estudar. [...] (Azevedo A., Palestra, **O Paiz**. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1899, p. 2).

Na sequência do artigo, Azevedo registrava que em sua opinião não lhe agradava ver mulheres em algumas profissões mas que as mesmas não deveriam ser

impedidas de exercê-las e concluía que não se apaixonaria nunca “por uma senhora que advogasse no cível ou no crime [...]” (Azevedo, Palestra, **O Paiz**. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1899, p. 2). A postura de Artur Azevedo diante da participação das mulheres na cena pública dá indícios de que a percepção sobre o assunto era ambígua. O fato de Myrthes ter ganho a causa demonstrava sua capacidade para exercer a profissão. Contudo, o fato de fazê-lo a tornava desinteressante aos olhos de um possível pretendente.

Embora tenha advogado em 1899, Myrthes não conseguiu o ingresso no Instituto dos Advogados do Brasil de imediato. Através da Revista da IOAB, a Comissão de Justiça, Legislação e Jurisprudência se pronunciou favoravelmente a solicitação da advogada:

[...] não se pode sustentar, contudo, que o casamento e a maternidade constituam a única aspiração da mulher ou que só os cuidados domésticos devem absorver-lhe toda atividade; [...] Não é a lei, é a natureza, que a faz mãe de família; [...] a liberdade de profissão é como a igualdade civil da qual promana, um princípio constitucional; [...] nos termos do texto do art. 72, § 22 da Constituição o livre exercício de qualquer profissão deve ser entendido no sentido de não constituir nenhuma delas monopólio ou privilégio, e sim carreira livre, acessível a todos, e só dependente de condições necessárias ditadas no interesse da sociedade e por dignidade da própria profissão; [...] não há lei que proíba a mulher de exercer a advocacia e que, importando essa proibição em uma causa de incapacidade, deve ser declarada por lei [...]” (**Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros**, Rio de Janeiro, 6 julho de 1899).

Após uma intensa polêmica, que incluía o argumento por parte dos opositores de que a abertura da carreira jurídica às mulheres poderia gerar a prerrogativa para o exercício da profissão por mulheres casadas e com isso criar a desestruturação dos lares, em 1906, Myrthes de Campos finalmente, por 21 votos a 13, foi aceita como sócia no IOAB. A contenda que levou à sua admissão pode ser acompanhada em diferentes números da revista do IOAB (*Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*, Rio de Janeiro, p. 233, t. XVII, 1906).

Entre 1924 e 1944 Myrthes exerceu o cargo de encarregada pela jurisprudência do Tribunal de Apelação no Distrito Federal. Foi também colunista no **Jornal do Comércio** (RJ), responsável pelo preparo de matérias judiciais, colaboradora nas

revistas **Nação Brasileira** (RJ) e **A Escola Primária** (RJ). Deixou um volume consistente de obras no campo jurídico, com temas sobre a liberdade feminina e artigos que defendiam o voto feminino, a mulher como jurada e a emancipação jurídica da mulher.



FIGURA 4: FOTOGRAFIA DE MYRTHES GOMES DE CAMPOS

FONTE: DISPONÍVEL EM: [<HTTP://WWW.TJRJ.JUS.BR/DOCUMENTS/10136/1508148/MYRTHES.PDF>](http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1508148/myrthes.pdf). ACESSADO EM 18 DE ABRIL DE 2016.

Embora Myrthes de Campos não estivesse alinhada a nenhuma associação feminina/feminista nesta virada de século, ela teve como preocupação a discussão da condição da mulher de sua época²⁸. Além de sua trajetória estar atrelada a uma perspectiva de *emancipação feminina* – por sua exemplaridade – ela também defendeu posicionamentos polêmicos e singulares para o início do século XX, como pode ser observado em seu artigo publicado em 1915, no jornal **O Paíz**, em que

²⁸ Na ata da diretoria de 16 de outubro de 1922 da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino o nome de Myrthes de Campos aparece como sugestão para a Comissão de Direitos Civis. Contudo, também encontramos uma carta de autoria de Myrthes de Campos em que ela declina o convite em função de encontrar-se com uma grande demanda de trabalho devido as suas atribuições de advogada (Carta manuscrita de Myrthes de Campos para Bertha Luz, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1922). Seu nome também não consta no livro de matrícula de sócias da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (Livro de matrícula de sócias da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1922-1927).

responde ao artigo do então estudante de medicina Leonídio Ribeiro Filho, acerca da sua opinião sobre o direito ao aborto no caso de mulheres que haviam sido estupradas durante a guerra. No artigo, ela se dedicava a comparar diferentes códigos, legislações e práticas de aborto ao longo de diferentes civilizações e épocas:

[...] documentos históricos fornecem notícia da prática corrente do aborto na Grécia, e das teorias de Hipócrates e Aristóteles sobre a suposta época de animação do feto, podendo-se até interromper livremente a gravidez. Plena liberdade reinou muito tempo em Roma, onde, considerado o produto da concepção – *pars vicerum matriz*, ficava à inteira disposição da mãe que, não raro o inutilizava (CAMPOS, **O Paíz**, Rio de Janeiro, 9 de novembro, 1915, p. 2).

E finalizava sua argumentação,

Aplaudo o zelo dos moralistas e dos legisladores, pelo nascituro, mas, faço exceção aos princípios até aqui exarados convictamente em favor da maternidade e da proteção a vida intrauterina, quando são as mesmas resultantes do estupro que é sem contestação possível ofensivo à dignidade e à liberdade individual da mulher virgem, ou não, e que, proporcionando-lhe um filho, lhe impõe encargos a que não pode ser obrigada, visto decorrerem de ato dependente exclusivamente de uma violência sofrida. (CAMPOS, **O Paíz**, Rio de Janeiro, 9 de novembro, 1915, p. 2).

Myrthes de Campos deixou de publicar acerca de assuntos relativos à emancipação feminina em meados dos anos de 1920. Desde então, atuou no Departamento Nacional do Ensino e passou a se dedicar ao Serviço de Assistência Judiciária, que fazia atendimento jurídico gratuito (GUIMARÃES e FERREIRA, 2009, p. 149).

Conquanto se posicionasse favoravelmente ao feminismo, como pode-se observar por sua atuação e seus escritos, seu nome não consta em nenhuma das associações estudadas.

Quanto a Leolinda Daltro, nascida na Bahia em 1859, é possível afirmar que mesma protagonizou vários episódios marcantes no movimento associativo de mulheres durante a primeira década do século XX e foi a antítese do projeto formativo orientado pela FBPF.

Em 1917, Leolinda Daltro fundou o Partido Republicano Feminino e organizou uma mobilização: junto com outras 84 mulheres, a maioria alunas da Escola Orsinda

da Fonseca, da qual era professora e diretora, saiu em marcha pelo centro da cidade do Rio de Janeiro pedindo pelo direito ao voto feminino, o que, certamente surpreendeu a população fluminense (SOIHET, 2012, p. 219).



FIGURA 5: LEOLINDA DALTRO AO CENTRO. COMISSÃO DO PRF EM FRENTE AO CATETE

FONTE: EXIGÊNCIAS DE PROTOCOLO. A AGITAÇÃO PATRIÓTICA NOS ARRAIAIS DO PARTIDO REPUBLICANO FEMINISTA. UM MANIFESTO DE SOLIDARIEDADE. GAZETA DE NOTÍCIAS, RIO DE JANEIRO, 28 DE ABRIL DE 1917, P. 3.

Conforme apontado anteriormente, as primeiras décadas do século XX foram relevantes para a constituição de movimentos associativos femininos/feministas de diversas nuances no Brasil. A emergência desses movimentos na sociedade brasileira acompanhou uma tendência que lentamente se estabelecia na América Latina.

A modernização das cidades latino-americanas durante esse período esteve associada à ideia de *progresso*²⁹, entendida como uma nova configuração social, com crescimento da população, diversificação de serviços urbanos e remodelação das cidades com reformas urbanas que levaram à expulsão da população mais pobre das áreas centrais, para regiões mais afastadas, em favor do *embelezamento* das cidades. Essas transformações socioeconômicas, urbanísticas, físicas e demográficas foram sentidas de formas diferentes por diferentes segmentos da sociedade, de acordo com Chasteen (2001),

²⁹ Na obra *América Latina: uma história de guerra e fogo*, Chasteen (2001) utiliza a palavra *progresso* como um conceito que aponta para a reordenação profunda ocorrida nas sociedades a partir do final do século XIX em virtude da Revolução Industrial e dos Transportes. Para o autor, a ideia hegemônica de que o avanço tecnológico era inevitável e universal substituiu antigas virtudes coloniais pelo materialismo moderno.

as grandes cidades latino-americanas perderam as pedras de cantaria coloniais, as paredes de reboco branco e os telhados de telhas vermelhas, tornando-se metrópoles modernas, comparáveis aos gigantes urbanos de qualquer parte. Bondes sacolejavam, telefones tilintavam e filmes mudos tremeluziam de Montevideu e Santiago à Cidade do México e Havana. As ferrovias multiplicavam-se fabulosamente, assim como as exportações de açúcar, café, cobre, cereais, nitrato, estanho, cacau, borracha, banana, carne, lã, tabaco. As instalações portuárias totalmente inadequadas de Buenos Aires e outras partes foram substituídas (p. 149).

As modificações ocorridas ao longo desse processo, e o desejo pelo progresso, trouxeram novas demandas sociais. O olhar se voltava para os grandes modelos de civilização: no final do século XIX para a Europa, e nas primeiras décadas do século XX para os Estados Unidos. Chasteen (2001) destaca que esse movimento se estabeleceu a partir da ideia de que o *progresso* era “universal” e “inevitável” e que chegaria à América Latina a partir dos valores e da ideologia da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos.

Isso iria se refletir no comércio e nas finanças, e na absorção por parte da latino-américa de um sistema internacional, que seria denominado de *neocolonialismo*. Segundo o autor, a modernização e a democratização desse período atingiram apenas a minoria da população. No entanto, opor-se ao movimento do progresso era considerado uma loucura. No cerne do projeto de modernização da América Latina estava o desejo de alcançar a modernidade a partir de um modelo estrangeiro, pois “o pensamento neocolonial, como a economia neocolonial, caracterizava-se por seus vínculos com coisas externas à América Latina” (CHASTEEN, 2001, p. 163).

Não obstante, a interferência de países estrangeiros não pode ser considerada apenas do ponto de vista da imposição, ou sobreposição de interesses supranacionais. Um dos exemplos de como os influxos das presenças externas reverberaram na sociedade brasileira são os movimentos associativos de mulheres. Segundo Chasteen (2001),

[...] as mulheres latino-americanas que lutaram pelo direito ao voto nas décadas de 1910 e 1920 inspiravam-se claramente nos exemplos da Europa e dos Estados Unidos. Os movimentos feministas modernos surgiram em cidades com influências externas mais fortes. Já nas cidades provinciais e aldeias, o patriarcado e o velho código de honra permaneceram inalterados. Influências internacionais são evidentes

nas vidas das líderes feministas, muitas delas com sobrenomes nem espanhóis, nem portugueses: Gucovski, Scheiner, Laperriere, Moreau – todas elas da Argentina (p. 163).

Ressignificados por grupos dominantes de mulheres, esses movimentos feministas tiveram uma ampla visibilidade na imprensa. A imprensa fluminense dos anos iniciais do século XX é abundante de exemplos de tentativas de associativismo feminino/feminista. Nas páginas de jornais como **O Paiz** (RJ), **Correio da Manhã** (RJ), **Careta** (RJ) e **Revista da Semana** (RJ), entre outros, os movimentos são adjetivados e recebem o apoio ou a oposição de homens e mulheres do período. Mulheres são advertidas sobre os perigos do “mau feminismo”, do risco dos excessos e da inversão de papéis sociais.

Allan Touraine, ao discutir a modernidade latino-americana, assevera que por meio dos diversos ritmos socioculturais, ela se caracterizou por uma demanda de subjetivação, de afirmação e reconhecimento de aspectos culturais e de identidade pessoal e social. Para Touraine (1999) ela foi marcada por uma permanente tensão entre um universo instrumental (sob os contornos racionalizadores da sociedade) e um universo simbólico (caracterizado pelas experiências de produção e afirmação dos sujeitos sociais).

Do seu ponto de vista, os movimentos sociais seriam dirigidos de modo a aliviar essa tensão e, também para si mesmos, num aspecto que poderia ser chamado de esforço de subjetivação: fixado como um sujeito com desejo de ser reconhecido como ator. Frente a modernidade que não possui uma imagem única, Touraine (1999) propõe duas representações: a da racionalização e a da subjetivação. Com isso, é possível pensar na potencialidade política e social presentes no conceito de sujeito e ator social.

Touraine (1999) sustenta que “[...] como o status de sujeito sempre lhes foi recusado, para as mulheres é importante conquistar o direito de serem atrizes sociais e não serem iguais aos homens”. Entretanto, essa diferença, segundo o autor, deveria estar assentada na liberdade, e nas garantias de igualdade de oportunidades profissionais e econômicas entre homens e mulheres, bem como nas “especificidades de cada um dos espaços culturais ao pôr em prática os mesmos direitos humanos fundamentais” (p. 122).

Na busca por essa igualdade na subjetivação moderna, foi possível identificar nas fontes algumas iniciativas de associativismo feminino/feminista que posteriormente

foram silenciadas tanto pela hegemonia que assumiu a FBPF ao longo do século XX, quanto pelas pesquisas historiográficas que se ocuparam dos movimentos feministas no Brasil. Esse silenciamento se deu nos documentos preservados pela FBPF, que, ou não citavam outros movimentos feministas do início do século, ou os adjetivavam de maneira a minorizá-los³⁰. Isso também pode ser observado no esforço de construção de uma memória de hegemonia e de vanguardismo da própria Federação.

Uma das primeiras iniciativas de associação feminina encontrada no Brasil foi de cunho religioso, a Associação Cristã Feminina, que era uma organização pautada no modelo da YWCA Mundial (World Young Women's Christian Association) que surgiu em 1855 e tornou-se ao longo de sua história um órgão consultivo da ONU para questões relativas aos direitos da mulher.

Posteriormente, no mesmo contexto, surgiram a Legião para a Mulher Brasileira (LMB), iniciativa de que fizeram parte Bertha Lutz e Cecília Meireles³¹ e o Partido Republicano Feminista, de Leolinda Daltro, entre outras.

De acordo com uma matéria publicada no periódico **A Voz do Povo** (RJ), a Legião da Mulher Brasileira teria como objetivo:

³⁰ Como mencionado anteriormente neste trabalho, a troca de correspondência entre Mariana Coelho e Bertha Lutz, deixa claro que houve por parte da FBPF um esforço para relegar a memória da primeira fase do feminismo brasileiro a um papel secundário no movimento nacional. Em uma das cartas de Bertha Lutz, em resposta aos originais do livro *Evolução do feminismo*: subsídios sobre sua história enviados por Mariana Coelho, Lutz mencionava: "Se me permite, creio vantajoso atualmente acentuar a campanha na sua fase segunda de realização. Os projetos anteriores de 1920 caíram. Não vinham suficientemente patrocinados pelo bom senso e respeito moral austera tão necessária às campanhas sufragistas" (Anexo I, Carta datilografada de Bertha Lutz para Mariana Coelho, Rio de Janeiro, 1º de novembro de 1925).

³¹ Cecília Benevides de Carvalho Meireles (1907-1979) nasceu no Rio de Janeiro, iniciou seus estudos na Capital da República, na Escola Municipal Estácio de Sá onde cursou o primário, até 1910. Em 1917, diplomou-se pela Escola Normal de Distrito Federal, no mesmo ano iniciou sua vida profissional na Escola Pública Deodoro, onde lecionou por vários anos. Foi também professora de desenho na Escola Normal do Distrito Federal e em 1934 ocupou um cargo no Instituto de Pesquisas Educacionais. Nesse mesmo ano inaugurou uma biblioteca infantil que se chamava Centro de Cultura Infantil. Em 1939 voltaria a lecionar para a educação infantil no Jardim de Infância Campos Salles. Em 1935 foi nomeada professora de Literatura LusoBrasileira da Faculdade de Letras da Universidade do Distrito Federal. Posteriormente (1949), foi transferida para a Escola Medeiros e Albuquerque e, no mesmo ano indicada para assumir a direção da Escola Bahia, na qual permaneceu até se aposentar em 1951. Poetiza reconhecida, articulista em diversos periódicos, Cecília Meireles, além de participar da Legião para a Mulher Brasileira, foi também signatária do Manifesto dos pioneiros pela Educação Nova em 1932 (LÔBO, 2002, p. 237).

a proteção material e moral da mulher, espalhando bondade e confortando, na pureza de sua solidariedade afetiva, o espírito feminino, perseguido pelas amarguras na sorte e exposto ao vento agreste da adversidade. Não vai a Legião levantar nenhuma bandeira de feminismo arruaceiro, conquistando o voto e o divórcio (**A Voz do Povo**, Rio de Janeiro, 15 de março de 1920, p. 1).

Considera-se, nessa pesquisa, que essa instituição atuou num viés conservador de associativismo feminino, visto que suas ações estiveram voltadas para questões de filantropia e de proteção à mulheres de classes baixas. A matéria informava ainda que a Legião³² era dirigida e administrada por mulheres católicas³³, Lima Barreto (1881-1922)³⁴ em crônica na Revista **Careta** (RJ) em 08 de abril de 1922, se referiu a diretora da associação como “a própria Catedral Católica” (BARRETO, **Careta**, Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1922, p. 42).

Contudo, o periódico católico **A União** (RJ), em artigo de 08 de abril de 1920, advertia as católicas sobre a LMB³⁵. De acordo com o artigo: “[...] agrupam-se adeptas do teosofismo, do espiritismo, do protestantismo, do livre-pensamento, com agravante,

³² Em 1906 há uma menção no **Jornal do Brasil** a uma associação com os mesmos princípios da LMB chamada de Legião Feminina Humanista no Brasil. Na nota não consta os nomes das mulheres que dela faziam parte (Legião Feminina Humanista no Brasil, **Jornal do Brasil**, 02 de novembro de 1906).

³³ Nos próximos capítulos as complexas relações entre educação, Estado, Igreja Católica e sociedade serão retomadas, visto que, essa inter-relação é questionada por algumas protagonistas desta tese e por outras é usada como esteio para o desenvolvimento e ampliação das ações do feminismo.

³⁴ Afonso Henriques de Lima Barreto (Rio de Janeiro, autor de livros como *Policarpo Quaresma*, *Recordações da Escravidão*, *O homem que falava javanês*, entre outros, foi também cronista com intensa participação nos periódicos fluminenses. Em dezembro de 1907 fundou, com um grupo de amigos, a revista *Floreal*, que tinha por princípio o “antiacademismo”. Suas obras estão marcadas por ironia e sátira, uma forma de reação as dificuldades encontradas pelo autor, mulato e de origem humilde, para se estabelecer no campo intelectual. Muitos eventos ocorridos no contexto vivido por Barreto foram registrados por sua pena, tais como: a Primeira Guerra, a febre amarela, as greves operárias de 1917 e 1918, a Revolução Russa, a seca do nordeste, o binômio instrução/igreja e o feminismo nascente (VASCONCELOS, 1992, p. 255-256). Sobre o feminismo e as feministas, é necessário ressaltar ele faz uma intensa crítica ao movimento e as suas protagonistas. Sua construção sobre o feminino e as críticas que fazia às mulheres que então começavam a participar mais ativamente da cena pública será retomada e aprofundada na sequência desse trabalho.

³⁵ Para mais sobre a ação católica no campo educativo no sentido da recatolicização da sociedade, característica do período consultar: Orlando, 2013.

único na história pátria, de afrontarem com arrogância e publicamente o ideal cristão [...]” (**A União**, Rio de Janeiro, 08 de abril de 1920, p. 1).

Embora o perfil da instituição não estivesse voltado às reivindicações do movimento feminista que vinha se organizando desde as últimas décadas do século XIX, o nome de Bertha Lutz aparece na lista das signatárias quando a Legião é mencionada pela primeira vez nos jornais fluminenses (**Correio da Manhã**, 24 de novembro de 1919, p. 7; **O Malho**, 29 de novembro de 1919, s.p.).

Possivelmente Bertha Lutz se afastou da iniciativa depois da troca de cartas com Maria Larcerda de Moura em outubro de 1920, e com a feminista americana Harriet Chalmers Adams em dezembro de 1920, nas quais Lutz discute as bases da proposta de criação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM).



FIGURA 6: DIRETORIA DA LEGIÃO DA MULHER BRASILEIRA.

FONTE: REVISTA CARETA. DIRETORIA DA LEGIÃO DA MULHER BRASILEIRA. RIO DE JANEIRO, 22 DE MAIO DE 1920, P. 6.

LEGENDA DA FOTOGRAFIA: A POSSE DA NOVA DIRETORIA DA LEGIÃO DA MULHER BRASILEIRA. NA FOTOGRAFIA: D. ANNA CESAR, SRA. SANTOS LOBO, CECÍLIA MEIRELLES, OLGA DOYLE, MARGARIDA LOPES DE ALMEIDA, LUCIA SERRANO E LUCIA MARIS.

A fotografia acima, que destacava a posse da nova diretoria da LMB, aparecia em meia página na revista **Careta** e não estava acompanhada de matéria ou artigo.

Outros artigos do mesmo período na **Careta** tratavam da iniciativa da Legião de maneira depreciativa³⁶.

A fotografia a seguir, por exemplo, apresentava o registro de uma reunião da Legião que ocorrera no salão nobre da Associação dos Empregados do Comércio e seguia acompanhada de uma longa crônica, sem autoria, que relatava que a LMB teria recebido na reunião um representante religioso da igreja católica que teria comparecido à mesma para dar a sua benção à assembleia. Entretanto, seu “sermão” teria sido interrompido por uma confusão entre as associadas e devido à desordem, o mesmo decidiu se retirar do recinto, quando alguém teria gritado: “- Urubu de batina!”.



FIGURA 7: NA LEGIÃO DA MULHER BRASILEIRA

FONTE: REVISTA CARETA. NA LEGIÃO DA MULHER BRASILEIRA. RIO DE JANEIRO, 20 DE MARÇO DE 1920, P. 10.

A narrativa da crônica expressa as tensões que ocorriam entre as associadas. Aparentemente, o convite feito à representante católica não estava acordado entre todas as partícipes da Legião. Em matéria no jornal **A Voz do Povo** (RJ) um artigo opinava: “Dirigida e administrada por católicas militantes, a Legião acoberta-se com o manto dos bons intuitos e procura conquistar para a Igreja romana a consciência feminina proletária (...)”. Finalizava mencionando que: “a Legião é brasileira e feita por

³⁶ De acordo com Machado Junior (2012) a revista **Careta** “(...) surgiu na cidade do Rio de Janeiro em 1908, tendo um respeitável destaque e durabilidade entre as demais publicações do gênero. Seu conteúdo direcionava-se a um público seletivo, isto é, aqueles que na época possuíam as devidas condições socioeconômicas de tornarem-se consumidores efetivos de revistas ilustradas” (p. 11). Era uma publicação semanal, composta por uma média de 40 páginas por edição.

brasileiras ricas para brasileiras pobres” (**A Voz do Povo**. Rio de Janeiro. 15 de março de 1920, p. 1)³⁷.

Na semana seguinte, a LMB voltaria a ser assunto na revista **Careta** (RJ). Em outra crônica sem autoria, duas personagens femininas fictícias encontram-se e uma das duas comenta que teria presenciado o ocorrido na assembleia da semana anterior, que se sentia aborrecida e arrependida de participado da mesma e concluía suas reflexões com a seguinte sentença: “De certo. Não é para menos. Também quem me mandou meter-me com senhoras que em vez de tratar de sua casa e seus filhos, dão para fazer mundanismo caritativo?” (**Careta**. Rio de Janeiro, 27 de março de 1920, p. 14).

Do ponto de vista da organização, a associação assumia uma postura moderada, voltada especificamente à filantropia, e ocupava um espaço social que vinha se delineando como um espaço majoritariamente feminino. Contudo, isso não impediu que a LMB fosse criticada e tivesse que lidar com os acordos e desacordos entre as mulheres que faziam parte da associação.

Em relação à filantropia, Geremek (1989), sustenta que a mesma tinha como fundamento a ideia de que sua prática levaria ao aperfeiçoamento social e moral. A escolha de quem receberia as ações filantrópicas seguia critérios de interdependência e afetividade e conferia prestígio a quem as praticasse, diferente da caridade, que se caracterizava por ações ligadas à piedade e que exigia o anonimato de seus benfeitores, o filantropo fazia questão de ter seu nome atrelado às ações de benevolência.

A filantropia no Brasil, segundo Sanglard (2005), fazia parte dos capitais acumulados pelas famílias da elite, um elemento de cultura e de distinção social, que ao longo do século XX, se somou ao ideal de civismo e nacionalismo republicanos. Embora inicialmente as práticas filantrópicas tivessem como protagonistas os “homens de família”, durante os anos iniciais do século XX, várias associações da sociedade civil voltadas à filantropia foram criadas, organizadas e geridas por mulheres da elite.

As ações filantrópicas eram entendidas como um trabalho nobre para as mulheres, pois representavam um prolongamento do espaço privado, ao mesmo tempo, os encontros de mulheres ligadas às ações sociais também se constituíram numa possibilidade de vivência de outras sociabilidades para além da esfera

³⁷ Grifo no original.

doméstica. Esses espaços oportunizavam, de acordo com Michelle Perrot (1991), uma experiência que modificava a visão de mundo dessas mulheres, bem como sua autoimagem e em certa medida, permitiam, de forma não agressiva sua inserção na cena pública (p. 504). Por meio desse tipo de atividade foi possível que uma parcela de mulheres, antes reclusas, tivessem acesso a conhecimentos que antes eram restritos ao sexo masculino, tais como administração, comunicação, gerenciamento financeiro, entre outros que eram necessários para organização dessas associações.

Entre os chás beneficentes, banquetes e concursos organizados para angariar fundos para instituições de atendimento a pobreza foi possível que essas mulheres ampliassem sua autonomia e em consonância com o que afirma Perrot (1991) fossem reconhecidas do ponto de vista de suas competências para o trabalho que realizavam, de forma a contribuir para que se estabelecesse o tripé que constituiu os fundamentos das chamadas “profissões femininas”: ensinar, tratar e assistir (p. 508), além de ter facilitado os contatos entre as mulheres de diferentes estratos e espaços sociais, configurou-se ainda como um “germe” para o desenvolvimento de outros movimentos de mulheres.

Leontina Delino (1859-1883)

"Meu Feminismo"

Iniciativa que nasceu no Rio de Janeiro em 1916 e foi caracterizado por parte da imprensa da época como "mal" feminismo. Tinha como premissa a não participação masculina e a bandeira do voto feminino, foi comparada inúmeras vezes ao feminismo sufragista britânico e motivo de ridicularização na imprensa fluminense.

Ana Cesar (século XX)

Cecilia Meroles (1907 - 1979)

Iniciativa Filantrópica

Bertha Lutz (1894-1976)

Iniciativa de cunho filantrópico que nasceu no Rio de Janeiro em 1918. Tinha por objetivo "a proteção material e moral da mulher, espalhando bondade e confortando, na pureza de sua solidariedade avelva, o espírito feminino, perseguido pelas amarguras na sorte e exposto ao vento agreste da adversidade. Não vai a Legião levantar nenhuma bandeira de feminismo arruaceiro, como o voto e o divórcio. (A Voz do Povo, 15 de março de 1920, s.p.).

Jeronyma Mesquita (1880-1945)

Precursora do feminismo da FBPF

Stella Guerra Durval (1879-1971)

Iniciativa que nasceu no Rio de Janeiro no início da década de 1920. Destinava-se a estimular o desenvolvimento intelectual e o progresso feminino (O Paiz, 3 de janeiro de 1921, p. 4). É considerada a associação que deu origem as Ligas Estaduais pelo Progresso Feminino e posteriormente a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino visto que, Bertha Lutz esteve à frente da fundação das duas associações (LEIM e FBPF).

Associação...
mulheres...
geração mais jovem...
A associação...

Conforme se pode observar no mapa acima organizado pela pesquisadora (MAPA 1, p. 80), as associações femininas e feministas identificadas no início do século XX que disputavam os sentidos atribuídos a *emancipação feminina* configuram um quadro heterogêneo.

Fosse por meio de sua emancipação, entendida como a conquista de sua autonomia intelectual, moral, financeira, política e civil ou, por meio da positivação de seu papel enquanto força que se constituía a partir de adjetivos entendidos naquele momento histórico como femininos, tais como: docilidade, ternura, amorosidade e delicadeza, as protagonistas dos movimentos femininos e feministas desse período se mobilizavam em torno de um jogo de linguagem que apresentava um novo papel para a mulher.

Ao compararmos cada uma das associações de mulheres do início do século XX, no MAPA 1 (p. 80), que resume algumas das iniciativas surgidas no contexto e suas principais protagonistas, é possível perceber que haviam pontos em comum e em tensão entre elas.

Entre as associações de mulheres que estavam em dissenso com o projeto de *emancipação feminina* da FBPF, pode-se destacar que, em relação a LMB, por exemplo, sua preocupação essencial era filantrópica. Havia entre as mulheres que participavam desta instituição um forte sentido de missão, atrelado ao ideal católico de conversão daquelas que usufruíam de suas benesses. Ao observar as ações dessa associação nas páginas jornalísticas da época, percebe-se que a mesma se autoprotclamava defensora da mulher proletária e que pretendia por meio de suas práticas levá-la a uma conduta que a aproximasse da moral católica, atrelada ao ideal nacionalista e eugênico (**O Paiz**, Rio de Janeiro, 12 de março de 1920, p. 4).

Com os cuidados de educação moderna, hospitalização, ensino, e recreio, a Legião da Mulher Brasileira há de atrair centenas de associadas que saibam entender as virtudes dos fins a que se voltará no zelo constante pela alma feminina, na aspiração cristã e altamente moral de a livrar das seduções perniciosas e vícios de educação (**O Paiz**, Rio de Janeiro, 10 de março de 1920, p. 3)

Conquanto a LBM não mencione em nenhum momento a questão da *emancipação feminina*, visto que pretendia conservar a mulher como esteio da família,

algumas pautas abordadas pela instituição serão retomadas por outras associações, como é o caso da educação, proteção e lazer da mulher proletária. É interessante destacar também que o perfil de mulheres da elite nos quadros diretivos de outras associações femininas/feministas se manteve em algumas iniciativas, como é o caso da FBPF.

Em relação à associação organizada por Leolinda Daltro, o Partido Republicano Feminino, embora rechaçada por uma parte da imprensa fluminense, teve como uma de suas bandeiras a educação profissional de mulheres pobres. Por meio de sua Escola Orsina da Fonseca, os ideais nacionalista e eugênico também se faziam presentes. Entretanto, Daltro defendia uma *emancipação feminina* que se pautava na autonomia financeira da mulher e no direito ao voto.

No caso de Maria Lacerda de Moura (1887-1945), como se verá ao longo do segundo capítulo, sua decepção com os rumos tomados pelo movimento feminista da década de 1920 a levará a buscar junto ao movimento operário e às teorias revolucionárias uma crítica à moral burguesa e ao lugar da mulher na sociedade da época.

No que se refere à FBPF, conforme se verá no terceiro capítulo, é importante ressaltar que o apoio das mulheres católicas que fizeram parte da mesma foi fundamental para o reconhecimento público da associação. O nacionalismo e a eugenia permanecem como pautas importantes para o projeto de emancipação da mulher, defendido por essa associação. Contudo, outras demandas entraram em cena, como a necessidade da profissionalização de mulheres, igualdade salarial, direitos civis e políticos, entre outras.

Busca-se na sequência desse trabalho, por meio de suas trajetórias particulares e redes de sociabilidade, entender quem são as intelectuais brasileiras que estiveram à frente da organização de associações feministas nos primeiros trinta anos do movimento feminista nacional.

Em suas experiências destacam-se sua formação familiar, profissional e acadêmica, os capitais acumulados ao longo da vida, sua participação na cena pública, visões de mundo e crenças, engajamentos particulares e redes de sociabilidade. Com isso, objetiva-se entender quais as diferentes visões que em tensionamento com o contexto fomentaram um ideal de *emancipação feminina* e de *mulher moderna*.

2 OUTROS MOVIMENTOS: “ARREGIMENTANDO MULHERES NA SAGRADA MISSÃO PELA EMANCIPAÇÃO FEMININA”

Diferentes mulheres serão tomadas como exemplos de engajamento em distintos movimentos na história do feminismo brasileiro, neste segundo capítulo, visto que, para cada uma delas o significado da *emancipação feminina* e o projeto formativo era pensado de uma forma diferente, fosse ou não pelo viés da igualdade de direitos.

Enquanto Daltro reclamou para si uma autorrepresentação de pioneirismo no movimento feminista nacional e na luta pela conquista do voto. Embora sua figura tenha sido, ao longo de suas primeiras iniciativas voltadas a emancipação feminina, motivo de escárnio e de afastamento por parte do grupo de Bertha Lutz que surgia como as “novas feministas”³⁸, Maria Lacerda de Moura desenvolveu uma ideia de *emancipação feminina* que esteve atrelada ao ideário da moral libertária.

O que se pretende no presente capítulo é traçar as trajetórias e as redes de sociabilidades dessas duas intelectuais que foram fundamentais para a construção de projetos de formação antagônicos àquele construído pelo grupo ligado a Bertha Lutz no início do século XX e a sua Pedagogia Feminista.

³⁸ O termo “novas feministas” foi utilizado por parte alguns jornais do final da década de 1920 e início da década de 1930 para se referir ao grupo de mulheres liderado por Bertha Lutz na FBPF.

2.1 PROFISSIONALIZAÇÃO, CIDADANIA E PATRIOTISMO NO PROJETO FORMATIVO PARA EMANCIPAÇÃO FEMININA DE LEOLINDA DALTRO

Nos primeiros anos de organização do movimento feminista liderado por Bertha Lutz, o nome de Leolinda Daltró e de seu Partido Republicano Feminino (PRF) foi negado como modelo pioneiro de associativismo feminista, embora em documento biográfico e entrevista posterior a própria Daltró tenha se autoproclamado como precursora do mesmo. Em 1918, Leolinda Daltró escreveu:

Meu nome, quero crer não seja desconhecido de vós outras, não porque tenho assumido posição notável que assim facultasse a popularidade, mas pelo simples motivo de me haver adiantado às mulheres do meu tempo, rompendo, sem rebuliços nem hipocrisia, com hábitos que, infelizmente, caracterizam ainda, as pessoas do meu sexo, impelida por ideais que venho alimentando desde a mais tenra idade e que fazem parte integrante do meu eu, ideais cuja importância se me apresenta pela necessidade do progresso e da civilização da Pátria!" (DALTRO, 1918, p. 3).

No início da década de 1920, houve por parte do movimento feminista que então se delineava por meio da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM) e da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) uma preocupação com o seu progressivo afastamento da iniciativa do Partido Republicano Feminino (PRF) em função da ridicularização que a figura de Leolinda Daltró e sua associação vinham sofrendo de parte de alguns jornais fluminenses desde sua fundação em 1910. Isso pode ser observado nas trocas epistolares entre Bertha Lutz e outras feministas brasileiras e estrangeiras. Embora as referidas cartas não cite diretamente o nome de Leolinda Daltró, o movimento que se iniciava não desejava comparações com o anterior, como pode-se observar no trecho da carta trocada entre Bertha Lutz e Mariana Coelho em 1925, na qual Lutz mencionava o referido afastamento:

[...] a campanha auxiliar de propaganda feminina só logrou o apoio da Imprensa e dos homens ponderados do Congresso e das mulheres, depois de deixar de tomar atitude militarizada de fardas e tiros femininos. O ridículo desapareceu (Trecho de Carta Datilografada de Bertha Lutz a Mariana Coelho. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1925).

A figura de Daltro esteve em evidência nas páginas dos periódicos fluminenses das primeiras décadas do século XX. Sua trajetória pode ser acessada também nas duas obras que foram produzidas e publicadas por ela: *Início do feminismo no Brasil: Subsídios para a história* (Parte 1) (1918) e *Da catechese dos índios: Notícias e documentos para a História* (1920).

Pouco citada pela bibliografia do campo da história das mulheres, Leolinda Daltro participou ativamente da história do associativismo feminista e por sua postura combativa foi motivo de chacotas. “Presidente da Sociedade da *Fealdade* Feminina”, “invertida”, “masculinizada”, “ridícula”, “a mulher do diabo”, foram alguns dos adjetivos utilizados para defini-la. O tratamento nada gentil que parte da imprensa fluminense deu a Daltro no início do século XX demonstra que não foi fácil para essa mulher participar da cena pública.

De personalidade enérgica e engajada em suas crenças, essa intelectual interveio em várias frentes, agregou personalidades diversas e controversas – como é o caso da poetiza Gilka Machado (1893-1980), vice-presidente do Partido Republicano Feminino (PRF) e autora de livros de poesia erótica na década de 1920 – e coube a ela o protagonismo de um projeto formativo voltado às mulheres, que em disputa com o projeto desenvolvido por Bertha Lutz à frente da FBPF, foi visto por seus contemporâneos com bastante desconfiança.

A imagem de Leolinda mudaria a partir da década de 1930 quando foi possível localizar fontes – artigos e entrevistas – que a tratavam como a mulher que “Desfraldara a bandeira do movimento feminista”, “uma vida digna de imitação” (**Jornal do Brasil** (RJ), **A Noite** (RJ), **Correio da Manhã** (RJ) e **Diário Carioca** (RJ)). Nesse mesmo período, com a ampliação e a repercussão da campanha feminista em prol da conquista do direito ao voto feminino, a imprensa passou a questionar a ausência do nome de Leolinda Daltro como “fundadora” do movimento feminista nas ações promovidas pelas chamadas de “novas feministas”³⁹.

³⁹ O motivo que levou a essa “retratação” da figura de Leolinda Daltro pela imprensa fluminense nesse período é explorado melhor na sequência dessa pesquisa.

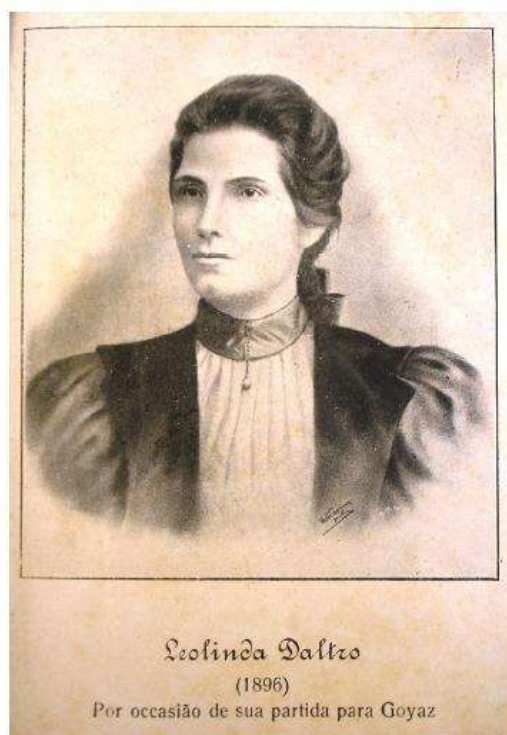


FIGURA 8: LEOLINDA DALTRO. 1895.

FONTE: DALTRO, L. DA CATECHESE DOS ÍNDIOS. NOTÍCIAS E DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA. RIO DE JANEIRO. TYPOGRAFIA DA ESCOLA ORSINA DA FONSECA, 1920.

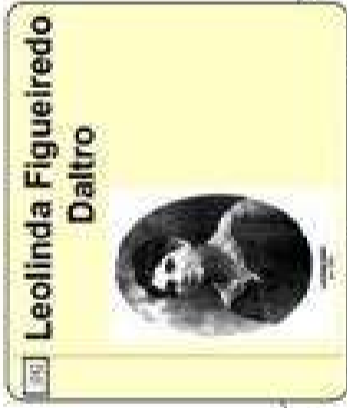
A presença de mulheres no espaço público nas primeiras décadas do século XX tornava-se menos rara. Entretanto, não se pode afirmar que essa presença, antes pouco visível, era percebida com *bons olhos* pela sociedade de então. Segundo a perspectiva de Perrot (1998), o homem público foi historicamente reconhecido positivamente pela sociedade. Contudo, a mulher foi obrigada a manter um comportamento exemplar para não ser chamada de mulher pública. Ao ganhar essa alcunha, tinha seu valor depreciado, era malvista socialmente e poderia ser “excluída” do convívio social (p. 10), sendo inclusive entendida nos termos de uma prostituta.

O período estudado pode ser caracterizado pela presença de diversos grupos intelectuais que buscavam legitimidade para interferir nas políticas públicas do país, constituindo e consolidando um espaço social de atuação. Com um maior acesso à educação e à profissionalização, as mulheres passaram a intervir como agentes sociais no cenário público, mas essa participação estava restrita a papéis considerados apropriados a elas, como os que estivessem ligados ao tripé das “profissões femininas”: ensinar, tratar e assistir (PERROT, 1991, p. 508).

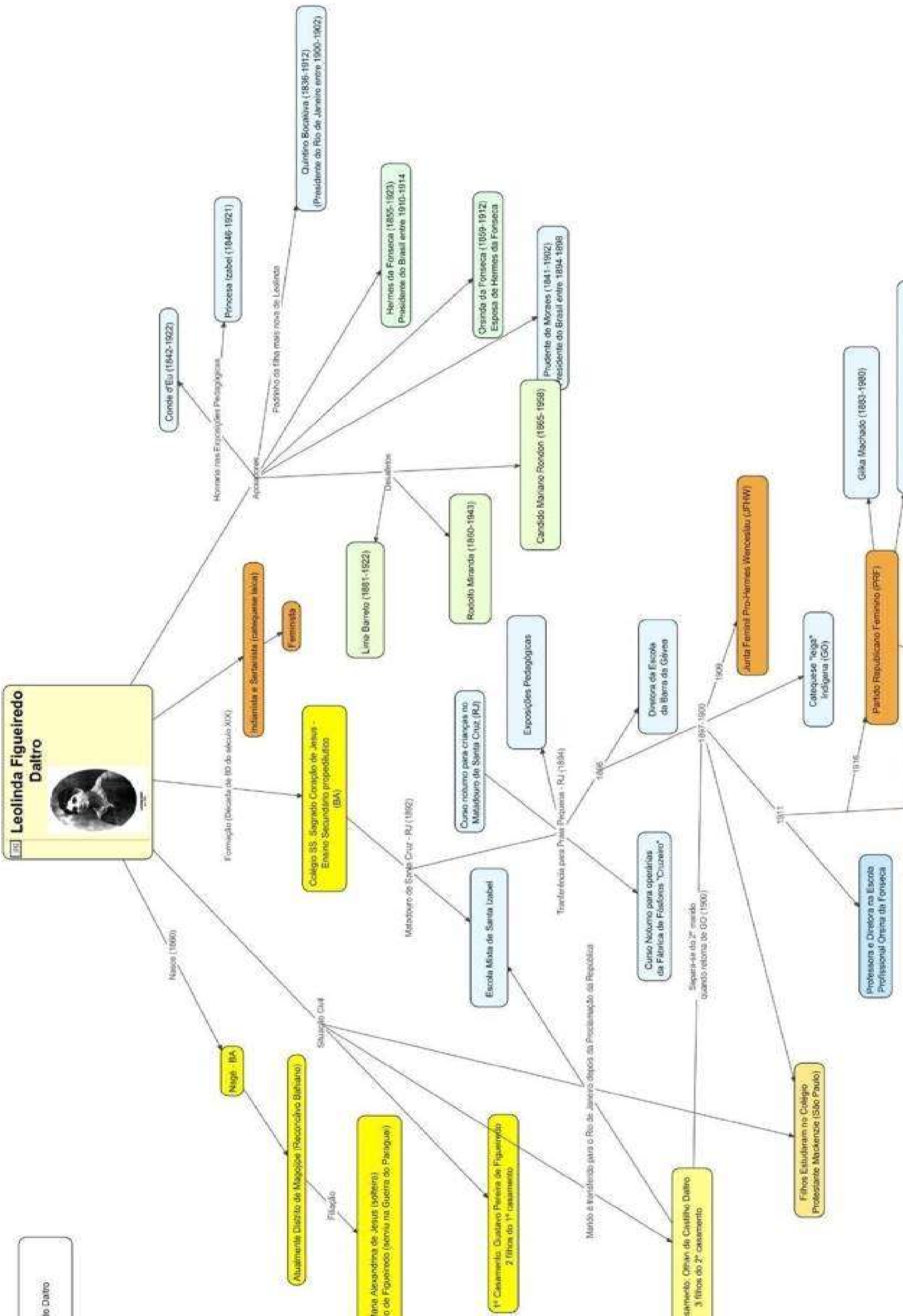
Para Maluf e Mott (1998) era necessário que “uma senhora soubesse conservar

um ar modesto e uma atitude séria, que a todos impunha o devido respeito, caso contrário, estaria exposta à maledicência e comprometeria sua honra” (p. 369).

Leolinda Daltro teve uma ampla participação no espaço público e como fundadora do Partido Republicano Feminino (PRF), sofreu a ironia e a intolerância de seus contemporâneos e contemporâneas. Conquanto, soube utilizar as vantagens oferecidas por seus apoiadores e ocupou os lugares que lhe foram permitidos na imprensa periódica, tendo inclusive criado e editado três jornais: **A Verdade** (RJ, 1902), **A política** (RJ, 1910) e **A Tribuna Feminina** (RJ, 1916). Ao mesmo tempo, construiu uma imagem de si como “alma abnegada” e “dotada de uma nobre missão de pioneirismo”, amparada pelos revezes que sofreu ao longo de sua trajetória.



Leolinda Figueiredo Daltro



Conforme pode-se observar no MAPA 2, p. 88, que resume a trajetória biográfica da intelectual, Leolinda era filha de Maria Alexandrina de Jesus, que segundo aponta a documentação consultada, era solteira e filha de uma indígena. Seu pai era o Capitão Antônio de Figueiredo e serviu na Guerra do Paraguai. Eliane Rocha (2002) que buscou dados para sua tese sobre a trajetória de Leolinda Daltro junto aos Registros Paroquiais na Bahia e no Arquivo Histórico do Ministério do Exército, menciona que a professora tornou-se órfã de mãe aos dois anos de idade e, alguns anos depois, também de pai.

Sua formação primária se deu no Colégio Sagrado Coração de Jesus (BA) e tornou-se normalista pelo Internato Normal de Mulheres (BA) (Relatório dos trabalhos do Conselheiro Interino do Governo da Bahia, 1823-1889).

O Colégio Sagrado Coração de Jesus foi criado pelo Estado com a intenção de oferecer educação às meninas “órfãs” de Salvador em 1827 e funcionava também como externato. Posteriormente, passou a ser dirigido pelas Irmãs de Caridade (Ursulinas). A educação ali oferecida, se pautava na disciplina, de forma a permitir que as meninas ou moças pudessem ter uma vida autônoma quando saíssem da instituição.

O Internato da Escola Normal da Bahia os Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia (BA) informava que o estabelecimento tinha por fim “[...] preparar homens e mulheres para facultar a instrução primária” (Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, 1879, p. 42).

Segundo Anjos (2016), a Escola Normal da Bahia foi fundada em 1836, por meio da Lei nº 37 de 14 de abril do mesmo ano, e foi inaugurada em 1841, com um curso de dois anos que habilitava os interessados a lecionar em escolas primárias (p. 2). Ainda de acordo com a autora, a criação do curso destinado a mulheres se deu em 1850 e adquiriu o caráter de internato em agosto de 1860, por meio da Lei nº 844 a: “[...] escola normal para alunas mestras, [era] separada da do outro sexo. Ambas [eram] constituídas em internatos” (p. 4).

Daltro não mencionou em seus escritos suas experiências de formação inicial. Em 1887, mudou-se para o Rio de Janeiro, e nessa cidade, ficou conhecida por seu trabalho com a educação de grupos indígenas. A adesão de Daltro à causa indígena era explicada por ela a partir de duas justificativas: a primeira por ser ela neta de indígenas (DALTRO, 1920, p. 19-20) e também porque segundo seu relato lhe causara

impacto a leitura do livro *O Selvagem*, de Couto Magalhães, que “despertara na época as [suas] latentes aspirações, de [se] internar pelos sertões do Brasil a fim de observar a vida e os costumes das populações indígenas [...]”⁴⁰ (DALTRO, 1918, p. 9).

Mencionada por Grigório (2012) e divulgada na imprensa da época, a chegada de um grupo de indígenas da tribo dos Xerentes, vindos de Goiás ao Rio de Janeiro para uma audiência com o presidente da República, na qual pretendiam solicitar ferramentas, roupas e a continuidade do trabalho de catequese que vinha acontecendo em sua aldeia, também teria motivado a iniciativa de Daltro, que na ocasião abrigou o grupo em sua casa.

⁴⁰ Na literatura nacional o período anterior a adesão de Leolinda Daltro a causa indígena esteve marcada pelo Romantismo Indianista que conforme aponta Castello (1953), surgiu como uma manifestação de nacionalismo. Cunha e Santos (2015) cita como exemplo dessa produção literária uma obra pouco conhecida de Bernardo Guimarães, *O ermitão de Muquém*, na qual o “herói” protagonista decide viver entre os sertanejos e índios da região de Goiás. Pela aproximação dos interesses de Daltro com o enredo da história, a autora cogita a possibilidade de que a professora teria tido contato com tal obra.

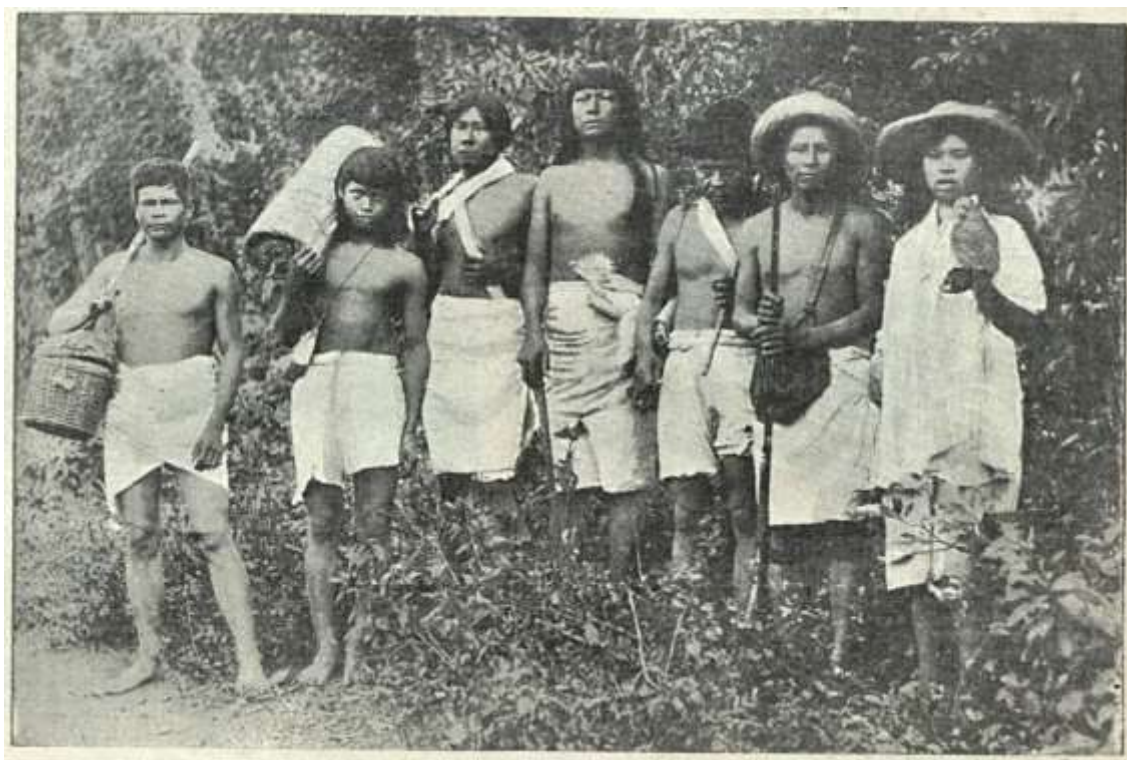


FIGURA 9: GRUPO DE ÍNDIOS XERENTES EM SUA CHEGADA AO RIO DE JANEIRO ⁴¹ FOTOGRAFIA P&B, 1902

FONTE: OS SELVÍCOLAS DO BRASIL. **O MALHO**. RIO DE JANEIRO, 13 DE MARÇO DE 1909, P. 5.

LEGENDA: OS ÍNDIOS XERENTES, QUANDO EM VIAGEM DE GOIAS PARA A CAPITAL DA REPÚBLICA, ONDE FORAM GENTILMENTE ACOLHIDOS PELA PROFESSORA DALTRO QUE LHES APERFEIÇOOU OS CONHECIMENTOS DA LÍNGUA PORTUGUESA E TEM ANDADO COM ELES DE HERODES PARA PILATOS, ALÉM DE OBTER PARA OS SEUS CATECÚMENOS A PROTEÇÃO QUE ELES PEDEM CONTRA OS EXPLORADORES QUE, EM NOME DO GOVERNO, LHES QUEREM SURRUIPIAR AS TERRAS.

Grigório (2012) argumenta que a professora teria se disponibilizado a ir ao aldeamento em Goiás e realizar a catequese leiga. Para isso, teria solicitado ao governo uma licença de seu cargo de professora e a manutenção de seus vencimentos durante o tempo de sua viagem, com a intenção de organizar uma escola indígena na região. Daltro teve sua solicitação negada e posteriormente teve aprovada

⁴¹ Essa imagem (não datada) aparece no periódico citado (1909) em meia página e abaixo dela aparece a fotografia de Leolinda Daltro paramentada com o mesmo grupo de indígenas (Figura 16, p. 105). Pressupõem-se que a mesma seja de 1902 em função de que a legenda aponta que o grupo retratado se referia ao grupo acolhido pela professora e que os mesmos aparecem “civilizados” ao lado da mesma em 1909. Como se verá na sequência dessa narrativa o grupo, que havia tido contato com a professora durante sua viagem para Goiás, veio para o Rio de Janeiro em 1902 em busca de ferramentas para lavoura, armas e roupas que haviam sido prometidas pelo governo de então.

uma licença para tratamento de saúde, garantindo que durante a viagem permaneceria recebendo seus vencimentos (**Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1897, p. 2).

Após concedida a licença, Daltro seguiu para São Paulo a fim de realizar a viagem para Goiás. Em São Paulo, conforme apontam os trabalhos de ROCHA (2002), GRIGÓRIO (2012) e CUNHA DOS SANTOS (2015), teria recebido o apoio de parte da imprensa Paulistana.

Sobre o apoio recebido por Daltro em São Paulo, na busca por fontes jornalísticas realizada nesta pesquisa, encontrou-se apenas duas notas do jornal **O Commercio de São Paulo** (SP). A primeira de 15 de janeiro de 1897, em que uma pequena nota enfatizava a publicação de uma edição da revista **A Tarde Ilustrada** (SP), na qual Leolinda Daltro e sua viagem ao sertão eram destaque na quinta página (**O Commercio de São Paulo**, São Paulo, 15 de janeiro de 1897, p. 2). A segunda, de 20 de fevereiro do mesmo ano, menciona um concerto que houvera sido realizado por Daltro com a intenção de arrecadar fundos para sua ida a Goiás (Pelos Cherentes⁴², **O Commercio de São Paulo**, São Paulo, 20 de fevereiro de 1897, p. 2). No entanto, Grigório (2012) e Cunha dos Santos (2015) apontam para outras fontes. Grigório (2012) afirma que houve,

a partir daí, [...] uma campanha de arrecadação de fundos promovida pelo jornal A Plateia, de cartas de apoio à empreitada da professora, publicadas através do mesmo jornal e também de cartas pessoais, algumas com críticas e tentativas de fazê-la desistir da viagem (GRIGÓRIO, 2012, p. 12).

Segundo Cunha dos Santos (2015), um de seus colaboradores na empreitada da viagem foi o professor José Feliciano, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), que dedicado a contribuir com os Xerentes, escreveu inúmeras cartas para o jornal **O Estado de São Paulo**, mostrando seu apoio a Daltro (p. 18). Ainda de acordo com a autora, os dois tinham um amigo em comum Horace Lane (1837-1912)⁴³ que no período de sua viagem era Diretor do Mackenzie e

⁴² Optou-se por manter o título do artigo tal como aparecia no original (Cherentes) e atualizar a escrita no corpo do texto.

⁴³ Horace Lane, nasceu em Readfield, no Estado do Maine, nos Estados Unidos, em 29 de julho de 1837, segundo Silva (2015) embarcou para o Brasil em 1858 e foi diretor da Escola Americana de São Paulo. Além de ser o articulador e organizador de uma rede de

“foi o principal mentor e patrocinador de seu propósito de catequizar os índios no vale entre os rios Araguaia e Tocantins (1897-1900)” (p. 19). A autora aponta que Leolinda Daltro e Lane mantiveram um forte laço de amizade que foi registrada nas cartas trocadas entre os dois.

Outro apoio interessante angariado por Leolinda Daltro, citado por Cunha dos Santos (2015) foi a pedagoga e médica belga Marie Renotte (1852-1942) que morava em São Paulo e foi a primeira mulher a ser admitida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 1901. Em outubro de 1896, Marie Renotte teria publicado notas favoráveis ao projeto de Leolinda Daltro. Renotte era conhecida por sua participação na imprensa feminina de São Paulo e pela defesa da educação da mulher como forma de sua emancipação.

Ao partir de São Paulo para Goiás e passar por Uberaba Daltro tinha como expectativa ter o mesmo apoio que recebera em São Paulo, entretanto, segundo Grigório (2012), foi recebida com dívidas de hospedagem contraídas pelos indígenas que a aguardavam na cidade e os gastos que teve com a compra de quatro cavalos. “Para pagá-las teve que se desfazer de suas joias, o que acabou por envolvê-la em um caso de acusação de roubo e conseqüentemente, na revolta da população local contra a sua pessoa” (GRIGÓRIO, 2012, p. 13).

A querela foi resolvida com o testemunho de um “mulato” que atestava que a professora Daltro teria comprado os animais de montaria e que havia sido acusada pelo ex-proprietário dos cavalos que após ter “perdido as joias no jogo queria recuperar a montaria” (p. 14). Em função da confusão a imprensa local passou a chamar Leolinda pela alcunha de “mulher do diabo”.

Segundo Elaine Rocha (2002, p. 69), Leolinda Daltro,

escolas americanas de confissão de fé presbiteriana no Brasil, atuou como consultor da instrução pública paulista. presidente da Escola Americana de São Paulo e *Mackenzie College* estava vinculado à Igreja Presbiteriana norte-americana, devido às disputas de poder em torno da ocupação da presidência do *Mackenzie College*, liderada por Eduardo Carlos Pereira e seus seguidores. Este procurou desestruturar a liderança de Horace Lane na direção do *Mackenzie College* e da Escola Americana, desqualificando-o com sendo um homem que não possuía a piedade de um bom cristão. A disputa não era apenas no campo das ideias religiosas, mas era uma tentativa de Eduardo Carlos Pereira chegar à presidência das instituições educacionais supervisionadas por Horace Lane. Apoiado pelos norte-americanos, Lane era mantido como missionário e educador no Brasil, condição que o legitimava no campo presbiteriano brasileiro e conferia as credenciais para ser o presidente da primeira instituição particular e presbiteriana de ensino superior no Brasil (p. 30).

ganhou notoriedade [...] pela defesa intransigente dos direitos dos índios. Apaixonada pela ideia de incorporar os índios brasileiros à sociedade por meio da alfabetização sem conotações religiosas, usou de todos os artifícios ao seu alcance, inclusive o contato com pessoas influentes para iniciar no ano de 1896 o ambicioso projeto de percorrer o interior do Brasil promovendo a alfabetização de tribos indígenas (ROCHA, 2002, p. 69).

Daltro foi casada duas vezes e teve cinco filhos, dois com o primeiro marido, de quem se separou ainda na Bahia, e três com o segundo de quem, de acordo com Cunha dos Santos (2014) se separou ao voltar da viagem que realizou pelo interior de Goiás no projeto de alfabetização de indígenas⁴⁴. O motivo da separação de acordo com Cunha e Santos (2014): o marido havia colocado os filhos para trabalhar no comércio. Na viagem, quem a acompanhou foi o filho mais velho, Alfredo. A atitude do filho, segundo Grigório (2012), teve como consequência a exoneração de seu emprego (ele era funcionário público) e a impossibilidade de seguir a carreira pública.

Nesta época, Leolinda Daltro deixou dois filhos, menores de idade, em colégios internos protestantes de São Paulo (Makenzi), a filha caçula ficou aos cuidados de Quintino Bocaiúva (1836-1912)⁴⁵ que era padrinho da menina e tal como aponta Rocha (2002), a outra filha já havia se casado (p. 48 e p. 100).

A origem da aproximação de Bocaiúva com Leolinda Daltro é desconhecida, contudo, é inegável que o seu compadrinamento foi importante para a configuração

⁴⁴ Conforme Cunha dos Santos, em entrevista cedida a ela para sua pesquisa, em 2011, o neto de Leolinda Daltro, afirmou que, o seu segundo marido, Appolonio de Castillo Daltro era funcionário da Província da Bahia, em Salvador, e teria sido transferido para o Rio de Janeiro em 1887. Daltro teria o acompanhado com os filhos.

⁴⁵ Quintino Antônio Ferreira de Sousa era jornalista, viveu em São Paulo (1850), onde iniciou sua vida profissional. No período, ao trabalhar como articulista no jornal **Acaiaba** (1851), adotou o sobrenome Bocaiuva com a intenção de ratificar sua adesão ao Nativismo. Republicano, voltou ao Rio de Janeiro onde foi colaborador dos jornais **Diário do Rio de Janeiro**, **Correio Mercantil** e a **A República**. Em 1874 fundou o periódico **O Globo** que cessou o seu funcionamento em 1883, quando foi substituído pelo jornal **O País**. A figura de Quintino Bocaiuva e sua campanha a favor da República no jornal **O País**, foi fundamental para a consolidação do processo que levou a queda da Monarquia e a Proclamação da República em 1889. Ele teve intensa participação no jogo político durante o Governo Provisório de Marechal Deodoro da Fonseca no qual assumiu o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Deixou o cargo em 1891 quando passou a exercer o mandato de Senador pelo Estado do Rio de Janeiro durante a Assembleia Nacional Constituinte, do qual sairia em 1900, para assumir o governo do Rio de Janeiro (SODRÉ, 1998).

de uma rede de sociabilidade da intelectual com outros republicanos, que por fim, contribuíram para que ela levasse a frente sua “missão”.

Cunha dos Santos (2015), afirma que Quintino Bocaiuva tentou dissuadir Daltro de viajar deixando os filhos, no entanto, ela permaneceu decidida a seguir viagem. O fato de ter deixado os filhos mais novos num colégio protestante também teria gerado por parte da imprensa uma considerável controvérsia.

Importa notar que, num momento em que o papel feminino das classes médias, caso em que Daltro se inclui, visto que, na época de sua partida, era professora catedrática no Rio de Janeiro e esposa de um funcionário público, estava circunscrito a esfera doméstica e a valorização da maternidade como função primordial de participação na construção da República, ela deixa os filhos e segue na aventura que nomeou como “missão”. Pode-se inferir que a circunstância de sua orfandade, ainda na infância, tenha de alguma forma contribuído para que em seu projeto de emancipação feminina ela considerasse a questão da sobrevivência autônoma da mulher mais importante do que a função materna ou a preservação de um núcleo familiar tradicional. Tal condição poderá ser observada na sequência desse trabalho, quando sua proposta de educação voltada para mulheres é explicitada.

A viagem inicialmente duraria 2 anos. Entretanto, a perseguição que enfrentou por parte dos freis que já realizavam o trabalho de catequese na região a forçou a voltar para o Rio de Janeiro após um ano de viagem e dividir sua “missão” em duas etapas.

De acordo com Cunha dos Santos (2015), em novembro de 1897 Daltro partiu da cidade de Goiás de onde seguiu rumo às aldeias do povo Xerente, ali permaneceu até 1898, quando, se sentindo ameaçada pelos assassinos contratados pelo frei Antonio [de Ganges] que, conforme aponta a autora, era diretor dos índios Xerentes e mantinha uma postura rigorosa na qual “procurava afastar ‘de suas ovelhas’ qualquer ‘intruso/a’” que tentasse praticar a catequese leiga (p. 51). Tal condição teria forçado Leolinda Daltro a buscar trilhas alternativas, fazendo parte do caminho a pé pela mata, trocando de nome e separando-se dos companheiros de viagem (p. 51). Consoante com os relatos da própria Professora Daltro, durante sua viagem ao sertão de Goiás, ela teria arrancado seus implantes de dentes de ouro para que não fosse reconhecida por seus “algozes” e não corresse risco de vida, visto haver sofrido ameaças de morte antes de sua partida (DALTRO, 1920).

O mapa a seguir foi feito por Daltro após o retorno de sua segunda viagem e

De acordo com Cunha dos Santos (2012), durante a incursão de Leolinda Daltro nos sertões ela recebia correspondências de amigas e amigos que tentavam convencê-la a voltar ao Rio de Janeiro. Entre o material, a autora cita uma carta recebida da amiga Magdalena de Noronha, a qual permite uma mirada sobre as representações que a sociedade fluminense tinha do elemento indígena naquele contexto. Na carta, Magdalena, mostrava-se preocupada com a imagem pública de Daltro, mencionava uma peça de teatro que estava sendo exibida no Rio de Janeiro, na qual a professora era a personagem protagonista e aparecia “num ridículo medonho, vestida de penas, dançando e falando asneiras com os índios”. A correspondência informava ainda, que o senador Quintino Bocaiúva teria intervindo e solicitado a polícia a retirada da peça e a suspensão do espetáculo, fato que se deu na sequência. Em seguida, comunicava que o periódico **O Paiz** (RJ) teria saído em defesa de Leolinda Daltro, argumentando que os organizadores da peça estavam sendo “impatrióticos” (p. 42). Convém ressaltar que Quintino Bocaiuva, na época, era diretor do jornal citado. Segundo ELEUTÉRIO (2008), **O Paiz** (RJ) foi

criado pouco antes do advento da República, em 1884, sob a direção de Quintino Bocaiuva, figurava eminente do periodismo republicano, e perdurando até o ano de 1934, obteve grande prestígio e tiragens elevadas. Nasceu republicano e durante toda a Primeira República conservou-se situacionista (ELEUTÉRIO, 2008, p.87).

Embora não tenha recebido apoio financeiro do compadre Quintino Bocaiuva, a relação estreita que manteve com ele, membro da elite republicana fluminense, pode ser entendida como um capital simbólico que foi fundamental para que ela ocupasse novos espaços sociais.

Conforme pode ser observado no trabalho de Grigório (2012), ao colocar-se à disposição do governo para a catequese leiga⁴⁶ dos indígenas, Daltro entrava em uma disputa entre os missionários católicos, – que realizavam a catequese dos nativos até então - e os políticos e coronéis de Goiás que a apoiavam na empreitada.

⁴⁶ Tratava-se de uma política de incorporação dos indígenas à sociedade brasileira por meio de sua educação sem os requisitos da religiosidade.

Na ocasião de sua partida para Goiás, Leolinda Daltro não tinha um posicionamento político vinculado ao Partido Republicano, contudo, sua amizade com Quintino Bocaiuva pode ter levado os coronéis do mesmo partido da região a supor que a professora tinha tal alinhamento partidário. De certa forma, isso facilitou sua empreitada nos sertões.

A amizade que Daltro mantinha com o grupo ligado ao Partido Republicano pode ter contribuído para que ela se tornasse indesejada por parte de outros jornais. Grigório (2012) destaca que a ida de Leolinda aos sertões também despertava dúvidas acerca de seus objetivos com os indígenas. O grupo que se opunha aos políticos republicanos tinha como hipótese que sua presença poderia estar relacionada com interesses políticos específicos. Por tanto, além de sofrer perseguição por parte dos missionários católicos, em função da controvérsia em relação ao catecismo indígena, ela possivelmente enfrentou também o grupo de coronéis opositores da política local.

O Coronel José Dias, é um exemplo de político local com quem Daltro manteve laços de amizade. De acordo com Grigório (2015), “foi o principal responsável por sua chegada em segurança ao Rio de Janeiro” quando seu filho foi acometido de varíola (p. 143). A autora aponta que,

o coronel teve um papel importante nos conflitos [da região] devido a sua capacidade de arregimentar homens para sua tropa, recrutamento forçado na maioria das vezes, e o sucesso das suas investidas lhe rendeu a fama de “general do sertão” surgindo no imaginário popular a crença de que ele tinha pacto com o demônio e por isso, as balas não o atingiam (GRIGÓRIO, 2015, p. 143).

A instabilidade vivida no campo político brasileiro, haja vista, que os primeiros anos republicanos foram marcados por disputas entre as elites políticas e o temor pela possibilidade da reorganização dos monarquistas, visto que, eram recentes os acontecimentos da *Revolta de Canudos* (1896-1897), a qual foi entendida naquele contexto como um levante monarquista, trazia preocupação aos coronéis⁴⁷ de Goiás.

⁴⁷ “O coronelismo pode ser definido como um complexo sistema de negociação entre esses chefes locais e os governadores dos estados, e destes com o presidente da República. O coronel seria um dos elementos formadores da estrutura oligárquica tradicional baseada em poderes personalizados e nucleados, geralmente, nas grandes fazendas e latifúndios brasileiros. O coronel hipotecava seu apoio ao governo estadual na forma de votos e, em troca, o governo garantia o poder do coronel sobre seus dependentes e rivais, especialmente através da cessão de cargos públicos que iam do delegado de polícia à professora primária. E

A preocupação se justificava visto que, no contexto regional, entre 1881 e 1885, portanto, antes da *Revolta de Canudos*, havia se passado a chamada *Primeira Revolução do Boa Vista*, a qual teria sido liderada por José Dias (PALACÍN, 1990).

O ideário das elites políticas locais⁴⁸ que ocupavam o poder, conforme aponta Palacín (1990) estava marcada por uma forte adesão ao republicanismo e ao anticlericalismo e a presença de Leolinda Daltro em Goiás, com o objetivo de catequizar de forma leiga os indígenas pode ter sido providencial aos olhos dos Bulhões, pois evitava que a catequese continuasse a ser realizada pelos missionários católicos. Dessa forma, a professora além da simpatia dos coronéis goianos, também conseguiu apoio financeiro, escasso é verdade, que lhe permitiu dar início ao seu projeto civilizatório.

No material organizado por Daltro na obra *Da catechese dos índios* de 1920, entre a correspondência selecionada por ela para o material tem destaque uma carta, que reporta a uma das viagens que ela realizou ao aldeamento dos Krahô, em Muquém, na qual, com o apoio da elite política de Goiás, pretendia reuni-los com a tribo dos Xerentes e fundar uma escola e uma oficina de ferreiro, dizia a carta:

[...] moça ainda, bonita a valer, [...] se atreve a atravessar estes inóspitos sertões, seminua, pois que, o vestido de brim grosso que mal lhe cobre o corpo, já está em farrapos, [...] e uma caixa inseparável, onde leva os apetrechos para fazer flores nos povoados por onde passa. [...] Perguntando-lhe se não estava arrependida, respondeu-me que sim, mas, somente pelas saudades que tinha de seus filhinhos (DALTRO, 1920, p. 239-240).

A carta tinha a assinatura de Francisco Coelho Guimarães, datada de novembro de 1898 e conforme nota da própria Daltro na obra citada, era uma resposta à carta do Dr. Lopes Filho. O documento mencionava ainda, que a professora sempre estava acompanhada “por um pretinho, seu ex-escravo”. Rocha (2002) afirma que se tratava

desse modo se estabilizava a República brasileira no início do século XX, na base de muita troca, empréstimos, favoritismos, negociações e repressão” (Schwarcz e Starling, 2015, p. 332).

⁴⁸ No período em que Leolinda Daltro realizou sua viagem a Goiás, a oligarquia que se revezava no poder na região era a família Bulhões que, de acordo com Moraes (1974), os homens da família Bulhões realizaram sua formação superior em São Paulo e se envolveram nos movimentos abolicionista e republicano. Ascenderam ao poder em Goiás no final do século XIX e manteve-se como situação durante toda a Primeira República.

de Ezequiel Joaquim Pereira, informa ainda, que o mesmo havia servido na Guerra do Paraguai e que vinha a acompanhando desde a Bahia.

Outro elemento interessante que pode ser destacado do trecho é aquele que diz respeito às ferramentas levadas por Daltro para fazer flores. Em 1900, Leolinda recolheu várias cartas que tinham como intenção comprovar sua idoneidade moral. Entre elas, encontra-se a carta do Reverendo Cook, que após apontar para as qualidades morais da professora, mencionava que um dos impedimentos para que ela desse prosseguimento ao seu intento civilizatório estava na falta de recursos, que a forçavam a angariar renda com costuras e flores de papel (DALTRO, 1920, p. 332).

Ao voltar para o Rio de Janeiro em 1900, é possível supor que Leolinda Daltro estivesse esperando uma boa recepção. Contudo, o que encontrou, segundo suas palavras, foi a indiferença da imprensa e problemas relativos ao seu cargo público e seus vencimentos como professora. Em 1897, seu compadre Quintino Bocaiúva havia lhe enviado um telegrama informando que o Estado não havia prorrogado sua licença (DALTRO, 1920, p. 106). A situação se reverteria apenas em 1902.

Neste ano, um episódio envolvendo Leolinda Daltro e Lima Barreto, que então fazia parte da Federação dos Estudantes do Rio Janeiro, acabou por tornar a professora seu desafeto. De acordo com o autor, Daltro teria buscado o presidente da instituição, Barreto Dantas, com o intuito de que ele e a Federação dos Estudantes intervissem junto ao Prefeito Francisco Pereira Passos a fim de que ela fosse reintegrada ao magistério municipal. Anos mais tarde, segundo o ponto de vista de Barreto, Daltro usaria do mesmo expediente para ganhar a simpatia dos poderosos, quando organizou o Grêmio Patriótico Leolinda Daltro, em 1906, composto por indígenas que haviam sido civilizados por ela. A associação comparecia a eventos patrióticos (**Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 02 de novembro de 1906). A aliança política foi duramente criticada pelo autor e posteriormente seria inspiração para sua obra *Numa e a Ninfa*⁴⁹, na qual a protagonista Florinda Seixas, que representava

⁴⁹ Conforme aponta a nota de Antonio Arnoni Prado na obra *Numa e a Ninfa* (2017): "O conto "Numa e a Ninfa" foi publicado em 3 de junho de 1911 pela Gazeta da Tarde do Rio de Janeiro. "As aventuras do Dr. Bogoloff", publicação semanal, começaram a aparecer em fins de 1912. Lima Barreto, desenvolveu posteriormente a novela, com o mesmo título (*Numa e a Ninfa*), que foi publicada em folhetins diários, pelo jornal carioca *A Noite*, de 15 de março a 26 de julho de 1915. O autor aproveitou, na confecção da novela, trechos das duas publicações anteriores, o que explica diversas repetições e algumas alterações de nomes de personagens" (p. 13).

Leolinda, criava e presidia a “Sociedade Comemorativa do Falecimento do Constâncio”, que tinha como objetivos o ensino do guarani e as aclamações às pessoas de destaque:

Entre nós, muita gente tem mania de caboclo e havia na cidade uma senhora idosa, D. Florinda Seixas, que cultivava essa mania com muito carinho e constância. Desde anos que a sua casa vivia cheia deles; e, ao surgir a candidatura Bentes, D. Florinda aderiu a ela com os seus caboclos hirsutos. Acontecia também que Bentes tinha um tio, já falecido, mais ou menos notável; e D. Florinda muito naturalmente juntou a sua mania indígena à admiração que sempre professou pela memória do tio de Bentes, o almirante Constâncio. Fundou, conseqüentemente, uma sociedade — Sociedade Comemorativa do Falecimento do Almirante Constâncio. O principal fim da sociedade dizia-lhe o nome; mas tinha outros, entre os quais, o do ensino do guarani e o das aclamações às pessoas de destaque (BARRETO, 2017, p. 103).

O desafio de Lima Barreto com Leolinda Daltro permaneceu em pauta nos escritos posteriores do autor. O fato é que ele não foi o único a tecer críticas a ela quando de seu retorno de Goiás.

No jornal **Gazeta de Notícias** (RJ), em uma matéria intitulada: Os pynagés: Deposição do capitão (carcere privado), de 17 de setembro de 1902, um articulista contava de maneira jocosa que um grupo de nove índios “chefiados por um capitão, foram aguardar oportunidade de falar a S. Ex. o Sr. presidente da República a quem chamam Papai Grande”⁵⁰ (**Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1902, p. 2). O artigo informava ainda que o grupo ficou recolhido na repartição da polícia. No entanto, Daltro teria ido à delegacia e convencido o chefe de polícia que os mesmos haviam sido seus alunos em Goiás e que poderiam aguardar em sua casa, em Cascadura, enquanto o delegado providenciava as ferramentas, roupas e armas que haviam sido anteriormente prometidas pelo governo aos indígenas.

O articulista se dizia perplexo com a ousadia da professora Daltro, que teria solicitado ao chefe de polícia que custeasse os gastos que ela teria com a hospedagem do grupo em questão. Após alguns dias, o capitão dos indígenas teria ido até a repartição da delegacia solicitar ao chefe de polícia que o ajudasse a tirar o grupo que estava lhe acompanhando, pois os mesmos se recusavam a partir para

⁵⁰ De acordo com Cunha dos Santos (2016) o termo era utilizado para nomear as pessoas não índias que eles consideravam importantes (p. 46).

Goiás, apesar de terem recebido roupas, armas e ferramentas. O capitão Casimiro de Moura, ajudante do chefe de polícia, foi enviado casa de Daltro. Contudo, ao chegar à Cascadura, foi “recebido pela professora Daltro [e] ouviu desta a declaração categórica de que o pinagés não sairiam da sua casa e que a polícia seria apedrejada se tentasse retirá-los”. Teria o capitão então a alcunhado de “cascadura” (**Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1902, p. 2).

Nesta mesma data, o **Jornal do Brasil** (RJ) publicou uma reportagem, contando uma versão muito semelhante da narrativa publicada na **Gazeta de Notícias** (RJ), contudo, afirmava que a professora teria ido até a redação do jornal, contar o ocorrido do seu ponto de vista e solicitar a ajuda da imprensa para que não fosse permitido que o grupo de indígenas voltasse para o aldeamento, pois os mesmos encontravam-se com estado de saúde muito delicado e se voltassem ao departamento de polícia para dali seguir a São Paulo, sofreriam maus tratos e teriam que devolver as roupas que haviam recebido. O jornal informava que Leolinda Daltro solicitou a publicação da nota com a intenção de que a imprensa fizesse uma campanha para arrecadar fundos, talvez inspirada pela experiência ocorrida em São Paulo, pois o governo havia se recusado a arcar com as despesas, para que ela pudesse tratar da saúde dos indígenas de forma que depois de curados, ela pudesse acompanhar o grupo até Goiás com a intenção de prosseguir no seu projeto de catequese leiga (**Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1902, p. 2). No mês seguinte o jornal **O Paiz** (RJ) noticia o falecimento de dois indígenas do grupo que chegou em setembro e que foram acometidos de varíola e em outubro de 1902 continuavam abrigados na casa de Daltro (**O Paiz**, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1902, p. 2)⁵¹.

Os indígenas que resistiram à varíola passaram a compor o Grêmio Patriótico Leolinda Daltro e acompanhavam a professora em passeatas pela cidade, cerimônias cívicas como o Dia da América, Proclamação da República, Dia da Bandeira e recepções a autoridades como Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Rondon.

Em 1906 uma matéria encontrada no jornal **Correio da Manhã** (RJ) destacava

⁵¹ Cabe salientar que esse início do século foi marcado por inúmeras epidemias, entre elas a febre amarela e a varíola. Tal condição levou o governo a ações de saúde pública, tais como a legislação que tornou a vacinação contra essas doenças obrigatória. A condição de vida de boa parte da população fluminense, somada às reformas urbanas que retiraram dos grandes centros uma leva de pessoas das classes baixas e à novidade da vacina, levou o Rio de Janeiro a uma revolta popular contra a vacinação obrigatória em 1904 (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 328).

as ações que Leolinda Daltro vinha desempenhando junto ao grupo de indígenas que estava abrigando em sua casa desde 1902, quando de sua chegada. De acordo com o artigo, a professora vinha realizando um trabalho educativo com os mesmos que além da mudança de aparência, conforme pode-se perceber pela comparação entre a Figura 9 - GRUPO DE ÍNDIOS XERENTES EM SUA CHEGADA AO RIO DE JANEIRO⁵² (1902) e as fotografias que serão destacadas na sequência, também estava aplicando sua catequese, ensinando o grupo a leitura e a escrita, elementos da geografia e da história nacional e rudimentos de francês (DUARTE, **Correio da Manhã** Rio de Janeiro, 01 de julho de 1906, s.p.).

O ano foi marcado também pela primeira solicitação de aposentadoria (jubilação) de Leolinda Daltro de seu cargo de professora, com a intenção de seguir novamente para Goiás, junto com o grupo que estava sob seus cuidados. A matéria citada anteriormente aponta para as intenções da professora com o grupo de indígenas. Conforme mencionava o articulista:

A única ambição de todos é – obtida a jubilação de mamãe grande, como eles chamam a D. Daltro – partirem com ela para o torrão natal e lá, como mestres e catequistas [...] darem a luz do saber aos seus irmãos (DUARTE, **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 01 de julho de 1906, s. p.).

⁵² A mesma matéria informava que os indígenas abrigados na casa da professora eram de tribos diferentes do Paraná e de Goiás, ribeirinhas dos rios Cruzes e Jacarezinho (Paraná) e Araguaia e Tocantins (Goiás), das tribos Guaranis, Xerentes e Caraós (DUARTE. **Correio da Manhã**. 01 de julho de 1906, s. p.).



FIGURA 12: FOTOGRAFIA DE LEOLINDA DALTRO COM SEUS EDUCANDOS EM UMA AULA DE GEOGRAFIA
FONTE: DALTRO, 1920, P. 447.

Outra matéria de 1906 destacava a participação de Leolinda no Congresso de Instrução no Rio de Janeiro, durante o qual ela teria feito um protesto contra o procedimento do Congresso, que deixou de incluir no seu programa a educação dos índios. Ela foi contestada pelo dr. Costa Pinto e outros participantes do evento, que defendiam a catequese feita pelos padres até então.

Nos anos que se seguiram, Daltro permaneceria dedicada à sua intenção de voltar aos sertões e prosseguir com sua catequese indígena. Em 1908, a revista **Fon-Fon!** (RJ), voltaria a mencionar a insistente tentativa da professora de conseguir sua aposentadoria:

A conhecida e popular professora Daltro anda a cavar no Senado a rejeição de voto do Prefeito à sua apreciável aposentadoria. Como se sabe, para consegui-la, a popular professora alegou preciosos e relevantes de... catequese dos bororós. Para melhor convencer os honrados Senadores, a senhora Daltro dá-

se o trabalho de ir ao Senado acompanhada dos seus infelizes bororós catequisados (**Fon-Fon!** Sessão Trepção. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1909, p. 40).



FIGURA 13: CHARGE. OS ÍNDIOS DA PROFESSORA DOS... OUTROS. LITOGRAFIA P&B. **O MALHO**. RIO DE JANEIRO, 13 DE MARÇO DE 1909, P. 46.

FONTE: **O MALHO**. RIO DE JANEIRO, 13 DE MARÇO DE 1909, P. 46.

O projeto de Daltro, escrito para o I Congresso Brasileiro de Geografia, em 1909, intitulado “*Memória*”, e que serviria ao propósito da criação de um órgão indígena governamental para atendimento dos nativos, propunha que fossem delimitadas áreas que ela chamava de “Território Autóctone”, e que os indígenas fossem incorporados à sociedade “civilizada”. No bojo de sua proposta de educação estava, segundo ela, a racionalidade,

[...] um processo laical, científico, industrial e emancipador para a civilização dos silvícolas brasileiros, que seja reconhecida, enfim a necessidade de facilitar-lhes os meios para evoluir sem tolher-lhes a liberdade e os instintos nativos, mas organizando núcleos e escolas agrícolas e industriais onde possam cultivar seus dotes e aptidões e

desenvolver suas melhores tendências (DALTRO, 1920, 547-550).

É importante salientar que, durante o período em que Leolinda Daltro militou no campo da educação dos indígenas, nos debates acerca da política indigenista a ser adotada pelo Estado brasileiro, as propostas oscilavam entre a exterminação completa dos “bugios” e sua civilização – incorporação à cultura branca – leiga (laica) ou cristã.

Abreu (2007) afirma que o ensino preconizado pela professora Daltro incluía arte, literatura e ciências, além da alfabetização em língua portuguesa, também devendo ser ensinados aos indígenas rudimentos da língua francesa. Na educação dos homens eram ensinadas profissões como carpintaria e mecânica. Já para as índias, além do trabalho doméstico, eram contemplados saberes ligados a ofícios como costura e artesanato, que poderiam servir como fontes de renda. Como citado anteriormente, na primeira viagem de Daltro aos sertões de Goiás, ela tinha como intenção fundar uma escola (de ensino primário) e uma oficina de ferreiro.

No projeto de Daltro esses saberes e práticas estimulariam nos índios o desejo pelo conforto e o gosto pela estética, sendo que a educação laica evitaria “[...] o sectarismo religioso, a superstição e o fanatismo” (DALTRO, 1920, p. 445). De acordo com Veiga (2003), “a possibilidade de constituição de um sujeito autônomo como matriz da produção de civilidade não se realizaria sem educação estética” (p. 406). Como se verá na sequência, o ideal da educação estética permanecerá presente.

**SENHORA LEOLINDA DALTRO ENTRE OS SEUS
EDUCANDOS**



De pé: Siminacru, Djalma Uacumupté, Kuroki Porpiró e Uaquezanem. Sentados: Uaquedy e Pracé, todos cherentes. Ao centro — Leolinda Daltro.

FIGURA 14: FOTOGRAFIA DE LEOLINDA DALTRO COM SEUS EDUCANDOS INDÍGENAS.

FONTE: DALTRO, 1920, P. 533.

Nas fotografias publicadas em sua obra, no cotejo com a FIGURA 9 apresentada anteriormente, é possível perceber uma tentativa de demonstrar as alterações ocorridas nos indígenas a partir de sua educação. As alterações podem ser observadas pela postura e trajés do grupo que, afastados dos costumes primitivos e inseridos no contexto considerado civilizado, se tornavam aptos para exercerem uma profissão, e podiam ser considerados como “cidadãos úteis” à sociedade. Observa-se ainda a posição central que ocupa Leolinda Daltro na fotografia, o que pode estar relacionado com a sua autoridade como professora. Destacam-se também na imagem, por parte dos indígenas, elementos que podem representar sua resistência ao

processo de catequese como a manutenção dos cabelos longos e dos nomes indígenas, o que seria motivo de ironia, como pode-se observar na crônica de autor com pseudônimo J. Bocó que narra a história de um indígena que, diferente dos educandos de Daltro, se dizia livre:

Sou índio sim, sinhó; mas índio livre e não desses que vem consignados à professora Daltro, para passearem as suas cabeleiras e os seus chapéus-coco pelas redações e pelas avenidas para decorarem discursos pífios e os dispararem nas bochechas do presidente da República e do chefe de polícia (BOCÓ, J. **O Malho**. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1909, p. 15).

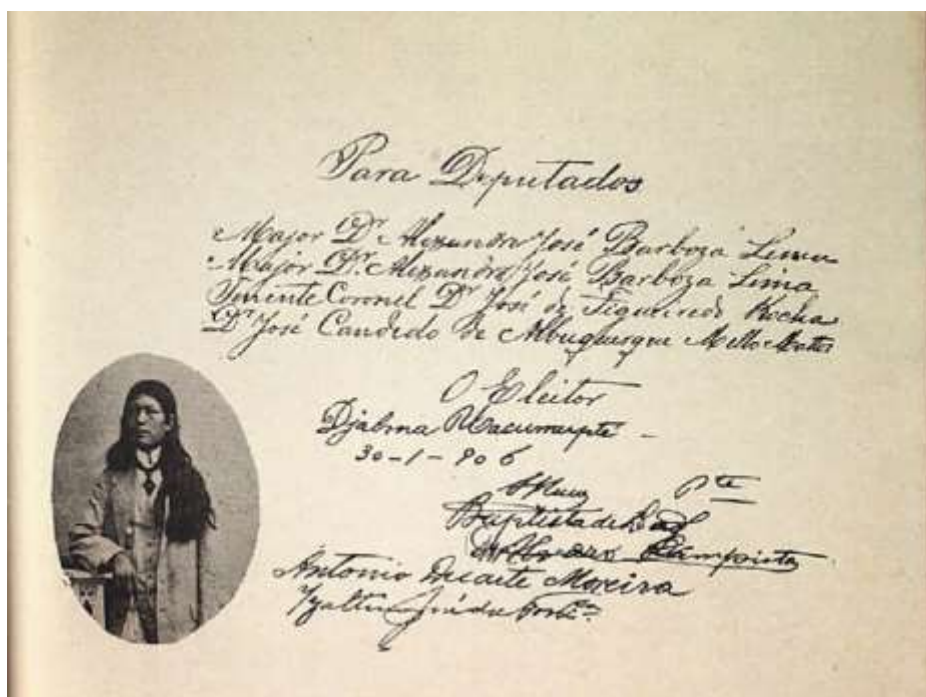


FIGURA 15: RECIBO ELEITORAL DE DJALMA UACUMUPTÉ (1906)

FONTE: DALTRO, 1920, P. 454.

Outro resultado, esperado pelo projeto educativo da intelectual, além das mudanças aparentes, estava relacionado com a constituição dos índios em “cidadãos da República, investindo-os nos seus direitos civis e políticos”. De sua perspectiva, a participação política dos indígenas por meio do voto poderia significar, além de um exercício de cidadania, o reconhecimento de sua igualdade civil diante da população branca votante. Em 1906, os índios letrados de D. Leolinda Daltro tiveram sua

inscrição para a eleição de deputados aceita e puderam exercer o seu direito ao voto. Talvez, os primeiros a índios votar na história do Brasil.

De acordo com Cunha dos Santos (2015), a viagem de Daltro pelos sertões teria sido:

[...] realizada com o propósito de catequizar as diversas 'tribus', ela efetivamente se deparou com o desconhecido. Seu contato com os índios permitiu que ela os percebesse como indivíduos que não estavam agregados à lógica do mundo ocidental cristão. Isto se tornou ainda mais evidente quando constatou neles a capacidade de mudar as estratégias defensivas e ofensivas à medida que os não índios avançavam para dentro de seus territórios naturais. Ou, então, na habilidade de reorganização social face às experiências de sucessivos aldeamentos (CUNHA DOS SANTOS, 2015, p. 143).

Ou seja, é possível que as ações de Leolinda Daltro e suas estratégias dentro dos campos político e educacional, posteriores à sua viagem a Goiás, tenham de alguma maneira se inspirado na sua experiência com os indígenas.

As imagens selecionadas por Daltro para o seu livro *Da catechese dos índios*⁵³, apontam ainda para a relevância que teve em seu projeto formativo o ensino de profissões. Pode-se inferir que para Daltro a educação dos indígenas não poderia prescindir de uma perspectiva de trabalho, pois para ela, um bom cidadão era aquele que se tornava útil à pátria por meio de seu trabalho. No caso das mulheres, conforme pode-se observar na fotografia abaixo, a costura e os trabalhos domésticos profissionalizados dariam a elas a possibilidade de autonomia financeira.

⁵³ Outras imagens e fotografias, assim como a contracapa das obras de Daltro encontram-se nos anexos desta tese.

UMA LIÇÃO DE COSTURAS

D. Leolinda Daltro e a índia Sepeá (da tribo Guarany)

FIGURA 16: FOTOGRAFIA DE LEOLINDA DALTRO EM AULA DE COSTURA PARA UMA INDÍGENA.
FONTE: DALTRO, 1920, P. 450.

Contudo, como mencionado anteriormente, alguns jornais da época seguiam ironizando as ações de Leolinda Daltro:

D. Leolinda Daltro passou ontem pela rua do Olvidor com os seus índios. [...] A professora dos *cherentes* veste aqueles caboclos de calça apertada, chapeuzinho redondo, casaquinho curto e, ainda por cima, deixando-lhes uma cabeleira até o meio da cintura, pinicado de óleo. O resultado é aquele ridículo todo de uma exposição caricata, a que se prestam os *rapariguís* [?] da Sra. Daltro (**Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, junho de 1906, p. 3).

Leolinda Daltro tinha uma boa relação com o então ministro da agricultura, Rodolpho Miranda (1862-1941)⁵⁴, que era responsável pela administração do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN)⁵⁵. Durante um encontro com o ministro, a professora teria apresentado seu projeto de educação indígena e ele teria se comprometido a nomeá-la como diretora do órgão governamental quando o mesmo iniciasse suas atividades.

Segundo relato de Daltro, ao procurar o ministro, levou um relatório de sua viagem em que apresentou dois mapas elaborados por ela de seu roteiro, pelos rios Araguaya e Tocantins, bem como a descrição do seu programa de catequese indígena

⁵⁴ Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda nasceu em Resende (RJ) em 8 de novembro de 1862, filho de Luís da Rocha Miranda Sobrinho e de Amélia da Rocha Miranda, barões do Bananal. Embora fosse de família tradicionalmente vinculada ao Partido Liberal, destacou-se como propagandista da República. Quando jovem escreveu nos periódicos Eco Juvenil e Iracema. Fez seus estudos superiores na Sorbonne entre 1880 e 1883. De volta ao Brasil se estabeleceu em São Paulo, na fazenda de café de seus familiares, próxima a São Simão (SP). Sua vida política se iniciou em 1885 quando foi eleito para a Câmara de São Simão. No mês de janeiro de 1888 aprovou moção que defendia a abolição da escravidão no município em que foi eleito. Em 1899, após a Proclamação da República tornou-se situação em São Simão e voltou a viajar para Europa. No ano seguinte, de volta ao Brasil, foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte como representante de São Paulo, aos 29 anos, sendo, naquele momento, o parlamentar mais jovem no plenário e tendo destaque nas questões relativas a agricultura nacional, principalmente aquelas que diziam respeito a modernização das técnicas agrícolas. No governo de Nilo Peçanha, criou o ensino agrônômico (Decreto nº 8.310) que deu origem à Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Em sua atuação no ministério, recompôs o Jardim Botânico e o Museu Nacional, também apoiou os cafeicultores e organizou e legislou sobre as escolas de aprendizes de artífices e estabelecimento de base para instalação de matadouros modelos (DIAS, 2018).

⁵⁵ A bibliografia consultada aponta que o órgão, embora tenha tido curta duração, teve como preocupação em todos os seus programas e ações a incorporação e civilização dos indígenas por meio do trabalho.

(DALTRO, 1920, p. 14). Os materiais entregues, segundo Leolinda, nunca foram devolvidos.

Quando o SPILTN iniciou suas atividades, Daltro procurou o ministro para requerer o cargo proposto, mas Rodolpho Miranda lhe respondeu que isso não era viável, visto que Cândido Rondon (1865-1958)⁵⁶ que estava à frente do órgão, era positivista e não aprovava a nomeação de mulheres para cargos públicos. Segundo suas palavras, “na opinião positivista do Coronel Rondon, a mulher só tem competência para administrar o departamento culinário do lar, acalantar crianças, lavar e engomar, ou então passear pelas Avenidas, entregando-se aos prazeres do luxo e... basta” (DALTRO, 1920, p. 4). Na sequência, Leolinda Daltro declarava que o acontecimento a havia mobilizado para defesa dos direitos da mulher:

Recebi as palavras do Ministro Rodolpho Miranda, como se fossem a declaração positiva da nulidade feminina, como se ouvisse uma legenda ignóbil da desmoralização do meu sexo! Senti, então, em mim, despertar o espírito da revolta; compreendi ser necessário uma campanha persistente e tenaz no sentido de destruir o terrível preconceito (DALTRO, 1920, p. 4).

No decurso de suas atividades como indigenista, ter o cargo negado em virtude de ser mulher parece ter contribuído para sua adesão às lutas feministas:

[...] sem engajar-se na luta pelos direitos políticos das mulheres, já que

⁵⁶ Cândido Mariano da Silva Rondon nasceu em Santo Antônio de Leverger (MT), em 1865. Coursou a Escola Militar do Rio de Janeiro e, em 1889, ingressou na Escola Superior de Guerra. Foi aluno de Benjamin Constant, de quem recebeu a formação positivista que conservou por toda a vida. Participou do movimento que derrubou a monarquia e instituiu o regime republicano no país em 1889. Em 1891, tornou-se professor da Escola Militar. Nesse mesmo ano, participou pela primeira vez da construção de linhas telegráficas no interior do Brasil, atividade a qual se dedicaria durante grande parte da sua vida. Estabeleceu, então, contatos amistosos com indígenas no estado do Mato Grosso, em regiões pró Em 1906, suas atividades estenderam-se à Amazônia, para onde também foi enviado à fronteira com o Paraguai e a Bolívia, iniciando, inclusive, a demarcação de terras indígenas e de construir linhas telegráficas. Nessa ocasião, passou cerca de quatro anos na selva, chegando a Manaus somente em 1910. Nesse mesmo ano foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), do qual se tornou o primeiro diretor. Durante a década de 10, deu continuidade às suas experiências de contato com os povos indígenas, promovidas através de expedições científicas e de reconhecimento do território que se estende do Mato Grosso à Amazônia. Em 1919, recebeu a patente de general do Exército (ABREU et al, 2010).

era a sua condição sexual o maior empecilho às dificuldades encontradas [...] para atingir o seu principal objetivo, a nomeação oficial como catequista leiga ou como Diretora de Índios, [que] deram-lhe a certeza de que não conseguiria realizar seus anseios (ROCHA, 2002, p. 268).

Segundo os relatos de Leolinda Daltro, dois eventos negativos foram significativos para despertar o seu interesse pelo movimento feminista. O primeiro, em 1902, depois de seu retorno da viagem de Goiás, quando buscou o IHB (Instituto Histórico Brasileiro) e propôs a criação de uma associação civil de amparo aos indígenas. Na ocasião a professora foi impedida de participar da reunião organizada pelos sócios do Instituto em 26 de setembro de 1902, sob a alegação de que era mulher (MARQUES, 2004, p. 161). Poucos anos depois, em 1909, foi proibida de apresentar um trabalho com seu projeto para a política indigenista oficial no Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, veto que também estava relacionado com o fato de ser mulher (ROCHA, 2002, p. 257). De acordo com Daltro (1918):

Era de esperar mesmo que o arrojo de uma mulher que se arriscara a ir só, sem recursos e sem proteção oficial, aos sertões, para encetar o serviço de verdadeira educação leiga entre os selvícolas, despertasse a prevenção e a hostilidade daqueles que exploravam a catequese religiosa. Enquanto, aqui no Rio, agentes clericais faziam contra mim, na imprensa e na política, uma campanha de intrigas e difamações, lá no sertão, de quantas ciladas não escapei? Vezes quantas não se achou em perigo a minha vida? (DALTRO, 1918, p. 11).

A partir desses dois episódios, Leolinda Daltro se voltaria cada vez mais para discussões e ações em prol da emancipação feminina, sem, contudo, deixar de se dedicar à educação indígena.

Ao descrever sua trajetória anterior à viagem ao interior do país no livro intitulado *Início do feminismo no Brasil: Subsídios para a história* (Parte 1), Daltro mencionava sua experiência no magistério. Nele destacava seu trabalho como professora catedrática de escolas primárias no Rio de Janeiro no período da proclamação da República.

Ainda no período imperial, Leolinda Daltro organizou duas *Exposições Pedagógicas* que foram realizadas no paço da Câmara Municipal. De acordo com seu relato (1918), as exposições receberam as visitas do Conde D'Eu e da Princesa Isabel: os mesmos “[...] examinaram os trabalhos escolares, assistiram os exercícios de

ginástica com um livro intitulado *Livro de Ouro*” (p. 4)⁵⁷.

Dizia Daltro (2018) que: “[...] o programa de ensino primário era, naquela época, por demais deficiente; o ensino limitava-se à leitura, escrita, gramáticas e às quatro operações fundamentais da aritmética”. Mencionava que durante os anos de sua chegada ao Rio de Janeiro, teria sido por sua iniciativa que o ensino de artes e profissões fora iniciado nas escolas em que trabalhou. Segundo suas palavras, a intenção era facultar aos alunos “[...] aptidões necessárias a fim de que, ao saírem da escola, pudessem obter, com o trabalho, os meios de subsistência” (p. 3).

Neste período, Daltro passou pela “Escola Mixta de Santa Izabel”, onde manteve um curso noturno gratuito no “Matadouro de Santa Cruz” para as crianças que ajudavam os pais durante o dia nos serviços daquele estabelecimento. Quando transferida para o Engenho de Dentro, manteve o curso noturno. Posteriormente mudou-se, a pedido da Inspetoria Pública, para a Praia Pequena. Ali ofertou, além das aulas diurnas, aulas noturnas para “[...] sessenta e quatro operárias da fábrica de fósforos “Cruzeiro”, tendo a felicidade de ensinar e educar pobres moças analfabetas, das quais, duas hoje são professoras catedráticas, algumas floristas, modistas, etc.” Os cursos noturnos, conforme informação de Leolinda Daltro, eram mantidos por ela sem subvenção do Estado.

⁵⁷ “Livro de ouro” é um nome genérico, onde se assina a presença em datas ou ocasiões comemorativas. De acordo com a fonte citada anteriormente o *Livro de Ouro*, era um livro luxuoso que foi remetido a Daltro, [...] em cuja primeira página, que denominaram de *página de honra*, lançaram as suas ótimas impressões relativas à sua visita e a minha tenda de trabalho” (DALTRO, 1918, p. 4) [grifo no original]. Pesquisa em acervos online foi possível localizar um documento intitulado Livro de Ouro, contudo, o mesmo é descrito como um livro elaborado em comemoração ao centenário de independência do Brasil, acredita-se não se tratar da mesma fonte citada por Daltro.



FIGURA 17: ESCOLA MIXTA DE SANTA IZABEL. FOFOTRAFIA P&B

FONTE: ACERVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. AUTORIA DA FOTOGRAFIA: AUGUSTO MALTA, 1926

Daltro mostrava uma preocupação que era comum aos intelectuais do período. Em seus relatos, enfatiza os ícones da modernidade educacional da época. Os métodos, os preceitos morais, bem como os exercícios de ginástica, as artes e os ofícios, evidenciam uma preocupação com a formação completa dos alunos, corpo e mente disciplinados, civilizados, transformados por meio da ação pedagógica e preparados desde a infância para se tornarem aptos para intervir no futuro da nação. Daltro deu ênfase às suas ações a partir de sua chegada ao Rio de Janeiro:

[...] não cessei de melhorar cada vez mais o meu programa de ensino, ora introduzindo na escola novos métodos, preparando os alunos para bons exames, ora incorporando-os a passeios campestres para lhes ensinar a amar a natureza, aproveitando todos os momentos oportunos, para variadas preleções com o fim de lhes educar a alma para o belo e para o bem, ora levando-os ao Museu, a exposições, etc. (DALTRO, 1918, p. 4).

Os preceitos prescritos por Daltro em seu programa de ensino - a educação

física, moral e estética – apontam para ideal de educação pautada nos valores da higiene. De acordo com Taborda de Oliveira e Pykosz (2009),

[...] a partir do último quarto do século [XIX] e, principalmente, nas três primeiras décadas do séc. XX, o que se viu foi uma verdadeira cruzada higiênica que mobilizou médicos, educadores, engenheiros e todos aqueles ligados de alguma maneira à causa da instrução pública. O crescente movimento pela renovação pedagógica oferecia o esteio propício para que, pela via da biologia, da psicologia e da antropologia, principalmente, a higiene como corpo doutrinário ganhasse espaço no âmbito escolar. Daí as iniciativas em torno da sua implantação nas Escolas Normais, nas quais podemos localizar temas ou disciplinas tais como a própria Higiene, a Puericultura/ Paidologia, Trabalhos Manuais, Prendas Domésticas, entre outras. De alguma forma todas elas relacionadas com os diferentes cuidados com o corpo da criança, da mulher, da família, da sociedade. Portanto, voltadas para um projeto de intervenção social que teria na escola um dos seus mais destacados vetores (p. 136).

Leolinda Daltro atribuiria as suas ações no campo da instrução às ofensas que sofreu antes e após sua viagem a Goiás: “esses e outros fatos, entretanto, só me acarretaram, desde então até hoje, antipatias, malevolências e perseguições de colegas despeitadas!” (p. 5). Frutos de inveja ou não, o fato é que Daltro foi hostilizada pela imprensa da época e seu nome esteve associado a várias iniciativas entendidas como equivocadas ou incomuns, considerando o contexto.

Durante os 15 anos em que os debates sobre políticas governamentais indigenistas estiveram em pauta, o nome de Leolinda Daltro esteve em evidência na imprensa. Depois, seu nome apareceria novamente nos noticiários em defesa do feminismo (ROCHA, 2002, p. 4). De acordo com Abreu (2007), “sua proposta política ia pelo viés da educação e essa era a sua prática como professora, como indigenista e como feminista. Reforçava a importância civilizadora da mulher e mostrava preocupação com a sobrevivência das mesmas” (p. 18).

Segundo Rocha (2002) Leolinda Daltro,

[...] com seu temperamento intempestivo, teve que lidar com as duras críticas da opinião pública, de políticos e de colegas de magistério, que relutavam em aceitar que uma mulher deixasse seu lar e filhos para aventurar-se pelos sertões em companhia de índios e que ousasse retornar e disputar espaço político com os homens (ROCHA, p. 4).

Sua primeira ação neste sentido ocorreu em 1909, ano em que ela organizou em associação com outras mulheres, a *Junta Feminil pró Hermes Wenceslau*⁵⁸. Mariana Coelho, em seu livro *Evolução do feminismo: subsídios para sua história* (1932), destacava a iniciativa como uma “associação política de cuja descrição se depreende ser o ponto de partida para a ação do feminismo no Brasil, pois foi a primeira fundada com intuito de trabalhar pela emancipação do sexo feminino brasileiro” (p. 152).

Em 1910, Leolinda Daltro publicaria a primeira edição do jornal *A Política*. De acordo com Rocha (2002), o impresso incluía questões como a catequese laica, o direito das mulheres à educação e ao voto, e proposições para saneamento moral da sociedade. Posteriormente, o jornal serviria também para propaganda de seu partido, o Partido Republicano Feminino (PRF).

Uma entrevista concedida em 1934 por Leolinda Daltro destacava a forma como suas demandas haviam sido recebidas pela sociedade da época e anunciava a retomada do Partido Republicano Feminino (PRF).

Ao apresentá-la, seu interlocutor mencionava que:

Por volta de 1910, pela primeira vez, no Brasil, surgiu uma mulher desfraldando a bandeira das reivindicações feministas, afrontando o indiferentismo reinante.

A cruzada nova provocou comentários irreverentes e escandalizou a mentalidade conservadora da época. [...]

Formou-se um batalhão feminino que comparecia a todas as solenidades cívicas e intervinha em todos os episódios culminantes desse tempo (**A Noite**, Rio de Janeiro, 03 agosto de 1934, p. 1).

⁵⁸ Entre 1893 e 1909 foram realizadas cinco eleições para Presidente do Brasil, nesse período foram eleitos três presidentes paulistas: Prudente de Moraes (1894-1898), Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906), em seguida foi eleito o mineiro Afonso Pena (1906-1910) e depois Hermes Rodrigues da Fonseca (1910-1914). O presidente Hermes da Fonseca era natural do Rio Grande do Sul, sobrinho de Manuel Deodoro da Fonseca (primeiro presidente da República) e foi o primeiro presidente eleito que não foi indicado por Minas Gerais ou São Paulo. Governou entre 1910 e 1914. Foi casado duas vezes, sua primeira esposa Orsina da Fonseca, que era sua prima-irmã, faleceu em 1912. Em 1913 ele casou-se novamente com Nair Teffé, 30 anos mais jovem, o que teria causado grande escândalo na época. Sua esposa Nair Teffé foi “caricaturista, pintora e pianista, amiga de Chiquinha Gonzaga, divulgadora da música popular brasileira [...] filha do barão de Teffé e neta do conde Von Hoonholtz, despertou críticas ferozes, inclusive de Rui Barbosa, ao promover saraus no Palácio de Guanabara [...] Em 1922, participou da Semana de Arte Moderna em São Paulo e aderiu ao movimento feminista pelo voto; ficou viúva em 1923, mas viveu até os 95 anos, falecendo em 1981” (CALLADO, 2011, p. 13).

Pode-se depreender duas questões nas afirmações do jornalista: a primeira, a percepção de que as iniciativas de Leolinda Daltro teriam provocado “comentários irreverentes e escandalizado a mentalidade conservadora da época”. A ridicularização do movimento protagonizado por Daltro pode ser observada em notas publicadas na imprensa nas décadas de 1910 e 1920 e no afastamento de outros feminismos de Leolinda. A segunda demonstra uma das formas de agir do PRF, que foram utilizadas também por outras associações femininas/feministas: o comparecimento às solenidades cívicas.



FIGURA 18: ALUNAS DA ESCOLA ORSINA DA FONSECA EM MARCHA PELO CENTRO DO RIO DE JANEIRO. FOTOGRAFIA P&B, RIO DE JANEIRO, 1911.

FONTE: ESCOLA ORSINA DA FONSECA. **CARETA**, RIO DE JANEIRO, 30 DE SETEMBRO DE 1911, P. 12.

O “batalhão feminino” a que se refere o articulista foi criado pela professora Leolinda em 1911 e dele participaram alunas da Escola Orsina da Fonseca, que era dirigida por Leolinda Daltro.

Na fotografia abaixo é possível observar algumas alunas de Daltro trajadas em

fardas militares – exceto as calças, conforme ressaltava a matéria - de cor caqui, que segundo a reportagem que a acompanha (**Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1917, p. 2), haviam sido confeccionados pela professora. Ainda de acordo com a nota, o batalhão teria comparecido à redação do jornal – que na mesma data também esteve na redação do periódico **A Lanterna** (RJ), fato que foi noticiado por aquele veículo – as meninas teriam entrado em marcha e falado palavras de ordem.

A iniciativa estava ligada ao Partido Republicano Feminino (PRF) e foi idealizada por Daltro para desenvolver a saúde física das alunas da Escola Orsina da Fonseca. Contudo, em 1917, data das duas publicações citadas, a I Guerra estava em curso e Leolinda Daltro, imbuída de seu ideal patriótico e possivelmente impactada pelos rumos e consequências do conflito mundial, dava ao seu “batalhão” nova função. Como mencionava a intelectual no jornal **A Lanterna** (RJ), “o lema do tiro feminino é defender a pátria. As nossas vidas oferecemo-las em honra a nosso Brasil querido, combatendo, contra o barbarismo prussiano até o final” (**A Lanterna**, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1917, p. 2).



FIGURA 19: "TIRO FEMININO" DA ESCOLA ORSINA DA FONSECA. FOTOGRAFIA P&B, RIO DE JANEIRO, 1917.

FONTE: **GAZETA DE NOTÍCIAS**, RIO DE JANEIRO, 20 DE NOVEMBRO DE 1917, P. 2.

Além das aulas de tiro com baionetas, o “batalhão” da Escola também recebia aulas de esgrima, ambas ministradas por militares amigos de Leolinda Daltro. Durante

o ano de 1917, a professora também fez aparições e demonstrações públicas de sua “linha de tiro”. Em conformidade com o que informam as duas reportagens citadas acima, as alunas de sua escola faziam marchas até as redações de vários periódicos da capital. Foi possível localizar, além dessa informação, outra notícia que indica que o “batalhão” feminino realizou inclusive treinamento militar em lugares públicos. Como pode-se observar na fotografia mostrada na sequência, na qual as alunas fazem uma apresentação para a plateia presente na Praça da República, Rio de Janeiro.

A fotografia encontra-se junto a uma nota do jornal **A Noite** (**A Noite**, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1917, p. 1). Entre as informações constantes na reportagem, destaca-se que na circunstância, enquanto as alunas realizavam a demonstração pública, meninos encontravam-se pendurados nas árvores da praça fazendo chacotas.



FIGURA 20: AULA PÚBLICA DE ESGRIMA. FOTOGRAFIA P&B, 1917

FONTE: **A NOITE**, RIO DE JANEIRO, 11 DE NOVEMBRO DE 1917, P. 1.

Sublinha-se que no momento da fotografia, possivelmente a exibição já havia acontecido, visto que as máscaras protetoras das alunas estavam no chão. É possível observar ainda que as estudantes não usavam equipamento de proteção, apenas a luva protetora – utilizada na mão com a arma. Porém o restante dos equipamentos, como o colete, o fio de corpo e a calça, estão ausentes. A notícia salienta ainda que a

campanha do “tiro feminino” pretendia divulgar suas aspirações. O “batalhão” se propunha a policiar a cidade, as repartições e os lares, caso os soldados brasileiros homens fossem convocados para a Guerra. Notícia sobre o “batalhão” feminino foi destaque também na imprensa internacional. O jornal francês **L’Etoile du Sud** fez uma alusão ao PRF e ao seu “batalhão” em 1917.

Em 1920, a professora Daltro, ofereceu seu “batalhão” para fazer a guarda da realza inglesa que fazia visita diplomática ao governo brasileiro, atitude considerada novamente risível para uma parte da imprensa fluminense. Um cronista do jornal **O Imparcial** (RJ) satirizava:

Serão mil moças brasileiras militarmente trajadas a primeiro uniforme, e que conduzindo galhardetes brancos com inscrições alusivas ao fato e cantando os hinos da Bélgica e do Brasil, darão guarda de honra a rainha.

Em que ficamos? As mil moças serão Legionárias da Paz... vestidas militarmente?

Além disso, a professora se compromete a apresentar vinte moças aptas para assaltos de florete e mais vinte para atirar ao alvo... Ou muito nos enganamos, ou o que a Sra. Daltro está querendo não é a paz e sim a guerra (Hellojoro, **O Imparcial**, 21 de maio de 1920, Rio de Janeiro, p. 2.)

O Malho (RJ) fez também uma charge com o “batalhão” de D. Leolinda:



FIGURA 21: CHARGE. AS LEGIONÁRIAS DA PAZ...DOMÉSTICA. 1920

FONTE: **O MALHO**, RIO DE JANEIRO, 05 DE JUNHO DE 1920, P. 29.

Assim como a revista **D. Quixote** (RJ):



FIGURA 22: CHARGE. A NOVA BRIGADA DA PROFESSORA DALTRO, 1920.

Fonte: Revista **D. Quixote**, Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 1920, p. 23.

Posteriormente, na década de 1930, o “tiro feminino” de Leolinda Daltra seria qualificado por alguns jornais fluminenses como a primeira iniciativa com formato que se assemelhava à das “bandeirantes”, que naquele momento ganhava repercussão positiva no país.

Sobre a trajetória do PRF, na entrevista de 1934 e citada anteriormente, Daltra atribuía sua criação à iniciativa anterior da “Junta Feminil pró Hermes Wenceslau”. De acordo com seu relato, em conversa com o general Pinheiro Machado (1851-1915)⁵⁹,

⁵⁹ José Gomes Pinheiro Machado foi jornalista e político influente durante a Primeira República. Em 1902 tornou-se vice-presidente do senado brasileiro, e assumiu a Comissão de Verificação de Poderes, cuja função era a de definir quais candidatos eleitos pelo voto poderiam tomar posse, poder de julgamento da regularidade e licitude das eleições. O periódico **O Gato**, de 1913, mencionava que ao deixar o Palácio do Catete o ex-presidente Hermes da Fonseca teria comentado com seu sucessor que “[...] Pinheiro é tão bom amigo que chega a governar pela gente” (**O Gato**, 09 de agosto de 1913, p.17). Pinheiro Machado foi assassinado com uma punhalada pelas costas por Manso de Paiva, em 08 de setembro de 1915 (ABREU de et al, 2010).

o mesmo teria sugerido que ela transformasse o empreendimento em um partido político. “E assim foi. Continuamos a trabalhar sob a nova denominação. Promovíamos festas cívicas, comemorávamos as datas nacionais e fazíamos conferências, no sentido de educar politicamente a mulher, dando-lhe uma noção nova de seu valor e fazendo-a ver que dia viria em que ela seria chamada a participar dos negócios públicos” (DALTRO, **A Noite**, Rio de Janeiro, 03 de agosto de 1934, p. 2).

De acordo com Karwejczyk (2013, p. 143), a argumentação em torno da conversa com o general Pinheiro Machado não pode ser comprovada. Contudo, pode ser vista como uma estratégia retórica posterior ao acontecimento para que Daltro pudesse “mais uma vez, concorrer a um cargo no legislativo em 1935”, projeto que não se concretizou, pois viria a falecer.

O PRF era formado por 27 mulheres⁶⁰, professoras, escritoras e donas de casa, que assinaram a ata de fundação do partido, cuja proposição era: “representar as mulheres brasileiras na capital federal e em todos os estados do Brasil, promovendo a cooperação entre elas na defesa das causas relativas ao progresso do país e de sua cidadania” (BRASIL, **DOU**, Rio de Janeiro, 1910, p. 47). De acordo com o regimento, o partido não aceitava a participação masculina em seus quadros. Entretanto, como se observa ao longo dessa narrativa, a professora Leolinda Daltro encontrou interlocutores homens e apoiadores importantes na política nacional.

Aproveitando a amizade que tinha com Orsina da Fonseca (1859-1912), primeira esposa do presidente da República Hermes da Fonseca, Leolinda conferiu à primeira-dama a presidência de honra do PRF. Embora Fonseca não tenha assinado a ata de fundação do partido, a Escola de Ciências, Artes e Profissões D. Orsina da Fonseca - para moças – recebeu o seu nome. Na instituição funcionava também a sede do PRF e a gráfica onde as duas obras de Daltro foram impressas.

⁶⁰ Assinaram os Estatutos do PRF as seguintes mulheres: Presidente, D. Leolinda de Figueiredo Daltro, 1º vice-presidente, D. Maria Carlota Vaz de Albuquerque, 2ª vice-presidente, D. Emília Torterolli Araldo; 1ª secretária, D. Hermelinda Fonseca da Cunha e Silva; 2ª secretária, D. Gilka da Costa Machado; Tesoureira, D. Goldemira moreira dos Anjos, Arquivista, Srta. Áurea Daltro; Procuradora, Srta Alice Esperança Arnosa; Zeladora, Sra. Vitalina Faria Senna. Associadas: Ida Auta Maques Soares, Josefina Teixeira, Leonor Nunes de Simas, Maria Antonieta de Oliveira Fontes, Justina Celeste Brasil, Odille Bittencourt, Aristéia Cardoso, Olga Cardoso, Maria de Sousa, Hermogenea de Carvalho, Antonieta Faria Senna, Laura Esperança Amoso, Maria Rodrigues de Oliveira, Henriqueta Marques, Amália Mallet, Francisca Mallet, Eudoxia dos Santos Rebelo, Emilia Augusta Braga de Almeida (BRASIL, Diário Oficial da União, 17 de dezembro de 1910, p. 47 e 38).

Entretanto, a iniciativa de Daltro, como ocorrera anteriormente com seu projeto de catequese indígena, não encontrou o apoio que esperava. A professora foi acusada de usar de sua influência com as autoridades para fazer funcionar uma escola que se encontrava em situação ilegítima. Alguns jornais fluminenses destacavam que a Escola Orsina da Fonseca funcionava em um prédio, onde anteriormente ficava o almoxarifado da prefeitura, sendo que o mesmo fora cedido pelo município para Leolinda Daltro.

Logo após a inauguração da instituição em 1911, o jornal **O Século** (RJ) (**O Século**, Rio de Janeiro, 1º de julho de 1911, p.1) destacava que Daltro era professora catedrática lotada em uma escola oficial da capital e que, portanto, não poderia usar do tempo que deveria estar se dedicando a gerir a escola pública em que era diretora e não para atender seus interesses particulares. Tal condição foi questionada pelo diretor da instrução pública da época, Álvaro Batista. Na ocasião, o diretor solicitava por ofício que a mesma desocupasse o prédio da prefeitura e que devolvesse os pertences do almoxarifado que estavam guardados em uma das salas da instituição.

Daltro foi até o gabinete de Álvaro Batista, solicitou uma audiência, mostrou os documentos de funcionamento da escola e conseguiu que a mesma continuasse existindo.

Anos mais tarde, na década de 1920, Lima Barreto, desafeto já conhecido da professora e antifeminista declarado, voltaria a criticar as estratégias de Leolinda Daltro em crônica na revista **Careta**⁶¹ (RJ). Na opinião de Barreto, longe de ser uma iniciativa que buscava a emancipação das mulheres o PRF estaria interessado apenas em autobenefício. Dizia ele:

E o “Partido Republicano Feminino”, em tupi-guarany: “Iã Nabô Bokox'yarã – o que quer?

Tem por priora essa seita, a assaz e conhecida professora Dona Deolinda Daltro. Sabe-se logo o que é um partido chefiado por essa senhora. Ela quer ser intendente municipal; quer o ensino obrigatório do tupi nas escolas públicas; e festas à beça, em que possa mostrar a beleza dos seus caboclos e a grandeza dos pés deles encarcerados dolorosamente em botas torturantes (BARRETO, **Careta**. Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1922, p. 42).

⁶¹ Barreto escreveu mais de uma dezena de textos satíricos sobre Leolinda Daltro, alguns deles utilizando o pseudônimo de J. Hurê.

Em outra crônica do mesmo período, ele investia contra Daltro e seu projeto de catequese indígena (BARRETO, **Careta**. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1920, p. 34). Na crônica “O nosso cabocismo”, usava mais uma vez a ironia contra a líder do PRF e em “O voto feminino” criticava o fato de a professora ter ido ao Congresso, acompanhada de um grupo de mulheres, com a intenção de acompanhar a votação do projeto que permitiria ao público feminino exercer o direito do voto:

Vejam agora só como, com o voto feminino, as coisas se passavam de modo bem diverso.

D. Deolinda Daltro, que está pleiteando a passagem do projeto, ia para o Senado com um bando de senhoras, senhoritas e meninas, carregadas de flores, e despejava as pétalas sobre a cabeça do respeitável e imenso senador Lopes Gonçalves, que sabe inglês e é o defensor do mesmo projeto, embora seja este de autoria do seu colega Justo Chermont⁶². As flores porém, foram e irão para o Sr. Gonçalves porque é pessoa notoriamente elegante e trata-se de um projeto que interessa às damas (BARRETO, **Careta**, Rio de Janeiro, 09 de julho de 1921, p. 6).

Na fotografia abaixo pode-se identificar Leolinda Daltro, uma mulher integrante do PRF⁶³ e o presidente Hermes da Fonseca ao lado de sua esposa Orsina da Fonseca. Tratava-se de uma sessão solene realizada na data de inauguração da *Escola de Ciências, Artes e Profissões D. Orsina da Fonseca*.

⁶² Conforme aponta Mônica Karawezczyk (2013) Justo Pereira Chermont (1857-1926) foi governador do Pará entre 1889 a 1881 e ministro das Relações Exteriores entre 1894 a 1926. Isabel Chermont, sua esposa fez parte da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM), e possivelmente tenha lhe influenciado a apresentar o que é considerado primeiro projeto pelo sufrágio feminino no Brasil. O projeto foi apresentado no Senado Federal em 17 de dezembro de 1919, sob nº designativo 102, e propunha uma emenda assim designada: “Artigo único. São extensivas às mulheres maiores de 21 anos as disposições das leis nº 3139, de agosto de 1916, e 3208 de 27 de dezembro de 1916, revogada a legislação em contrário” (BRASIL, Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1919, p. 5453).

⁶³ Pode-se observar que a mesma trazia a faixa do referido partido e encontrava-se ao lado de Daltro.



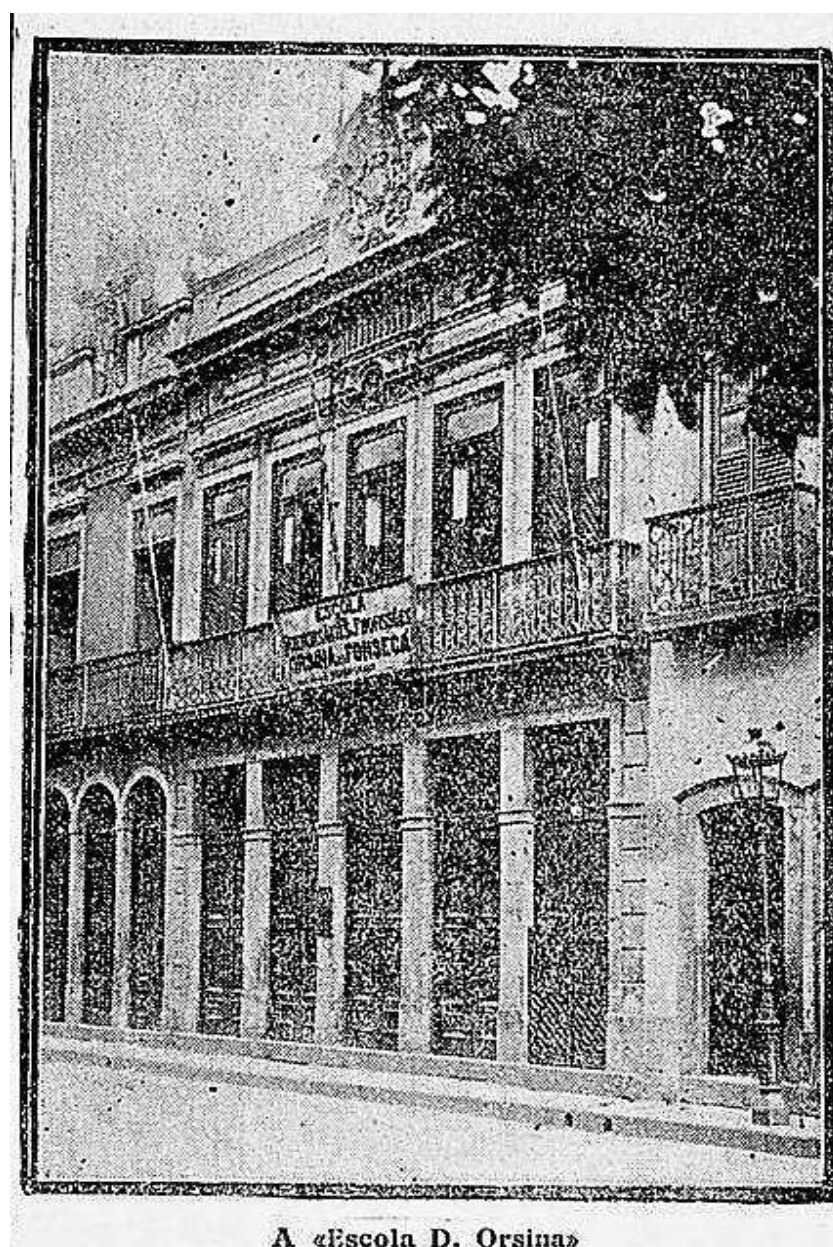
FIGURA 23: MESA DE HONRA ORGANIZADA PARA INAUGURAÇÃO DA ESCOLA ORSINA DA FONSECA. FOTOGRAFIA P&B, 1911

FONTE: POLÍTICA FEMININA. **O MALHO**, 24 DE JUNHO DE 1911, P. 17.



FIGURA 24: POLÍTICA FEMININA. FOTOGRAFIA DE UM ASPECTO INAUGURAÇÃO DA ESCOLA ORSINA DA FONSECA, 1911.

FONTE: **O MALHO**. RIO DE JANEIRO, 08 DE JULHO DE 1911. P. 22.



A «Escola D. Orsina»

FIGURA 25: FACHADA DA ESCOLA ORSINA DA FONSECA. FOTOGRAFIA P&B, 1916.

FONTE: **GAZETA DE NOTÍCIAS**, RIO DE JANEIRO, 21 DE JANEIRO DE 1916, P. 1.

A escola foi iniciativa particular de Leolinda Daltró, sendo que os cursos oferecidos na instituição eram gratuitos. Segundo declaração dela em 1934 ao jornal **A Noite**, a escola recebeu durante os primeiros anos de existência subvenção do Estado, após o que a professora passou a mantê-la com seu salário e ajuda de donativos (DALTRO, **A Noite**, Rio de Janeiro, 03 de agosto de 1934, p. 2). Em suas palavras: “o programa da Escola é difundir o ensino prático de profissões adequadas às mulheres. Ali elas aprendem a fazer chapéus, flores, bordados, cortar seus próprios vestidos e até cortar as roupas para seus maridos e filhos [...]”. Daltró permaneceria como diretora da escola até seu falecimento, em 1935.

Desde o século XIX a questão do papel da educação na formação nacional vinha sendo discutida por diferentes intelectuais a partir de diversas nuances que,

ampliadas no início do século XX, tornaram a “causa educacional” um fator essencial para o desenvolvimento do país e sua entrada definitiva no rol de “nações civilizadas”.

Nesse panorama cresce no Brasil, entre a elite intelectual, a adesão a reformas educacionais que tivessem como fundamento um caráter científico, sendo a escola o lugar escolhido como “templo de civilização”, espaço fundamental para transformação dos sujeitos em “cidadãos brasileiros”. A educação primária ocupou então um lugar de destaque. As reformas implementadas nesse contexto, embora tenham se dado de formas distintas nos estados do Brasil, tinham como fundamento o desejo de normalizar, profissionalizar e sistematizar a escolarização de uma população anteriormente ausente deste processo. Havia a crença de que por meio do modelo escolar as crianças que passassem pelos bancos escolares se tornariam, no futuro, homens e mulheres capazes de exercer seu patriotismo por meio da razão e não mais pelo medo.

Sem muitos atrativos financeiros para a carreira masculina, vai ganhando força a vinculação identitária feminina com uma inclinação natural para o trato com crianças e a vocação para o magistério. Segundo Almeida (2006), nas décadas iniciais do século XX,

o grande número de mulheres lecionando nas classes do primário era visto com agrado pelos dirigentes do sistema escolar. Mas o embrincamento dos atributos de missão, vocação ou sacerdócio com o desempenho da docência não se referia apenas às mulheres, mas ao professorado de um modo geral. Professores e professoras estavam imbuídos do dever sagrado de conduzir as novas gerações no caminho da educação e da instrução, as quais, por sua vez, levariam ao progresso da nação (p. 80).

Do ponto de vista da educação profissional é possível afirmar que, no período anterior ao republicano, a mesma teve como particularidade o fato de ser uma medida compulsória voltada para órfãos e desvalidos. A reorganização social que se manifesta a partir da abolição da escravidão, que incluiu a modalidade do trabalho assalariado como condição para produção em diferentes setores econômicos, trouxe consigo uma nova necessidade: a formação de quadro de mão de obra qualificada. Assim, a profissionalização dos trabalhadores por meio da educação passou a ser vista como possibilidade de melhoria de sua capacidade produtiva. Ao relacionar o trabalho e a riqueza, o Estado republicano passa a dar a ele um valor positivo, ligado ao futuro da

nação. Esta modalidade de educação teria como função uma mudança de perspectiva na relação entre o trabalhador e o trabalho, visto que, principalmente o trabalho manual durante o longo período escravocrata foi visto como algo feio, a ser realizado apenas por escravos. A partir da educação profissional, seria possível fazer o trabalho ser entendido como uma atividade eminentemente humana e o trabalhador como alguém apto a contribuir com a construção do progresso e da modernização do país.

Segundo Louro (2006), no caso das mulheres que frequentavam os institutos e escolas profissionalizantes no início do século, é possível que devido às intensas e repetidas horas dedicadas ao treino das habilidades manuais das alunas inferir que havia a intenção produzir jovens “prendadas”, que seriam capazes de realizar os mais delicados e complexos trabalhos de agulha e de pintura. A formação de mão de obra feminina dentro desse contexto cumpria dupla função. Por um lado, servia ao lar, pois poderia angariar um casamento adequado. Por outro, garantia mão de obra à indústria nascente (principalmente a têxtil) e ao comércio. Conforme apontava o Diretor de Instrução Pública da época, Afrânio Peixoto, no livro *A Educação da Mulher*: “A escola profissional depois de 1916 dá produtos, procurados nas indústrias femininas e no comércio da indumentária” (1936, p. 11).

Conquanto a declaração de Daltro na entrevista de 1934 se referisse aos saberes da Escola Orsina da Fonseca como conteúdos relacionados a fazeres domésticos e cuidados com o lar, as matérias jornalísticas encontradas que tratam da referida escola mostram que os cursos ofertados na mesma iam além de corte e costura e prendas domésticas. Como demonstra a matéria publicada pelo jornal **O Paiz** (**O Paiz**, Rio de Janeiro, 17 de junho de 1911, p. 1) a escola tinha como programa principal, “a instrução da mulher, preparando-a para os principais misteres da vida, através da ciência e das artes [...] apresenta[va] um variado curso cuja frequência será inteiramente livre e gratuita”.

A referida matéria enfatiza a cerimônia de inauguração da Escola Orsina da Fonseca, que contou com a presença do presidente Hermes da Fonseca e de sua esposa⁶⁴. Na ocasião discursaram Leolinda Daltro e Gilka Machado, apresentou-se uma banda com a ópera “O Guarani” de Heitor Villa Lobos (1887-1959) e ao final foi realizado um baile. A mesma nota informa que inicialmente os cursos eram divididos

⁶⁴ Em nota anterior o jornal afirmava que Leolinda Daltro havia adiado a inauguração da Escola para contar com a presença do presidente e da primeira-dama (**O Paiz**, 13 de junho de 1911).

em geral e específico. Compunham a grade curricular as seguintes disciplinas: português, francês, alemão, bandolim, esperanto, guarani, aritmética, álgebra, geometria, trigonometria, desenho linear, geografia, história do Brasil e educação cívica, história natural, higiene, caligrafia e estenografia, confecção de flores, educação física, datilografia, música, teoria filosófica e estética, piano, teclado, confecção de chapéus, costuras brancas, bordados à máquina, trabalhos manuais, literatura, história das artes e desenho ornato.

Embora Leolinda não mencione literalmente a educação estética, pelo número de disciplinas voltadas à arte, é possível apontar, consoante com Carvalho (1990) que dentro do ideário positivista, ao qual a intelectual esteve alinhada, a estética teria como função a construção de habilidades ligadas à imaginação artística, que tinha como base a razão e por inspiração o sentimento, para que por meio dos dois se chegasse à razão. “[...] Trata-se de uma estética naturalista, em que o belo se subordina a uma noção de verdade e se põe a serviço do bem [...]” (p. 131-132). De acordo com Vezzani (2018) “A função da arte se enquadraria, dentro da doutrina positivista, num papel de promoção dos sentimentos altruístas e morais através da sensibilização e da mobilização emocional” (p. 168).



FIGURA 26: SALA DE AULA DA ESCOLA ORSINDA DA FONSECA. FOTOGRAFIA P&B, 1911

FONTE: REVISTA **CARETA**, RIO DE JANEIRO, 30 DE SETEMBRO DE 1911, P. 12.

Não foi possível confirmar se as disciplinas ofertadas inicialmente na escola tiveram longevidade. Contudo, fontes posteriores apontam que a instituição também ofertou cursos de Direito Constitucional e enfermagem (**A Razão**, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1919, s. p.).

Durante a epidemia de gripe no Rio de Janeiro, em 1918, a escola serviu como ambulatório para mulheres e crianças “desamparadas” e as alunas que faziam o curso de enfermagem realizavam o atendimento aos pacientes que contavam “com o serviço de 20 senhoras e senhoritas, professoras e alunas da Escola Orsina, guiadas e assistidas pelo professor, o benemérito Dr. Francisco Lazaro Tourinho” (**Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1918, p. 2).

A instituição participou também de exposições pedagógicas anuais. Na fotografia em destaque a seguir, é possível observar algumas alunas da escola, bem como o material produzido por elas:



FIGURA 27: EXPOSIÇÃO PEDAGÓGICA ESCOLA ORSINA DA FONSECA. FOTOGRAFIA P&B, 1931

FONTE: REVISTA **CARETA**, RIO DE JANEIRO, 21 DE MARÇO DE 1931, P. 4.

Segundo o jornal **Diário Carioca** (RJ), de 13 de março de 1931, a exposição daquele ano contou com cerca de 800 trabalhos realizados por suas 387 alunas. A matéria jornalística informa ainda que as aulas ocorriam numa sala de cerca de 7 metros quadrados e que o material para as aulas não era fornecido pela escola. Outro artigo do jornal **Diário da Noite** (RJ) na mesma data confirma a informação do espaço citado pelo **Diário Carioca** (RJ). Não encontramos outro documento que confirme que o espaço correspondia de fato ao espaço utilizado para as aulas. Contudo, conforme citado anteriormente, a escola funcionava no antigo almoxarifado da prefeitura do Rio de Janeiro, ou seja, um espaço improvisado. O artigo publicado no **Diário da Noite** (RJ) acrescentava ainda que,

o estado de conservação do prédio exige um reparo que o deixe em melhores condições, uma vez que atenta contra as prescrições higiênicas. A loja, que atualmente não ocupada, poderia ser cedida a escola, pois isso facilitaria uma maior frequência de aprendizes (**Diário da Noite**, 13 de março de 1931, p. 1).

No salão da escola funcionou também a Escola Noturna “Nascimento Silva”, que foi inaugurada em 1922 e na qual estudavam “[...] alunos, na sua maioria operários”. Segundo as palavras de Leolinda Daltro, a referida escola havia conseguido ser “[...] útil a instrução pública, pois que, foram matriculados 322 alunos

de um e de outro sexo, nacionais e estrangeiros, na sua maioria analfabetos” (**Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1922, p.7).

Cabe ressaltar que a iniciativa da Escola Orsina da Fonseca esteve, desde sua fundação, diretamente vinculada ao Partido Republicano Feminino e que a sede do partido funcionava no mesmo prédio.

Em relação ao PRF, participaram da iniciativa, mulheres como a poetisa Gilka Machado, Adalzira Bittencourt (1904-1976)⁶⁵, que organizou o primeiro movimento pacifista brasileiro, a Liga Infantil Pró-Paz. Bittencourt estudou Sociologia na Itália e Direito Internacional na Holanda tendo passado quatro anos em Buenos Aires. Participou de decisões políticas referentes a exames médicos pré-nupciais, eutanásia, esterilização involuntária e aborto. No campo editorial, escreveu uma ficção científica na qual o Brasil era narrado como uma sociedade utópica que era governada por uma mulher - *Sua Ex. a presidente da República no ano de 2500* (1929).

A grande bandeira do PRF era “o reconhecimento das mulheres como cidadãs plenas e passíveis de participar das pugnas eleitorais” (KARWEJCZYK, 2013, p. 147). Karwejczyk (2013) considera que as ações do PRF podem ter sido responsáveis por reanimar o tema do sufrágio feminino na imprensa fluminense, dando visibilidade à condição feminina daquele momento.

Como argumentado anteriormente, para Daltro a questão do voto, fosse para os seus “índios bravios” ou para suas “mulatas civilizadas”⁶⁶, estava relacionada ao seu entendimento de que esse direito, além de um exercício de cidadania, era também uma maneira de se igualar àqueles que já o faziam.

No período em que surgiu o PRF, a então capital federal do Brasil vivia um burburinho em torno das notícias sobre o feminismo britânico. O jornal **A Noite**, do Rio de Janeiro, publicaria vários artigos e charges alertando sobre os perigos do movimento na Grã-Bretanha. Multiplicavam-se as advertências sobre as *suffragettes* e seu *modus operandi*: “Vejam o que se passa na Inglaterra e tratem de evitá-lo” (**A Noite**, Rio de Janeiro, 14 de junho de 1913, p. 1), mencionava uma das matérias: As fotografias ilustravam a campanha das *suffragettes* como combativa e violenta, como

⁶⁵ Para mais informações sobre o Brasil utópico de Adalzira Bittencourt consultar: RAMOS (2002).

⁶⁶ Expressões utilizadas pela revista D. Quixote para se referir aos indígenas e as meninas órfãs educadas pela professora na Escola Orsina da Fonseca (MALASARTES, P. Elegâncias. **D. Quixote**, 01 de junho de 1921, p. 16).

sugere a imagem e a legenda a seguir:



FIGURA 28: FOTOGRAFIA DO JORNAL A NOITE QUE RETRATA ALGUMAS AÇÕES DAS SUFFRAGETTES BRITÂNICAS EM 1910.

FONTE: A NOITE, *RIO DE JANEIRO*, 14 DE JULHO DE 1913, P. 1

LEGENDA: AO CENTRO, MRS. DRUMMOND, QUE OS JORNAIS INGLESES COGNOMINARAM A “GENERALA” ASSISTE À EVOLUÇÃO DOS PROCESSOS DE PROPAGANDA. DO LADO ESQUERDO, AO ALTO, O MARTELO ENCOBERTO QUE SERVIA PARA QUEBRAR VIDRAÇAS, A SEGUIR A BOMBA, ENCONTRADA NA CATEDRAL DE SÃO PAULO E, EMBAIXO UMA SUFFRAGETTE, NO PRINCÍPIO DA CAMPANHA, ESCRREVENDO A GIZ NA CALÇADA. “VOTES FOR WOMENS”. DO LADO DIREITO, DE CIMA PARA BAIXO: UMA VIDRAÇA PARTIDA, UM AGENTE DE SEGURANÇA

CARREGANDO DUAS LATAS DE QUEROSENE APREENDIDOS NOS ESCOMBROS DO PAVILHÃO DO CHÁ DE KEW GARDEN.

A matéria publicada no jornal tinha como chamada “Vejam o que se passa na Inglaterra e tratem de evita-lo”. Segundo Karwejczyk (2013), a postura combativa do movimento associativo de Leolinda Daltro passou a ser comparada e caracterizada pela imprensa a partir do movimento feminista britânico, tanto que a professora “passou a ser identificada pela imprensa como partícipe do sufragismo militante” (p. 148). De acordo com a autora, Daltro foi comparada pela imprensa fluminense, inúmeras vezes, com a figura da *suffragette* Pankhurst, pioneira do movimento sufragista britânico e famosa por seu ativismo e táticas agressivas. Como apontam Schumacher e Brazil (2000) a luta de Leonilda Daltro “se dera contra a mais cruel das armas dos adversários da mulher, o ridículo” (p. 319). Daltro iria se referir várias vezes a sua experiência com o processo de ridicularização que sofreu, em uma entrevista concedida ao jornal **A Batalha** (RJ) a intelectual reclamava: “Ora essa! Pois então o senhor não sabe o quanto fui combatida, vilipendiada, ridicularizada porque, simplesmente, só porque me bati por uma aspiração ainda deslocada no tempo em que levantei o estandarte do Feminismo no Brasil” (**A Batalha**, Rio de Janeiro, 02 de abril de 1931, p. 1).

Karwejczyk (2013) menciona que no ano de 1916 o PRF já estava bastante estruturado. Para exemplificar, a autora cita uma matéria que foi veiculada no jornal **A Noite**, Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 1916, em que o periódico evidencia as diferenças entre o partido e a recém-fundada Associação da Mulher Brasileira⁶⁷. De acordo com a autora, a imprensa da época,

descreve as ações do PRF que, desde a sua fundação, vinha se dedicando a diversificados fins, entre eles: fundar fábricas, oficinas e ateliês; manter um centro profissional de empregadas domésticas; fundar farmácias; organizar uma exposição de produtos enviados pelos diversos estabelecimentos agrícolas e fabris fundadas e mantidas pela instituição em todo o território nacional; instalar restaurantes e cooperativas vegetarianas, considerada como alimentação higiênica – elementos cuja primazia o Partido Republicano Feminino reivindicava através das páginas do jornal (Karwejczyk, 2013, p. 150).

⁶⁷ A Associação da Mulher Brasileira definia seu objetivo como: “Criar um organismo eficaz de proteção e assistência à mulher em todos os aspectos sociais de sua desvalidez” (**O Paiz**, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1916, p. 4).

Monica Karwejczyk (2013) destaca que embora os interesses do PRF tenham se diversificado ao longo de sua existência, a questão do voto esteve sempre como principal preocupação da instituição, sendo que, durante o ano de 1917, o partido por meio de sua propaganda teria sido importante para uma primeira tentativa legislativa de estender o voto para as mulheres brasileiras. “A proposta, de autoria do deputado fluminense Maurício de Lacerda [...], foi a primeira a ser defendida no Congresso Brasileiro desde a Constituinte de 1890-1891” (p. 151), tendo sido recusada pelos Congressistas.

Marques (2004) entende que “sobre a forma de mobilização adotada por Leolinda e suas colaboradas pairava o espectro das radicais *suffragettes* inglesas, que puseram seus corpos a serviço da causa do sufrágio feminino, invadindo as ruas da Inglaterra” (163).



FIGURA 29: ECOS DAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS E PRESIDENCIAL (LEOLINDA DALTRO EM CAMPANHA). FOTOGRAFIA P&B, 1926.

FONTE: **O MALHO**, RIO DE JANEIRO, 20 DE ABRIL DE 1926, P. 33.

Em 1926, Daltro tentaria, sem sucesso, a eleição para intendência municipal no segundo distrito do Rio de Janeiro. Em 1927, com a aprovação do voto feminino no Estado do Rio Grande do Norte⁶⁸, o *Jornal do Brasil* faria uma longa entrevista com a professora Daltro. Nela, a intelectual falava sobre sua experiência como feminista desde a criação da Escola Orsina da Fonseca, passando pelo tiro e o batalhão feminino, até a escola de enfermeiras, que segundo suas palavras, visavam “unicamente” a educação feminina, com a intenção de que as mesmas pudessem na sequência conquistar o direito ao voto.

Ela deixava claro que se entendia como pioneira do feminismo nacional e mencionava as dificuldades que enfrentara por ter “ousado” ser *avant-garde*: “[...] os que primeiro pregam uma ideia, sofrem horrivelmente, quer essa ideia seja política, quer pertença ao campo da ciência.” Advertia as “novas feministas” que conhecia os projetos anteriores apresentados na Câmara dos Deputados e cita como ação sua presença nas audiências junto com as membras de seu PRF e acrescentava que: “essas aderentes estão colhendo os louros da próxima vitória. Não falo com desrespeito. Apenas registro em fato incontestável. Invejo-lhes apenas a felicidade de chegar, ver e vencer” (DALTRO. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1927, p. 11).

Na sequência da mesma matéria, a professora Daltro, citava as “calúnias” que enfrentou ao longo de sua luta pela emancipação feminina,

o preparo do terreno para a conquista de hoje, foi feita por mim, a custa de muito humorismo grosseiro, de muita chacota, de muitas descomposturas!

Houve uma época em que durante anos seguidos, eu era figura obrigatória em carros carnavalescos, num ridículo medonho.

Nos palcos de cinemas, bem como o “Chantecler” fez centenário me representando ridiculamente com o “Tiro Feminino” [...] (DALTRO. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1927, p. 11).

Sobre suas ações no movimento feminista afirmava que, ao fundar e manter a

⁶⁸ No terceiro capítulo se retomará a questão da aprovação do voto feminino no Rio Grande do Norte, em 1927, durante o governo de Juvenal Lamartine, visto que o evento e a figura do governador, foi fundamental para uma campanha mais agressiva por parte da FBPF para a aprovação nacional do sufrágio nos anos que se seguiram.

Escola Orsina da Fonseca que, de acordo com suas palavras teria favorecido muitas mulheres a adentrarem novos postos de trabalho no funcionalismo público e no comércio teria auxiliado a profissionalizar as primeiras alunas e realocá-las no comércio. Segundo ela, os seres humanos têm como tendência, não a contestação, nem a invenção, mas, a imitação. Sendo assim, a partir do momento em que uma loja contratava uma balconista mulher, outras procuravam imitar.

Mencionava ainda, que:

[...] dentro e fora da Escola Orsina da Fonseca, nos círculos masculinos, eu prestava dois serviços: 1º – o de ampliar a esfera de atividades femininas, até então muito restrita; 2º – o de caminhar, a passos largos, para a conquista do voto feminino.

Meu programa, como [...] ao invés de andar “engrossando” potentados e convidando as esposas desses para mera fita, contentando-se com retrato nos jornais e a divulgação de banalidades tão ao sabor da chamada “elite social”, eu fazia trabalho eficaz, proveitoso, minava, pacientemente, o terreno, sem que os inimigos do voto feminino se apercebessem do meu verdadeiro objetivo (DALTRO, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1927, p. 11).

É interessante notar que, embora Daltro criticasse as ações das “novas feministas” usou das mesmas estratégias quando precisou de capital simbólico para sua viagem a Goiás, para fundação de sua Escola Orsina da Fonseca e do Partido Republicano Feminino (PRF).

Quanto às agressões que sofreu da imprensa, é possível afirmar que boa parte das críticas que recebeu eram oriunda da imprensa satírica, que também hostilizou o movimento organizado pelas “novas feministas” como veremos no terceiro capítulo.

Outra questão a ser mencionada sobre a entrevista de Daltro são as relações que manteve com homens de poder, seus pares masculinos, que muitas vezes facilitaram sua entrada na cena pública.

Ela tentaria retomar o PRF durante a constituinte de 1934 e com sua candidatura a Deputada Federal pelo mesmo partido. Entretanto, em 09 de maio de 1935, faleceu em consequência dos ferimentos decorrentes de um atropelamento de automóvel (**O Malho**, Rio de Janeiro, 09 de maio de 1935, p. 121).

A forte vinculação entre a imagem de Leolinda Daltro e de seu PRF com o movimento sufragista britânico pode ser um dos motivos que levou à omissão de seu nome e do partido na história do associativismo feminino/feminista. Bertha Lutz, em

1919, iria se referir às sufragistas inglesas como militantes que procuraram alcançar o feminismo por meio da violência. Segundo ela, “Sob a direção de Mr. Pankhurst e de suas filhas, as *sufragettes* desandaram completamente [...] procurando alcançar seus fins apenas pela violência e pela demolição” (LUTZ, **Rio Jornal**, Rio de Janeiro, 19 abril de 1919, s.p.).

Conforme aponta a entrevista de Daltro, citada anteriormente, as sátiras carnavalescas usavam o PRF ou a professora Daltro como tema, ironizando suas ações e utilizando de adjetivos como mulher-homem, conforme se percebe pelo enredo de um dos blocos carnavalescos de 1917 publicados no periódico **O Paiz** (RJ):

A professora D'altro lá com ela.
 Afamada por muitas aventuras.
 Um homem de vontade se revela.
 Fazendo diabruras...
 Funda uma escola aqui, outra acolá,
 Sai-se daqui e vai para os sertões.
 Sendo deveras, mesmo, d'altro lá.
 Nas manifestações
 Trouxe do seio da floresta um dia.
 Uns semi-nus e tristes botocudos.
 Que morreram coitados da mania.
 De colossais estudos,
 De vez em quando vai ao presidente.
 Uma qualquer história recitar:
 E, p'ra mulher pleiteia, altivamente,
 Direito de votar.
 Mas há que nisto tudo um mal lhe veja,
 Quem lhe atribua a triste sorte à zinha.
 De ir acabar na porta de uma igreja.
 A conversar sozinha.
 (**O Paiz**, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1917, p. 8).

De acordo com o jornal **Correio da Manhã** (RJ), um dos carros alegóricos que desfilaram no carnaval de 1917 e que fazia uma crítica ao voto feminino também fazia alusão à figura de Leolinda Daltro. Ele era assim descrito: “A conhecida professora Daltro, defensora do voto das mulheres, engole o voto masculino, saindo da urna eleitoral” (**Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1917, p. 1).

Conquanto seja possível conjecturar sobre a ironia da imprensa acerca da figura de Leolinda Daltro e mesmo sobre o afastamento do movimento feminista que surge nos anos finais da década de 1910, encontra-se na imprensa da década de 1930 um número considerável de matérias que reacendiam as discussões sobre o

nome da professora e sua vinculação com o feminismo.

Em uma das notas, o articulista tratava de Daltro como precursora do feminismo e como alguém que,

[...] levada pelo misticismo de sua generosidade, tem uma atuação tão nobre, tão desinteressada e tão patriótica que, em qualquer outro país, seria o bastante para entrar na galeria das heroínas nacionais. Aqui ela entrou para os préstitos carnavalescos, para se revistas de fim de ano e para o lápis dos caricaturistas” (**Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 04 de julho de 1930, p. 5).

Uma colaboradora do jornal **Correio da Manhã** (RJ) também se manifestava a respeito de Daltro ressaltando características de altruísmo e benevolência:

Esquecida por nós, a professora Leolinda Daltro, que vê hoje, da sombra de que a nossa vaidade a cercou, todos os seus sonhos realizados, todos os seus exemplos seguidos. Já ninguém hoje ri das “bandeirantes” ou das “escoteiras” uniformizadas militarmente!... Já ninguém ridiculariza hoje, as “feministas” destemidas que vencem pelo saber e pela vontade. E tudo obra dessa mulher exemplo! (RIBEIRO. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1930).

Os escritos deixados por Leolinda Daltro reforçam a imagem de uma mulher abnegada que fez os maiores sacrifícios em nome de sua visão de mundo, vítima da maledicência da imprensa e incompreendida por seu tempo. Dizia ela em entrevista em 1930 “estou velha, cansada, doente, em tanto desiludida, o que, aliás, é compensado, em parte pelos triunfos que a causa feminista vai alcançando no Brasil inteiro” (DALTRO. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1932, p. 3).

A escritora Raquel Prado iria também se manifestar acerca da importância da memória de Daltro para o feminismo. Após isso ter ocorrido, na ocasião do II Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro em 1931, uma comissão de mulheres ligadas a FBPF foi até a casa de Leolinda Daltro para que a mesma participasse do evento como convidada de honra, o que de fato ocorreu no segundo dia do referido congresso.

Contudo, a imagem construída em torno da professora Leolinda Daltro, ligada ao movimento feminista inglês, pode explicar em parte, a recusa que tiveram outras iniciativas associativistas femininas/feministas em relacionar o seu movimento ao PRF

e ao seu nome. Como se verá no terceiro capítulo, Bertha Lutz, a principal articuladora do movimento feminista brasileiro posterior ao PRF e outras feministas como Mariana Coelho, fariam um progressivo afastamento do projeto associativo do partido de Leolinda Daltro e se ocupariam de construir uma nova memória fundadora para o “são feminismo”, por meio do qual constituiriam seu projeto educativo. Conforme Lutz argumentava em 1919, sua ideia sobre o tipo de feminismo que deveria ser organizado pelas mulheres brasileira se distanciava da iniciativa de Daltro e reafirmava em seu lugar de pioneirismo das “novas feministas”,

o feminismo triunfará, mas seu triunfo não será devido às militantes que procuram alcançá-lo pela violência, será antes a recompensa dos que se tornaram esforçadas pioneiras nas artes e nas ciências, das que se dedicam ao trabalho intelectual e manual, das que para ele se preparam, das que pela educação que dão às suas filhas lhe sugerem as mais nobres aspirações, que pela reverência que inspiram aos seus filhos lhes ensinam a venerar a mulher, finalmente das que com seu amor esclarecido, abrem ao homem novos horizontes, cheios de harmonia e luz (LUTZ. **Rio Jornal**. Rio de Janeiro, abril de 1919).

Como pode-se observar ao longo do primeiro capítulo, durante a sua trajetória Leolinda Daltro, defendeu um projeto de *emancipação feminina* que teve como fundamento a educação da mulher como meio para sua autonomia financeira. Uma formação pautada no civismo e no patriotismo, tal como a própria intelectual destacava. Sua maior ambição ao se tornar feminista, era a de que as mulheres brasileiras pudessem ocupar novos espaços sociais na cena pública e se tornassem “cidadãs úteis” à sociedade.

Alguns elementos que marcaram a trajetória de Daltro tornam a figura da intelectual e sua iniciativa no campo do feminismo singular. O primeiro diz respeito à temporalidade. Embora o movimento feminista tenha ganhado força a partir da última década do século XIX e se fortalecido como um movimento social internacional nas primeiras décadas do século XX foi após a Primeira Guerra Mundial que uma parte da imprensa passou a divulgar as mulheres ocupando trabalhos antes entendidos como exclusivamente masculinos e deu maior espaço à discussão pública acerca do feminismo e da emancipação da mulher.

Thébaud (1995) destaca que a experiência da Primeira Guerra para as mulheres da época constituiu-se como um momento ímpar e prático de

responsabilidade e liberdade. De acordo com essa historiadora, o período permitiu não apenas a valorização do trabalho feminino, com o seu incentivo para além da esfera doméstica, mas também sua remuneração e a abertura de novos postos de trabalho.

A autora aponta ainda que a ausência masculina em algumas ocupações, permitiu que caíssem os obstáculos que se impunham, até então, entre os trabalhos considerados femininos e masculinos e possibilitaram que as mulheres passassem a exercer profissões antes vedadas ao sexo feminino. Entretanto, após o fim da Primeira Guerra em 1918, as mulheres foram convidadas a regressar ao espaço privado. Aquelas que decidiram permanecer nas posições ocupadas durante o conflito armado foram acusadas de oportunistas ou incapazes, contexto particularmente difícil para as operárias que foram as primeiras a serem dispensadas de seus postos de trabalho.

No Brasil, a participação de algumas mulheres como Bertha Lutz e Jerônima Mesquita na Cruz Vermelha da França e da Suíça durante a Primeira Guerra, e a sua volta ao país no final da década de 1910, podem em certa medida, ter contribuído para acumulo de capital simbólico e para que o projeto de *emancipação feminino* das “novas feministas” tivesse um relativo sucesso em sua empreitada de associativismo feminino⁶⁹ em comparação com a experiência de Leolinda Daltro. Como se verá na sequência do trabalho, a FBPF chegou a contar com mais de 3.000 associadas e sócias em todo o território nacional durante os seus primeiros anos de existência.

Uma outra questão que pode, em certa medida, ser relevante para explicar a singularidade do projeto de Daltro e a recusa de seu nome como precursora do feminismo nacional é a origem social da intelectual. Como esclarecido no primeiro capítulo, Leolinda Daltro nasceu no interior da Bahia e ainda criança tornou-se órfã, sendo acolhida e educada pelas irmãs ursulinas⁷⁰.

Destaca-se ainda que ela se aproximou de intelectuais e políticos influentes ligados ao republicanismo no Rio de Janeiro, mas, recebeu apoio maior da imprensa paulistana quando estava de passagem por São Paulo para sua viagem até Goiás. Ao

⁶⁹ Outros motivos para a hegemonia desse projeto no Brasil podem estar ligados a rede de apoio internacional angariada por Bertha Lutz, a reunião de mulheres da elite na direção da associação, que permitiram a manutenção financeira da instituição e uma certa estabilidade no campo das sociabilidades das mulheres que se associaram ao movimento em curso e o reconhecimento de Lutz no campo científico. Ver-se-á como esses processos se deram com mais detalhes na sequência desse trabalho.

⁷⁰ A iniciativa de Bertha Lutz, a FBPF teve como protagonistas, mulheres ligadas a elite econômica fluminense e de alta escolaridade.

publicar sua obra *Da Cathechese dos Índios*, Daltro, deixaria uma homenagem à sociedade paulistana. Dizia ela: “[...] o meu sincero agradecimento [...] à nobre sociedade da pauliceia” (DALTRO, 1920, s. p.).

Em relação à trajetória de Maria Lacerda de Moura, embora anteriormente ela tenha demonstrado em seus escritos preocupação com a condição feminina, é possível afirmar que a intelectual se aproxima do movimento feminista nacional, que nascia na virada da década de 1910 para a década de 1920, no momento em que deixava o interior de Minas Gerais para viver em São Paulo.

Do período anterior a essa aproximação, Moura construiu uma rede de sociabilidade que incluía intelectuais anarquistas brasileiros como José Oiticica⁷¹ e Fábio Luz⁷², e socialistas argentinos como e Alfredo Palacios⁷³, o que a levou, inicialmente, a um acercamento com os ideais do Pan-americanismo⁷⁴ e

⁷¹ José Rodrigues Leite e Oiticica (Oliveira (MG) -1882 Rio de Janeiro (RJ) 1957). Foi filólogo, professor e militante anarquista nas primeiras décadas desse século. Iniciou as faculdades de direito e medicina, mas não os concluiu. Iniciou sua militância em 1912. Desde então passou a colaborar sistematicamente na imprensa operária e anarquista. Em 1914 passou a lecionar na Escola Dramática do Rio de Janeiro. Em 1917, foi nomeado professor de português do tradicional Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Em novembro do ano seguinte, foi preso quando participava de articulações com vistas à deflagração de uma insurreição operária no Rio de Janeiro. Participante ativo do movimento anarquista, publicou *Princípios e fins do programa comunista-anarquista* (1919) e *A doutrina anarquista ao alcance de todos*. Entre 1929 e 1930, lecionou filologia portuguesa na Universidade de Hamburgo, na Alemanha. Lecionou também na Universidade do Distrito Federal, em meados da década de 30. Publicou um significativo **conjunto** de obras linguístico-filológicas, entre as quais *Estudos de fonologia* (1916), *Do método no estudo das línguas sul-americanas* (1930), *Roteiro de fonética fisiológica*, técnica do verso e dicção e *A teoria da correlação* (1955) (Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords), 2010, s.p.).

⁷² Fábio Lopes dos Santos Luz (1864-1938). Nasceu na Bahia, onde se formou em medicina. Foi ainda escritor e jornalista. Publicou várias obras, entre elas: *Leituras de Ilca e Alba*, e *Memórias de Joãozinho* (obras didáticas); *Novelas*, *Ideólogo* e *Os emancipados*, atuante também no jornalismo carioca (Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords), 2010, s.p.).

⁷³ Palacios (Buenos Aires, 1878-1965), foi um político do partido socialista argentino opositor de Péron (a quem chamava de “fascista”). Foi autor de parte da legislação trabalhista da Argentina, professor de direito na Universidade de Buenos Aires, reitor da Universidade Nacional de La Plata e inspirou a Reforma Universitária de 1918 (Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords), 2010, s.p.).

⁷⁴ De acordo com Kátia Baggio (2000), a expressão Pan-América surgiu pela primeira vez na imprensa norte-americana, a usou, alguns meses antes da Primeira Conferência Internacional Americana (1889-90). O termo se vulgarizou e passou a denominar o conjunto de políticas de incentivo à integração dos países americanos, sob a hegemonia dos Estados Unidos. O pan-americanismo, com ênfase na história e geografia em comum e nas ideias de republicanismo,

posteriormente ao Anarco-sindicalismo. Ao mudar-se para São Paulo com 34 anos, já havia publicado dois livros “Em torno da Educação” (1918) e “Renovação” (1918), ambos bem aceitos pela imprensa do eixo Rio de Janeiro/São Paulo e também havia participado de sete conferências respectivamente em Barbacena, Santos, São Paulo e Rio de Janeiro (LEITE, 1984).

De origem social modesta e de instrução média, a inusitada reunião entre Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura, deu origem à Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM) que posteriormente se tornaria a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Contudo, conforme se verá ao longo do presente capítulo, o projeto de emancipação da mulher formulado e proposto por Maria Lacerda de Moura foi pensado e constituído a partir de suas experiências de leituras, viagens e sua atuação como escritora, mas se afastou progressivamente do movimento feminista formulado por Bertha Lutz. Esse projeto foi construído a partir de diferentes matizes teóricos e visões de mundo e pode ser observado principalmente na sua produção escrita⁷⁵.

Na sequência, busca-se apresentar a trajetória de Maria Lacerda de Moura, seu encontro com Bertha Lutz e as formas como, ao longo de sua vida, a intelectual manifestou sua compreensão sobre a *emancipação feminina* e o feminismo.

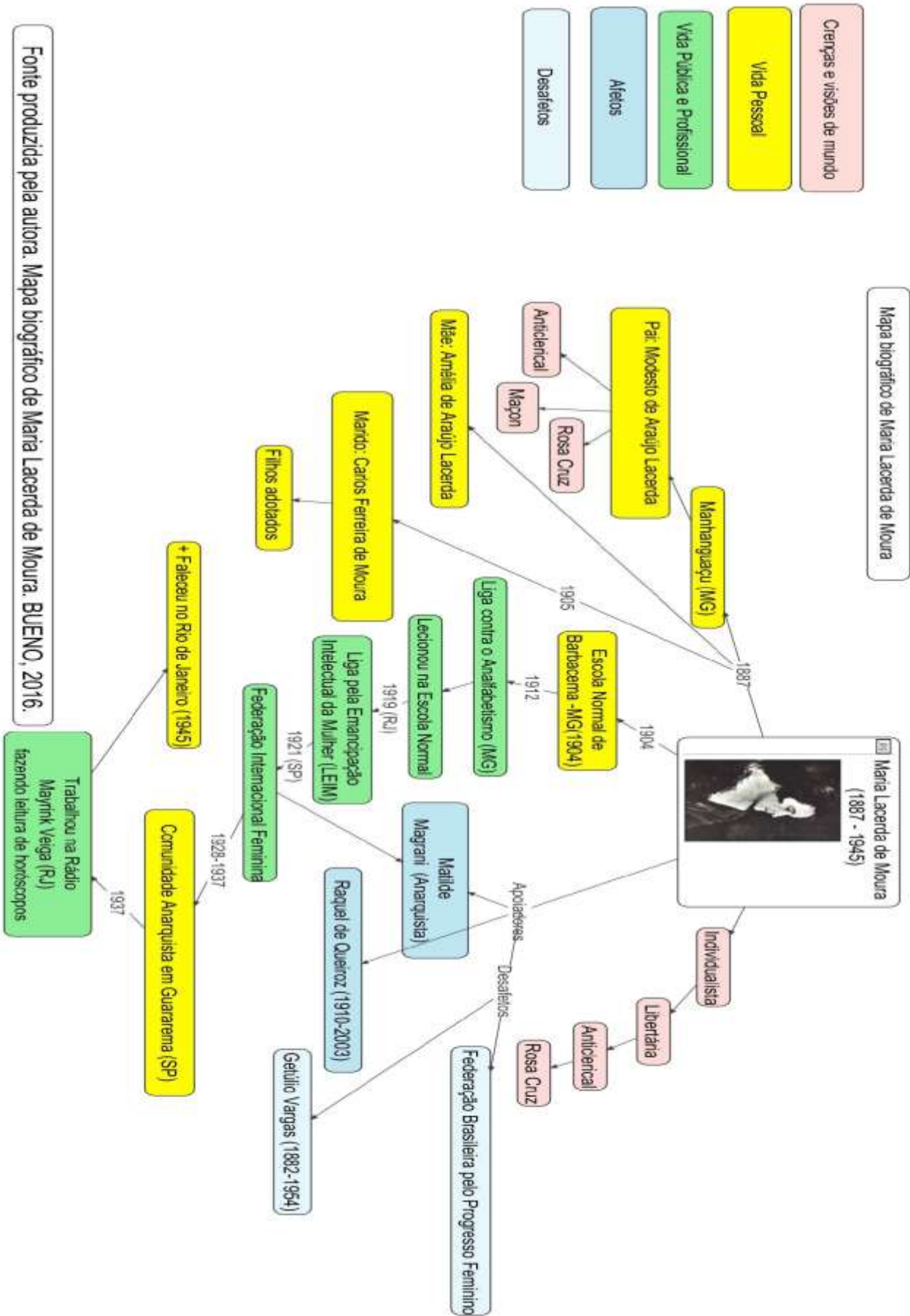
liberdade e democracia, foi inicialmente um projeto de James G. Blaine, secretário de Estado dos Estados Unidos na década de 1880. O objetivo era promover o comércio e o investimento norte americano na região, criar estruturas políticas mais ordenadas e previsíveis nos países ao sul e deter quaisquer ambições imperialistas europeias. A primeira Conferência Internacional de Estados Americanos (mais conhecida como as Conferências Pan-Americanas) foi realizada em Washington de outubro de 1889 a abril de 1890. As conferências seguintes foram realizadas no México (1901-2), Rio de Janeiro (1906) e Buenos Aires (1910), antes da Primeira Guerra Mundial, mais duas em Santiago do Chile (1923) e Havana (1928) antes da Depressão, e mais duas em Montevidéu (1933) e Lima (1938) nos anos 1930.

⁷⁵ Maria Lacerda de Moura escreveu as seguintes obras: *Em torno da Educação* (1918); *Renovação* (1919); *A mulher é uma degenerada?* (1924); *Lições de Pedagogia* (Volume 1 e Volume 2) (1925); *Religião do Amor e da Beleza* (1926); *De Amundsen a del Prete* (1928); *Han Hyber e o Amor Plural* (1928); *Civilização – tronco de escravos* (1931); *Amai e não vos multipliqueis* (1932); *Serviço militar obrigatório para a mulher? Recuso-me! Denuncio!* (1933); *Clero e Fascismo – Horda de Embrutecedores*. (1934); *Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica* (1934); *Fascismo – filho dileto da Igreja e do Capital* (S.D.); *A grande alma – esboço da filosofia prática de Gandhi* (S.D.); *O problema de amor visto pela mulher: George Sand, Isadora Duncan, Alexandra Kolontai* (S.D.); *Português para os cursos comerciais* (1940).

2.2 UM PROJETO DE FORMAÇÃO FEMININO PARA UMA EMANCIPAÇÃO LIBERTÁRIA: MARIA LACERDA DE MOURA (1887-1945).

O MAPA 3, incluído na página posterior, trata-se de uma síntese da trajetória da intelectual Maria Lacerda de Moura (1887-1945). Mineira, nascida em Manhuaçu (MG), em 16 de maio de 1887, aos quatro anos mudou-se para Barbacena (MG). Iniciou seu processo de escolarização na escola de freiras do asilo da cidade. Sobre a experiência com as freiras, Lacerda iria mencioná-la no conto *Saudades da minha infância... Da minha infância querida*, escrito para a Revista **O Malho** (RJ). No texto ela comentava sobre as agressões que sofria da família durante a infância e em seguida mencionava: “depois de tantas surras, de tantos sermões, ainda na escola de irmãs de caridade me vinham falar do inferno. Que horror eu tive do inferno” (MOURA, **O Malho**, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1935, p. 38).

Segundo Guimarães (2016), apesar de a cidade de Barbacena (MG) ser interiorana com hábitos ligados à tradição, à religiosidade e a costumes conservadores, foi também “berço de importantes lideranças políticas, cuja influência trouxe grande desenvolvimento urbano para a cidade” (p. 41).



MAPA 3: MAPA BIOGRÁFICO MARIA LACERDA DE MOURA



FIGURA 30: FOTOGRAFIA P&B S.D. DE MARIA LACERDA DE MOURA (EM PÉ) E SUA IRMÃ MAIS NOVA (SENTADA) S.D.

FONTE: ARQUIVO MIRIAM LIFCHITZ MOREIRA LEITE, CEDEM.

Em Barbacena (MG), Maria Lacerda de Moura, junto com sua irmã mais nova, iniciou seus estudos no Asilo de órfãs da Igreja do Sagrado Coração de Jesus. O mesmo mantinha um Externato para meninas carentes e também um internato destinado aos alunos mensalistas. Na mesma cidade cursou a Escola Normal, de acordo com Guimarães (2016), iniciou o curso complementar aos 12 anos, concluindo o mesmo aos 14 e entre os 15 e 17 frequentou o curso Normal.

Após formada como professora normal, lecionou as disciplinas de pedagogia e higiene e também foi responsável pelo *Pedagogium*⁷⁶. Guimarães (2016) aponta que no período em que Maria Lacerda lecionou na Escola Normal, a instituição era considerada exemplar dentre as suas congêneres, visto que os relatórios da inspetoria

⁷⁶ Os *Pedagogiums* foram cursos primários criados por determinação da Reforma do Ensino Bueno Brandão/Delfim Moreira (1910-1911) em Minas Gerais. Eram instituições anexas às Escolas Normais, o objetivo era oferecer a possibilidade da “prática” aos “alunos/mestres” e também proporcionar educação física, intelectual e moral às crianças, sem distinção de sexo. O curso do *Pedagogium* tinha duração de quatro anos e se compunha a partir das seguintes disciplinas: Leitura, Português, Aritmética, Geometria, Geografia, História Pátria, Ciências Físicas e Naturais, Higiene, Deveres Morais e Cívicos, Escrita, Desenho, Trabalhos Manuais, Canto em coro e Ginástica (GUIMARÃES, 2016, p. 52).

de ensino consultados pela autora indicavam as “excelentes condições”, sendo que “seu prédio foi elogiado com relação ao atendimento das indicações médicas do período, sobretudo no que dizia respeito à iluminação e à ventilação dos ambientes, inclusive com relação ao “asseio” dos espaços e dos alunos” (GUIMARÃES, 2016, p. 50). A autora afirma ainda que “os materiais didáticos eram considerados exemplares, sempre em sintonia com os métodos pedagógicos em voga naquele momento, que preconizavam a aprendizagem pelos sentidos e pela experimentação” (Ibidem). Sobre a experiência como professora em Barbacena (MG), Lacerda de Moura se pronunciaria anos mais tarde em palestra realizada no Departamento Cultural da Fraternidade Rosa Cruz intitulada *O Silêncio*:

Naquele tempo, alimentei-me de todas as ideias pedagógicas contidas nos livros dos técnicos e filósofos chamados educadores, e repeti, como toda gente, as chapas e frases rotineiras e vulgares que toda gente continua a repetir como um eco, porque a humanidade tem horror a verdade e cultiva ilusões e a mentira, com medo de ter necessidade de raciocinar. Muitas vezes em aula, repeti a frase bombástica de Locke, um dos filósofos educadores “[...] a criança é uma página em branco, um bloco de cera, na qual escrevemos ou na qual modelamos a imagem que quisermos”.

Com que entusiasmo eu pensava que a gente, com uma penada, podia realizar a transformação radical do mundo: E que dolorosa experiência me aguardava, experiência cheia de riqueza, um tesouro de sabedoria, para que eu aprendesse a varrer do cérebro, todas as frases feitas e procurasse desaprender tudo quanto me ensinaram e fosse por mim mesma buscar e dizer corajosamente a verdade da minha consciência (MOURA, 1944, s.p.).

Segundo aponta o trabalho de Guimarães (2016), durante o período em que Maria Lacerda de Moura foi professora em Minas Gerais, ela envolveu-se na discussão acerca da inserção da psicologia experimental nas escolas mineiras, tendo solicitado autorização do estado para aplicar experiências do campo da psicologia na cidade de Barbacena. De acordo com a autora, no contexto do início do século XX,

[...] ganharam destaque os estudos produzidos pelo campo da medicina e da psicologia, mais especificamente pela higiene mental e pela psicologia experimental, movimentos que se reuniram a partir do início do século XX, no campo da chamada “psicologia aplicada” (GUIMARÃES, 2016, p. 12).

Miriam Lifchitz Moreira Leite (1984) afirma que, as duas primeiras obras de Maria Lacerda de Moura, *Em torno da Educação* (1918) e *Renovação*⁷⁷ (1919), tiveram ampla divulgação pela imprensa paulistana e fluminense, o que tornou o nome da intelectual conhecido na cena pública. Sobre sua primeira obra, o jornal **O Paiz** (RJ) iria assim se manifestar: “há nessa obra, cujas linhas parecem fios de ouro, frases de imenso alcance, pensamentos dos quais jorram luz para os cérebros, mesmo os mais fracos” (**O Paiz**, 03 de janeiro de 1919, p. 5). Posteriormente, Maria Lacerda iria criticar duramente sua primeira produção, afirmando que não a reconhecia como sua. Chamava a obra de “horror” e dizia que a mesma era “patriótica, exaltada, burguesíssima, cheia de preconceitos e dogmatismos” (MOURA, 1929, s.p.).

Tanto em sua primeira obra, *Em torno da Educação*, quanto em seu segundo livro, *Renovação*, de 1919, Maria Lacerda já demonstrava preocupação com a educação feminina. Entendia que a mesma deveria estar voltada ao saber científico com a intenção de cumprir os deveres da sagrada missão de educar os pequenos para uma República voltada ao seu papel fundamental de mãe e professora das futuras gerações. Sobre o livro *Renovação*, em 1920, entre outros articulistas e periódicos paulistanos e fluminenses, Romero Prates dizia em um jornal fluminense **O Paiz** (RJ):

A senhora Maria Lacerda de Moura é uma incansável educacionista mineira que se tem esforçado de um modo inteligente e digno de aplausos, pela vitória do que se costuma chamar o feminismo em nossa Pátria.

Renovação, o seu novo livro, trata do assunto com sincero entusiasmo, convicção e grande competência, mostrando com carinho e visão lúcida todos os preconceitos, de ordem doméstica e social, sob que vive a mulher contemporânea e particularmente, a mulher brasileira. A senhora Maria Lacerda de Moura é uma benemérita; não desanima, mau grado e frieza ambiente ao tocante a essa corrente de ideais e estuda, como poucos em nossa terra, a palpitante questão de feminismo que, como outros movimentos políticos ou sociais, assumiu após a grande guerra, uma frase nova de inquieta agitação e atualidade (PRATES, **O Paiz**, 04 de janeiro de 1920, p. 5)

Maria Lacerda de Moura era filha de Modesto de Araújo Lacerda, cartorário, e de Amélia Dias Toledo, doceira. Seu pai era de origem humilde, exercia um cargo de oficial no cartório de órfãos de Barbacena (MG) e envolveu-se, durante a vida, com a

⁷⁷ A obra *Renovação* recebeu uma nova edição fac-símile em 2015 pela editora Plebeu Gabinete de Leitura de Fortaleza/CE.

doutrina espírita e os movimentos anticlerical e maçônico de Minas Gerais. O envolvimento do pai com esses movimentos marcou a formação de Maria Lacerda, visto que, na vida adulta, a intelectual fez palestras em lojas maçônicas (Santos, Rio de Janeiro e São Paulo), escreveu obras de teor anticlerical, fez conferências acerca do espiritismo e no final de sua vida envolveu-se com uma religiosidade holística, por meio da qual se tornou astróloga⁷⁸.

Sobre seu pai, Maria Lacerda dizia que lhe devia muito do próprio caráter: “venero a sua memória como qualquer coisa de santo dentro de mim mesma. Era uma alma grande, incompatível com a vida social”. Sobre a mãe, Maria Lacerda comentava que, mesmo com os limites da educação que recebera, das tradições familiares e da religiosidade católica, D. Amélia a teria apoiado de forma solidária e incondicional (MOURA, 1929).

De acordo com Guimarães (2016) os estudos ligados ao espiritismo podem ter contribuído com algumas práticas que Maria Lacerda de Moura desenvolvia, como a ajuda a pessoas carentes de Barbacena (MG) e o entendimento de que a ciência era o espaço para compreensão da vida, do espírito e dos processos educativos⁷⁹.

Aos 17 anos, Maria Lacerda casou-se com Carlos Ferreira de Moura, funcionário público de Barbacena (MG).

⁷⁸ Além de ter feito leitura diária de horóscopo na rádio Mayrink Veiga, nos anos de 1940, Maria Lacerda de Moura também prefaciou o livro de astrologia de Anibal Vaz de Melo: *O evangelho à luz da astrologia* (As origens astronômicas do Cristianismo).

⁷⁹ O espiritismo foi uma doutrina surgida na França na segunda metade do século XIX e fortemente vinculada ao cientificismo e ao racionalismo, objetivava enquadrar seus ensinamentos a necessidade da educação e do trabalho para o desenvolvimento do espírito (GUIMARÃES, 2016; ARAÚJO, 2017). O espiritismo de Allan Kardec, assim como outras correntes de pensamento que circularam neste período como o evolucionismo, o positivismo e o darwinismo social, buscou a observação empírica de forma os fenômenos metafísicos. A doutrina também defendia o estado laico, que garantisse a todos o direito pleno a cidadania (ARAÚJO, 2017, p. 16). Para mais sobre a relação entre as mulheres do início do século XX e a doutrina espírita consultar: ARAÚJO, 2017.



FIGURA 31: FOTOGRAFIA P&B S.D. DE MARIA LACERDA DE MOURA E CARLOS FERREIRA DE MOURA (1905).

FONTE: ARQUIVO MIRIAM LIFCHITZ MOREIRA LEITE, CEDEM.

Como não podia ter filhos Maria Lacerda adotou em 1912 seu sobrinho Jair – que na década de 1930 se vinculou à Aliança Integralista Brasileira⁸⁰ e rompeu com a mãe - e posteriormente Carminha, uma órfã carente. Na década de 1920, ela se separou de Carlos Ferreira de Moura. Contudo, os dois mantiveram a amizade por toda a vida, trocaram correspondência⁸¹ e ela lhe dedicou sua terceira obra. Na dedicatória, assim se referia a Carlos Ferreira:

[...] somos hoje mais amigos que ontem. A tua dedicação para comigo é notabilíssima e muita vez[sic] me tem comovido profundamente.

⁸⁰ A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi uma organização política de âmbito nacional inspirada no fascismo italiano e fundada por Plínio Salgado em 1932. O fundador da organização era jornalista e escritor e esteve vinculado à corrente modernista dos verde-amerellos. Após uma viagem à Itália em 1930, entrevistou Benito Mussolini, líder do fascismo italiano. Voltou ao Brasil impressionado com a experiência e fundou o jornal **A Razão**. No periódico formulou e publicizou de forma detalhada seu pensamento em relação a políticas nacionalistas e antiliberais. Em 1932 iniciou uma articulação entre alguns grupos regionais que apoiavam o fascismo e criou a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), reunindo intelectuais tendências autoritárias. Devido o sucesso da iniciativa fundou, no mês de outubro de 1932, a AIB. Nesta mesma ocasião lançou o Manifesto Integralista, que sintetizava o ideário da organização: defesa do nacionalismo, definido mais sobre bases culturais do que econômicas, e do corporativismo, entendido por ele como fundamento para organização do Estado e da sociedade, bem como o combate a valores liberais e rejeitava o socialismo como forma de organização social (Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords), 2010, s.p.).

⁸¹ De acordo com Leite (1984) a correspondência trocada entre Maria Lacerda e Carlos Ferreira foi queimada por ele durante o período do Estado Novo.

Quero apresentá-la [a obra] ao meu público como uma homenagem do meu coração ao teu coração generoso e forte, a tua alma estóica (MOURA, 1924, s.p.).

Acerca do marido e de sua separação, a intelectual iria mencionar em sua autobiografia que do ponto de vista social,

o “marido” da escritora perde a sua individualidade. Aliás, todo ‘marido’ ... é uma instituição completamente desmoralizadora. Até a “Tró-i-o-ló” classificou-o de ‘vira-lata’! ... Se o marido ordinário, o marido comum é o ‘cachorro vira-lata’ – que sorte está reservada ao marido da escritora, ao marido da poetisa ou da pianista? (MOURA, 1929, s.p.).

Em relação ao casamento enquanto instituição social, em várias ocasiões Maria Lacerda de Moura iria se referir a ele como uma instituição burguesa que tornava as mulheres escravas de sua própria sorte.

Quanto à sua trajetória em Barbacena (MG), Leite (1984) e Guimarães (2016) apontam que Maria Lacerda contribuiu ainda com a construção da Vila Dom Viçoso, construída para a população mais pobre e que para levar à frente o projeto de construção, teria organizado atividades beneficentes tais como apresentações teatrais e musicais, realizadas pelas alunas da Escola Normal, bem como exposições, leilões e venda de trabalhos manuais realizados pelas alunas.

Esteve ainda ligada à fundação do Lactário de Barbacena, em 1912, cuja finalidade era fazer assistência às lactantes de classes baixas por meio da doação de leite. Embora não haja informações precisas sobre o funcionamento da instituição, Guimarães (2016) afirma que “a criação da mesma estava inserida no contexto das ações médicas sobre a infância e seu desenvolvimento” (p. 56).

Em sua autobiografia, a intelectual afirmava que seus primeiros escritos, crônicas, foram publicados em 1912 em jornais de Barbacena (MG)⁸². Em 1913, reuniu seus apontamentos sobre sua experiência com a formação de professoras na Escola Normal, seus escritos sobre pedagogia e organizou o rascunho de sua primeira obra. Contudo, a publicação dos mesmos foi recebida com ressalvas por membros de sua família de quem ela teria ouvido que precisava de “mais moderação”, “mais cuidado”, pois não ficava bem a uma mulher casada falar de certos assuntos e usar determinadas palavras (MOURA, 1929). A historiadora Miriam Lifchitz Moreira Leite

⁸² Nenhuma das pesquisas consultadas localizou esse material.

(1984) afirma que as ideias de Maria Lacerda de Moura, principalmente as que defendiam a *emancipação feminina*, foram consideradas impróprias para a pequena Barbacena.

Com a repercussão positiva na imprensa de seus escritos no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, Maria Lacerda tornou-se conhecida e passou a trocar correspondência com mulheres que estavam organizando a fundação de um movimento feminista nacional, entre elas Bertha Júlia Maria Lutz. Pela troca de correspondência entre as duas é possível supor que Lutz tenha visto em Maria Lacerda de Moura a possibilidade de ter em Minas Gerais uma apoiadora com uma reputação constituída no campo das letras⁸³.

Na tabela abaixo pode-se conferir as conferências realizadas por Maria Lacerda de Moura em diferentes cidades ao longo de sua trajetória⁸⁴.

TABELA 1: CONFERÊNCIAS REALIZADAS POR MARIA LACERDA DE MOURA EM DIFERENTES CIDADES

Data	Conferência (Tema)	Associação	Cidade	Salão
19/09/1915		Hora Literária	Barbacena (MG)	
16/10/1915		Liga Barbacena contra o Analfabetismo	Barbacena (MG)	Cinema Barbacenense
1917		Escola Normal	Barbacena (MG)	
20/08/1917		“Soirée Litterario- artística”	Barbacena (MG)	
24/02/1919	Porque vence o porvir?	Liga dos Homens do Trabalho	Barbacena (MG)	
29/10/1920	A mulher brasileira e o problema trabalhista	Federação Operária Mineira	Juiz de Fora (MG)	
02/01/1921	Pela	Lyceu de Artes e	Rio de Janeiro	

⁸³ Em carta remetida à Bertha Lutz em 1920, Maria Lacerda de Moura se colocava a disposição da causa feminista: “Em Minas serei uma das combatentes com outros elementos poderá organizar a reunião, falará também e ficará inaugurado o movimento emancipador. Cuidado na escolha de outros oradores – nem sempre a ilustração quer dizer emancipação” (**Carta Manuscrita de Maria Lacerda de Moura a Bertha Lutz**, São Paulo, SP, 21 de outubro de 1920).

⁸⁴ A tabela foi elaborada por Leite (1984) e complementada pela pesquisadora incluindo fontes que não eram conhecidas por Mirian Leite no momento de sua pesquisa em 1984.

	Emancipação da Mulher	Ofícios	(RJ)	
30/06/1921	Idealismo	Real Centro Português	Santos (SP)	Salão Principal
17/12/1921	Os verdadeiros fins e utilidade da Federação Internacional Feminina		Santos (SP)	
28/02/1922	Federação Internacional Feminina	Instituto Histórico Benjamin Constant	São Paulo (SP)	
11/03/1922	A mulher brasileira e as questões sociais	Sociedade Espiritualista e Filosófica	São Paulo (SP)	
14/04/1922	A emancipação da mulher	Federação Internacional Feminina	São Paulo (SP)	Federação filosófica e espiritualista
27/08 a 05/09/1922	O actual regimen social soluciona o problema da protecção à infância [sic]? Educação Laica A educação feminina Das vantagens da educação intelectual e profissional da mulher na vida prática das sociedades.	Primeiro Congresso Brasileiro de Protecção à Infância (CBPI) e 3º Congresso Americano da Criança (CAC)	Rio de Janeiro (RJ)	
17/09/1922	A fraternidade e a escola	União dos Trabalhados Graphicos	São Paulo (SP)	Instituto Histórico e Geográfico
02/10/1922	A mulher e a	Loja Maçonica	Santos (SP)	II Festa da Harmonia

	maçonaria	Fraternidade 14 de julho			
14/12/1922	Uso e abuso do álcool	Ordem dos bons templários	São Paulo (SP)		
04/08/1923	A mulher hodierna e seu papel na sociedade atual e na formação da sociedade futura	Centro Internacional	Santos (SP)		
19/08/1923		União dos Trabalhadores Gráficos	São Paulo (SP)	Celso Garcia	
25/08/1921	Os conformados e os rebeldes	União dos Artífices de Calçados	São Paulo (SP)	Salão Lyra	
05/04/1924	O alcoolismo e a questão social	Encontro das Indústrias Gastronômicas A Internacional	São Paulo (SP)	Salão Itália Fausta	
23/06/1924	“L’anima dela donas Gios Lombroso”	União dos Artífices de Calçados	São Paulo (SP)	Salão Itália Fausta	
05/11/1926	Parábolas do Quinto Evangelista	Sede do Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento	São Paulo (SP)		
19/07/1929	O fascismo contra a evolução humana	Associação do Magistério Americano	Buenos Aires (AR)	Casa Soiza	
a	10/09/1929	A emancipação da mulher. Feminismo? Caridade?	Alianza Antifascista Italiana	Buenos Aires (AR)	Salon Augusteo
		O Moloch da Honra	Liga de Educacion Racionalista	Rosário (AR)	Biblioteca Anatole France
			Liga Internacional del Magisterio	Buenos Aires (AR)	Escola de Medicina
		Han Ryner e o amor plural	União Latino-Americana		
		Psicologia			

	pedagógica consciente e inconsciente	Sindicato Profissional de Educadores		
	Han Ryner: o Sócrates do século XX			
	Guerra à Guerra!			
	O individualismo neo-estóico de Han-Ryner			
	As palavras do quinto evangelho			
14/09/1929	A emancipação sexual da mulher	Folha Acadêmica Liga Antilmerialista Liga Antifascista	Rio de Janeiro (RJ)	Associação Brasileira de Educação (ABE) – (recusa) Syllogeu Brasileiro (recusa) Liga da Defesa Nacional (recusa) Operários da Construção e Aliança dos Operários em Calçados
09/12/1930	O problema da fome e a emancipação feminina	Centro Esotérico da Comunhão do pensamento	São Paulo (SP)	Salão da Polyclinica
12/11/1931	Clero e o Estado	Coligação Nacional Pró-Estado Leigo	Rio de Janeiro (RJ)	Liga Anticlerical
22/11/1931	O problema da Educação no pensamento e no idealismo de Ferrer	Liga Anticlerical	Rio de Janeiro (RJ)	Liga Anticlerical
19/07/1932	Fascismo e o Clero	Associação Antifascista	Rio de Janeiro (RJ)	Liga Anticlerical
14/11/1932	Guerra à Guerra!	Liga Anticlerical	Rio de Janeiro (RJ)	Liga Anticlerical

20/05/1933	O que é a Guerra	A Plebe	São Paulo (SP)	Federação Espanhola
1933	A mulher e o fascismo	Sindicato dos Condutores de Veículos	Santos (SP)	
04/03/1934	Fascismo, filho dileto da Igreja e do Capital	Liga Anticlerical	Campinas (SP)	
1934	Guerra à Guerra!	Liga Anticlerical	Sorocaba (SP)	Sociedade Beneficente 25 de Dezembro (recusa) Centro Espírita Falamarion (recusa) Gabinete de Leitura (recusa) Cine Alhambra
15/06/1935	Clero e Estado	Liga Anticlerical	Rio de Janeiro (RJ)	
1944	O Silêncio	Fraternidade Rosa Cruz	Rio de Janeiro (RJ)	Rosa Cruz Antiqua (Tijuca)

FONTE: Tabela original elaborada por LEITE (1984), atualizada e complementada por BUENO, 2018)

Guimarães (2016) aponta que Maria Lacerda fundamentou suas primeiras ações em Barbacena (MG) em um ideal de educação nacionalista. Contudo, pouco tempo depois sua produção intelectual passou a defender a Escola Moderna de Francesc Ferrer⁸⁵. Ainda no período em que era professora da Escola Normal, buscou estudar e pesquisar questões de experimentação científica aplicada à pedagogia, tendo, em momento posterior, apresentado uma tese sobre o tema no I Congresso da

⁸⁵ Francesc Ferrer (1859 - 1919) nasceu em um vilarejo da Catalunha (EP). Oriundo de uma família de agricultores católicos. Ao completar 14 anos, trabalhou no comércio em Barcelona e, autodidata, teve contato com ideias republicanas. Tornou-se republicano, ateu e anticlerical, ligando-se a grupos maçônicos de livres pensadores. Trabalhando na Companhia de estradas de ferro, organizou uma biblioteca popular nos trens e vinculou-se ao republicano espanhol, Ruiz Zorrilla. Com o fracasso da insurreição republicana na Catalunha, exilou-se em Paris, ali sobreviveu lecionando espanhol. Ali escreveu e publicou uma obra didática com o que ele chamava de método de espanhol prático. Durante o período em que morou na França se aproximou de pensadores e militantes anarquistas, entre os quais Paul Robin (1837-1912), sistematizador do conceito de educação integral (GALLO, p. 242).

Infância⁸⁶. Durante o período em que residia em Minas Gerais, participou também de campanhas de alfabetização por meio da reunião dela com outros intelectuais mineiros na “Liga Barbacenense contra o Analfabetismo”, tendo na ocasião realizado a conferência de inauguração da mesma no cinema da cidade (**O Pharol**, Juiz de Fora, Minas Gerais, 16 de outubro de 1915, p.1).

Aos 34 anos, no ano de 1921, Maria Lacerda de Moura mudou-se para São Paulo, um espaço social cosmopolita, no qual encontrou melhor recepção para suas ideias. Em sua chegada, envolveu-se imediatamente com movimentos feministas de diferentes vertentes e anarco-sindicalistas. De acordo com Leite (1984), a conquista na cena pública de São Paulo para Maria Lacerda ocorreu a partir de convites que recebeu para diversas conferências (TABELA 1), da sua contribuição como articulista no periódico **O Combate** (SP) e sua participação como colaboradora em jornais da Argentina, Uruguai e Espanha, que possibilitou uma intensa produção escrita.

Segundo Leite (1984), além de usar a imprensa como veículo educativo, Maria Lacerda de Moura encontrou, em São Paulo, uma ampla rede de sociabilidade que “se entrecruzam, em alianças e dissidências amargas, de socialistas e comunistas, a cujos projetos educativos incorporou, nem sempre de maneira pacífica”. Dessa forma, “a mudança para São Paulo propiciou um ambiente frutífero para o desenvolvimento de suas ideias e ações educativas, fora dos quadros oficiais do Estado” (p. 14).

Os anos de 1920, momento em que Maria Lacerda chegou em São Paulo, estiveram marcados pelas transformações ocorridas após o primeiro pós-guerra, com a aceleração do acesso a informação e as mudanças nos meios de comunicação, bem como as alterações da arquitetura urbana que lentamente, se verticalizava nos grandes centros no entorno de instituições financeiras, bem como as transformações nos costumes, nas ciências, na arte e na técnica. Sobre a São Paulo desse período, Nicolau Sevckenko assevera que

⁸⁶ O Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (CBPI) se deu em conjunto com o 3º Congresso Americano da Criança (CAC), no Rio de Janeiro, em 1922, durante a Exposição Internacional comemorativa do Centenário de Independência. Na ocasião do Congresso Maria Lacerda apresentou quatro teses, sendo elas: Nessa ocasião Maria Lacerda apresentou duas comunicações e duas teses, intituladas: *O actual regimen social soluciona o problema da proteção à infância [sic]?* (MOURA, 1924a); *Educação Laica* (MOURA, 1924b); *A educação feminina* (MOURA, 1924c) e *Das vantagens da educação intelectual e profissional da mulher na vida prática das sociedades* (MOURA, 1924d). Para mais informações sobre esse e outros Congressos que tiveram a infância como tema no período consultar: CORDEIRO, 2015 e KULMANN JR, 2002.

[...] muito mais do que o próprio paradigma da ordem, como era concebida a pólis grega, ou o modelo perfeito da comunidade civil, como a Roma eterna, capital e centro do mundo, a metrópole moderna recebe uma representação ambivalente como o local de origem do caos avassalador e matriz de uma nova vitalidade emancipadora (SEVCENKO, 1992, p. 18).

Conforme citado anteriormente, durante a Primeira República havia entre as elites dirigentes a pretensão de consolidar o mundo de acordo com a ideologia da sociedade industrial, acreditando que “quando ela se imprimisse com força na paisagem e nos próprios contornos da vida social, estaria então sendo selada a sorte dessa ideologia-mundo sólida e sem fronteiras” (PADILHA, 2001, p. 87).

Lahueta (1997) aponta que, no Brasil, o ano de 1922 é um marco simbólico para a quebra de um padrão cultural de caráter bacharelesco. A Semana da Arte Moderna e os intelectuais modernistas são uma expressão de um desafio público que representava uma ruptura e uma ambiguidade, visto que essa *intelligentsia* fazia parte de uma elite cultural e ao mesmo tempo, pressionava a elite política para uma maior participação de outras camadas sociais na conquista de direitos civis, sociais e políticos.

A trajetória e as obras de Maria Lacerda de Moura são, em certa medida, uma expressão desse contexto. Sua vinculação e participação em diferentes movimentos culturais, sociais e políticos da época, bem como sua circulação pelas capitais Latino-Americanas e seus embates com outras – e outros - intelectuais do período, demonstram que o caminho por ela percorrido é um espaço fértil para compreensão de um panorama ampliado da ascensão de um movimento feminista nacional e das formas de organização que diferentes mulheres escolheram para buscar a *emancipação feminina*.

Em vários escritos Maria Lacerda, fazia questão de declarar que não se enquadrava em nenhuma coordenada social ou política. O trecho a seguir é um exemplo. Contudo, foi possível localizar a mesma postura em outros escritos, “quanto a mim, sou antipatriótica, antinacionalista, antissocial [...]” (**Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 07 de julho de 1932, p. 10).

Maria Lacerda de Moura se autorrepresentava enquanto intelectual. Em suas obras e nas cartas trocadas com apoiadores, mencionava as dificuldades enfrentadas por ser uma mulher culta. Na obra *A mulher é uma degenerada*, de 1925, iniciava a

discussão com a pergunta: “Como educar as mulheres?”. Na sequência, assim se expressava:

Quantas coisas repetem as mães e as professoras — inconscientes de que servem de esteios fortes na conservação da própria escravidão! É preciso abrir os olhos da mulher, embora mesmo ela nos queira mal por isso, vendo em nós, intelectuais, talvez, perigosas concorrentes... (MOURA, 1925, p. 12).

Do seu ponto de vista, a educação deveria respeitar a individualidade dos educandos: “a criança precisa saber pensar e julgar”. De acordo com sua perspectiva,

[...] a educação científica, racional se impõe. Saber o porquê das coisas, discutir, duvidar, é característica do espírito crítico da época. Procurar anular a influência jesuítica é dever da escola moderna. Não podemos mais admitir dogmas. (MOURA, 1922, p. 385)

Para a autora, era fundamental que o ensino religioso fosse substituído pelas “ciências da vida”: “hão de ser substituídos pela filosofia das religiões, pela ciência da vida. E virá então a cadeira estético-filosófica-religiosa em todas as escolas secundárias” (MOURA, 1922, p. 388).

Lacerda se pronunciou inúmeras vezes sobre sua preocupação com a questão da laicidade de ensino como forma de preparar os homens e mulheres do seu tempo para uma emancipação intelectual e espiritual. Essa marca de seu pensamento fica evidenciada tanto nos títulos de suas obras, como nos artigos que escreveu para imprensa e nas correspondências trocadas com seus pares intelectuais. Na carta escrita ao anarquista Fábio Luz em 1920, por exemplo, há uma crítica à formação da elite culta da época que segundo ela, não era plenamente emancipada:

[...] a meu ver é preciso preparar a elite intelectual - instruída, porém não educada e mui principalmente não emancipada. Oh! O mal que a Igreja romana faz! Demolir o dogma, fazer remexer o caráter, a coragem das convicções - educar os homens e mulheres para as conquistas do porvir - eis o que é preciso (**Carta manuscrita de Maria Lacerda de Moura para Fábio Luz**, Barbacena, 18 de novembro de 1920).

Miriam Leite (1984) argumenta que o desprezo de Moura pelo clero e sua preocupação com as possíveis influências do mesmo sobre a formação humana se dava em função de que sua infância e adolescência passaram-se em uma cidade do

interior mineiro, na qual o clero católico mantinha-se na direção do ensino e das relações sociais e familiares. Para Maria Lacerda, a educação deveria ser integral, buscando o desenvolvimento pleno do indivíduo, potencializada a partir da higiene da mente e do corpo. Segundo ela, as consequências do domínio do clero católico na educação poderiam levar a humanidade a uma espécie de cegueira seletiva, pautada no dogma e no obscurantismo, contrárias à razão e à pedagogia científica.

No Brasil, foi pela via do Decreto nº 914-A, de 23 de outubro de 1890, submetido pelo Governo Provisório ao Congresso Constituinte, em seu artigo Art. 72 que foram estabelecidas as novas diretrizes republicanas que instituíram a liberdade de culto, o casamento civil, a secularização dos cemitérios, a separação absoluta entre Igreja e Estado e a laicização do ensino ministrado em estabelecimentos públicos. Tal decreto legitimava um rompimento radical entre Igreja e Estado, oficializando pressupostos do pensamento liberal positivista em crescimento entre a intelectualidade brasileira desde meados do século XIX, e refutando os posicionamentos da Igreja católica em sua perspectiva de ação junto ao Estado sobre a coisa pública (NETO, 2010, p. 201).

A força da legislação não deve ser minimizada. No entanto, as resistências foram mantidas na forma dos usos dos espaços públicos como repartições, escolas e cemitérios, de onde os vestígios da religiosidade não são facilmente apagados. Ainda que os conteúdos religiosos tenham sido retirados oficialmente das escolas, foram inúmeras as vias de manutenção da influência religiosa no ensino básico, percebida sobretudo no espaço e no tempo escolar ainda muito regrados pela mística religiosa, com as festividades do calendário cristão a permearem o calendário escolar de maneira incisiva, e também na abordagem dos próprios conteúdos escolares.

Como mencionado anteriormente, ao chegar a São Paulo, Maria Lacerda de Moura, aproximou-se das associações feministas que se encontravam em formação. A primeira delas foi a Federação Internacional Feminina (FIF) de Santos (SP). Essa associação foi inaugurada em 05 de novembro de 1921 e nesta mesma data recebeu Maria Lacerda de Moura, que ainda residia em Minas Gerais, para realização de uma palestra. Um jornal da época informava que o programa da associação havia sido aprovado e incluía:

[...] palestras educativas nas reuniões quinzenais, discussões de temas previamente deliberados, leituras escolhidas apresentação de livros e

manuscritos, conferências literárias, aulas de educação e higiene, informações sobre o movimento social contemporâneo, história da mulher, papel da mulher no momento atual, promoverá o estudo da psicologia, da ética, sociologia, da estética e etc., tocando em todos os pontos de que depende a formação de uma sociedade nobre e culta (**Correio Paulistano**, 05 de novembro de 1921, p. 5).

Possivelmente, Maria Lacerda tenha se interessado pela iniciativa, visto que em 22 de maio de 1922, logo após sua chegada a São Paulo, iria organizar um grupo da FIF na capital paulista. O mesmo jornal informava que naquela data, “com o fim de incrementar e desenvolver no Brasil uma elevada educação artística e intelectual da mulher”, fundava-se a FIF, com cursos voltados as mulheres, “[...] de confecção, bordados, português, francês, datilografia, trabalhos de aplicação, pedagogia, inglês, higiene, esperanto, declamação e jardim da infância” que estariam atraindo vários elementos distintos da sociedade paulistana. A nota informava ainda que a associação iria buscar modos de aparelhar-se “no sentido de estabelecer postos de assistência médico-dentária e de criar uma grande biblioteca” (**Correio Paulistano**, 27 de agosto de 1922, p. 4).

Durante o curto tempo em que esteve na direção da FIF, Maria Lacerda de Moura procurou defender os direitos das mulheres operárias que ali residiam e alinhou uma rede de apoio que incluía a participação de Bertha Lutz. Bertha, esteve em São Paulo, a convite de Maria Lacerda para um ciclo de palestras sobre o movimento feminista mundial, visto que Lutz havia à pouco participado da Conferência Pan-Americana de Baltimore como representante brasileira no Congresso Feminista de Maryland, participação que lhe garantiu um trânsito tranquilo entre algumas lideranças do feminismo norte-americano (**Correio Paulistano**, 27 de agosto de 1922, p. 4).

Como é possível observar pela tabela de conferências de Maria Lacerda de Moura (TABELA 1), embora estivesse à frente da iniciativa da FIF, a intelectual não deixou de realizar palestras sobre outros temas. Uma delas, realizou na União dos Trabalhadores Gráficos, o que teria desagradado parte da direção da FIF, e em 03 de outubro de 1922, pediu a exoneração do cargo de diretora da associação.

Os motivos para tal exoneração seriam expostos no jornal **O Combate** (SP) do dia 06 de outubro de 1922. Na entrevista concedida ao impresso, Maria Lacerda de Moura iria contar que os estatutos da FIF previam a publicação de uma revista de divulgação das ações da associação, impresso que seria de responsabilidade de

Lacerda. Contudo, após a intelectual realizar a conferência na União dos Trabalhadores Gráficos, outras mulheres que pertenciam à direção da FIF – Maria Lacerda não menciona seus nomes – a acusaram de ter um estilo muito “violento”. Dizia ela:

As minhas companheiras declaram-me, com a lealdade que as caracteriza, que discordavam das minhas ideias, expendidas nessa conferência. Expus ideias internacionalistas (aliás nosso programa é feito nesses moldes, é pacifista), falei do Grupo “Clartê”⁸⁷, ao qual tenho a honra de pertencer e cujo programa defendo ao lado de Anatole France, Barbuse, Ingenieros, Blasco Ibanéz, Ellen Key, Charles Richet, Romain Rolland e tantos outros, e expus as ideias modernas contra a guerra, o militarismo, em favor da República Internacional do Pensamento (MOURA. **O Combate**, São Paulo, 06 de outubro de 1922, p.1).

Entre as ações importantes que teve à frente da associação (FIF), Lacerda propôs uma alteração nas escolas femininas e nos cursos superiores para que esses incluíssem em seu currículo a disciplina “História da mulher, sua evolução e missão social”, projeto que não foi aprovado. Em anos posteriores, publicou *A mulher e a maçonaria* (1922) e *A mulher moderna e seu papel na sociedade atual e na formação da civilização futura* (1923).

Escreveu ainda, *Lições de Pedagogia* (1925), *Religião do amor e da beleza* (1926); *De Amudsen a Del Prete* (1928), *Clero e Estado* (1931), *Civilização - Tronco de Escravos* (1931), *O problema da educação no pensamento e no idealismo de Ferrer, o mártir do ensino leigo (conferência)*, *Amai e... não vos multipliqueis* (1932) e *Han Ryner e o amor plural* (1933), *Serviço militar obrigatório para a mulher? Recusome?* (1933), *Han Ryner e o amor no plural* (1933), *Clero e Fascismo, horda de*

⁸⁷ Grupo criado em 1921 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, por intelectuais que declaravam ter por objetivo lutar pelo advento da “República Universal” e se diziam filiados ao Grupo Clarté de Paris, liderado por Henri Barbuse, Raymond Lefebvre e Paul Vaillant Couturier. O Grupo Clarté brasileiro incluiu, entre outros, o advogado e deputado Nicanor do Nascimento, o advogado criminal e grande nome do movimento socialista Evaristo de Moraes, o deputado e jornalista Maurício de Lacerda, o professor e jornalista Luís Palmeira, o líder socialista baiano Agripino Nazaré, o jornalista e sindicalista revolucionário Antônio Correia da Silva, o jornalista e antigo anarquista Francisco Alexandre, o contador e tipógrafo Everardo Dias, o jornalista e escritor Afonso Schmidt, o jurista Pontes de Miranda, Alcides Rosas, A. Cavalcanti, Teresa Escobar, Vicente Perrota, e mais 30 aderentes, entre eles vários líderes sindicais (Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.), 2010, s.p.).

embrutecedores (1933), *Fascismo? filho dileto da Igreja e do Capital* (1933) *O Silêncio* (1944); também traduziu do espanhol para o português a obra *A liberdade sexual da mulher* de Julio Barcos, autor argentino que conheceu durante uma viagem que realizou para Buenos Aires em 1929. Durante o período de 1930 a 1936 participou ativamente como colaboradora da revista anarco-individualista **Estudios**.

Embora tenha se posicionado a favor do movimento operário e de ter participado de inúmeras publicações voltadas aos operários e às mulheres operárias, Maria Lacerda de Moura recusou rótulos. Em entrevista ao periódico, **A Manhã** em 1928 ela afirmava:

não sou feminista, já o declarei. Não sou comunista, não pertença a nenhum partido político, não pontífico nem sirvo a nenhum rei, não exerço nenhum apostolado religioso ou social, não rumino em nenhum rebanho, acadêmico ou moralisterista, não bebo água da vida de nenhuma seita filosófico ou estilizado, clássico ou modernista. Livre de muletas. Livre de igrejas (MOURA. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 1928, p. 2).

Consoante com o que foi citado anteriormente nesse trabalho, a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM) foi um movimento associativista feminino, que surgiu em 1919 e que formou as bases para a posterior organização da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Entre as mulheres que participaram dessa iniciativa estiveram intelectuais que ao longo da história do movimento feminista ganharam protagonismo, como Bertha Lutz e Jeronima Mesquita.

É possível vislumbrar que foi por meio da amizade entre Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura que as características da LEIM passaram a ser delineadas. A troca epistolar entre as duas demonstra a intenção da criação de uma associação nacional feminista que reunisse mulheres de diferentes estados brasileiros e que ampliasse o campo de atuação das associações que já existiam.

Tratemos do movimento feminista de que fala. Acho que tem razão: precisamos outra coisa além das Associações Cristã ou Legião da Mulher. O meu modo de ver é o seguinte: não se trata agora de limitado campo como sejam – escolas domésticas ou estabelecimentos de filantropia ou qualquer coisa de caráter local – o que de modo nenhum soluciona a questão. A associação cristã como a Legião tem ainda limitado círculo de ação. Eu desejaria coisa muito mais ampla. (**Carta manuscrita de Maria Lacerda de Moura a Bertha Lutz**, 21 de

outubro 1920).

Na carta escrita por Maria Lacerda de Moura para Bertha Lutz, ao lado do nome sugerido por Moura para a mesma, Lutz anotara a lápis “bom nome”. Posteriormente a nomenclatura “Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher” passou a ser adotada pela instituição. Neste interim Bertha Lutz convidou Maria Lacerda de Moura para realizar uma palestra na associação recém-criada, visto que na época Moura já gozava de certo prestígio em Minas Gerais.



FIGURA 32: FOTOGRAFIA P&B S.D. DE MARIA LACERDA DE MOURA EM CONFERÊNCIA NO LYCEU DE ARTES E OFÍCIOS PELA LIGA PELA EMANCIPAÇÃO INTELECTUAL DA MULHER.

FONTE: CONFERÊNCIA. A EMANCIPAÇÃO INTELECTUAL DA MULHER. **FON FON!** 08 DE JANEIRO DE 1921, P. 23.

Durante a audiência que fez para a LEIM em 1921, Moura teria falado em nome da intelectualidade da mulher brasileira e criticado as associações que se restringiam a ações filantrópicas:

Não se fala aqui – de creches ou filantropia – isso pode ser amostra do que vai ser a sociedade futura, porém não soluciona a questão. O que é preciso é a evolução da psychose [sic] feminina. Constituindo o núcleo de resistência aproveitar-se-ão todas as energias de boa vontade para solidariedade humana, sem ideia preconcebida, sem a imposição dogmática dos partidos ou das seitas. E então, depois de um banho de luz na alma feminina da minoria, poderemos pensar na educação da massa feminina brasileira (**Correio da Manhã**. 03 de janeiro de 1921, p. 3).

De seu ponto de vista, como deixava claro na troca epistolar com Bertha Lutz, era necessário criar núcleos de intelectuais nos estados brasileiros que estudassem a

condição feminina e o feminismo, para só então lançar à público uma campanha nacional.

Em 1923, Lacerda deixaria o magistério e passaria a publicar a revista **Renascença** na imprensa operária. Segundo Leite (1984), ao se afastar da iniciativa da LEIM na década de 1920, ela passou a defender um discurso menos ameno, intervindo a favor, por exemplo, do amor livre, da educação sexual e da transgressão da moral vigente⁸⁸. No período em que manteve a revista *Renascença*, Maria Lacerda manteve correspondência com a portuguesa Ana Castro Osório. No primeiro número da Revista, ela publicou um artigo de autoria de Osório⁸⁹, *A Mulher e seus Direitos no Futuro*. Conforme apontam Languardia e Lousada (2013), a revista “divulgava artigos relacionados com a luta pela emancipação feminina, versando ainda a educação, as artes plásticas, a música e a poesia. No seu terceiro número foi criada uma secção sobre o movimento operário” (p. 102). Foram publicadas cinco edições da revista e conforme aponta uma carta trocada entre Maria Lacerda e Ana Castro Osório, a mesma foi encerrada devido a dificuldades econômicas.

Do ponto de vista de Lacerda de Moura, o movimento feminista em curso na época e a luta pelo sufrágio feminino seriam apenas um pequeno avanço na condição feminina, sendo que sua prerrogativa alcançaria apenas uma parte das mulheres na sociedade, fundamentalmente aquelas que pertenciam à elite culta. O voto nesse

⁸⁸ Segundo Hobsbawm, “qualquer um que acredite que a moralidade dos antigos militantes anarquistas era livre e fácil não sabe do que ele ou ela está falando. O amor livre (no qual acreditavam apaixonadamente) significava não beber, não usar drogas e praticar a monogamia sem um casamento formal” (2012, p. 327-328).

⁸⁹ Ana Castro Osório (Portugal, 1872-1935), foi escritora, pedagoga, jornalista, feminista e republicana portuguesa. Figura destacada da luta pela emancipação das mulheres e impulsionadora da literatura infantil em Portugal, Ana de Castro Osório nasceu em Mangualde em 1872, mas viveu até aos 23 anos em Setúbal. Foi nesta cidade que começou a publicar os seus primeiros artigos no jornal *Mala da Europa*. Aos 26 anos, casou com o poeta e tribuno republicano Francisco Paulino Gomes de Oliveira. Em 1911, o casal emigrou para São Paulo (Brasil), onde Paulino de Oliveira exerceu funções de cônsul de Portugal. Após a morte deste, três anos mais tarde, Ana de Castro Osório regressou a Portugal fixando residência em Lisboa. Precursora do feminismo em Portugal, esteve ligada à fundação de diversas associações: Grupo Português de Estudos Feministas (1907), Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908), Associação de Propaganda Feminista (1911), Comissão Feminina “Pela Pátria” (1914) e Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916). Pertenceu à maçonaria e foi subinspetora dos Trabalhos Técnicos Femininos. Pela defesa que fez da participação de Portugal na Guerra, a Liga dos Combatentes da Grande Guerra inaugurou na sua sede, em Lisboa, um busto em sua homenagem. Morreu em Lisboa em 18 de junho de 1935 (CASTRO; ESTEVES, 2005, p.20).

período era limitado a alfabetizados, quando a população adulta brasileira analfabeta passava de 84%, sendo entre as mulheres esse número ainda maior.

Para ela “as relações mantidas pelas mulheres com seu corpo, os homens, a família e o trabalho deveriam ser discutidas pelo movimento feminista” (SHUMAHHER e BRAZIL, 2000, p. 462). Utilizando de suas publicações para divulgar seu pensamento, Maria Lacerda causava polêmicas em vários periódicos do país (LEITE, 2005).

[...] detesto tudo quanto se refere a política. Acho que não votarei nunca. O sufrágio universal (!) é uma burla, todos o sabem. Se conseguíssemos um grupo feminino excepcional para representar os nossos interesses no Parlamento – seria ótimo. Não creio muito que isso se dê. O regime é dos incompetentes e medíocres... A mulher para intervir nos governos, nos destinos dos povos, deve ter largo ecletismo, inteligência aguda, ilustração vasta e, principalmente, elevação moral, independentemente de partidos e paixões sectárias de qualquer espécie. Infelizmente esse tipo de mulher ainda não surgiu em nosso país. Em outras quaisquer outras condições, o voto para a mulher (como para o homem), é elemento desmoralizador (MOURA, **O Jornal**, Rio de Janeiro, 15 de maio de 1920, p. 3).

Conquanto tenha sido essencial para fundação da LEIM, o projeto formativo de Maria Lacerda de Moura se afastou radicalmente da associação Bertha Lutz a ponto de, em 1920, ela escrever que uma das bandeiras fundamentais da associação, a luta pelo direito ao sufrágio feminino, era um elemento desmoralizador da mulher (MOURA. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 15 de maio de 1920, p. 3):

É indispensável que a mulher liberte o seu espírito de todos os dogmas: religiosos e sociais. Antes disso, nenhuma mulher se acha em condições de se preparar para trabalhar pela mulher. Erudição vasta, independência de caráter, energia e coragem até o sacrifício – são as qualidades exigidas não só das mulheres como dos homens que não se sujeitarem a gozar, nos descendentes, de uma paz para a qual não concorreram (MOURA. **O Jornal**, 15 de maio de 1920, p. 3).

Leite (2005), em sua pesquisa sobre Maria Lacerda de Moura, concluiu que, “através da vida, foi educadora, convencida de que a educação é uma força revolucionária e de que sua missão seria exercê-la”. Mesmo estando alinhada a um

pensamento libertário, ela foi criticada por outras mulheres de seu contexto, que poderiam estar alinhadas ao seu ideal, como é o caso de Pagú⁹⁰.

Excluída a grande maioria de pequenas burguesas cuja instrução é feita nos livrinhos de beleza, na palavras estudadas dos meninos de baratinha, nos gestos das artistas de cinema mais em boga ou no ambiente semifamiliar dos cocktails modernos – temos a atrapalhar o movimento revolucionário do Brasil uma elitezinha de “João Pessoa” que sustentada pelo nome de vanguardistas e feministas berra a favor da liberdade sexual, da maternidade consciente, do direito do voto para “mulheres cultas” achando que a orientação do velho Maltus resolve todos os problemas do mundo.

O batalhão “João Pessoa” do feminismo ideológico tem em D. Maria Lacerda de Moura um simples sargento reformista que precisa estender a sua visão para horizontes mais vastos afim de melhor atuar

⁹⁰ Patrícia Rehder Galvão, conhecida pelo pseudônimo de **Pagú**, (São João da Boa Vista, 9 de junho de 1910 — Santos, 12 de dezembro de 1962). Foi uma importante agente social do modernismo no Brasil, escritora e jornalista. Depois de conhecer Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral passou a integrar o movimento antropofágico. Casou-se com Oswald de Andrade em 1930, no cemitério da Consolação e junto à ele passou a atuar na vida política como militante do Partido Comunista. Aos 20 anos incendiou o bairro do Cambuci em protesto contra o governo provisório. Comandou uma greve de estivadores em Santos, e no evento foi presa pela primeira vez, foi encarcerada mais 23 vezes e tornou-se a primeira mulher presa no Brasil por motivos políticos. Na greve dos Estivadores perdeu um amigo, morto em seus braços pela polícia. Em 1933 publicou o romance *Parque Industrial*, sob o pseudônimo de Mara Lobo, considerado o primeiro romance proletário brasileiro. Nesse mesmo ano, partiu para uma viagem pelo mundo, quando estreou como repórter, deixando no Brasil o marido Oswald e um filho. Em 1935 filiou-se ao Partido Comunista na França, onde também fez cursos na Sorbonne, lá foi presa como comunista estrangeira. Com identidade falsa, seria deportada para a Alemanha nazista, quando o embaixador brasileiro Souza Dantas conseguiu mandá-la de volta ao Brasil. Separou-se definitivamente de Oswald e então retomou a atividade jornalística. É novamente presa e torturada pelas forças da Ditadura Getulista, ficando na cadeia por cinco anos. Desligou-se do PCB em 1940, assim que saiu da prisão. Aderiu ao trotskismo e incorporou à redação do jornal **A Vanguarda Socialista**, iniciando em 1946 a sua colaboração regular no Suplemento Literário do **Diário de S. Paulo**. Em 1945 Patrícia casou-se com Geraldo Ferraz, jornalista da **A Tribuna de Santos**, cidade na qual passaram a viver. Cidade onde teve seu segundo filho, Geraldo Galvão Ferraz. Tenta sem sucesso, uma vaga de Deputada Estadual nas eleições de 1950. Em 1952 frequenta a Escola de Arte Dramática de São Paulo, levando seus espetáculos a Santos. Ficou conhecida como grande animadora cultural e dedicou-se em especial ao teatro, particularmente no incentivo a grupos amadores. Correspondente de vários jornais, Pagu visitou os Estados Unidos, o Japão e a China. Entrevistou Sigmund Freud e assistiu à coroação de Pu-Yi, o último imperador chinês. Foi por intermédio dele que Pagu conseguiu sementes de soja, enviadas ao Brasil e introduzidas na economia agrícola brasileira. Pagu foi acometida de um câncer e viajou a Paris para se submeter a uma cirurgia, sem resultados positivos. Voltou ao Brasil e morreu em 12 de dezembro de 1962, em decorrência da doença. Na véspera de sua morte, um último texto seu foi publicado, o poema "Nothing" (CAMPOS (org.), 2014).

no próximo Congresso de Sexo.
(**O Homem do Povo**. 27 de março de 1931, p. 2)



FIGURA 33: FOTOGRAFIA P&B S.D. DE MARIA LACERDA DE MOURA.

FONTE: ARQUIVO MIRIAM LIFCHITZ MOREIRA LEITE, CEDEM.

Durante o período de organização e fundação da LEIM, a troca de correspondência entre Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz foi intensa, fato que, conforme aponta Leite (1984), foi posteriormente omitido da autobiografia de Moura. Cartas de convite para conferências, troca de ideias sobre a forma de organização feminista que estava sendo projetada e as preocupações em torno da composição dos quadros diretivos da LEIM, estavam em destaque nas cartas trocadas, sempre com um tom bastante amistoso. Maria Lacerda de Moura, em uma das cartas enviadas para Bertha Lutz iria sugerir que ela tivesse muita atenção na escolha dos quadros diretivos da LEIM,

não sei bem o que pensa a respeito, mas, quanto a mim digo-o sem reservas com a confiança que me merece: não acho muitas brasileiras capazes de dirigir esse movimento e digo ainda – poucos brasileiros estão [nos casos] de alcançar esse plano de ação [...]. (**Carta manuscrita de Maria Lacerda de Moura a Bertha Lutz**, 21 de outubro de 1920).

Para os quadros diretivos da LEIM e posteriormente da FBPF, Bertha Lutz escolheu apenas mulheres da elite dominante, altamente escolarizadas. Eram mulheres que haviam feito seus estudos na Europa, ou que já haviam alcançado o

ensino superior no Brasil, coisa bastante rara para os anos de 1920. Advogadas, médicas, arquitetas e artistas se revezaram nestes quadros durante o período em que Lutz esteve à frente dos dois movimentos associativistas feministas. Na mesma carta, Maria Lacerda de Moura falaria sobre as bases que deveriam ser estabelecidas para que o movimento em questão vingasse:

Todas as energias intelectuais femininas e até masculinas de boa vontade para a formação de um pequenino exército de propagandistas da educação nacional e científica da mulher para a sua perfeita emancipação intelectual. [...] o plano deveria ser a [...] propaganda ativa em todas as principais cidades do interior arregimentando as mulheres todas num gesto de solidariedade. Propaganda pela imprensa: pelo menos boletins quinzenais em grande quantidade espalhados por toda parte (**Carta manuscrita de Maria Lacerda de Moura a Bertha Lutz**, 21 de outubro de 1921).

É possível aventar a importância da figura de Maria Lacerda de Moura para o movimento feminista nacional, do ponto de vista de Bertha Lutz. Por meio da descrição que Lutz faz em uma carta remetida a norte-americana Mrs. Chambers, na epístola assim se referia a Lacerda:

Minha amiga Maria de Lacerda Moura [sic] uma das mais entusiásticas feministas nesse país, recentemente deu uma conferência em Belo Horizonte [sic] sobre 'Mulheres e Trabalho' ante uma grande plateia de intelectuais e trabalhadores e foi um grande sucesso. A meu convite ela está vindo para o Rio na próxima semana para dar outra palestra para a Liga, da qual ela é um membro ativo; ela irá falar sobre a Emancipação Intelectual da Mulher. Esta será, espero, a primeira de uma série de conferências patrocinadas pela Liga⁹¹ (**Carta datilografada de Bertha Lutz a Harriet Chalmers Adams**, 18 de dezembro 1920 – em inglês).

A abundância de fontes sobre as ações da FBPF na imprensa indicam que Bertha Lutz seguiu os conselhos de Maria Lacerda de Moura, sendo que em 1927,

⁹¹ Tradução livre, no original: [...] My friend Maria de Lacerda Moura, one of the most enthusiastic feminists in this country, has recently made a conference in Bello Horizontre on "Woman na Labour" before a large audience of intellectuals and workin [sic] people and had a great success. At my request she is coming to Rio next week to make another conference for the League of wchich [sic] she is a most useful member; she will speak on The Intellectual Emancipation of Women. This will I hope be got up by the League"

quando a Federação já contava com certa legitimidade na sociedade fluminense, o jornal **O Paiz** cederia a esse grupo de intelectuais um espaço de meia página na qual elas propagandeavam o movimento feminista, apresentando exemplos de outras nações e o desenvolvimento da “questão da mulher”, além da exemplaridade de mulheres que ocupavam postos de trabalho antes exclusivamente masculinos e da necessidade e urgência de que as brasileiras passassem a se ocupar de sua formação intelectual. As propagandas da associação também estiveram em destaque em um programa de rádio semanal, no qual eram escolhidas mulheres para uma conferência sobre temas relativos à emancipação feminina.

Em 1928, o grande destaque seriam os panfletos a favor do voto feminino que foram atirados de um avião monomotor. Estivam no avião Bertha Lutz e Carmen Portinho, que então tinha 18 anos e já participava da FBPF como 1º secretária.

Segundo matéria do jornal **O Paiz** de 12 de maio de 1928,

o voo foi feito a bordo do aeroplano Junker, do Condor Sindicato [...] A comissão executiva da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino levantou voo às 9h e 30 min [...] partindo da ilha das Enxadas e passando sobre a cidade. Foram lançados folhetos e cartões de propaganda dos direitos eleitorais da mulher sobre a Câmara, o Senado, o Palácio da Presidência, as redações de jornais e as grandes artérias da capital (A propaganda feminista por via aérea. Feminismo. **O Paiz**, 14 e 15 de maio de 1928, p. 8).

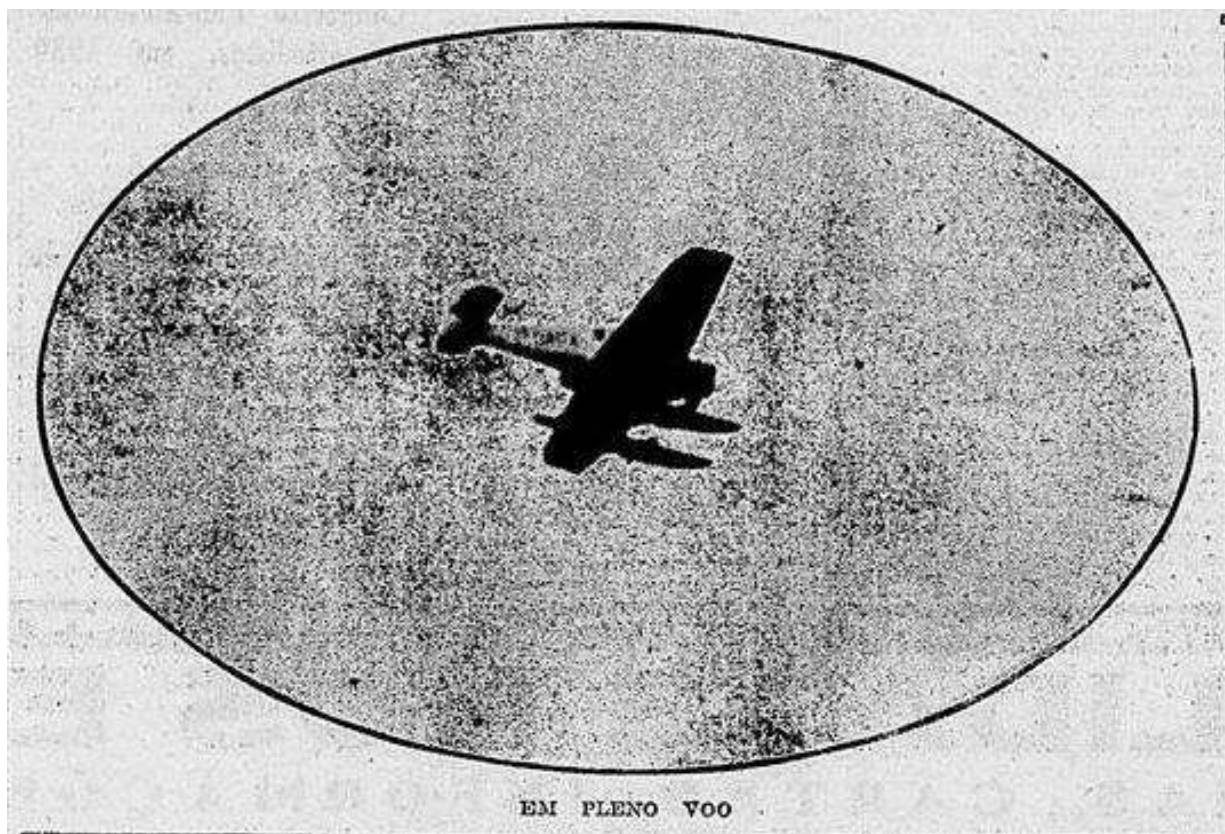


FIGURA 34: FOTOGRAFIA P&B DE AVIÃO SOBREVOANDO O RIO DE JANEIRO.

FONTE: A PROPAGANDA FEMINISTA POR VIA AÉREA. FEMINISMO. **O PAÍZ**, 14 E 15 DE MAIO DE 1928, P. 8.

Abaixo é possível observar na fotografia Bertha Lutz após o lançamento dos panfletos. Pode-se perceber alguns elementos da modernidade no registro: a pose junto a um meio de transporte que ainda era novidade, assinalado pela velocidade e o perigo, em nome do direito ao voto feminino e da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).



FIGURA 35: BERTHA LUTZ APÓS O VOO QUE LANÇOU PANFLETOS PELO VOTO FEMININO EM 1927

FONTE: ANÔNIMO. BERTHA LUTZ NO AVIÃO DO QUAL SE LANÇARAM PANFLETOS DE PROPAGANDA PELO VOTO FEMININO, 1928, ACERVO ARQUIVO NACIONAL.

A educação científica e nacional da mulher brasileira estaria em destaque na imprensa que se tornaria basilar para as ações da FBPF, assim como os boletins que foram produzidos entre 1934 e 1935 durante o período em que a Federação já se consolidara como “a voz do movimento feminismo brasileiro”.

Como era anticlerical, Maria Lacerda de Moura também alertava Bertha Lutz sobre suas preocupações em relação à participação católica na iniciativa da LEIM,

[...] enquanto a mulher patricia estiver sob a tutela do padre – impossível sair emancipação. Portanto, é preciso um trabalho enérgico, perseverante, jeitoso para desviá-la aos poucos dessa escravidão mental. O padre ou incapacita [?] o movimento ou impede seu desenvolvimento, de tal maneira que fica de fora é a mulher sua arma a favor ou contra as próprias irmãs. Nada disso se diz tão claramente, quanto o nosso [ilegível] é a catequese, até que ela própria compreenda e sinta a necessidade de pensar livremente. Isso seria contraproducente. O seu cativo é tal que ela se revoltará contra quem quisesse libertar o jugo formidável, absorvente. (Carta manuscrita de Maria Lacerda de Moura a Bertha Lutz, 21/10/1920)⁹².

⁹² Grifos da autora.

Entretanto, como se verá no capítulo III, Bertha Lutz angariou forças católicas no intuito de consolidar o projeto da FBPF no cenário nacional, incluindo na diretoria da Associação Brasileira de Educação (ABE) sócias da Federação. Também foi a partir da colaboração de Jerônima Mesquita e Stella Duval, ambas ligadas ao catolicismo, que a FBPF tomaria impulso e ganharia notoriedade.

Não era possível pensar em *emancipação feminina* sem que a mulher brasileira fosse educada adequadamente e a emancipação intelectual, financeira e civil das mulheres, neste sentido, se tornaria, ao longo dos primeiros anos do século XX o grande projeto da FBPF, que seria levado a ação por meio da participação dessas mulheres em diversas frentes, tais como: a educação, a proteção à maternidade e à infância, os direitos civis e políticos da mulher. A renovação da educação feminina passaria, não apenas pela ampliação de sua instrução, mas estaria presente nas medidas educativas ligadas à higiene, ao sanitarismo, a eugenia, e à profissionalização. Era necessário desenvolver nas mulheres brasileiras um novo espírito, moderno, voltado às novas necessidades da sociedade.

Energias femininas e masculinas seriam utilizadas pela FBPF com habilidade para conquistar espaço e desenvolver o projeto educacional desse movimento associativo. É o que mostram as fontes relativas aos congressos feministas uma intensa movimentação no campo cultural nacional e internacional e a participação permanente do núcleo diretivo da FBPF nas negociações de projetos que favorecessem as mulheres junto ao poder legislativo e executivo. A disseminação do movimento pelo Brasil foi realizada a partir das Ligas Estaduais pelo Progresso Feminino, que conforme apontam os trabalhos de pesquisa consultados, também eram formados por mulheres da elite e de alta escolaridade. Embora as Ligas tivessem um caráter regional, elas utilizavam as mesmas estratégias da FBPF, elaboravam boletins mensais e utilizavam a imprensa local para publicizar os ideais da federação, participando das discussões legislativas nas câmaras estaduais.

A LEIM foi fundamental para organização e consolidação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e para a atuação de seu quadro diretivo que, em diferentes momentos colaborariam para o desenvolvimento e propagação do projeto formativo da associação.

Na sequência desse trabalho, busca-se explicitar os elementos que marcaram o desenvolvimento da “Pedagogia Feminista” da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino através das trajetórias das mulheres que no texto citado acima eram

chamadas por Lutz de “esforçadas pioneiras”, aquelas que tinham “as mais nobres aspirações” e que forjariam uma forma de pensar e de conduzir a educação da mulher moderna.

3 “VIRIBUS UNITIS”: O MOVIMENTO FEMINISTA DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO

O Feminismo triunfará, mas seu triunfo não será devido às militantes que procuram alcançá-lo com violência, será antes a recompensa das que se tornaram esforçadas pioneiras nas artes e nas ciências, das que se dedicam ao trabalho intelectual e manual, das que para ele se preparam, das que pela educação que dão às suas filhas lhes sugerem as mais nobres aspirações, que pela reverência que inspiram aos seus filhos lhes ensinam a venerar a mulher, finalmente das que com amor esclarecido, abrem ao homem novos horizontes, cheios de harmonia e de luz (LUTZ, **Rio Jornal**; *Seção Rio Feminino*; Bertha Lutz, 23 de abril de 1919, p. 3)

Viribus Unitis, expressão em latim utilizada na abertura desse capítulo constava como slogan nos primeiros documentos produzidos pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e pode ser traduzido para o português como, “unindo forças” ou ainda pela frase “unidos venceremos”. Foi escolhida para abrir esse último capítulo por simbolizar os movimentos associativistas femininos organizados em torno daquilo que a pesquisadora entende como Pedagogia Feminista.

Entende-se que ao longo da organização de um movimento feminista nacional, diferentes grupos de mulheres estiveram debatendo na cena pública os sentidos do termo feminismo e também diferentes projetos de *emancipação feminina*. Neste sentido, se para Leolinda Daltro e seu grupo essa emancipação esteve ligada a uma crença no poder potencializador do culto a nacionalidade e ao civismo e em Maria Lacerda de Moura a *emancipação feminina* só poderia ser alcançada por meio da sua liberdade das amarras sociais, para Bertha Lutz e seu grupo o reformismo social entra em cena para garantir do ponto de vista legal a igualdade de direitos civis e políticos.

Como mencionado na introdução desta tese, Bertha Lutz teve uma intensa atuação e protagonismo no movimento feminista nacional e na representatividade do feminismo brasileiro internacionalmente, tendo sido a LEIM a primeira tentativa da intelectual de organizar um movimento associativo que tinha como objetivo a emancipação intelectual da mulher e seu progresso social.

Conforme demonstra o trecho selecionado do artigo acima, além de desvincular o movimento que nascia da suposta violência do “mau feminismo” de Leolinda Daltro,

dava o tom do “novo feminismo”: a exemplaridade de mulheres “esforçadas pioneiras nas artes e nas ciências, das que se dedicam ao trabalho intelectual e manual [...]” que seriam responsáveis pela educação de meninas, que deveriam seguir esses exemplos, e pela educação dos meninos a quem o fundamento de respeito às



mulheres abririam caminho para uma nova forma de pensamento.

FIGURA 36: FIGURA FEMININA ENCONTRA-SE JUNTO COM UM ARTIGO CHAMADO “APELO AOS PAIS” ASSINADO PELA UNIÃO UNIVERSITÁRIA FEMININA.

FONTE: BITENCOURT. UNIÃO UNIVERSITÁRIA FEMININA: APPELO AOS PAES! **CORREIO DA MANHÃ**. RIO DE JANEIRO, 9 DE JUNHO DE 1930. P. 7.

Para iniciar esse capítulo, destaca-se também a imagem acima, em que são representadas duas mulheres, uma encontra-se em pé, talvez simbolizando as mulheres da FBPF que protegiam outra, que encontra-se sentada. A mulher que se encontra sentada está amamentando, com o seio exposto, imagem que era comum nos museus mas pouco circulava nos jornais. As duas encontram-se juntas, se tocam, estão em ajuda mútua uma imagem forte, sem dúvida. Embora positivado e orientado para uma imagem de “virilidade” e força, como se pode ser observado na ilustração de

Regina Veiga⁹³, registrada em uma nota da FBPF no jornal **Correio da Manhã**, esse modelo de mulher fundado no simbolismo da mãe devotada e orientada pelo sacrifício resultou, em certa medida, na sua desvalorização profissional, política e intelectual. Este padrão de comportamento partia do pressuposto de que a mulher não poderia ser considerada como um ser em si, e que se realizaria por meio do sucesso do marido e dos filhos.

Outra imagem, destacada abaixo, encontra-se na marca d'água da capa da presente tese e possivelmente, expressa de forma imagética o lema da FBPF.

⁹³ A autora do desenho Regina Veiga (1890-1968), foi pintora, desenhista e professora no Rio de Janeiro. A imagem em destaque aparecia em um suplemento feminino no jornal citado, que teria sido desenvolvido pela FBPF como resposta a um articulista do jornal que teria desafiado as mulheres do grupo a publicar um suplemento completo do qual participassem apenas mulheres. A FBPF, então organiza o suplemento com vários artigos assinados por mulheres que ocupavam lugares diretivos na associação e Regina Veiga ilustrou 3 desses artigos. Regina Veiga foi aluna de Rodolfo Amoedo e passou um período na França onde estudou na Academia Julian e em Munique foi aluna do mestre Heilmann (LEITE, 1988, p. 519).



FIGURA 37: FIGURA FEMININA REPRESENTANDO A LEI QUE ACOMPANHAVA O EDITORIAL “A FEDERAÇÃO PELO PROGRESSO FEMININO E SEUS FINS”.

FONTE: PORTINHO. A FEDERAÇÃO PELO PROGRESSO FEMININO E SEUS FINS. **CORREIO DA MANHÃ**, RIO DE JANEIRO. 9 DE JUNHO DE 1930. P. 7.

No desenho é possível observar uma figura feminina representando a Lei que cobre (protege) várias mulheres que se encontram sentadas com livros abertos. O desenho vinha acompanhado de um editorial “A Federação pelo Progresso Feminino e seus fins” de autoria de Carmen Portinho e trazia em seu bojo os princípios da associação, dos quais trataremos na sequência desse capítulo.

3.1 BERTHA LUTZ (1894-1971) UMA LÍDER FEMINISTA REFORMISTA

Bertha Maria Julia Lutz era filha mais velha do médico e cientista Adolpho Lutz e da enfermeira inglesa Amy Fowler Lutz. Seu pai, Adolpho Lutz (1855-1940), nasceu no Rio de Janeiro, mas viveu desde os dois anos de idade na Suíça. Adolpho formou-se em medicina pela Universidade de Berna e retornou ao Brasil aos 26 anos. Suas viagens à Europa eram frequentes, lá participava de eventos científicos e pesquisas médicas, como a que realizou sobre as causas da Lepra na Alemanha. Em 1889, viajou ao Havai para combater a epidemia de lepra que lá ocorria, ficando em Honolulu até que a mesma estivesse controlada. Nesta cidade Adolpho conheceu Amy Maria Gertrude Fowler e casou-se com ela em 1891. Em 1892, voltou ao Brasil e abriu um consultório em São Paulo, local em que tratou de doenças como febre amarela, varíola, peste bubônica, febre tifoide, cólera, malária e tuberculose. Em 1893, um ano após a criação do *Instituto Bacteriológico*, de São Paulo, Adolpho Lutz foi convidado a assumir a sua direção⁹⁴.

Adolpho Lutz foi uma figura central na projeção de Bertha Lutz nas ciências e no espaço público, como se verá adiante. Durante sua vida, o pai de Bertha se envolveu em diversas querelas acerca da ciência médica que estava em desenvolvimento durante a virada do século XIX para o século XX. Uma delas dizia respeito à polêmica que causou em São Paulo ao afirmar que a tuberculose bovina poderia ser transmitida aos humanos pelo consumo do leite de vaca. Adolpho Lutz foi hostilizado por médicos que defendiam os interesses lucrativos de pecuaristas. Contudo, sua hipótese foi confirmada anos mais tarde, mas em virtude da contenda com os colegas médicos em 1908, o cientista se mudou para a Cidade do Rio de Janeiro, “onde trabalhou por mais 32 anos no Instituto Oswaldo Cruz até a sua morte, aos 85 anos, em 6 de outubro de 1940” (ANTUNES, 2002, p. 2).

Segundamente a figura do pai pode ser considerada como capital simbólico agregado à trajetória, à carreira e à vida pública de Bertha Lutz, isso confirma o protagonismo dessa intelectual sobre as suas decisões e o modo como encaminhou as questões que lhe eram caras no campo da política em relação à emancipação

⁹⁴ Quando Adolpho Lutz faleceu em 1940, o instituto passou a se chamar *Instituto Adolpho Lutz* em reconhecimento pelo seu trabalho. (Disponível em: <<http://www.bvsalutuz.coc.fiocruz.br>> Biblioteca Virtual em Saúde – Coleção Adolpho Lutz. Acesso em 14 de julho de 2016).

feminina e nas ciências em relação às suas pesquisas. Maria Margaret Lopes (2008) sustenta que

Bertha escreveu muito e mais ainda se escreveu sobre ela, especialmente em sua época. A leitura de notícias de jornais, inúmeras cartas, artigos científicos e textos inéditos de Bertha que nos dá a nítida impressão de que ela conheceu como poucas e poucos os mecanismos da norma que conservou e transgrediu em suas práticas (p. 74).

Bertha Lutz fez seus estudos primários em São Paulo. Quando Adolpho Lutz se mudou para o Rio de Janeiro, em 1908, ele enviou Bertha, então com 14 anos, para concluir seus estudos secundários em Paris⁹⁵ em *Cours Bouchut*. Em seguida, ingressou na *Faculté des Sciences* da Universidade de *Sorbonne*. LOPES (2008) menciona que Bertha Lutz diplomou-se nos estudos superiores em botânica (20 de junho de 1916), química biológica (18 de outubro de 1916) e embriologia geral (23 de outubro de 1917), e obteve a diplomação em ciências, no dia 1º de março de 1918 (p. 77). A autora observa ainda que uma mulher concluir um curso superior na época poderia ser considerado uma transgressão, mesmo entre as camadas mais altas da sociedade brasileira:

Bertha obteve o seu no espaço por convenção apropriado às mulheres pelo menos desde o final do século XVIII. Botânica foi uma área de conhecimentos sancionada às mulheres, mais do que qualquer outra, pelo menos na Inglaterra e na França. Mas, se atentarmos para a dinâmica dessa área de conhecimentos que se profissionalizara na segunda metade do século XIX, especialmente na Inglaterra, veremos um progressivo afastamento das mulheres, dados os impedimentos formais à sua entrada nos cursos universitários no século XIX, situação que novamente começava a se alterar no início do século XX. Ao longo de sua carreira, Bertha – que sempre se ocuparia de coleções botânicas – migraria para a área, então mais prestigiosa, de estudos da zoologia (LOPES, 2008, p. 77).

Vale a pena observar que durante o período em que Bertha Lutz estava na França, a Europa vivia a experiência da Grande Guerra (1914-1918), e que esse

⁹⁵ Acompanham Bertha Lutz na viagem a mãe (Amy Fowler Lutz) e o irmão Gualter Lutz que estava então com 5 anos. O irmão de Bertha a acompanhou em várias situações de pesquisa científica, contudo, não se destacou como cientista no cenário nacional.

evento alterou significativamente as relações de sociabilidades de quem participou desse momento histórico. Rowbotham (1997) destaca que durante o período da Primeira Guerra, os postos de trabalhos masculinos vagos eram ocupados por mulheres. Assim, atividades que antes eram exclusivamente masculinas como as de motorista, limpador de janelas, entregador de leite e o trabalho em fábricas de munições, passaram às mãos femininas. Por isso, a autora, assim como Pinsky e Pedro (2003), consideram a Primeira Guerra um divisor de águas para os movimentos feministas (p. 76-77).

A Primeira Guerra teria demonstrado que, ao se convocar mulheres para substituir a mão-de-obra masculina no mercado produtivo, inclusive na indústria de armamentos, teriam sido derrubados os argumentos que definiam a natureza feminina, como doméstica, dócil, frágil e materna (PINSKY; PEDRO, 2003, p. 295). No artigo publicado em 8 de setembro de 1925, intitulado *As festas comemorativas da independência na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, essa consequência da Grande Guerra ganha realce na conferência do então Deputado Juvenal Lamartine de Faria⁹⁶, que durante sua palestra

combateu a teoria da inferioridade intelectual da mulher, demonstrando que na antiguidade grega e romana, como nos tempos atuais existiram mulheres ilustres na poesia, na filosofia, e na ciência. [...] Foi a Grande Guerra que revelou a capacidade da mulher em todo o campo de atividade humana e levou à convicção dos políticos a eficiência do elemento feminino na vida das nações [...] (As festas comemorativas da independência na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. **O PAÍZ**. Rio de Janeiro, 08 de setembro de 1925, p. 2)

A variada bibliografia consultada sobre Bertha Lutz aponta para sua percepção como uma das poucas mulheres de seu contexto que detinham autoridade política e científica. Para além das iniciativas associativas femininas já citadas no presente

⁹⁶ Juvenal Lamartine de Faria foi Deputado pelo estado do Rio Grande do Norte. Durante o ano de 1926 fez parte da campanha feminista como parte de sua plataforma de governo, quando venceu e assinou o cargo, o federalismo possibilitou que a mulher potiguar pudesse votar e ser votada. Não foi possível encontrar dados biográficos de Juvenal Lamartine. Foi ele o redator do primeiro projeto de lei apresentado a Comissão de Constituição e Justiça (Projeto 645) que pretendia dar o direito de voto as mulheres em 1921. Lamartine e Bertha Lutz mantiveram um laço de forte amizade nos anos que se seguiram ao projeto, sendo que Lutz fez visitas oficiais representando a FBPF ao Rio Grande do Norte diversas vezes. As visitas foram documentadas em fotografias.

trabalho, o período do início do século XX foi profícuo em outros espaços associativos. Cientistas, engenheiros, médicos, professores e outros grupos profissionais buscavam ganhar espaço e visibilidade para seus projetos por meio de entidades associativas que utilizavam a imprensa como ferramenta para publicitar as demandas sociais que consideravam importantes.

O desenvolvimento ainda inicial das ciências e a crença da mesma como fator de progresso social, levou vários grupos de intelectuais a buscar explicações na eugenia para justificar um desenvolvimento científico que pudesse ser levado adiante, sem que valores fundamentais ligados à família e à moral fossem afetados. Neste sentido, a “questão da mulher” torna-se parte do discurso científico e ganha contornos diversos nas discussões de temáticas como o casamento, a sexualidade, a histeria, a puericultura, a higiene e a educação feminina (LOPES, 2008, p. 75).

No Brasil, desde o século XIX, o discurso médico sobre o corpo feminino, por exemplo, pretendeu

[...] inculcar nos corpos e mentes das mulheres que sua natureza não estava somente à disposição de interesses egoístas ou particularistas, como a transmissão do sangue e do nome da família, mas de valores muito mais importantes e coletivos, como a raça, o vigor de um povo, o sangue de uma nação. Assim, médicos e outros intelectuais do final do século XIX procuraram transformar a maternidade em uma função política de extrema importância para ser abandonada às mãos de leigos. (VOSNE, 2004, p. 177).

No limiar do século XX, a doutrina eugenista irá compor a discussão sobre a função materna, incorporando as questões racial e social. O discurso médico e científico sobre a família e sua necessária reforma para saneamento da sociedade transita pela redefinição dos papéis sociais familiares. Aos pais foram designadas novas atribuições normativas para a educação das crianças e a reorganização do cotidiano familiar. “Ao penetrar no espaço quase inexpugnável da família patriarcal, os médicos encontraram ali os principais obstáculos às suas reformas, mas também uma futura aliada: a mulher” (VOSNE, 2004, p. 224).

Bertha Lutz, ao longo de sua trajetória, buscou *transgredir* sem extrapolar as *convenções* sociais de sua época. Entretanto, não fugiu das duras críticas na

impressa, embora nunca tenha sido comparada a um “homem rebelde” como Leolinda Dalto, pelo fato de ser mulher, cientista, atuante na política, feminista e advogada⁹⁷.

Como cientista, usaria sua autoridade atrelada ao discurso científico para, à frente da FBPF, defender a *educação plena* da mulher moderna. O papel dessa nova mulher estava atrelado à positivação de sua função materna, lugar esse que permitiu a individualização da mulher no discurso intelectual.

A seção *Rio Feminino* do periódico **Rio Jornal** deixava entrever as primeiras diretrizes do projeto formativo que defenderia à frente da direção da LEM e FBPF. A maternidade, exercida de modo científico e racional, era premissa do projeto educacional mobilizado pelas feministas da FBPF, pois o lugar social ocupado pelas gerações futuras deveria passar pelas “novas aspirações” das filhas e pela inspiração de “veneração à mulher” dos filhos.

LOPES (2008) registra que nas primeiras décadas do século XX houve uma intensa valorização social internacional das atividades científicas. Em 1925, o cientista Albert Einstein visitaria o Brasil e em 1926, Marie Curie também o faria. Os dois desempenharam um importante papel na retórica científica para construir discursos hegemônicos na esfera pública⁹⁸ (p. 76). Marie Curie foi conclamada pela imprensa como: “uma figura gloriosa da ciência”, “maior inteligência feminina da humanidade”. Durante sua visita em 1926, a cientista foi recepcionada pela FBPF e foi à imprensa para destacar o trabalho que era realizado pela associação no que concernia aos direitos da mulher⁹⁹.

⁹⁷ Graduou-se em direito pela Universidade do Rio de Janeiro em 1934.

⁹⁸ Encontra-se anexo nessa tese fotografias da visita de Albert Einstein com alguns cientistas brasileiros. Entre eles encontrava-se Adolfo Lutz, pai de Bertha Lutz.

⁹⁹ Bertha Lutz foi convidada a representar oficialmente a Associação Brasileira de Educação (ABE) na visita de Marie Curie (Carta da Associação Brasileira de Educação, Heitor Lira, datilografada remetida a Bertha Lutz, Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1926)



FIGURA 38: FOTOGRAFIA P&B DE BERTHA LUTZ, DIRETORIA DA FBPF E OUTROS INTELLECTUAIS NO INSTITUTO OSWALDO CRUZ EM 1926, DURANTE VISITA DA CIENTISTA MARIE CURIE

FONTE: <[HTTP://WWW.AN.GOV.BR/SIAN/INICIAL.ASP](http://www.an.gov.br/sian/inicial.asp)> FUNDO FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO; SEÇÃO BERTHA LUTZ; ATIVIDADES PROFISSIONAIS;



FIGURA 39: FOTOGRAFIA P&B DE PERFIL DE BERTHA LUTZ (1910)

FONTE: <[HTTP://WWW.AN.GOV.BR/SIAN/INICIAL.ASP](http://www.an.gov.br/sian/inicial.asp)> FUNDO FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO; SEÇÃO BERTHA LUTZ; PESSOAL; IDENTIFICAÇÃO CIVIL E ACADÊMICA.

Em 1918, pós a conclusão de seus estudos superiores na Sorbonne, Bertha Lutz retornou ao Brasil. Benchimol (2003) aponta que sua intenção era tornar-se a auxiliar do pai nas pesquisas médicas. Em sua análise, Adolpho Lutz era já na época reconhecido como um “ícone da ciência [...] tratado com reverência por seus pares [...]”. Ele próprio fazia questão de ostentar uma autoridade superior, apoiada em sua bagagem de publicações, experiências e realizações que nenhum outro médico brasileiro poderia exibir” (p. 206).

Assim que retornou ao Brasil, Lutz assume junto ao pai o cargo de assistente na seção de zoologia do *Instituto Oswaldo Cruz*. Como destaca LÔBO (2010), seu ingresso no emprego não foi oficial, pois Bertha Lutz não participou de concurso

público naquele momento. Contudo, posteriormente ela prestaria concurso para o cargo de secretário no Museu Nacional. Conforme aponta a bibliografia consultada, Lutz passou em segundo lugar e durante meses catalogou a coleção de livros do museu. Somente mais tarde realizou um concurso interno, passando a atuar como pesquisadora da Instituição.



FIGURA 40: FOTOGRAFIA P&B DE ADOLPHO LUTZ E BERTHA LUTZ NO LABORATÓRIO DE MANGUINHOS (S.D.)

FONTE: DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.BVSALUTZ.COC.FIOCROUZ.BR/HTML/PT/STATIC/IMAGEM_SOM/SLIDESHOW/SLIDESHOW_25.HTM](http://www.bvsalutz.coc.fiocruz.br/html/pt/static/imagem_som/slideshow/slideshow_25.htm)>. ACESSADO EM 02 DE AGOSTO DE 2016.

Em relação ao contexto específico da capital da Guanabara no início do século XX, momento de chegada de Bertha Lutz à então Capital Federal do Brasil, Machado Junior (2012) assevera que

a cidade do Rio de Janeiro caracterizava-se como um local privilegiado para o processo de construção da modernidade brasileira. A capital da República possuía um conglomerado populacional maior com relação as demais capitais brasileiras, assim como encontrava em seu circuito cultural um expressivo grau de rotatividade (MACHADO JUNIOR, 2012, p.19).

Contudo, conforme aponta Chasteen (2005),

a América Latina inteira tinha uma população comparativamente pequena e predominantemente rural de cerca de 63 milhões nessa época. Mesmo assim, cidades estavam crescendo constantemente e as que recebiam migrantes do campo e imigrantes europeus cresciam espetacularmente. Na queda de Rosas, em 1852, a cidade de Buenos Aires possuía cerca de cem mil habitantes. No final do período neocolonial, em torno de 1930, possuía dois milhões. Em 1900, já era a maior cidade da América Latina, com dois terços de milhão de habitantes. O Rio de Janeiro, que atraía imigrantes portugueses, italianos e espanhóis, era a segunda maior cidade da região, com pouco menos de meio milhão. Montevideú, Santiago, Havana, São Paulo vinham em seguida, com cerca de um quarto de milhão cada. Nessa época, praticamente todas as capitais da região ostentavam eletricidade, telefones e bondes. Buenos Aires, Cidade do México e Rio estavam construindo esplêndidas avenidas no modelo parisiense (p. 155).

Esse autor explica que, a maioria das cidades da época não eram industrializadas. O processo de industrialização chegaria a essa região mais tarde. Segundo ele, o que predominava nas capitais e cidades da América Latina desse contexto eram centros comerciais, administrativos e de serviço. “As cidades fervilhavam enquanto famílias proprietárias rurais gastavam os lucros do surto de exportações. [...] Eles retornavam apenas ocasionalmente, para alguns dias de férias, provar iguarias do campo e assombrar seus fiéis empregados com histórias do *Progreso urbano*” (p. 156).

O período que passou na Europa aproximou Bertha Lutz do movimento feminista europeu. Soihet (2006), comenta que Lutz teria se interessado pelo movimento ainda quando morava na Grã-Bretanha e que havia manifestado “o seu desejo de participar do movimento feminista, antes da guerra, sendo impedida por sua mãe, natural daquele país, que lhe alertou de sua condição de menor e estrangeira” (p. 17). Karwejczyk (2013, p. 162) relata que ao retornar ao Brasil, Lutz em 1919 “colaborou com o periódico **Rio Jornal**, na seção *Rio Feminino*, com matérias sobre a emancipação feminina, além de se dedicar a estudar para o concurso de secretário do Museu Nacional que ocorreria em julho”.

Como cientista, Bertha Lutz compreendeu como poucos e poucas “os interesses e mecanismos de funcionamento de setores da sua comunidade científica. Inserida

plenamente nessa comunidade que internacionalizava suas atividades e voltava sua carreira para os Estados Unidos” (LOPES, 2008, p. 74).

Com o espaço cedido pela imprensa, Lutz daria os seus primeiros passos em direção à propaganda do movimento feminista que desenvolveria em conjunto com outras mulheres da elite fluminense¹⁰⁰.

Conforme aponta Vieira (2007),

o cosmopolitismo da modernidade entendeu a imprensa como uma ferramenta decisiva para romper com o provincianismo e instalar o debate público em dimensões inéditas. A modernidade foi concebida pelos seus principais arautos como a ação edificante da razão que – por meio da tecnologia, da instrução e das políticas sociais – universalizaria um novo modo de pensar e agir. Não obstante isso, a universalização do *ethos* moderno não se realizaria, segundo aqueles que assumiram a sua difusão como missão, sem instrumentos pedagógicos eficientes. Nesse quadro, os impressos de forma geral e os jornais de maneira particular representaram meios privilegiados para a ação do sacerdócio modernizador (VIEIRA, 2007, p.19).

Interessa notar que diferente de Leolinda Daltro, que, como se viu ao longo do segundo capítulo, foi vista com reservas por uma parcela da imprensa fluminense, Bertha Lutz foi convidada a escrever no jornal. De acordo com Karwejczyk (2013) aos poucos a intelectual passou a ter sua imagem associada ao “bom feminismo”, em contrapartida com o outro feminismo, “o mau”, vinculado à imagem de Leolinda Daltro, que estava sofrendo uma campanha de ridicularização na época.

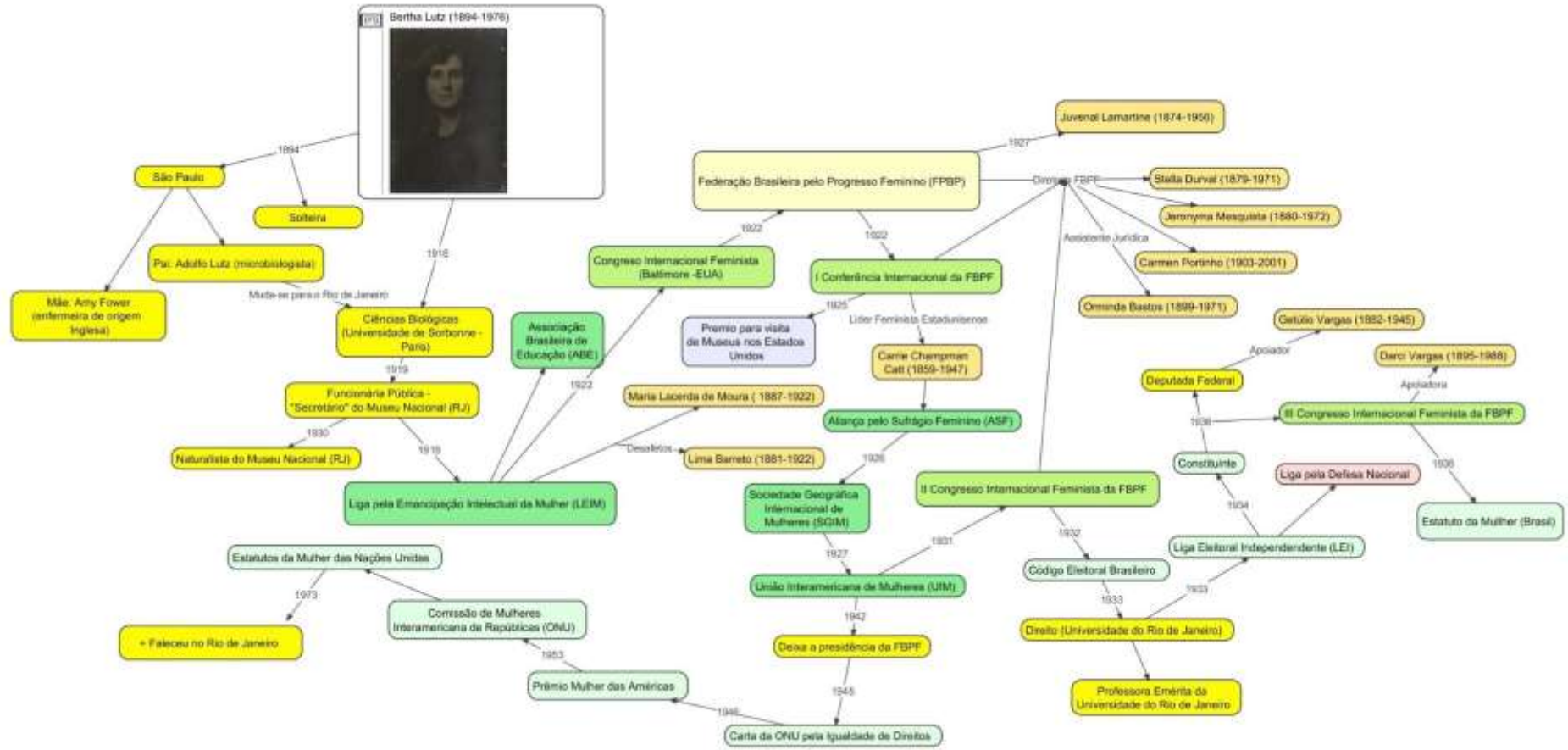
Bertha Lutz teve ampla participação na imprensa fluminense e internacional. Desde sua chegada ao Brasil, ela soube utilizar esse espaço de debate. Ressalta-se que nas décadas iniciais do século XX, a busca pelo poder da palavra tornou o espaço público o *locus* privilegiado da polêmica. De acordo com Viera (2007),

para a intelectualidade a imprensa, em geral, e o jornal, em particular, representam um ofício, um meio de expressão e uma forma de promoção social. Ele [o jornal] permitiu ao intelectual, em diferentes contextos, marcar presença na cena pública para além dos espaços restritos dos círculos letrados (p. 15).

¹⁰⁰ Por carta remetida em 02 de fevereiro de 1926, Bertha Lutz recebeu de Baltazar de Oliveira um convite para dirigir a seção feminina do jornal Correio da Tarde (RJ).

Posteriormente à fundação da FBPF, é possível encontrar Bertha Lutz, então em companhia de outras agentes sociais, ainda proeminente na imprensa fluminense. O grande destaque seriam as ações do movimento associativo em várias frentes, como a filantropia, o civismo, os direitos da mulher, a proteção à infância, o voto feminino, a educação e a profissionalização da mulher. Algumas atas dos primeiros anos de existência da FBPF podem ser encontradas em periódicos como *O Paíz* e *Correio da Manhã*.

Figura 28- Mapa biográfico de Bertha Lutz



Vale notar que nas reuniões da FBPF as discussões versavam sobre as próprias ações da Federação, as possibilidades de propaganda para ampliar o debate sobre o voto feminino e a ampliação das redes de sociabilidade dessas mulheres com outras associações nacionais ou internacionais. Ao final das reuniões, as sócias eram convidadas a um sarau de poesia e ao chá que era promovido por uma delas. Sem perder de vista os objetivos da FBPF, essa prática, assim como as ações caritativas e filantrópicas, pode ser considerada uma estratégia e demonstra as tensões que tornavam necessários mecanismos de aceitação por parte da sociedade da qual elas faziam parte, para consolidação dos espaços dos possíveis¹⁰¹ (BOURDIEU, 1996).

Em 28 de outubro de 1927 a seção *Feminismo* do jornal **O Paíz**, publicaria os objetivos da FBPF. Como objetivo geral estava a ideia de “coordenar e orientar os esforços da mulher no sentido de elevar-lhe o nível da cultura e tornar-lhe mais eficiente a atividade social, quer na vida doméstica, quer na vida pública, intelectual e política”. É possível perceber que a FBPF falava em nome das mulheres brasileiras, mas não se pode depreender se as mulheres em questão eram ouvidas¹⁰². Tratava-se em verdade, de um discurso bastante autoritário que se pautava na crença de que a FBPF tinha como missão orientar os caminhos das mulheres no sentido de seu progresso social. Ainda sobre os fins da FBPF a matéria jornalística listava os seguintes:

¹⁰¹ Para que uma posição seja assumida em um determinado campo, é necessário que exista um espaço possível dentro desse campo, ou seja, que este espaço esteja socialmente reconhecido como válido dentro das estruturas mentais dos agentes internos do campo. O espaço dos possíveis delimita as fronteiras entre o pensável e o impensável no campo. (BOURDIEU, 1996).

¹⁰² Essas tensões podem ser observadas por meio da correspondência recebida pela Federação de sócias e associadas. É o caso da carta manuscrita remetida a Bertha Lutz por Amazile Floripes em 1932. Nela a sócia da FBPF reclamava que após a inclusão do voto feminino no Código Eleitoral, principal conquista da FBPF, e em meio aos trabalhos de Lutz na Comissão Preparatória do Anteprojeto da Constituição (promulgada dois anos depois), à feminista inclusão do divórcio no texto constitucional: sem ele, a liberdade da mulher continuaria “debaixo dos pés dos homens” (Carta Manuscrita de Amazile Floripes a Bertha Lutz. Brasil, 12 de novembro de 1932 (Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (RJ))

- 1– Promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina;
- 2– Proteger as mães e a infância;
- 3– Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino;
- 4 – Auxiliar boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão;
- 5 – Estimular o espírito de sociabilidade e cooperação entre as mulheres e interessá-las nas questões sociais e de alcance político;
- 6 – Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente dos direitos;
- 7 – Estreitar os laços de amizade com os países americanos a fim de garantir a paz e da justiça no Hemisfério Ocidental;
- 8 - Votar somente em quem for feminista;
- 9 - Bater-se pela conquista e pleno exercício de seus direitos sociais e políticos;
- 10 - Trabalhar pelo aperfeiçoamento moral, intelectual, social e cívico da mulher (Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, nº 1, outubro de 1934, p. 2).

Em consonância com o que foi mencionado anteriormente, Bertha Lutz não fugiu às críticas da imprensa da época. Exemplar é o caso apresentado por Lopes (2008), em que Lima Barreto questiona seu espaço na esfera pública e atribui ao pai Adolpho Lutz e a outras relações que a intelectual havia consolidado, o destaque que Bertha vinha ganhando desde que chegara da Europa. Em seu texto, Maria Margaret Lopes (2008), aponta para o fato de que Lima Barreto (1881-1922) vivia o momento final de sua vida, tendo passado por sucessivos internamentos psiquiátricos e apresentando à época uma produção literária irônica.

“Mulato ou negro, como queiram”, anarquista, maximalista, irreverente, polêmico, defensor do divórcio e do direito de as mulheres soberanamente disporem de seus bens, misógino, ou apenas contrário ao falso moralismo, aos privilégios de raça e classe, contrário ao feminismo elitista, branco, burocrático, em prol de cargos públicos, corporificados por ele em Bertha, Lima

Barreto foi um detrator implacável da jovem cientista, e a troça foi sua maior arma: “troça e simples troça, para que tudo caia pelo ridículo” (LOPES, 2008, p. 78)

Para criticar o cargo ocupado por Bertha Lutz após concurso público em que ela passou em 2º lugar, em concorrência com outros 11 homens e que a faria assumir o cargo de secretário, Lima Barreto se dirigia a um dos componentes da banca que aprovou Bertha Lutz no concurso do Museu Nacional, com especial atenção a Rodrigo Otávio.

Nas palavras de Lima Barreto, as tensões em relação ao cargo ocupado e ao feminismo defendido por Bertha Lutz ficam evidentes: “Senhor Rodrigo Otávio [deve saber que a mulher] é mais ou menos equivalente ao louco, ao menor, ao interdito. Está sempre debaixo de tutela e proteção de quem ela carece irremediavelmente”. Levando a público sua posição legalista, Lima

Barreto acrescentaria que,

não me move nenhum ódio às mulheres [...] mas o que quero é que essa coisa de emancipação da mulher se faça claramente, após um debate livre, e não clandestinamente, por meio de pareceres de consultores e auditores, acompanhados com os berreiros de Dona Berta e os escândalos de Dona Daltro (BARRETO, L. O nosso feminismo, **A.B.C.**, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1922, p. 34).

Lopes (2008) aponta ainda que nas crônicas escritas para criticar Bertha Lutz não havia menções ou ironias relativas ao seu pai, Adolpho Lutz, mas

Carlos Chagas por exemplo, não era poupado:

agora temos a faladora Bertha Lutz que foi aos Estados Unidos, em Baltimore, creio, dizer que as moças do Brasil se dedicam a ensinar crianças. Grande novidade! Uma cousa, porém, não disse e é que as moças do Brasil se fizeram arautos do feminismo burocrático. O que elas querem, é ser escriturárias, mediante concursos duvidosos, em que entram influências “brunísticas”, para que tirem os primeiros lugares. Isso é o feminismo à Bruno Lobo, quando não é à Carlos Chagas, esse

descobridor do mel de pau em ninho de coruja, que nos impingiu umas “americanas”, mais ou menos alouradas, a fim de nos ensinar a dar lavagens e clisteres, obedecendo a métodos científicos, como se elas, apesar de louras e de seus olhos azuis, tivessem alguma ideia do que seja ciência, mesmo aquela esbodegada que tem referido o Chagas (BARRETO, L. Uma atuação da Dona Benta. **Careta**, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1922, p. 32).

Lima Barreto referia-se à viagem que Bertha Lutz realizou em 1922 para participar da Conferência Internacional de Mulheres em Baltimore, como representante da LEIM¹⁰³.

¹⁰³ A presença de Bertha Lutz como protagonista da iniciativa da LEIM, bem como, a sua escolha para representante do Congresso de Baltimore, será tratada na sequência do trabalho. A Conferência de Baltimore será pormenorizada no Capítulo 4 dessa tese.

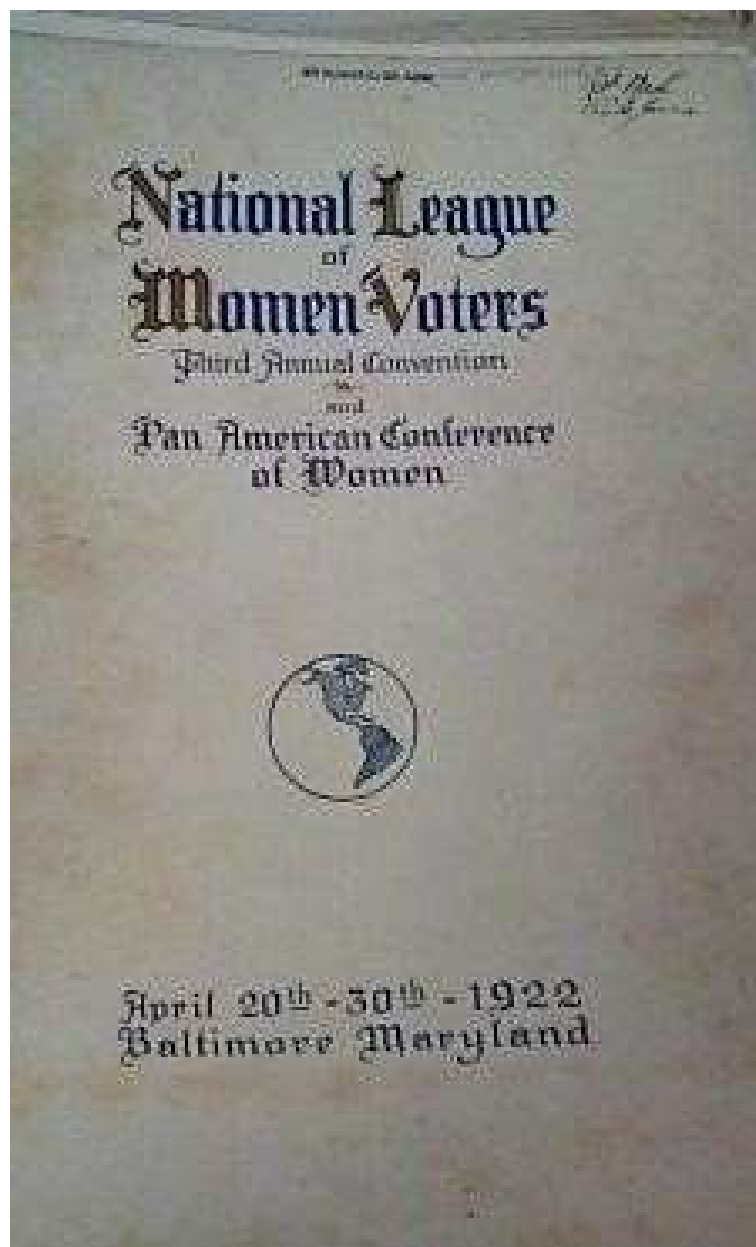


FIGURA 41: PANFLETO DO CONGRESSO OCORRIDO NOS ESTADOS UNIDOS QUE TEVE COMO REPRESENTANTE BERTHA LUTZ.

FONTE: ARQUIVO NACIONAL.



FIGURA 42: BERTHA LUTZ NO JARDIM DAS PRINCESAS (MUSEU NACIONAL) APÓS SER APROVADA NO CONCURSO DO MUSEU NACIONAL

FONTE: <[HTTP://WWW.AN.GOV.BR/SIAN/INICIAL.ASP](http://www.an.gov.br/sian/inicial.asp)> FUNDO FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO; SEÇÃO BERTHA LUTZ; ATIVIDADES PROFISSIONAIS; IDENTIFICAÇÃO.

Sobre a LEIM, Lima Barreto também se manifestaria na **Revista Careta** (08 de abril de 1922)

Mal o feminismo surgiu entre nós, logo cindiu-se em porção de igrejazinhas, rivais e inimigas. As principais que ainda existem, são quatro, também rivais e inimigas: Madame Crysantème (é quase uma basílica); a Liga pela Emancipação Intelectuais da Mulher (Não confundir com a Cruz Vermelha) e Partido Republicano Feminino, em tupi-guarani “Ia Nabô Bokox” (BARRETO, **Revista Careta**, 08 de abril de 1922, p. 28).

O que sobressai na crônica de Barreto, é que existiam tensões entre os movimentos feministas que nasciam no período.

Bertha Lutz estabeleceu para si e para os movimentos associativos de que participou uma ampla rede de sociabilidade internacional. Conforme aponta LOPES (2008), algumas foram tecidas a partir do reconhecimento público que tinha seu pai. Outras foram estabelecidas por meio da habilidade que adquiriu ao longo de sua trajetória para transitar no campo político.

Durante as conversas para organização da LEIM que, posteriormente se tornaria a FBPF, Bertha Lutz entrou em contato com diversas organizações internacionais para amparar suas decisões acerca da associação. Foi o que ocorreu com uma consulta que fez ao Presidente da República Oriental do Uruguai, Baltazar Brum, em outubro de 1921, questionando-o acerca da existência de associações de mulheres no Uruguai e pedindo apoio do político para LEIM: “quaisquer dados, relatórios estatísticos, regulamentos referentes à instrução da mulher, trabalho feminino, e questões sociais do Uruguai” (Carta de Bertha Lutz para o Presidente do Uruguay, 03/10/1921). Outras correspondências foram enviadas ao Presidente do Japão, da Argentina e de outros países, todas com o mesmo teor.

A LEIM, diferente da FBPF, não tem uma data específica de fundação. Entretanto, a correspondência trocada entre Bertha Lutz, políticos influentes, líderes feministas do âmbito nacional e internacional permite assinalar, como dito anteriormente, que o seu processo de organização se iniciou em 1920. É o caso da carta enviada para Harriet Chalmer Adams, líder feminista nos Estados Unidos:

Como você sabe, tenho estado à espera de encontrar algum tipo de associação destinada a ajudar o movimento feminista no país, estimulando, consolidando e reunindo esforços de pessoas nesse sentido. Depois de algumas observações preliminares, tentativas de trabalho, e até mesmo algumas decepções, eu formei uma boa ideia das condições sociais atuais e da tendência geral para esses assuntos. Agora eu consegui ser bem-sucedida e a iniciei este ano (Carta datilografada de Bertha Lutz a Harriet Chalmers Adams, 18 de dezembro de 1920).¹⁰⁴.

A carta de acordo com Soihet (2006) e Hahner (2003) é considerada um documento fundador do movimento feminista liderado por Bertha Lutz.

Além de servir como modelo para o movimento que criava, de demonstrar sua habilidade para compô-las, essa rede de sociabilidades mostra também que as iniciativas de Bertha ganhavam reconhecimento e visibilidade.

De acordo com LÔBO (2010), a LEIM foi fundada com a intenção de trabalhar para a promoção do progresso intelectual entre as mulheres, e expor às brasileiras a importância desse para que elas pudessem assumir condições sociais mais favoráveis. Entre os objetivos da associação estavam o de estudar todos os diferentes aspectos do movimento feminista no Brasil e no exterior.

Entre as mulheres reunidas em torno da LEIM estavam: Isabel Imbassahy Chermont (esposa do senador Justo Chermont), Stella Guerra Duval, Júlia Lopes de Almeida¹⁰⁵, Jeronyma Mesquista, Valentina Biosca, Esther Salgado Monteiro, Corina Barreiro e Maria Lacerda de Moura.

¹⁰⁴ Tradução livre da pesquisadora. No original “[...] As you know, I have been wanting to found some kind of association meant to help the feminist movement in this contry by stimulating consolidating and uniting individual efforts towards this goal. After some preliminary observations, attempts, work and even some disappointments, I have come to have an idea of social present conditions and the general trend in these matters. Now I have finally succeeded in starting the club this year [...]” Adams era fotografa e escritora norte-americana. Percorreu a América do Sul, Ásia e sul do Pacífico, no começo do século XX, publicando suas fotografias na revista *National Geographic*. Durante a I Guerra, foi correspondente da *Harper’s Magazine* na Europa.

¹⁰⁵ Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) apareceria em diversas iniciativas associativas femininas/feministas, por exemplo, ela foi presidente de honra da Legião para a Mulher Brasileira, como vice-presidente da LEIM, e presidente de honra da FBPF. Júlia era escritora, nasceu no Rio de Janeiro, estudou na Europa, foi casada com o poeta Felinto

Bertha Lutz participou ainda da Associação Brasileira de Educação (ABE), sendo que seu nome consta na Ata de Fundação desse movimento educacional. Conforme aponta CARVALHO (1998), ela estava na lista estabelecida para a futura presidência da associação, na sucessão de Delgado Carvalho, o que não ocorreu, provavelmente por seu envolvimento de forma mais enfática com a organização da FBPF (ABE, Boletim, nº 9, Rio de Janeiro, janeiro/fevereiro/março de 1974).

Quando a FBPF estava em um momento de intensa propaganda de seu projeto educacional na década de 1920, a imprensa fluminense testemunha que a ABE promoveu em parceria com FBPF várias conferências sobre a educação da mulher. Além disso, as duas associações articularam várias sessões cívicas e solenes em datas comemorativas.

Em nota publicada em 27/11/1924, por exemplo, é noticiada uma conferência com o Ministro da Agricultura da Bélgica. Essa, entre outras realizadas pela FBPF, contou com a parceria da ABE e da Liga dos professores. Em relação ao evento citado, o conferencista se propunha a discutir a experiência da Bélgica no Ensino Doméstico¹⁰⁶.

A partir de 1930 foi possível localizar fontes que apontam para uma aproximação de Bertha Lutz com intelectuais católicas. Nesse período, a

de Almeida, com quem teve seis filhos, e dividia o seu tempo entre Portugal e o Brasil. Colaborou em diversos jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro. Na década de 1890, colaborou com periódicos femininos, tais como **O Jornal de Senhoras**. Faleceu em 31 de maio de 1934. (SCHUMHER; BRAZIL, 2000, p. 305-306).

¹⁰⁶ O Ensino Doméstico será uma das principais discussões nas teses da comissão de educação da I Conferência Internacional pelo Progresso Feminino (1922) e continuará sendo discutido pela FBPF por meio de sua seção Feminismo no Jornal O País. No Capítulo 3 essa questão será aprofundada, mas é possível depreender por meio do teor das matérias publicadas que o Ensino Doméstico, para FBPF não estaria resumido apenas a uma disciplina curricular nas Escolas Profissionais Femininas, a proposta era de criação de Escolas Domésticas Agrícolas que seriam subvencionadas pelo Estado. Nas matérias publicadas pela FBPF são apresentados vários exemplos dessas escolas: na Bélgica, na Suíça, na Suécia. Importa salientar que a maioria da população brasileira desse período morava no campo e educar essas mulheres era uma necessidade que as intelectuais ligadas a FBPF entendiam como prioritária.

Federação passou a ter uma atuação mais próxima do governo de Getúlio Vargas e duas sócias da instituição vieram a compor o quadro diretivo da ABE.

O projeto educacional da FBPF aventava, portanto, uma representação da mulher moderna com um papel mais ativo no espaço público. Suas propostas voltavam-se para a cidadania dessa mulher. Seus argumentos e ações eram construídos na busca por reformas educativas e legislativas que permitissem uma maior participação feminina na esfera pública. Entretanto, essa nova mulher não abdicaria do espaço doméstico e sim o conciliaria com a participação na vida pública.

O engajamento da Federação na causa da educação pode ser evidenciado nas ações do grupo no âmbito jurídico. A assessora jurídica da federação, Ormindá Bastos, era advogada e destacou-se por conquistar vários espaços educacionais antes restritivos às mulheres. A ata de uma das reuniões da FBPF publicada por **O Paíz** em 23 de dezembro de 1924 relatava alguns êxitos da associação nesta esfera,

no terreno da instrução, referiu-se principalmente à obtenção da entrada das meninas para o Colégio Pedro II e as tentativas de obter que fosse iniciado no Brasil, o ensino doméstico oficial e o preparo de professoras desta disciplina, que, no ver da Federação deva fazer parte essencial da educação feminina.

[...]

Inserção de mulheres nos concursos para o funcionalismo público e a sua intervenção na apresentação da emenda aceita pelos representantes das escolas superiores e faculdades por ocasião da organização, mediante a qual todos os cargos docentes e o reitor podem ser ocupadas por ambos os sexos em igualdade de condições.

[...] ressaltou intuitivamente que os desenvolvimentos desse movimento, através da saída da mulher brasileira para o trabalho, a obtenção do direito de ser funcionária pública, de ser professora das escolas superiores e universidades e nos primeiros passos na ampliação dos direitos civis e políticos femininos, está sendo acompanhada, e, muitas vezes condicionada, pela atividade da Federação. (**O Paíz**, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1924, p. 4)

Kappelli (1991) afirma em seu estudo sobre o movimento feminista do século XIX que em muitos países europeus as primeiras reivindicações feministas eram pela educação das mulheres. A educação nesta pauta antecedeu outras solicitações do feminismo e esteve presente em muitas discussões e ações que buscaram melhorar o acesso à formação da mulher. Conforme é possível perceber na fonte citada, as mudanças no quadro urbano do Rio de Janeiro tornavam a educação das mulheres cada vez mais necessária, pois além de serem responsáveis por um papel civilizador – eram encarregadas da educação da infância – elas começavam a percorrer um longo caminho no sentido do acesso à independência econômica que passaria, sem dúvida, pela aquisição e reconhecimento de conhecimentos escolares e pela profissionalização.

No Brasil, o contexto das primeiras décadas do século XX ficou marcado como a fase de início da profissionalização da mulher, em parte explicado pelo seu acesso à escolarização, em função de sucessivas reformas educacionais que aconteceram no período. Houve, portanto, uma ampliação do número de mulheres que passaram a frequentar diferentes níveis de ensino e que, gradativamente, começaram a ocupar-se de carreiras profissionais antes exclusivamente masculinas. Em conformidade com o que sugere Perrot (2005), elas nem sempre foram vítimas ou sujeitos passivos da história.

Ao longo do século XX, mulheres brasileiras encontraram espaços que estiveram no cerne da modernização do país e que promoveram formas diferenciadas de sociabilidades e identidades. Em um contexto de crescimento urbano, mulheres que anteriormente estavam ausentes do processo produtivo e do espaço público passaram a ser incluídas e tornaram-se produtoras e consumidoras.

O cenário em questão permitiu a ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho e provocou mudanças sutis em padrões de comportamento, costumes e sensibilidades.

Lopes (2008) chama a atenção para o fato de que na dinâmica desse processo, em curto período de tempo, do início da República à década de 1940,

o perfil educacional muda da quase totalidade da população feminina analfabeta para a incidência de formação em nível superior.

O senso demográfico de 1940 aponta para essa mudança. Embora as mulheres representassem apenas 9,06% da população que se diplomava no período, sua presença se acentuava em algumas áreas que previam formação superior.

TABELA 2: MULHERES NA FORMAÇÃO SUPERIOR

	HOMENS	MULHERES
AGRONOMIA	3652	47
MEDICINA VETERINÁRIA	1250	34
QUÍMICA INDUSTRIAL	1598	125
ENGENHARIAS	13912	96
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	1735	158
DIREITO	20145	482
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	42	89
FARMÁCIA	8242	1841
ODONTOLOGIA	10817	1225
MEDICINA	18042	543
EDUCAÇÃO FÍSICA	249	87
MAGISTÉRIO	1665	305
ARTES PLÁSTICAS	581	187
MÚSICA	456	2648
ADMINISTRAÇÃO	72	12

FONTE: TABELA ORGANIZADA A PARTIR DO RESENCEAMENTO GERAL DO BRASIL, 1940.

É possível observar pelos números do senso que algumas formações eram mais procuradas pelas mulheres como a Música que tem um percentual superior de mulheres em relação ao de homens. Em virtude de que, talvez formar-se em música possibilitava que as mulheres lecionassem, por exemplo, piano nas casas de seus clientes, o que garantia sua subsistência e as afastava de uma possível má fama. Uma das sócias da Federação a Maestrina Joanídia Sodré (1903-1975) – responsável pela composição da melodia do hino da FBPF – experimentou outro tipo de experiência a partir de sua formação inicial em música pois, ao concluir o curso viajou para Berlim e realizou um curso específico para regência e composição e teve a oportunidade de dirigir a

Orquestra Sinfônica de Bom, na Alemanha, fato noticiado pela imprensa fluminense.

Podem ser destacados também os cursos de Farmácia, Odontologia, Direito e Assistência Social, nos quais embora o número de mulheres não superasse o de homens, havia uma grande procura.

Bertha Lutz viabilizaria também a criação de Ligas Estaduais, e manteria contato com autoridades políticas e intelectuais, e mulheres de todo o Brasil que fizeram com que as ideias propagadas pela FBPF tivessem ampla repercussão. Entre essas mulheres, algumas participariam como sócias da federação, outras, tomariam parte apenas nas iniciativas iniciais.

As mulheres que fizeram parte da diretoria da LEIM, que posteriormente se tornou a FBPF, pertenciam à elite cultural e econômica fluminense, possuindo capital cultural, social e familiar que lhes permitiam transitar pelos círculos letrados e ter expressiva participação no campo cultural do Rio de Janeiro.

Karwejczyk (2013) considera que quando do retorno de Bertha Lutz da Europa, com 24 anos, ela conseguiu reunir em torno de si, em pouco tempo, um número significativo de mulheres que se engajaram em torno da emancipação feminina. De acordo com o apontado anteriormente, pode ter auxiliado a inserção de Bertha Lutz o seu capital social e familiar. O reconhecimento da família Lutz em várias esferas sociais permitiu a ela o livre acesso a um meio social que não era tão permeável, como pode-se observar a partir do exemplo da professora Leolinda Daltro, que como filha de indígenas e professora primária, vinha de outra origem social (p. 172). “Cientistas, políticos, intelectuais, senhoras da alta sociedade paulistana e carioca, diplomatas, jornalistas correspondentes, operários, comerciários”, fizeram parte da rede de sociabilidade de Bertha Lutz (LÔBO, 2010, p. 21).

A trajetória de algumas de mulheres que fizeram parte da constituição da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que ajudaram a dar o tom do movimento feminista liderado por Lutz e organizaram o que é nomeado nesta tese de Pedagogia Feminista são apresentadas a seguir.

3.2 “UMA SUAVE E COLETIVA CONQUISTA”. A FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO E SUAS DIFERENTES COLABORADORAS

No início do Século XX, a caridade e a filantropia passaram por um processo de institucionalização. O crescimento urbano deste período agravou as desigualdades sociais. Assim, os problemas acarretados para a população mais pobre passaram a ser tratados por meio de ações caritativas ou filantrópicas.

O grupo social que participou ativamente da FBPF caracterizou-se por aderir a essas causas, sendo que a Federação manteve durante toda sua existência uma relação de engajamento com instâncias caritativas ou filantrópicas em seus discursos e práticas.

Algumas dessas instituições eram dirigidas por associadas da Federação, como é o caso da *Maternidade Pro-matre (Damas da Cruz Verde)*. De acordo com Schumacher e Brazil (2000), a *Pro-matre* foi criada sob a denominação de *Damas da Cruz Verde* por um grupo de mulheres da elite fluminense, entre elas, Jerônima Mesquita e Stella Guerra Durval – sócias da FBPF – que prestaram serviços assistenciais no combate à gripe espanhola, em 1918.

Com a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922, as atividades de assistência social do grupo em questão passaram a ter um alcance político maior, sendo que o tema da I Conferência Internacional Feminista, realizado em 1922 pela Federação, foi “A educação da mulher no bem social e aperfeiçoamentos humanos” (p. 205).

Na “1ª Conferência pelo Progresso Feminino” realizada em 1922 no Rio de Janeiro, a FBPF lança as bases para se tornar nos termos utilizados pela própria federação a organização feminista que daria “voz à mulher brasileira”. Para esta conferência foram organizadas as seguintes comissões de trabalho: Educação e Ensino; Carreiras apropriadas à mulher (novas oportunidades de ação, legislação, medidas práticas); Trabalho Feminino (indústria, comércio e funcionalismo); Direitos da mulher; Assistência às mães e à infância; Métodos de

organização e liderança; e Relações internacionais e paz; Dentre as associações que participaram da Conferência, destacavam-se a Alianças Internacional pelo Sufrágio Feminino; A Associação Pan-Americana de Mulheres – representada pela delegada Mrs. Carrie Chapman Catt, líder feminista nos Estados Unidos –, a Liga de Professores, a Cruzada Nacional Contra a Tuberculose, a União dos Empregados no Comércio, a Cruz Vermelha, Legião da Mulher Brasileira, Centro Social, entre outras.

Entre os temas que podem ser destacados nesta conferência estiveram:

- A educação da mulher: nacionalização do ensino público; ensino primário, secundário e superior; escolas profissionais e educação doméstica.
- Proteção à mulher grávida e programas de proteção à infância.
- O trabalho feminino nas fábricas: habitação, condução, horas de trabalho, salários, higiene.

Também se destacou a palestra do médico eugenista Renato Kehl, que teve o tema: “Como escolher um bom marido”. Os temas da proteção à mulher e de proteção à infância teve destaque em relação ao número teses apresentadas e de discussões em relação às medidas protetivas a serem adotadas. Uma das discussões versava, por exemplo, sobre o limite entre a responsabilidade do Estado e da família na instrução e na proteção da infância, tendo sido essa tese reprovada pela comissão responsável pela análise.



FIGURA 43: I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL FEMINISTA NO RIO DE JANEIRO (AO CENTRO CARRIE CHAMPMAN -USA)



FIGURA 44: FOTOGRAFIA P&B PERFIL DE JERONIMA MESQUISTA

FONTE: CORREIO DA MANHÃ, 09 DE AGOSTO DE 1929. LEGENDA: A SRA. JERÔNIMA MESQUITA, COMANDANTE CHEFE DAS BANDEIRANTES DO BRASIL.

Jerônima Mesquita nasceu em Leopoldina (MG), em 30 de abril de 1880, filha da Baronesa do Bonfim, Maria José Villa Boas de Siqueira Mesquita, e do Barão do Bonfim, José Jerônimo de Mesquita. Era a filha mais velha entre 5 irmãos. Jerônima fez seus estudos iniciais com tutores, mas concluiu seus estudos secundários na França. Viveu a primeira década do século XX na Europa e ali conheceu Bertha Lutz. Casou-se por imposição da família com um primo aos 17 anos, teve um filho e posteriormente se separou (SCHUMAHER e BRAZIL, 2000, p. 336)

Assim como Bertha Lutz, Jerônima Mesquita viveu a experiência europeia durante o período da Grande Guerra e participou como voluntária nos

projetos de assistência da Cruz Vermelha da Suíça. Por isso, trouxe a iniciativa para o Brasil e junto com Stella Guerra Duval e sua mãe, Baronesa do Bonfim, engajou-se no movimento “Damas da Cruz Verde”, instituição que fez atendimento de emergência às vítimas da gripe espanhola durante a epidemia, em 1919, na Capital da República. Da iniciativa nasceria a maternidade PróMatre.

Jerônima Mesquita, bastante reconhecida na sociedade fluminense, também foi uma das fundadoras em 1920 da Federação de Bandeirantes do Brasil. São noticiados eventos com políticos importantes e de relações internacionais, como o jantar com o Ministro da Noruega, em 21 de novembro de 1923 (**O Paiz**, *Vida Social*, p. 5). Jerônima foi estratégica para as intenções internacionais da FBPF, tendo sido apoiadora financeira da associação. Ela e Stella Guerra ficariam em posições importantes na FBPF durante todo o período estudado, revezando-se nos cargos disponíveis e conforme apontam algumas matérias da imprensa fluminense, sendo as responsáveis pela organização social da federação, exposições de arte, saraus poéticos e chás eram sempre oferecidos por essas duas mulheres.

Os chás, uma forma de sociabilidade recorrente entre as mulheres do período, eram também um costume de sua mãe, que “quando estava no Rio de Janeiro, promovia um chá em sua casa todas as quintas-feiras. A estas reuniões compareciam membros destacados da elite carioca e personalidades estrangeiras em visita do Brasil, como Mme. Curie” (SCHUMAHER e BRAZIL, 2000, p. 119).

Mobilizando a elite carioca em torno das “questões sociais”, Jerônima Mesquita participou de diversas iniciativas filantrópicas, como a Cruzada contra a tuberculose, a Cruzada de Proteção à Infância e a Maternidade Suburbana.



FIGURA 45: MATERNIDADE SUBURBANA

FONTE: <[HTTP://WWW.AN.GOV.BR/SIAN/INICIAL.ASP](http://www.an.gov.br/sian/inicial.asp)> FUNDO FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO; ADMINISTRAÇÃO; ASSISTÊNCIA A MATERNIDADE; BRRJANRIOQ0.BL2,PES. ICA ND 3

Jerônima Mesquita era de família católica, talvez por isso as relações entre a FBPF e a ACM tenham sempre sido amistosas, muito embora a própria igreja católica não recomendasse às suas seguidoras que participassem como sócias da federação. Sobre as ações de Jerônima como chefe bandeirante, um dos jornais da década de 1920, relata que durante o período em que esteve na Europa, Mesquita teria conhecido o movimento e ao voltar para o Brasil iniciou a organização do escotismo para mulheres na Capital Federal. Conforme aponta uma matéria do jornal O País, a Federação dos Bandeirantes estava ligada a sede mundial na Inglaterra. A matéria informa ainda que o mesmo tinha

como preocupação a educação física, moral e religiosa das jovens brasileiras e destaca a figura de Jeronyma Mesquita como:

[...] uma afeita a todos os movimentos altruístas e, patrióticos, de um entusiasmo que incentiva aos mais indiferentes, tem o seu coração, devotado aos mais altos ideais; é realizadora de um feminismo útil e assaz de valor, na confraternização e intercambio intelectual, com outros países.

[...] Os seus elegantes salões do palacete da rua Senador Vergueiro estão sempre repletos de um grande número de senhoras escritoras, cientistas, medicas, professoras e jornalistas, criaturas portadoras de credenciais respeitáveis dos seus países e que procuram dona Jeronyma para que com seu prestígio as aproxime da sociedade ou do mundo oficial (**O Paiz**, 09 de agosto de 1929, p. 5)

Conforme é possível observar, o periódico indica a figura de Jeronyma como uma mulher de grande prestígio na época. Alguém que fazia o “bom feminismo e que incentiva as inteligências femininas, ampliando as redes de sociabilidade e de solidariedade entre as mulheres de sua época. A sua amizade com Stella Guerra Duval também é destacada pela mesma matéria. Sobre a Pro-Matre, sua fundação é atribuída à família Duval, que teria reunido em 1º de abril de 1918. Participaram da reunião Laurinda Santo Lobo, Jenny Monteiro Amaral, Helena Figueiredo Araújo, Jeronyma Mesquita, Ermelina Passos Bulhões de Carvalho, Nair de Azevedo Teixeira, Maria Eugênia Celso Carneiro de Mendonça e Lo Landbery, o professor Fernando Magalhães, ginecologista e obstetra, e Fernando Guerra Duval. A ideia era criar uma instituição que fizesse o atendimento assistencial à mulher pobre e à infância carente. De acordo com Schumacher e Brazil (2000),

em 9 de fevereiro de 1919 inaugurou-se a maternidade, com duas enfermarias, sendo uma de obstetrícia e outra de ginecologia, num total de 40 leitos. O consultório para atendimento às gestantes teve, naquele ano, média semanal de 162 consultas. Criou-se, logo a seguir, uma creche com capacidade de receber 20 crianças. Nos anos seguintes, foram instalados pela cidade do Rio de Janeiro 17 postos de saúde

materna e 17 farmácias. Mais tarde, os serviços ampliaram-se através de um hospital com 155 leitos, distribuídos em 15 enfermarias e 31 apartamentos particulares, além de laboratórios médicos e de serviços ambulatoriais à população feminina e à infância carente. De 1919 a 1985, a Pro-Matre recebeu cerca de 270 mil mulheres. Nasceram em sua maternidade aproximadamente 270 mil crianças (p. 204).

Com as ações da FBPF, a Pro-Matre se tornaria uma maternidade de referência para assistência à maternidade e à infância. Esses dois temas estavam em evidência em boa parte das propagandas da Federação e seriam o destaque da I Conferência pelo Progresso Feminino e o II Congresso Internacional Feminista.

A imagem da mulher cuidadora, ciosa de seus deveres e esteio da família, muitas vezes contrastava com outras imagens e representações apresentadas pela FBPF. Mulheres altamente escolarizadas, cientistas, aviadoras, enfermeiras, eram apresentadas nos artigos e nas trajetórias das intelectuais que compuseram os quadros diretivos da FBPF como exemplos da capacidade intelectual e física das mulheres da época. Esses eram elementos que também eram destacados nos discursos de homens e mulheres que buscavam dar apoio ao grupo ligado à Federação.

O recurso discursivo da exemplaridade e do modelo era usado de forma recorrente fosse para endossar uma posição ou refutar os “maldizeres” contra a emancipação feminina. É o que fica visível nos discursos que procuram “desmerecer” o feminismo anarquista de São Paulo, organizado por Maria Lacerda de Moura, e “enaltecer” o feminismo da FBPF.

Neste sentido, são salientadas as trajetórias de duas mulheres que dentro da FBPF estabeleceram uma posição modelar para o projeto formativo da associação, Orminda Bastos e Carmem Portinho. Elas representaram o que a Federação destacava como sendo “os mais altos elementos da intelectualidade feminina brasileira”. Ambas atuaram junto com Bertha Lutz na organização de novos espaços agregadores de mulheres e que serviram como braços da FBPF, no intuito de consolidá-la no cenário nacional e internacional.

Orminda Bastos e Carmen Portinho foram intelectuais importantes para consolidação do projeto formativo da FBPF. As duas estiveram à frente do processo de reorganização da associação no final da década de 1920. Por meio de suas sugestões, a federação ampliou sua presença na imprensa e criou núcleos que agregavam interesses específicos como a educação e a profissionalização de mulheres.

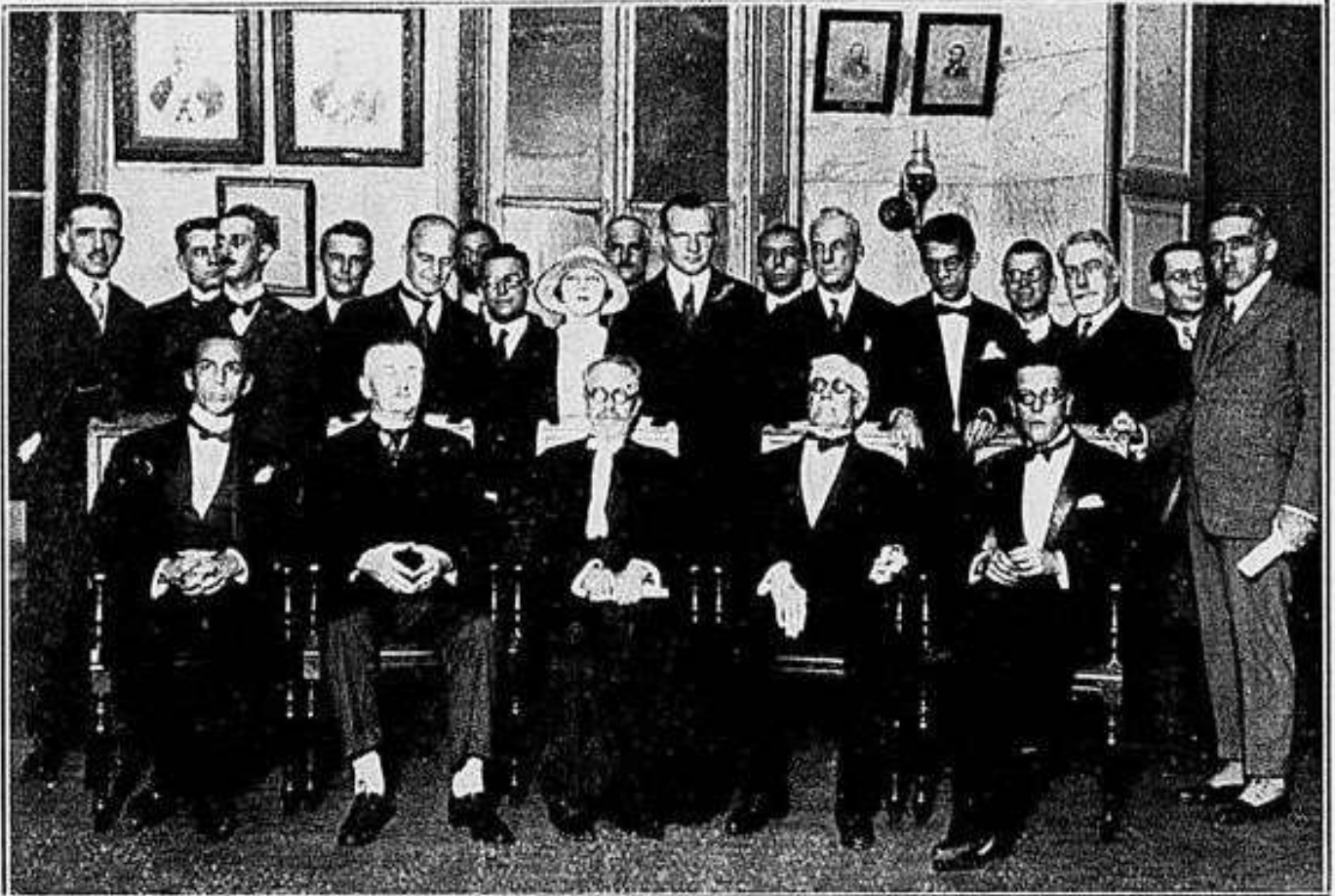
Orminda Bastos era filha de Antonia Ribeiro Bastos e Pedro Rodrigues Bastos, nasceu em 12 de abril de 1899, em Manaus (AM). Quando criança, se mudou com os pais para Belém (PA) onde fez seus estudos primários e secundários, formando-se posteriormente pela Faculdade Livre de Direito do Pará, em 1922.



FIGURA 46: PERFIL DE ORMINDA BASTOS NA DÉCADA DE 1920

FONTE: REVISTA CRUZEIRO, 13 DE ABRIL DE 1929, P. 1.

Foi professora de grego no Colégio Paes de Carvalho, escreveu sobre o espiritismo em revistas especializadas e como advogada foi assessora jurídica da FBPF. Em 1925 se mudou para o Rio de Janeiro e foi uma das fundadoras da União Universitária Feminina, em 1929. Algumas conquistas de direitos trabalhistas e educativos das mulheres que ocorreram durante os anos iniciais do século XX se deveram em parte ao trabalho realizado por Bastos enquanto ocupava-se da assessoria jurídica da Federação.



Grupo tirado no Instituto da Ordem dos Advogados, ao sr. recebido como socio honorario o illustre sr. Hubert Knipping, ministro da Alemanha. Senta-o ao centro, o dr. Rodrigo Octavio, presidente do Instituto, que tem á direita o novo socio honorario, dr. Hubert Knipping, e o dr. Mello e Souza, chefe do gabinete do sr. ministro da Justiça; e á esquerda os drs. Leitão da Cunha e Ouro Preto, representante do sr. ministro do Exterior. Completam o grupo varios socios do Instituto, entre os quaes a joven advogada dra. Ormindia Bastos.

FIGURA 47: FOTOGRAFIA DE ORMINDA BASTOS JUNTO À OUTROS ADVOGADOS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB)

FONTE: **REVISTA DA SEMANA**, 09 DE JUNHO DE 1928, P. 1.

Quando ainda residia em Belém (PA), Ormindia Bastos já estava envolvida com o movimento feminista da cidade. Em 1922, realizou palestra na sede da União Espírita Paraense para as associadas da Liga Cooperativa das

Operárias de Fábrica, e em dois artigos no jornal *Folha do Norte* defenderia o voto feminino

[...] Basta meditar sobre os motivos determinantes dele, tais como a dificuldade crescente dos meios de vida e conseqüente trabalho da mulher para obtê-los; a falta do apoio masculino causado pelo celibato ou pela viuvez, obrigando-a à responsabilidade derivada da sua própria condição; as afirmações teóricas que os fatos comprovam, da igualdade intelectual entre o homem e a mulher; o sentimento de independência que dessas causas resultam; e muito mais que tudo isto, o fermento inovador e revolucionário dessas causas resultam: e muito mais que tudo isto, o fermento inovador e revolucionário que de anos a esta parte tem desorganizado a velha sociedade, e, ameaçando surda mas seguramente, subverte-la, faz pressentir uma era nova; basta refletir em todos estes fatores visíveis ou latentes, para fortificar-se na certeza de que, longe de representar produto efêmero de passageiro abalo, o feminismo, surgindo de novas tendências e necessidades do meio social, está alimado de um largo movimento para diante, cujo impulso inicial, patente ainda a nossos olhos, deixa entrever num remoto futuro, a geral e completa emancipação da mulher [...]" (Folha do Norte, 20 de novembro de 1922, s.p.).

O artigo citado foi escrito por Ormindá durante a organização da Liga Estadual pelo Progresso Feminino do Pará. De acordo com Alves (1980), a formação das ligas estaduais fortaleceu um debate mais expressivo em torno da "questão da mulher", causando, inclusive polêmica entre os intelectuais daquele contexto. No texto, Ormindá Bastos salientava ser necessário que as mulheres fossem educadas para que tivessem discernimento e se tornassem capazes de exercer seu direito de voto.

A *Revista Cruzeiro* publicaria uma entrevista com Ormindá Bastos, na qual apresentava o trabalho de Bastos com a FBPF

a campanha feminista alcançou o triunfo pleno em mais de um dos grandes países do planeta.

[...]

A liderança do movimento entre nós coube, de fato, a seguras e altas inteligências femininas, amparadas ainda por essa secreta força de

persistência no ideal, que tão fundamente caracteriza o espírito da mulher brasileira.

Ao lado de Bertha Lutz, que já fez chegar ao estrangeiro a irradiação de sua mentalidade de doutora, Ormindia Bastos se destaca entre as das mais lucidas e ousadas batalhadoras do ideal feminista no Brasil. Pela doutrina e pela ação, tem feito sentir que o pensamento que defende vem das raízes do seu espírito, e por isto tão claramente ilumina a sua palavra de esperança. (**Revista Cruzeiro**, 13 de abril de 1924, p. 1)

Na concepção das participantes da FBPF, a vida das mulheres não teria uma melhora significativa enquanto os políticos não tivessem que prestar contas ao eleitorado feminino. Para elas, as desigualdades de direitos, econômicas e sociais entre homens e mulheres estavam diretamente atreladas ao direito do voto. Desta forma, na plataforma da Federação, o sufrágio feminino figurava como necessidade urgente que levaria a outras conquistas para o público feminino. Conforme pode-se perceber, o voto feminino tornou-se ao longo da história da associação uma das grandes bandeiras da FBPF.

Carmem Portinho (1903-2001), nascida em Corumbá (MT), mudou-se para o Rio de Janeiro quando ainda era muito jovem. Participou da organização da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e militou abertamente a favor da conquista da cidadania feminina. Em 1929 propôs a criação da União Universitária Feminina e tornou-se presidente da entidade.

Foi a terceira mulher brasileira a graduar-se em engenheira. A imprensa da época ressaltava o “feito”:

Vibrante de entusiasmo foi a solenidade de ontem na Escola Politécnica, onde se efetuou, no salão nobre, a colação dos novos engenheiros. (...) A nota mais interessante, sem dúvida, foi-nos dada pela graça comunicativa da senhorita Carmen Velasco Potinho, a única engenheira de 1925, que leu, pelos seus colegas de turma, o compromisso solene dos engenheiros civis (**A Noite**, 29 de março de 1926).

Portinho atuou inicialmente como professora do internato masculino Colégio Pedro II. Posteriormente, após ter colado grau, foi nomeada para

integrar o quadro de engenheiros da Diretoria de Obras e Viação da prefeitura do Distrito Federal, tendo sido pioneira no conceito de habitações populares. Também foi diretora do curso de Urbanismo da Universidade do Distrito Federal (UDF).

Conforme aponta o trabalho de Ana Luiza Nobre (1999) Carmen Portinho atuou intensamente nas obras de modernização urbana do Rio de

Janeiro, dando ao seu trabalho um cunho pedagógico. Teve como companheiro Affonso Eduardo Reidy, mas os dois nunca se casaram, pois para ela o casamento civil era uma forma de subordinação feminina. Em 1951, Carmen Portinho assumiu a direção do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

Carmen Portinho era a mais jovem entre as mulheres que estiverem a frente da FBPF. Em sua atuação na União Universitária Feminina, buscou apoiar as jovens mulheres que conseguiam entrar no ensino superior da Capital Federal. Também foi sua a iniciativa de projetar a Casa da Estudante

Universitária, um espaço destinado às mulheres universitárias na Universidade Federal do Rio de Janeiro.



FIGURA 48: FIGURA 36 - PERFIL DE CARMEM PORTINHO DATADA DE 1922.

FONTE: <[HTTP://WWW.AN.GOV.BR/SIAN/INICIAL.ASP](http://www.an.gov.br/sian/inicial.asp)> FUNDO FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO; ADMINISTRAÇÃO; CARMEM PORTINHO. BRRJANRIOQ0.BL2,PES. ICA ND 5

De acordo com um relato da própria Portinho,

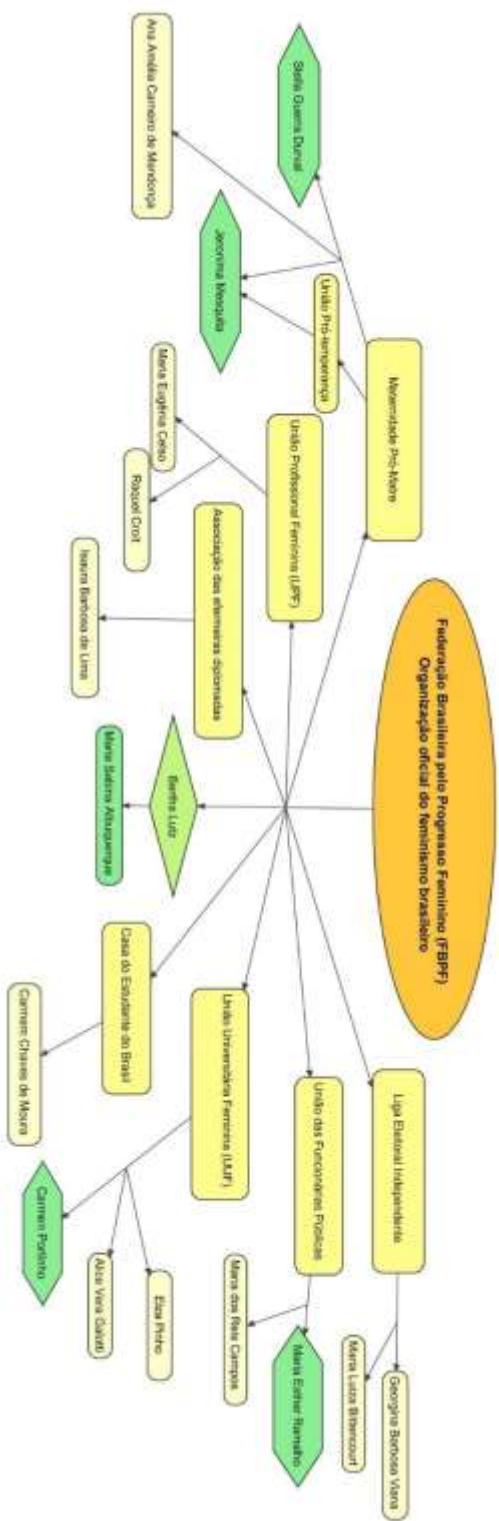
Sempre que uma mulher passava no exame para a universidade – em medicina, direito, engenharia ou qualquer outra área – procurávamos por ela e lhe oferecíamos o “Chá das calouras”, aliciando-as para a associação. Quando uma mulher se formava, oferecíamos o “Chá da Vitória”. Iamos buscar as mulheres uma por uma (NOBRE, A. L., 1999, p. 21).

As propostas da FBPF voltavam-se para a cidadania da mulher moderna. São vários os exemplos usados na sessão pela FBPF que dão a

entender que é possível à mulher a conciliação entre a esfera doméstica e a esfera pública.

Após a criação da União Universitária Feminina (UUF) a FBPF passa a fazer mais referência a valorização da profissionalização da mulher. Além de discutir os meios de ascensão das mulheres a novas etapas de escolarização, também eram discutidas as formas legais de entrada das mulheres no ensino secundário, bem como, propostas de reformas que melhor se adequassem a realidade da mulher brasileira do início do século. Como argumentava Bertha Lutz, era necessário enfrentar: “o tríplice problema da ilustração do espírito, o papel da mulher no lar e no meio social moderno e da vantagem para todas as filhas terem uma profissão suscetível de fornecer-lhes meios adequados de prover sua subsistência” (LUTZ, B. **O Paíz**, 03 de novembro de 1929).

Não se tratava apenas da formação de mulheres somente para sua ilustração e sim de tornar a mulher moderna útil, um pilar na sociedade de então, apta para exercer qualquer profissão e preparada para usufruir de seus direitos políticos. Cumpre destacar que neste período o número de analfabetos no país passava de 80% e que a legislação eleitoral permitia que apenas brasileiros alfabetizados participassem do pleito. Como a disposição legal não era proibitiva às mulheres, o grupo da FBPF tentou colocar em pauta no congresso vários projetos que tornariam possível o voto de mulheres alfabetizadas. Neste sentido, é possível pensar que a educação da mulher passava a ter uma valoração intrínseca.



Os espaços agregadores organizados para além da FBPF foram utilizados como lugares pedagógicos e de aprendizagem, onde eram buscados exemplos, modelos para efetivação de suas ações, programas e discursos, que eram ressignificados e incorporados à realidade brasileira.

Identificar e investigar o discurso e as ações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, é de certa forma reconhecer: como as mulheres partícipes da associação se envolveram em um projeto educacional mais amplo no contexto dos anos de 1920, 1930 e 1940.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo que envolveu a construção desta tese, teve início em inquietações que envolveram a pesquisadora ao longo de sua própria trajetória. Entender parte da história da educação das mulheres por meio de trajetórias de mulheres, intelectuais atuantes na cena pública em um ambiente restrito à sua participação foi um desafio instigante, inspirador e trabalhoso.

As conclusões da presente pesquisa, apontam para as questões que foram objeto de análise ao longo de quatro anos, contudo, não pretendem ser uma resposta definitiva, visto que, diante dos inúmeros caminhos que se apresentaram ao longo da investigação, algumas decisões foram tomadas tanto do ponto de vista da seleção das fontes, que eram numerosas e de tipologias variadas, quanto pelo tipo de análise empreendida que, por um lado foi uma escolha, dentre outras possíveis e por outro também foi limitada pela capacidade de compreensão dos eventos e estruturas da pesquisadora.

Algumas questões que podem ser apresentadas dizem respeito ao que se propôs inicialmente neste trabalho. Ao mapear e examinar os projetos formativos voltados à emancipação da mulher no período que se estende de 1910 a 1940, pode-se perceber que embora houvesse variação em relação as especificidades de cada um dos projetos ora esboçados como formativos, havia também algumas correspondências nos interesses de diferentes grupos que estiveram a frente dos movimentos feministas nacionais desse período.

Como pode-se observar a ideia de igualdade de direitos presente nos diferentes feminismos ao longo do século XX e que ganhou força após a Primeira Guerra, mais do que a exclusão das mulheres da cena pública, foi a sua não inclusão nesse espaço, ou o reforço do espaço privado como espaço de domínio feminino que tencionou os mecanismos sociais de forma a fazer insurgir um movimento feminista que buscou diferentes sentidos de igualdade social.

A hipótese central desse trabalho hipótese era a de que, durante as primeiras iniciativas de organização do Movimento Feminista brasileiro,

diferentes intelectuais disputaram e defenderam distintos projetos formativos para emancipação feminina a partir da organização e da propagação da Pedagogia Feminista.

Ao longo do trabalho buscou-se demonstrar que tal pedagogia se estruturou a partir da ideia apregoada por essas mulheres de emancipação feminina. Destacou-se a participação de cada uma delas na construção dos sentidos atribuídos a essa emancipação e as formas de participação das mulheres nos diferentes campos de atuação na cena pública.

Discorreu-se sobre os sentidos atribuídos de emancipação feminina – dentro e fora dos espaços formais de educação – a regulação da legislação em torno do corpo feminino, de sua profissionalização e participação no campo político e civil.

A Pedagogia Feminista defendida nessa tese como as ações e os discursos das intelectuais estudadas, pode ser percebida em diferentes campos de atuação das mesmas, fosse no campo da cultura, na cena pública e na educação, visando um ideal de mulher moderna.

Em relação a associação organizada por Leolinda Daltro, o seu Partido Republicano Feminino (PRF) embora tenha sido motivo de sátira por uma parte da imprensa fluminense, pautou suas reivindicações na educação profissional de mulheres pobres por meio de sua Escola Orsina da Fonseca, também buscou um ideal nacionalista e eugênico. Daltro defendeu uma *emancipação feminina* que se pautava na autonomia financeira da mulher e no direito ao voto.

No caso de Maria Lacerda de Moura (1887-1945), sua decepção com os rumos tomados pelo movimento feminista da década de 1920 a levará a buscar junto ao movimento operário e as teorias revolucionárias uma crítica a moral burguesa e ao lugar da mulher na sociedade da época.

No que se refere a FBPF, é importante ressaltar que o apoio das mulheres católicas que fizeram parte da mesma para o reconhecimento público da associação foi fundamental. O nacionalismo e a eugenia permaneceram como pautas importantes para o projeto de emancipação da mulher defendido por essa associação, contudo, outras demandas entraram em cena como a

necessidade da profissionalização de mulheres, igualdade salarial, direitos civis e políticos, entre outras.

A intensa correspondência trocada entre a FBPF e parlamentares, ministros, diplomatas, associações feministas nacionais e estrangeiras, bem como, as cartas trocadas com sócias e outras mulheres – que foram o sustentáculo da associação – permite entrever que havia um incremento da participação de forma agregadora no movimento que se desenhava.

Destaca-se também que essa associação evitou pautas polêmicas como o divórcio e o direito ao aborto. Não havia por parte das mulheres que participavam do grupo enfrentar mais resistência do que já sofriam e nem comprar brigas com políticos conservadores e a Igreja Católica. A FBPF não se mostrou contrária a essas pautas, contudo, não se manifestou acerca das mesmas.

Sobretudo, ao longo do trabalho, buscou-se demonstrar que a experiência dessas diferentes mulheres permitiu a permeabilidade de mulheres de diferentes origens sociais em campos cuja a participação das mulheres ainda era restritivo.

ACERVO DOCUMENTAL

LIVROS:

BARCOS, Julio R. **Liberdade sexual das mulheres**. Trad. e pref. Maria Lacerda de Moura. 4 ed. São Paulo: Editorial Paulista, 1929.

BARRETO, Lima. **Numa e a Ninfa**. São Paulo: Penquin Classics Companhia das Letras, 2017.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a Modernidade: o pintor da vida moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CARNEIRO LEÃO, Antonio. **O ensino na Capital do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1926.

COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo: subsídios para sua história**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1932.

COELHO, Mariana. **O Paraná Mental**. Curitiba: Economica, 1908 – Disponível na Biblioteca Pública do Paraná (Divisão Paranaense).

DALTRO, Leolinda. **Início do feminismo no Brasil: subsídios para a História**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da ESCOLA ORSINA DA FONSECA, 1918.

DALTRO, Leolinda. **Da catechese dos índios**. Notícias e documentos para a História. Rio de Janeiro. Typografia da Escola Orsina da Fonseca, 1920.

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939. (Brasiliana, 172).

FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo, Cortez, 1989 (Original de 1832).

GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto**. São Paulo: Editora 34, 2016.

KEY, Ellen. **El siglo de los niños**. Buenos Aires: Editorial Albatros, 1945.

LUTZ, Bertha Maria Júlia. Índices dos Archivos do Museu Nacional. **Archivos do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, v. 22, p. 277-290, 1919.

LUTZ, Bertha Maria Júlia. **From a Moorish Terrace**. Arquivo Nacional, Documentos Privados, Seção Bertha Lutz, 1922. (Inédito)

LUTZ, Bertha Maria Júlia. Estudos sobre a biologia floral da *Mangifera indica* L. **Archivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 125-158. 1926.

LUTZ, Bertha Maria Júlia. The flora of the Serra de Bocaina. *In: Proceedings of the american philosophical society, American Philosophical Society*. Supplement, vol. LXVII, n. 5, 1926.

LUTZ, Bertha Maria Júlia. **No Havaí, a enfermeira com quem Lutz se casaria**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.bvsalutz.coc.fiocruz.br/html/pt/static/imagem_som/audio.htm. Acesso em: 18 de jul. 2016. Cópia digital de gravação em meio magnético. s.d.

LUTZ, Bertha Maria Júlia. **Estudos sobre a biologia floral da *Mangifera indica* L.** Rio de Janeiro: Typ. América (Tese para lente catedrático apresentada à Escola Superior de Agricultura).

LUTZ, Bertha Maria Júlia. **Estudos sobre a biologia floral da *Mangifera indica* L.** 1926.

LUTZ, Bertha Maria Júlia. Wild life in Brasil. *In: Natural History*. Ilustrado com fotografias e reproduzido em separata. Nova York: Museu Americano de História Natural, 1932. vol. XXXII, n. 6, pp. 539-550.

LUTZ, Bertha Maria Júlia. **Apontamentos decorrentes do Herbário do Museu Nacional e de observações feitas no litoral**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, s/d.

LUTZ, Bertha Maria Júlia. **O papel educativo dos museus americanos**: relatório apresentado ao diretor do museu, dr. Roquette-Pinto. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1933. BL. 0, MUS 22/3; BL. 0, MUS. 22/2.

MELO, Anibal Vaz de. **O evangelho à luz da astrologia** (As origens astronômicas do Cristianismo). Pref. Maria Lacerda de Moura. Belo Horizonte: Ed. do Autor, s/d.

MILL John Stuart e MILL Harriet Taylor, *Ensayos sobre la igualdad sexual* (Madri, Cátedra; Valência, Universitat de València, 2001) (O ensaio original é do início da década de 1830).

MOURA, Maria Lacerda de. **Em torno da Educação**. São Paulo: Teixeira, 1918.

MOURA, Maria Lacerda de. **Renovação**. Belo Horizonte: Typ. Athene, 1918.

MOURA, Maria Lacerda de. **A mulher é uma degenerada?** São Paulo: Typ. Paulista, 1924.

MOURA, Maria Lacerda de. ¿**La mujer es una degenerada?** 1925.

MOURA, Maria Lacerda de. **Lições de Pedagogia** (Volume 1 e Volume 2). São Paulo: Typ Paulista, 1925.

MOURA, Maria Lacerda de. **Religião do Amor e da Beleza.** São Paulo: Typ Condor: 1926.

MOURA, Maria Lacerda de. **De Amundsen a del Prete.** São Paulo: Seção de obras d'O Combate, 1928.

MOURA, Maria Lacerda de. **Han Hyber e o Amor Plural.** São Paulo: Unitas, 1928.

MOURA, Maria Lacerda de. **Civilização** – tronco de escravos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1931

MOURA, Maria Lacerda de. **Amai e não vos multipliqueis.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

MOURA, Maria Lacerda de. **Serviço militar obrigatório para a mulher? Recuso-me! Denuncio!** São Paulo: A Sementeira, 1933.

MOURA, Maria Lacerda de. **Clero e Fascismo** – Horda de Embrutecedores. São Paulo: Editorial Paulista, 1934.

MOURA, Maria Lacerda de. **Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica.** São Paulo: Editorial Paulista, 1934.

MOURA, Maria Lacerda de. **Platão: Apologia de Sócrates** (tradução e posfácio). 1936.

MOURA, Maria Lacerda de. **Discurso sobre a origem da desigualdade:** Jean-Jaques Rousseau (tradução e posfácio). S.D.

MOURA, Maria Lacerda de. **Fascismo** – filho dileto da Igreja e do Capital. São Paulo: Editorial Paulista, S.D.

MOURA, Maria Lacerda de. **A grande alma** – esboço da filosofia prática de Gandhi. S.D.

MOURA, Maria Lacerda de. **O problema de amor visto pela mulher:** George Sand, Isadora Duncan, Alexandra Kolontai. S.D.

MOURA, Maria Lacerda de. **Português para os cursos comerciais**. Rio de Janeiro: Muniz, 1940.

MOURA, Maria Lacerda de. **O Silêncio**. 1944.

PEIXOTO, Afrânio. **Eunice ou A Educação da Mulher**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. Trad. e Pref. Maria Lacerda de Moura. São Paulo, Atena, 1955.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **De la Justice dans la Révolution et dans l'église**. Paris: Garnier Frères, 1858, 3 vol. p.348-361. Disponível em: [https://fr.wikisource.org/wiki/Livre:Proudhon -
_De_la_justice_dans_la_R%C3%A9volution_et_dans_l'E2%80%99%C3%89glise_tome_1.djvu](https://fr.wikisource.org/wiki/Livre:Proudhon_-_De_la_justice_dans_la_R%C3%A9volution_et_dans_l'E2%80%99%C3%89glise_tome_1.djvu)

RYNER, Han. **No país dos homens livres** (Les Pacifiques). Trad. Maria Lacerda de Moura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

SPAGNOLO, Marino. **Bandeira proletária** (texto teatral) Encenado em 23/09/1922 e 24/07/1923. Prefácio Maria Lacerda de Moura. Apud Vargas, Maria Teresa. Teatro operário na cidade de São Paulo, Centro de Pesquisa de Arte brasileira Municipal de Cultura, 1980, p. 73-6.

WOLLSTONECRAFT, Marry. **Thoughts on the Education of Daughters**. Cambridgeshire, Cambridge University Press, 2014 (Original de 1787).

WOLLSTONECRAFT, Marry. **A vindication of the rights of woman: with stroctures on political and moral subjects**. Nova York, The Modern Library, 2001 (Original de 1792).

WOLLSTONECRAFT, Marry. **Reinvindicações dos direitos da mulher**. (Edição Comentada). São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. L&PM Pocket. 2012.

REVISTAS e PERIÓDICOS

ARTIGOS, EDITORIAIS, NOTAS. CRÔNICAS E ENTREVISTAS COM AUTORIA:

- AZEVEDO A., Palestra, **O Paiz**, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1899, p. 2.
- BARRETO, Lima. O nosso cabocismo, **Careta**, 17 de setembro de 1919, p. 17.
- BARRETO, Lima. O dr. Frontin e o feminismo, **Careta**, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1920, p. 34.
- BARRETO, Lima. Voto Feminino, **Careta**, Rio de Janeiro, 09 de julho de 1921, p. 6.
- BARRETO, Lima. Feminismo e o voto feminino, **Careta**, Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1922, p. 42.
- BITENCOURT, Maria Luiza de. União Universitária Feminina: Apello aos paes!, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 29 de junho de 1930, p. 7.
- BOCÓ, J. Crônica. **O Malho**. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1909, p. 15.
- CAMPOS, Myrthes Gomes de. Clovis Beviláqua e a emancipação jurídica da mulher, **Revista de Crítica Judiciária**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 6, 1932.
- CAMPOS, Myrthes Gomes de. Justificação de uma emenda ao artigo 4 do projeto criando a Ordem dos Advogados, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 3 jul. 1914.
- CAMPOS, Myrthes Gomes de. O direito ao aborto, **O País**, Rio de Janeiro, 9 nov. 1915.
- CAMPOS, Myrthes Gomes de. Voto feminino e serviço militar, **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1929.
- CAMPOS, Myrthes Gomes de. Voto feminino e a jurisprudência, **Revista de Crítica Judiciária**, Rio de Janeiro, v. 11, 1930.
- C. A. (pseudônimo). **Jornal do Commercio**, *Sessão Dia a Dia* (As mulheres barbadas), Rio de Janeiro, 03 de junho de 1897, p. 1.
- C. A. (pseudônimo). **Jornal do Commercio**, *Sessão Dia a Dia*, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1897, p. 1 e 2.
- C. A. (pseudônimo). **Jornal do Commercio**, *Sessão Dia a Dia*, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1897, p.1.
- CARVALHO, Maria Vaz de. Os direitos da Mulher III, **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 05 de julho de 1897, p. 1.

CARVALHO, Maria Vaz de. O feminismo, questão atual, **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 19 de junho de 1898, p. 2.

CASTRO, Vitório de. Legião da Mulher, **O Malho**, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1919, p. 24.

COELHO, Mariana. Diário da Tarde, **Chronica da Moda**, Curitiba, 01 de março 1901, p. 01.

DALTRO, Leolinda. A questão do voto feminino, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1927, p. 11.

DALTRO, Leolinda. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1932, p. 3

DALTRO, Leolinda. Evocando os primeiros surtos do feminismo..., **A Noite**, Rio de Janeiro, 03 de agosto de 1934, p. 1 e p.2.

DUARTE, M. Índios Guaranys, Cherentes e Caraós, Suplemento Ilustrado do "Correio da Manhã", **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 01 de julho de 1906, s.p.

FONTCLOSE, M. de. O que é o femenisimo?, **Correio Paulistano**, São Paulo, 26 de março de 1898, p. 1.

HELLOJORO, B. O Perigo da Professora..., **O Imparcial**, 21 de maio de 1920, Rio de Janeiro, p. 2.

IRACEMA (pseudônimo). **Revista da Semana**, *Sessão Cartas de Mulher*, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1918, p. 16.

LUTZ, Bertha Maria Júlia. **Revista da Semana**, *Sessão Cartas de Mulher*, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1918, p. 19.

LUTZ, Gilberta. **Rio Jornal**, Rio de Janeiro, 19 abril de 1919.

MALASARTES, P. Elegâncias, **D. Quixote**, 01 de junho de 1921, p. 16.

MANFREDIN, Jurandyr. A mulher é uma degenerada?, **O Dia**, Curitiba, 20 de dezembro de 1925.

MOURA, Maria Lacerda de. Educação e ensino, **Voz do Povo**, Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1920.

MOURA, Maria Lacerda de. O mundo de amanhã, **O Jornal**, Rio de Janeiro, 15 de maio de 1920, p. 3.

MOURA, Maria Lacerda de. Feminismo. **O Corymbo**, Porto Alegre, 15 de maio de 1921.

MOURA, Maria Lacerda de. Palavras de carinho e gratidão, **A Tribuna**, Santos, 20 de julho de 1921.

MOURA, Maria Lacerda de. O problema da educação: ao jovem philosopho Angelo Guido, **A Tribuna**, Santos, 28 de agosto de 1921.

MOURA, Maria Lacerda de. O problema da educação, **A Tribuna**, Santos, 12 de setembro de 1921.

MOURA, Maria Lacerda de. Para o despertar da mulher, **A Tribuna**, Santos, 08 de outubro de 1921.

MOURA, Maria Lacerda de. O problema da educação: prêmios e castigos, **A Tribuna**, Santos, 16 de outubro de 1921.

MOURA, Maria Lacerda de. O problema da educação, **A Tribuna**, Santos, 24 de outubro de 1921.

MOURA, Maria Lacerda de. Entrevista, **O Combate**, São Paulo, 06 de outubro de 1922, p. 1.

MOURA, Maria Lacerda de. Conferência contra o alcoolismo, **A Plebe**, São Paulo, 27 de janeiro de 1923.

MOURA, Maria Lacerda de. **Renascença**, Nosso Jornal, Rio de Janeiro, Número Único. Editorial. **Renascença**, fevereiro de 1923.

MOURA, Maria Lacerda de. Aos intelectuais, **Renascença**, São Paulo, março de 1923.

MOURA, Maria Lacerda de. Que é educação, **Renascença**, São Paulo, março de 1923.

MOURA, Maria Lacerda de. Eva, **Renascença**, São Paulo, abril de 1923.

MOURA, Maria Lacerda de. A mulher brasileira e os problemas sociais, **O Corymbo**, Porto Alegre, 30 de abril-15 de julho, 1923.

MOURA, Maria Lacerda de. Como escolher um marido, **Renascença**, São Paulo, julho de 1923.

MOURA, Maria Lacerda de. O alcoolismo e a questão social, **O internacional**. São Paulo, 1º de maio de 1924.

MOURA, Maria Lacerda de. Das vantagens da educação intellectual e profissional da mulher na vida prática das sociedades, **O internacional**, São Paulo, 15 de maio de 1924.

MOURA, Maria Lacerda de. Sciencias básicas e auxiliares da pedagogia, **A Plebe**, São Paulo, 10-24 de maio de 1924.

MOURA, Maria Lacerda de. La victoria, **A Palavra**, São Paulo, 1º de setembro de 1925.

MOURA, Maria Lacerda de. Feminismo? Caridade?, **O Combate**, São Paulo, 05 de janeiro de 1927.

MOURA, Maria Lacerda de. Guerra à guerra, **O Combate**, São Paulo, 19 de novembro de 1927.

MOURA, Maria Lacerda de. O voto feminino, **O Combate**, São Paulo, 08 de dezembro de 1927.

MOURA, Maria Lacerda de. Seduzidas e deshonradas, **O Combate**, São Paulo, 15 de dezembro de 1927.

MOURA, Maria Lacerda de. Honra de Gallo, **O Combate**, São Paulo, 22 de dezembro de 1927.

MOURA, Maria Lacerda de. Abolição legal do direito de paternidade (Congresso Pan-Americano da Criança), **O Combate**, São Paulo, 29 de dezembro de 1927.

MOURA, Maria Lacerda de. Como encarar a emancipação da mulher?, **A Vida Moderna**, São Paulo, 31 de dezembro de 1927.

MOURA, Maria Lacerda de. A emancipação feminina. **O Combate**. São Paulo, 12 de janeiro de 1928.

MOURA, Maria Lacerda de. *Carpe Horam*, **O Combate**, São Paulo, 19 de janeiro de 1928.

MOURA, Maria Lacerda de. Amor plural, **O Combate**, São Paulo, 26 de janeiro – 02 de março de 1928.

MOURA, Maria Lacerda de. O dragão e as virgens, **O Combate**, São Paulo, 08-15 de março de 1928.

MOURA, Maria Lacerda de. A penna que provoca tempestades..., **A Manhã**, Rio de Janeiro, 03 de novembro de 1928, p. 2.

MOURA, Maria Lacerda de. Auto-biographia, **O Combate**, São Paulo. 03 de agosto de 1929, p. 3.

MOURA, Maria Lacerda de. O Segundo Congresso Internacional Feminista. Uma carta da escritora Maria Lacerda de Moura à Sra. Rachel Prado, **Diário Carioca**, Rio de Janeiro. 07 de julho de 1932, p. 10.

MOURA, Saudades da minha infância... Da minha infância querida, **O Malho**, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1935, p. 38.

PAGÚ. Maltus Alem. Mulher do Povo, **O Homem do Povo**. 27 de março de 1931, p. 2.

PRATES, R. Notas Literárias. Maria Lacerda de Moura. Renovação, **O Paiz**, 04 de janeiro de 1920, p. 5.

RACHILDE (pseudônimo). O feminismo, **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 08 de novembro de 1897, p.1.

RIBEIRO, I. *Assunto Feminino*, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1930

VIDIGAL, Gilberto. O feminismo e os antifeministas, **A Gazeta**, São Paulo, 30 de fevereiro de 1923, p. 1.

ARTIGOS, EDITORIAIS, NOTAS E ENTREVISTAS SEM AUTORIA
(Organizados em ordem cronológica):

Angleterre. **La Citoyenne**: jornal hebdomadaire, Février, 1889, p. 3.

O meio, Rio de Janeiro, 1889, p. 105.

Jornal do Commercio, *Sessão Várias Notícias*, Rio de Janeiro, 20 de junho de 1891, p. 9.

Gazeta de Notícias, Elegância e a Moda, Suplemento Litterario da "Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1892, p. 2.

O feminismo. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 31 de julho de 1893. p. 1.

O feminismo na Inglaterra. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1894, p. 1.

Socialismo e feminismo. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1894, p. 3.

Carta Parisiense. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1896, p. 2.

O feminismo na Austrália. **Jornal do Commercio**, *Sessão Chronica Estrangeira (O Jornal dos jornais)*, Rio de Janeiro, 08 de setembro de 1896, p. 1.

As mulheres e o Feminismo. **Jornal do Commercio**, *Sessão Chronica Estrangeira (O Jornal dos jornais)*, Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1897, p. 1.

A Tarde Ilustrada, São Paulo, 15 de janeiro de 1897, p. 5.

O Commercio de São Paulo, São Paulo, 15 de janeiro de 1897, p. 2.

Les femmes et le Feminisme. **Correio Paulistano**. São Paulo, 10 de março de 1897, p. 1.

Os clubes femininos em Londres. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 26 de março de 1897, p. 1.

Um Estado Feminino. **Jornal do Commercio**, *Sessão Chronica Estrangeira (O Jornal dos jornais)*, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1897, p. 1.

Jornal do Commercio. *Sessão Dia a Dia* (As mulheres barbadas), Rio de Janeiro, 03 de junho de 1897, p. 1.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1897, p. 2.

O congresso feminino em Bruxelas. **Correio Paulistano**, São Paulo, 07 de novembro de 1897, p. 1.

Correio Paulistano. São Paulo, 23 de janeiro de 1898, p. 1

A moda. **Gazeta de Notícias**. *Sessão Casos e Cousas*, Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1898, p. 1.

Jornal do Commercio. *Sessão Várias Notícias*, Rio de Janeiro, 1º de julho de 1899, p. 2.

Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, Rio de Janeiro, 6 julho de 1899.

Uma municipalidade feminina. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 05 de agosto de 1899, p. 2.

A doutora Myrthes Campos. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1899, p. 1.

O Paiz, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1899, p. 2.

Leituras Religiosas, Salvador, 19 de novembro de 1899, p. 507.

Os pynagés: Deposição do capitão. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1902, p. 3.

Os índios pinagés. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1902, p. 2.

O Paíz, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1902, p. 2.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, junho de 1906, p. 3.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 02 de novembro de 1906, s.p..

Ata da sessão de 12 de julho de 1906. **Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros**, Rio de Janeiro, p. 233, t. XVII, 1906.

Grêmio Patriótico Leolinda Daltro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 02 de novembro de 1906, s.p.

Legião Feminina Humanista no Brasil. **Jornal do Brasil**, 02 de novembro de 1906.

Os índios da professora dos... outros. **O Malho**, Rio de Janeiro, 13 de março de 1909, p. 46.

Os selvícolas do Brasil. **O Malho**, Rio de Janeiro, 13 de março de 1909, p. 5.

Fon-Fon! Sessão Trepção. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1909, p. 40.

O Paiz, Rio de Janeiro, 13 de junho de 1911, p.1.

O Paiz, Rio de Janeiro, 17 de junho de 1911, p. 1

Política Feminina. **O Malho**, 24 de junho de 1911, p. 17.

O Século, Rio de Janeiro, 1º de julho de 1911, p.1.

Política Feminina. **O Malho**, 08 de julho de 1911, p. 22.

Escola Orsina da Fonseca. **Careta**, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1911, p. 12.

O Século, Rio de Janeiro, 1º de julho de 1911, p.1.

As “suffragettes” precipitam os seus meios de ação. **A Noite**, Rio de Janeiro, 14 de junho de 1913, p. 1.

O Gato, 09 de agosto de 1913, p.17.

Liga contra o analfabetismo. **O Pharol**, Juiz de Fora, MG, 16 de outubro de 1915, p.1.

A Escola Orsina da Fonseca vai ser fechada?. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1916, p.1.

O Paiz, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1916, p. 4.

A Noite, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1916, p. 1.

Os três grandes clubs. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1917, p. 1.

Professora D'altro lá com ela. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1917, p. 8.

Exigências de protocolo. A agitação patriótica nos arraiais do Partido Republicano Feminista. Um manifesto de solidariedade. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1917, p. 3.

O partido feminino e os seus serviços na guerra. Uma mensagem ao governo. **A Época**, 28 de abril de 1917, p. 2.

O Partido Republicano Feminino vae entrar em acção... **A Noite**, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1917, p. 1.

“Tiro Feminino” da Escola Orsina da Fonseca. **A Lanterna**, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1917, p. 2.

O tiro feminino quer defender a pátria... **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1917, p. 2.

A epidemia. Dois aspectos da distribuição de gêneros aos pobres no posto de socorro, particular, da Escola Orsina da Fonseca dirigida pela professora Sra. Leolinda Daltro. **Jornal do Brasil**, 15 de novembro de 1918, s.p.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1918, p. 2.

Palestra Feminina. Em torno da Educação Brasileira. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 1919, p. 5.

A Razão, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1919, s.p..

Escola Orsina da Fonseca. Instrução militar as alunas. **Jornal do Brasil**, 11 de julho de 1919, p. 6.

A Razão, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1919, s.p.

A Noite, 23 de novembro de 1919, p.2.

Correio da Manhã, 24 de novembro de 1919, p. 7.

A Noite, 23 de novembro de 1919, p.2.

A nova brigada da professora Daltro. Revista **D. Quixote**, Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 1920, p. 23.

Amparo a mulher. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 10 de março de 1920, p. 3.

O Paiz. Rio de Janeiro, 12 de março de 1920, p. 4.

A Legião da Mulher Brasileira. **A Voz do Povo**, Rio de Janeiro, 15 de março de 1920, p. 1.

A derrota da Legião. **Careta**, Rio de Janeiro, 27 de março de 1920, p. 14.

A União, Rio de Janeiro, 08 de abril de 1920, p. 1.

Diretoria da Legião da Mulher Brasileira. **Careta**, Rio de Janeiro, 22 de maio de 1920, p. 6.

As legionárias da paz... doméstica. **O Malho**, Rio de Janeiro, 05 de junho de 1920, p. 29.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1920, p. 8.

As Senhoras que falam... Conferência da Sra. D. Maria Lacerda de Moura. Promovida pela Liga de Emancipação Intelectual da Mulher. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 1921, p. 3.

Pela Emancipação da Mulher. **Correio da Manhã**, 03 de janeiro de 1921, p. 3.

O Feminismo revolucionário: Ideias anarquistas de uma Escola Normal de Barbacena! A conferência de D. Maria Lacerda de Moura no Lyceu de Artes e Ofícios. **A União**, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1921, p. 1 e 2.

Conferência. A emancipação intelectual da mulher. **Fon Fon!** 08 de janeiro de 1921, p. 23.

1º Congresso Brasileiro de Proteção à infância. **Correio Paulistano**, 28 de abril de 1921, p. 1.

Conferência. Santos. Conferência: Maria Lacerda de Moura. “O idealismo”. **Correio Paulistano**, São Paulo, 1º de julho de 1921, p. 5.

Santos. Club Feminino. **Correio Paulistano**, São Paulo, 30 de setembro de 1921, p. 4.

Federação Internacional Feminina. **Correio Paulistano**, 05 de novembro de 1921, p. 5.

Federação Internacional Feminista. **Correio Paulistano**, São Paulo, 29 de novembro de 1921, p. 4.

Uma conferência da escritora Maria Lacerda de Moura. “Fins da utilidade social da Federação Internacional Feminina. **Correio Paulistano**, São Paulo, 14 de dezembro de 1921, p. 7.

Conferência da escritora Maria Lacerda de Moura. “Os verdadeiros fins da Federação Internacional Feminina”. **Correio Paulistano**, São Paulo, 17 de dezembro de 1921, p. 7.

Federação Internacional Feminina. Instituto Histórico Benjamin Constant, conferência. **Correio Paulistano**, 28 de fevereiro de 1922, p. 7.

Conferência. Sociedade Espiritualista e Filosófica de São Paulo Maria Lacerda de Moura “A mulher brasileira e a questão social”. **Correio Paulistano**, São Paulo, 19 de março de 1922, p. 3.

S. Espiritualista e filosofica de São Paulo. Conferência Maria Lacerda de Moura. 3ª conferência. **Correio Paulistano**, São Paulo, 25 de março de 1922, p.7.

Federação Internacional Feminina. **Correio Paulistano**, 27 de agosto de 1922, p. 4.

Congresso Americano da Criança. “Educação Laica” – D. Maria Lacerda de Moura. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro. 31 de agosto de 1922, p. 5.

3º Congresso Americano da Criança. D. Maria Lacerda de Moura. Fiscalização da prostituição no Brasil em favor da infância. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1922, p. 6.

“União dos trabalhadores gráficos”. Conferência de Maria Lacerda de Moura sobre o tema: “A fraternidade e a escola”. **Correio Paulistano**, São Paulo, 17 de setembro de 1922, p. 5.

Escola Noturna “Nascimento Silva”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro. 21 de setembro de 1922, p.7.

O caso da Federação Internacional Feminina. **O Combate**, São Paulo, 06 de outubro de 1922, p.1.

Pelas Letras. A mulher e a maçonaria. **A Gazeta**, São Paulo, 06 de dezembro de 1922.

“Renascença”. **Jornal de Theatro & Sport**, Rio de Janeiro, 17 de março de 1923, p. 4

“Renascença”. **Correio Paulistano**, São Paulo, 30 de junho de 1923, p. 5.

‘Renascença’. **Jornal de Theatro & Sport**, Rio de Janeiro, 1º de novembro de 1924, p. 4.

Livros Novos. “A mulher é uma degenerada”. D. Maria Lacerda de Moura. **Correio Paulistano**, São Paulo, 11 de novembro de 1924.

Lições de pedagogia. Maria Lacerda de Moura. **Jornal de Theatro & Sport**, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1925, p. 12.

Lições de pedagogia. Maria Lacerda de Moura (Crítica Completa). **Jornal de Theatro & Sport**, Rio de Janeiro, 06 de junho de 1925, p. 7.

Lições de pedagogia. Maria Lacerda de Moura. **Correio Paulistano**, São Paulo, 09 de abril de 1925, p. 5.

Ecos das últimas eleições municipais e presidencial (Leolinda Daltro em campanha). **O Malho**, Rio de Janeiro, 20 de abril de 1926, p. 33.

Conferência, em Rosário de uma escritora brasileira. **A Gazeta**, São Paulo, 17 de junho de 1929, p. 10.

Escola Orsina da Fonseca. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 19 de maio de 1929, p. 7.

Livros Novos. Júlio R. Barcos – “Liberdade sexual das mulheres” – Tradução e prefácio de Maria Lacerda de Moura. **A Gazeta**, São Paulo, 25 de fevereiro de 1930, p. 4.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 04 de julho de 1930, p. 5.

Uma visita à Escola Orsina da Fonseca. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 13 de março de 1931. p. 1.

Escola Orsina da Fonseca. **Careta**, Rio de Janeiro, 21 de março de 1931, p. 4.

Quem foi a precursora do feminismo no Brasil. **A Batalha**, Rio de Janeiro, 02 de abril de 1931, p. 1.

A Democracia Marcha. **Diário Nacional**, São Paulo, 30 de junho de 1931, p. 1.

Evocando os primeiros surtos do feminismo (4ª Edição). **A Noite**, Rio de Janeiro, 03 agosto de 1934, p. 1.

O Malho, Rio de Janeiro, 09 de maio de 1935, p.121.

Diário Carioca, 06 de agosto de 1937, p. 13.

DOCUMENTOS OFICIAIS E LEGISLATIVOS:

BRASIL. **Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia**, 1879, p. 42.

BRASIL. **Diário Oficial da União (DOU)**. 17 de dezembro de 1910.

BRASIL. **Diário Oficial da União (DOU)**, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1919.

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. **Livro de matrícula de sócias da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**, 1922-1927.

LUTZ, Bertha Maria Júlia. Parecer n. 22/1921. Sessão 14, **Annaes do Senado**, I, maio 1921.

LUTZ, Bertha Maria Júlia. Relatório detalhado do ensino doméstico nos Estados Unidos da América. **Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio**, 1922.

LUTZ, Bertha Maria Júlia. Medidas propostas para organização de um serviço de extensão de conhecimentos de Economia Doméstica. **Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio**, 1922.

LUTZ, Bertha Maria Júlia. Diretrizes para o estabelecimento de escolas de Ensino Médio de Economia Doméstica. **Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio**, 1923.

LUTZ, Bertha Maria Júlia. **13 princípios básicos**: sugestões ao anteprojeto da Constituição, 1933.

Requerimento com dados biográficos e cópia do **ofício 383**, 7 de maio de 1924 (Arquivo Nacional, COACE-DIADI, caixa 11).

BRASIL, **Relatório dos trabalhos do Conselheiro Interino do Governo da Bahia**, 1823-1889.

CORRESPONDÊNCIA:

Carta Datilografada de Bertha Lutz a Harriet Chalmers Adams, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1919 (Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino - Arquivo Nacional (RJ)).

Carta Manuscrita de Maria Lacerda de Moura a Bertha Lutz, São Paulo, SP, 21 de outubro de 1920 (Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Arquivo Nacional (RJ)).

Carta Datilografada de Ms. Harriet Chalmers Adams a Bertha Lutz, Stockton, California, EUA, 06 de novembro de 1920. (Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Arquivo Nacional (RJ)).

Carta Manuscrita de Maria Lacerda Dias Moura a Fabio Luz. Barbacena, 18 de novembro de 1920 (Fundo Fabio Luz – Arquivo Nacional (RJ)).

Carta manuscrita de Myrthes de Campos para Bertha Luz, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1922.

Carta Manuscrita de Mariana Coelho a Bertha Lutz, Curitiba, 23 de março de 1924 (Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (RJ)).

Carta Manuscrita de Mariana Coelho a Bertha Lutz, Curitiba, 17 de novembro de 1924 (Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (RJ)).

Carta Manuscrita de Mariana Coelho a Bertha Lutz, Curitiba, 28 de janeiro de 1925 (Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (RJ)).

Carta Manuscrita de Mariana Coelho a Bertha Lutz, Curitiba, 19 de março de 1925 (Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (RJ)).

Carta Manuscrita de Mariana Coelho a Bertha Lutz, Curitiba, 15 de setembro de 1925 (Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (RJ)).

Carta Datilografada de Bertha Lutz a Mariana Coelho. Rio de Janeiro, RJ, 10 de novembro de 1925 (Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino - Arquivo Nacional (RJ)).

Carta Manuscrita de Amazile Floripes a Bertha Lutz. Brasil, 12 de novembro de 1932 (Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (RJ)).

Carta Manuscrita de Maria Lacerda de Moura a Émille Armand, Guararema, 12 de dezembro de 1932 (Arquivo Miriam Lifchitz Moreira Leite, CEDEM (SP)).

DOCUMENTOS JURÍDICOS COM AUTORIA:

CAMPOS, Myrthes Gomes de. Código Eleitoral, voto feminino e direito da família. **Arquivo Judiciário**, Rio de Janeiro, v. 12, mar. 1933.

CAMPOS, Myrthes Gomes de. O voto feminino: a propósito da decisão da Junta de Recursos Eleitorais do Estado do Rio de Janeiro. **Arquivo Judiciário**, Rio de Janeiro, v. 9, abr. 1929.

CAMPOS, Myrthes Gomes de. O voto feminino e os fundamentos de uma sentença. **Arquivo Judiciário**, Rio de Janeiro, v. 10, jan. 1929.

CAMPOS, Myrthes Gomes de. Os advogados brasileiros e a advocacia feminina. **Arquivo Judiciário**, Rio de Janeiro, v. 12, fascículo 2, 1937.

OUTROS DOCUMENTOS CONSULTADOS:

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), Atas das reuniões da diretoria.

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), Livro de matrícula de sócias da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1922-1927.

Acervos on line:

<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> . Acessado pela última vez em janeiro de 2019 (1889-1939).

http://143.107.154.240:1701/primo_library/libweb/action/search.do?fn=search&ct=search&initialSearch=true&mode=Basic&tab=usp_fisico&indx=1&dum=true&sr_t=title&vid=USP&frbg=&tb=t&vl%28freeText0%29=catechese&scp.scps=scope%3A%28USP_FISICO%29. Acessado pela última vez em fevereiro de 2019.

<https://bibliotheques-specialisees.paris.fr/>. Acessado pela última vez em dezembro de 2018.

<https://aumenuducanard.wordpress.com/2013/10/05/une-revolutionnaire/>. Acessado pela última vez em novembro de 2018.

ACERVOS CONSULTADOS:

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (RIO DE JANEIRO)

ARQUIVO MIRIAM LIFCHITZ MOREIRA LEITE, CEDEM (SÃO PAULO)

ARQUIVO NACIONAL (RIO DE JANEIRO)

Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

Seção Administração: Entidades Filiadas; Série Correspondências de 1918-1940; Série Voto Feminino; Série Eventos.

Seção Bertha Lutz: Pessoal; Atividades Profissionais; Produção Intelectual.

MUSEU NACIONAL (RIO DE JANEIRO)

Fundo Bertha Lutz; Documentos Particulares, assunto: Lutz, Bertha Maria Julia.

BIBLIOTECA NACIONAL (RIO DE JANEIRO)

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

Instituto de Estudos Brasileiros

Obra de Leolinda Daltro: **Da catechese dos índios**. Notícias e documentos para a História.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Emília Vieira de. **Professora Leolinda Daltro: uma proposta de catequese laica para os indígenas do Brasil (1895-1911)**. 101 f. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC SP, 2003.

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso: 19/12/2018.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras: porque educar meninas e mulheres?** São Paulo: Editores Associados, 2007.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo, Editora UNESP, 1998.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres na educação: missão, vocação ou destino? A feminização do magistério ao longo do século XX**. In: SAVIANI, Demerval. **O legado educacional do século XX, no Brasil**. Campinas, Autores Associados, 2006.

ALVES, Branca Moreira. **Em busca da nossa história: o movimento pelo voto feminino no Brasil – 1919/1932, fatos e ideologia**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

ALBAGMANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ANJOS, Tiane Melo dos. **A escola normal e a feminilização do magistério primário na Bahia entre 1842 e 1889**. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade). Salvador, Universidade do Estado da Bahia, 2018.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. 2º ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

ARAÚJO, Silvete Crippa Aparecida. **A mulher entre a casa e a rua: Educação e trabalho feminino nos periódicos da Federação Espírita Do Paraná (FEP), primeira metade do Século XX**. 220 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

ARAÚJO, Sílvia e CARDOSO Alcina. **Jornalismo e Militância operária**. Curitiba: Ed. UFPR, 1992.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes médicas, 1990.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e o sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 27, p. 213-254. 2006.

BAGGIO, Kátia G. “Os intelectuais brasileiros e o Pan-americanismo: A Revista Americana (1909-1919)”. Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC, 2000. Disponível em: http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/katia_baggio_0.pdf. Último acesso em: 10 de maio de 2017.

BAPTISTA, Marisa e COELHO Leila Machado. A história da inserção pública da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **Psicologia política**. v. 9. n. 17. P. 85-99. Jan-jul. 2009.

BARD, Christine. (Dir.) **Un siècle d’antiféminisme**, Fayard: Paris, França, 1999.

BARD, Christine; CHAPERON Sylvie (dirs.). **Dictionnaire des feminists**. France XVIII-XXI Siècle, Paris: Presses Universitaires, 2017.

BARRY, Carolina. (Comp.). **Sufragio femenino. Prácticas y debates políticos, religiosos y culturales en Argentina y América**. Caseros: Eduntref, 2011.

BASTOS, Elide Rugal e RÊGO, Walkíria D. Leão. **Intelectuais e política: A moralidade do compromisso**. Campinas: Olho d’água. 1999.

BECERRA, Marina. All you need is love. Ciudadanía, gênero y educación en los debates del primer socialismo argentino. **Cadernos Pagu**. Jul-dez de 2006. p. 373-400.

BENCHIMOL, Jaime. et al. Bertha Luz e a construção da memória de Adolpho Lutz. **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 203-250, jan-abr. 2003.

BENJAMIN, Walter. **A Modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. (Obras escolhidas v.I). São Paulo: Brasiliense, 2012.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: A aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BIROLI, Flávia.; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BLOCH, R. Howard. **Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: UNESP, 1997a.

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e Liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997b.

BOMENY, H. **Constelação Capanema**: intelectuais e política/ Helena Bomeny (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001.

BONACCHI, Gabriela e GROPPI, Angela. (Orgs.) **O dilema da cidadania: direito e deveres das mulheres**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BONATO, Nilda Marinho da Costa. **A escola Profissional para o Sexo Feminino através de imagens fotográficas**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2003.

BONATO, Nilda Marinho da Costa. O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: Uma fonte múltipla para a história da educação das mulheres. **Revista Acervo**. 18, dez. 2011. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/177>>. Acesso em: 19 Ago. 2014.

BORELLI, Andrea e MATOS, Izilda Matos. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi PEDRO, Joana Maria (Orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. Morte na República: **Os Últimos Anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915)**. Rio de Janeiro: IHGB/Livre Expressão, 2004.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **A Batalha Eleitoral de 1910**: Imprensa e Cultura Política a Primeira República. Rio de Janeiro: Apicuri/FAPERJ, 2011.

BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.) **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes de um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Agenda brasileira**: Temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BOTELHO, Denilson. **A pátria que quisera ter era um mito**: O Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 2002.

BOTTING, Elleen Hunt; HOUSER, Sarah L. (2006) "Drawing the Line of Equality": Hannah Mather Crocker on Women's Rights. **The American Political Science Review**. 100 (2) p. 78-265.

BOTTONE, Willian O. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1996.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. v. 62-63, jun., p. 69-72, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre (coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis, Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da Arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BUENO, Alexandra Padilha. **Educação e Participação Política: a visão de formação feminina de Mariana Coelho (1893-1940)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BUENO, Alexandra Padilha. La columna "chronica da moda" de Mariana Coelho: Educación y emancipación femenina en discusión

(Curitiba/Paraná/Brasil - 1901). **Revista del CESLA**. International Latin American Studies Review, (21), 2018: 127-144.

BUITONI, Dulcilia S. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática. 1990.

CALLADO, Ana Arruda. **Darcy a outra face de Vargas**. Rio de Janeiro: Batel, 2011.

CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAPELATO, Maria Helena. **O movimento de 1932: A causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: O imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual. In: CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: Escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. A dívida republicana. In: **A escola e a República e outros ensaios**. São Paulo, Brasiliense. 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Historiografia da educação e fontes. **Cadernos ANPEd**, Porto Alegre, n.5, 1993.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. **A configuração da historiografia educacional brasileira. Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

CARVALHO, Marta Maria Chagas; NUNES, Clarice. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CASTRO, Zília Osório de; ESTEVES, João – **Dicionário no feminino: séculos XIX-XX**. Lisboa: Horizonte, 2005, p. 20.

CIAVATTA, M. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica - Rio de Janeiro, 1900-1930**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CHASTEEN, John Charles. **América Latina: Uma história de sangue e fogo.** Rio de Janeiro, Campus, 2001.

CODATO, Alexandre e PERISSINOTTO, Renato. **Como estudar elites?** Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711-2001).** São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

COLLING, Ana Maria; Tedeschi, Losandro Antônio (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero.** Dourados, MS: Editora Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

CORDEIRO, Andréa Bezerra. **Luz e caminho aos pequenos: os primeiros congressos americanos da criança e a pan-americanização dos saberes sobre a infância (1906 a 1922), 379 f.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

CORRÊA, Mariza. **Os índios do Brasil elegante e a professora Leolinda Daltro.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 9, n. 18, p. 43-65, 1989.

CORRÊA, Mariza. **Três heroínas do romance antropológico brasileiro.** Primeira versão. IFCH/UNICAMP, São Paulo, n. 22, p. 1-37, 1990.

CORRÊA, Mariza. **Os índios do Brasil elegante & a professora Leolinda Daltro.** In: CORRÊA, Mariza. *Antropólogos & antropologia.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 107-139.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro, Campus, 1989.

CUNHA DOS SANTOS, Paulete Maria. **Leolinda Daltro, A caminhante do futuro: uma análise de sua trajetória de catequista a feminista (Rio de Janeiro/Goiás – 1896-1920).** 168 f. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo (RS), 2014.

DAL FARRA, Maria Lúcia. Cecília Meireles: imagens femininas. **Cadernos Pagu.** Jul/Dez de 2006. P. 333-371.

DAVIS, Natalie Zemon. **“Women's History” in transition: the European case,** 3, *Feminist Studies*, 1975.

DAVIS, Natalie Zemon. **Nas margens: três mulheres no século XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DAVIS, Natalie Zemon. Entrevista a Maria Lucia Pallares-Burke in: **As muitas faces da história: nove entrevistas**. São Paulo UNESP, 2000.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Rio de Janeiro, Boitempo Editorial, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Rio de Janeiro, Boitempo Editorial, 2017.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Rio de Janeiro, Boitempo Editorial, 2018.

DE DECCA, Edgar Salvador. **1930: O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher: amor, sexo, casamento e trabalho em mais de 200 anos de história**. São Paulo: Planeta, 2012.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina. (Orgs). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 39-53.

DIAS, Carlos Alberto Ugaretti. **Verbetes sobre Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda**. In: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MIRANDA,%20Rodolfo.pdf>

D'INCAO Maria Angela. Mulher e família burguesa. In: Del Priore, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

ECO, Umberto. **História da beleza**, Algés, Portugal: Difel, 2005.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. **Vidas de Romance**. As mulheres e o exercício de ler e escrever no entre séculos (1890—1930). Top books: Rio de Janeiro, 2005.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, A. L. e LUCA de, T. R. (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

EVERDELL, William Everdell. **Os primeiros modernos**: As origens do pensamento do século XX. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro (1925-2003). São Paulo: Globo, 2012.

FARGE, Arlette. La história de las mujeres. Cultura y poder de las mujeres: ensayo de historiografía. *Historia Social*, nº 9. In: LUNA. Lola G. **Historia, Genero y Política**. Barcelona, Promociones y Publicaciones Universitarias, S. A, 1994.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A história da educação e os desafios das novas fontes: reflexões sobre uma trajetória de pesquisa. *História da Educação. ASPHE/FaEDUFPel*, Pelotas (2): 111-125, set. 1997.

FERNANDES, Ana Helena Cobra. O feminino nas crônicas de Lima Barreto – RJ, 1905/1922. In: Encontro Regional de História, 17. O lugar da história, set. 2004, Campinas. **Anais**. Campinas: Anpuh/SP. Em Cd-rom. 2004.

FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do mito**: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: Eduff: Mauad, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em Busca da Idade do Ouro**: As elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. Lima Barreto e as ruínas do imaginário. **Nuevo Mundo – Mundos Nuevos**. Paris, v6, p. 2936-2945. 2006.

FLETCHER, Lea. (Comp.) **Mujeres y Cultura en la Argentina del siglo XIX**. Buenos Aires: Feminaria, 1994.

FLORES, Maria Bernardes Ramos. (2005). O pensamento antifeminista. A querela dos sexos. **Faces de Eva**, 14, pp. 51-74.

FRAISE, Geneviève. **Muse de la raison**. La démocratie exclusive et la différence des sexes, Aix-em-Provence, Ed. Alinéa, coll. “Femmes et Révolution”, 1989.

FRANCO, Jean. **Plotting women: Gender and representation in Mexico**. New York: Columbia University Press, 1989.

FRANCO, Stella Maris Scatena. **Peregrinas de outrora**: viajantes latino-americanas no século XIX. Santa Cruz do Sul: Edunisc; Florianópolis: Editora Mulheres: 2008.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa Oswaldo Cruz, Fiocruz, 2006.

FREIRE, Maria Martha de Luna.; COSATI, Letícia Conde Moraes. Gênero e filantropia as damas de assistência a infância do IPAI – RJ (1899-1930). **Gênero**. Nitéroí. V. 15. n. 2. p. 29-16, 2015.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Educação, trabalho e ação política sergipanas no início do século XX**. Tese (doutorado). Universidade de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, São Paulo, 2003.

GALLO, Sílvio. Francisco Ferrer Guardia: o mártir da Escola Moderna. **Proposições** [online]. 2013, vol.24, n.2, p. 241-251. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072013000200015&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1980-6248. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072013000200015>.

GARCIA, Marco Aurélio. Contribuições para uma história da esquerda brasileira. In: ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. MORAES, Reginaldo; (Org.). **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GARCIA, Suzana V. Ni solas, ni resignadas: la paricipacion feminina en las atividades científico-academicas de la Argentina en los inicios del siglo XX. **Cadernos Pagu**, jul-dez de 2006, p. 133-172.

GAY, Peter. **A Experiência Burguesa**: da Rainha Vitória a Freud. III - O Cultivo do Ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força**: História da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, 1989.

GIDDENS, Anthony. Introdução. In: GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade** Tradução Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GIL, Natália; CRUZ e ZICA, Mateus da; Faria Filho, Luciano Mendes de. **Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil** - séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

GOMES, A. dos S. Correspondências pessoas como fontes de reconhecimento da história de indivíduos e das organizações negras. **Revista Fato e Versões**, n. 3., v. 2. p. 21-40.

GOMES, Ângela Maria de Castro. et al. **Regionalismo e centralização política: Partidos e Constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Boris (Org.). **História da civilização brasileira**. São Paulo, Dife, 1981. Tomo III: O Brasil Republicano, v. 3: Sociedade e política (1930-1964), 1986.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GUALTIERI, Regina Cândida Elleno. **Evolucionismo no Brasil: ciência e educação nos museus (1870-1915)**. São Paulo Ed. Livraria Física, 2008.

GUIMARÃES, Paula Cristina David. **Maria Lacerda de Moura e o “Estudo científico da criança patricia” em Minas Gerais (1908-1925)**. 253 f. Tese de Doutorado (Educação). UFMG – Faculdade de Educação, 2016.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal e FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Myrthes Gomes De Campos (1875-?): Pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina. **Gênero**: Niterói, v. 9, n. 2, p. 135-151, 1. sem. 2009, p. 135-151.

GRIGÓRIO, Patrícia Costa. **A professora Leolinda Daltro e os missionários: disputas pela catequese indígena em goiás (1896-1910)**. 217 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro Editora Civilização Brasileira, 1984.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 14ª edição. Porto Alegre: L&PM, 1996.

GUZMÁN PEREZ, Moisés. et. al. **Mujeres insurgentes**. México D. F.: Siglo XXI, 2010.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Editora: Unesp, 2014.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Tradução de Eliane Lisboa; apresentação de Joana Maria Pedro. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2003.

HAHNER, June E. **Women in latin american history**: their lives and views. Los Angeles: UCLA Latin American Center Publications, 1976.

HERSCHMANN Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A invenção do Brasil Moderno**: Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismos** (desde 1780). São Paulo: Paz e Terra, 1990.

HOBBSBAWN, Eric. **Ecos de Marselha**: dois séculos revêem a Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBBSBAWN, Eric.; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos impérios** (1874-1914). São Paulo: Paz e Terra, 2012a.

HOBBSBAWN, Eric. **Pessoas Extraordinárias**: resistência, rebelião e jazz. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012b.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise et all. **Dicionário Crítico do feminismo**. São Paulo, Editora UNESP, 2009.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KAPELLI, Anne-Marie. Cenas Feministas. In: Duby. George e Perrot, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 4: O século XIX. Edições Afrontamentos: Porto, 1991.

KARAWAJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar**: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (1850-1932). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande Sul. Porto Alegre: Rio Grande do Sul, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **As grandes festas didáticas**: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: Moderno, modernista e modernização. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (Orgs.) **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

LANGUARDIA, Angela e LOUSADA, Isabel. Maria Lacerda de Moura e Ana de Castro Osório: correspondência em trânsitos atlânticos e feminista. **Navegações**. V. 6, n. 1, p. 99-104, jan-jun, 2013.

LAVRÍN, Assunción. **Mujeres, feminismo y cambio social en Argentina, Chile y Uruguay (1890-1940)**. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2005.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1948.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP: 1994.

LEITE, José Roberto Teixeira. **Dicionário crítico da pintura no Brasil**. Rio de Janeiro. Artilivro, 1988.

LEITE, Miriam Moreira. **Outra face do feminismo**: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

LEITE, Miriam Moreira. Mulheres viajantes no século XIX. In: **Cadernos Pagu**, n.15, p. 129-143, 2000

LEONIDIO, Adalmir. Saint-simonismo e positivismo no movimento operário no Brasil. Mediações – **Revista de Ciências Sociais**. Londrina: v. 10, n. 1, p. 165-184, jan-jun, 2005.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

LINS, Vera; OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Monica Pimenta. **O moderno em revistas**. Representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LIPPI, Lucia Oliveira. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LIPPI, Lúcia Oliveira. **Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA**. Belo Horizonte: Ed. UFMF, 2000.

LÔBO, Yolanda Lima. Cecília Benevides de Carvalho Meireles. In: FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. **Dicionário de Educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais** (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

LÔBO, Yolanda Lima. Bertha Lutz. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

LOPES, Maria Margaret. 'Aventureiras' nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 10, p. 345-368, 1998.

LOPES, Maria Margaret; SOUZA, Lia Gomes Pinto de.; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira. A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências a exemplaridade de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, p. 97-109. 2. Sem. 2004.

LOPES, Maria Margaret. Vencer barreiras, até quando? Aspectos da trajetória científico-política de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). In: Santos, Lucy Woellner et al. (Org.) **Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento**. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, p. 203-233, 2006a.

LOPES, Maria Margaret. Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. **Cadernos Pagu**. Campinas, v. 27, p. 35-61. 2006b.

LOPES, Maria Margaret. Bertha Lutz e a importância das relações de gênero, da educação e do público nas instituições museais. **Musas – Revista brasileira de museus e museologia**. Rio de Janeiro, n. 2, p. 41-47. Maio 2007.

LOPES, Maria Margaret. **Proeminência na mídia, reputação em ciências: a construção de uma feminista paradigmática e cientista normal no Museu Nacional do Rio de Janeiro**. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.73-95, jun. 2008.

LOPES, Heloisa S.; OLIVEIRA, S. J. de. Os Lutz na visão dos contemporâneos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro' v. 10, n. 1, p. 430. Jan-abr., 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: Del Priore, M. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

MACHADO JUNIOR, Claudio S. **Fotografias e códigos culturais: representações da sociabilidade carioca pelas imagens da revista Careta**. 1. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

MALUF Marina e MOTT Maria Lucia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau. **A história da vida privada no Brasil**. Vol. 3 República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARQUES, Maria Gabriela Mota. **Cabelos à Joãozinho**. A “Garçonne” em Portugal, nos anos 20. Lisboa, Portugal: Editora: Livros Horizonte, 2007.

MARQUES, Maria Gabriela Mota. **Demônios Aperfeiçoados**. O Antifeminismo na imprensa portuguesa (1885-1914). Coimbra: [s.n.] 2013. Tese de doutoramento.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932. **Gênero**, Niterói, v. 4, n. 2, p. 149-169, 1 sem. 2004

MARTING, Diane (Org.). **Escritoras de hispanoamérica: uma guia bibliográfica**. México: Siglo XXI, 1990.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MELO, Hildete Pereira de; CASEMIRO, Maria Carolina Pereira. A ciência no feminino: uma análise da Academia Brasileira de Medicina e da Academia Brasileira de Ciência. **Ver**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 117-133. Set-dez. 2003.

MÉNDEZ-RODENAS, Adriana. Mujer, nación, y otredad en Gertrudis Gómez de Avellaneda. In: **Cuba en su imagen: historia e identidad en la literatura cubana**. Madrid: Editora Verbum, 2002.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIRANDA, Jussara Valéria de. “Recuso-me”: Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura. 118 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência.** Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

MOTTA, Romilda Costa. **Práticas políticas e representações de si.** Os escritos autobiográficos da mexicana Antonieta Rivas Mercado e da brasileira Patrícia Galvão (Pagu). Tese (Doutorado em História), DH/FFLCH/USP, 2015.

MOTT, Maria Lucia. Maria Renotte, uma médica em São Paulo no início do século. **Médecis**, ano 2, n. 7, nov./dez. 2000.

MOTT, Maria Lucia. Gênero, medicina e filantropia: Maria Renotte e as mulheres na construção da nação. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 24, p. 41-67. 2005.

MONTEIRO, Beatriz Moreira. Da prisão cor-de-rosa aos arquivos: fontes documentais sobre a mulher no arquivo Nacional. **Acervo**. Revista do Acervo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 9, n. 1-2, p. 203-224, jan./dez. 1996.

MORAES, Maria Augusto Sant'anna. **História de uma oligarquia: os Bulhões.** Goiânia: Oriente, 1974.

MUZART, Zahidé Lupinacci. & BRANDÃO, Izabel (orgs). **Refazendo nós. Ensaios sobre mulher e literatura**, Ed. Mulheres, 2003.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república.** São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. **As máscaras da totalidade totalitária** (memória e produção sociais). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

NETO, Gonçalves Wenceslau. A secularização da sociedade brasileira: tensões e conflitos em Minas Gerais nos primórdios da República. In: CARVALHO, Carlos Henrique; NETO, Gonçalves Wenceslau (Org.) **Estado, Igreja e educação: o mundo ibero-americano nos séculos XIX e XX.** Campinas: Alínea, 2010.

NICOLAS, Maria. **Vultos paranaenses** (2º Vol.). Curitiba: (s.e.), 1974.

NYE, Andréa. **Teoria feminista e as filosofias do homem.** Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1995.

NOBRE, Ana Lucia. **Carmem Portinho: O Moderno em construção.** Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1999.

NÓVOA, Antônio. **A imprensa de educação e ensino**. Educação em Revista. São Paulo: Escrituras, 1997, p.11-33.

NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau. **A história da vida privada no Brasil**. Vol. 3 República da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NUNES, Clarice. Dilemas da modernidade latino-americana: autoria feminina e discurso pedagógico. In: **Culturas escolares, saberes e práticas educativas itinerários históricos**. BENCOSTTA, Marcus Levy (org.) São Paulo: Cortez, 2007.

OFFEN, Karen. **European feminisms. 1700-1950**. A Political history, Stanford, Estados Unidos da América: Standford University Press, 2000.

OLIVEIRA, Americo Lopes de e VIANA, Mário Gonçalves. **Dicionário Mundial de Mulheres Notáveis**. Porto Alegre: Lello e Irmão Editores, 1967.

OLSEN, Frances. El sexo del derecho. Traducción de Mariela Santoro y Christian Courtis. IN: RUIZ, A. (Comp.). **Identidad femenina y discurso jurídico**. Buenos Aires: Biblos, 2000. p. 25- 43.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. **Educar-se para educar**. O projeto pedagógico do Monsenhor Álvaro Negromonte dirigido a professoras e famílias através de impressos (1936-1964). 360f. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

PADILHA, Márcia. **A cidade como espetáculo**: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20. São Paulo: Annablume, 2001.

PALACÍN, Luis. **Coronelismo no extremo norte**: o padre João e as três revoluções de Boa Vista. Goiânia: Ed. UFG, São Paulo: Loyola, 1990.

PALACÍN, Luis. **Estudos sobre o poder em Goiás**, 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e da Terra) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2010.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22. p. 270-283. Jan/jun. 2011.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle & DUBY, George. (orgs.) **História das Mulheres: o século XX**. Lisboa: Afrontamento, 1991.

PERROT, Michelle & DUBY, George. (orgs.). **As Mulheres e a História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, Edusc, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade do século XIX**. Editora Hucitec – São Paulo. 1997

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Nós e Os Outros: As Exposições Universais e o Imaginário Europeu sobre a América. In: Bessoni, Tania Maria Tavares; Queiroz, Tereza A. P. de (Orgs.). **América Latina: Imagens, Imaginação e Imaginário**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1997 (p. 557-67).

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial na primeira República. In: FAUSTO, Bóris. **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Difel. v.2, t.3, cap.4, 1977.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

POCOCK, John G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

POTTHAST, Barbara. **Madres, operárias, amantes...** Protagonismo feminino em la história de América Latina. Madrid: Iberoamericana, 2010.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. (Orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PRADO, Natalia Martinez. La emergencia del feminismo en la Argentina: un análisis de las tramas discursivas a comienzos del siglo XX. In: **Revista de Estudos Feministas**, no. 23, jan-abril 2015.

QUÉTEL, Claude. **As mulheres na Guerra**. (v. 1. 1939-1945). São Paulo Larousse, 2009.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? **Educar em revista**. Curitiba, n.18, p. 13-28, jul/dez, 2001.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil, 1890-1930)**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAMOS, Maria Bernardete. O Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzira Bittencourt. **Estudos Feministas**, v.10, n.1, p.11-37, 2002.

RICH, Adrienne. On lies, **Secrets and Silence**, 1979.

RICHTER, Liane Peters. **Emancipação Feminina e moral libertária: Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura**. Dissertação (Mestrado). Unicamp, Campinas, 1998.

ROCHA, Eliane Pereira. **Entre a pena e a espada - A trajetória de Leolinda Daltro: 1859-1935** – Patriotismo, indigenismo e feminismo. 335 f. Tese (Doutorado em História). FFLCH-USP, 2002.

ROCHA NETO, Manoel Pereira da. **Jornal das Moças (1926-1932): educadoras em manchete**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal 2002.

ROCHEFORT, Florence (1998). L'Antiféminisme: un nouveau champ de recherche. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, 57, Janvier-Mars, pp. 146-147.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e educação de mulheres. PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (Orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

ROSS, Silvia de. **Sífilis, o mal de todos**: tema médico-científico nacional, discussões e práticas educativas no paraná na primeira metade do século XX. 255 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.

SANGLARD, Gisele Porto. **Entre os salões e o laboratório**: filantropia, mecenato e práticas científicas – Rio de Janeiro, 1920-1940. 279 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e Saúde). Casa Fundação Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

SCHPUN, Mônica Raisa. De canhão a cartola: meandros de um itinerário emblemático (Carlota Pereira de Queiroz, 1892-1982). In: SCHPUN, Mônica Raisa. (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo. p. 203-235. 2004.

SCHUMAHER, Schuma, BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto**: Triste Visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: S.O.S Corpo, 1991.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo Brasiliense, 1983.

SILVA, Ivanilson Bezerra da. **A figura de Horace Lane**: lutas de representações e a formação da rede de escolas americanas no Brasil (1885-1912). 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2015.

SILVA, Helenice Rodrigues. **Fragmentos da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

SILVA, Helenice Rodrigues. História Intelectual em questão. In: Lopes, Marcos Antonio (org.) **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 15-25.

SILVA, Ricardo. O Contextualismo Linguístico na História o Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. **DADOS–Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.53, n.2, 2010, p.299-335.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil e influência no Serviço Social. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995. p. 62-83.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. **Profissão artista**: Pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras. São Paulo: Edusp, 2008.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. in: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

SIRINELLI, Jean-François.. **Abrir a história**: novos olhares sobre o século XX francês. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SIRINELLI, Jean-François. Entrevista com Jean-François Sirinelli. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 8, n. 1, jan-jul, 2015.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do liberalismo**. São Paulo: UNESP, 1999.

SMART, Annie. **Citoyennes**: Women and the ideal of citizenship in Eighteenth-Century France. Maryland: University of Delaware Press, 2011.

SOARES, Ana Lucia Timm. **Inventando gênero**: feminismo, imprensa e performatividades sociais na Rio Grande dos “anos loucos” (1919 a 1932). 167 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1998.

SOIHET, Rachel. **Bertha Lutz e a ascensão social da mulher**, 1919-1937. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1974.

SOIHET, Rachel. (1998). La première vague du féminisme brésilien de la fin du XIX e siècle aux années trente. In Femmes, dots et patrimoines, **CLIO**, Histoire, femmes et sociétés, 7.

SOIHET, Rachel. Sutileza, ironia e zombaria: instrumentos do descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. **Saúde, Sexo e Educação**, Rio de Janeiro, p. 24-34, 2001.

SOIHET, Rachel. Transgredindo e conservando, mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz Labrys, **Estudos Feministas**, Brasília, n.1-2, s.p. jul-dez. 2002.

SOIHET, Rachel. Em avanços, as rupturas. In: RIAL C. S. M.; TONELI, M. J. F. (Org.). **Genealogias do silêncio**: feminismo e gênero. Florianópolis: Ed. Mulheres. p. 159-169. 2004.

SOIHET, Rachel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. In: **Revista Brasileira de História**, v.27 n. 54, p. 281-300, 2007.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. PINSKY, C. PEDRO, J. M. (Orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

SOMBRIO, Maria Moraes de Oliveira. **Traços da participação feminina na institucionalização de práticas científicas no Brasil**: Bertha Lutz e o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, 1939-1951. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas. 2007.

SOUZA, Lia Gomes Pinto de; SOMBRIO, Maria Moraes de Oliveira. LOPES, Maria Margareth. Para ler Bertha Lutz. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 24, p. 315-325. 2005.

SOUZA, Lia Gomes Pinto de. **Educação e profissionalização de mulheres**. Trajetória científica e feminista de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1919-1937). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Autor, texto e contexto: a história intelectual e o 'contextualismo lingüístico' na perspectiva de Quentin Skinner. Rio de Janeiro, **Fenix - Revista de História e Estudos Culturais**, v.5, n. 4, Out/Dez. 2008. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br>.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia Política**, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

SZURMUK, Monica. **Miradas cruzadas**. Narrativas de viaje de mujeres en Argentina 1850-1930. México: Instituto Mora, 2007.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio; PYKOSZ, Lausane Corrêa. A higiene como tempo e lugar da educação do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do estado do Paraná. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.1, pp.135-158, Jan/Jun 2009.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: Del Priore, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

THÉBAUD, Françoise. A Grande Guerra: o triunfo da divisão sexual. In: DUBY, Georges, PERROT, Michelle (Org.). **História das Mulheres no Ocidente: o século XX**. Porto: Afrontamento, 1995, p. 31-94.

TORRES, Maria Inés de. **¿La nación tiene cara de mujer?** Mujeres y nación en el imaginario letrado del Uruguay del siglo XIX. Bernal, Universidad Nacional de Quilmes, 2013.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?: iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Do salão à oficina: a educação feminina para o espaço público. In: **Revista da SBPH**, v. 8, p. 61-73, 1993.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes e Marias: mulheres de Curitiba na 1ª República**. Fundação Cultural: Curitiba, 1996.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Espaço urbano e cidadania feminina no Paraná da virada do século. **História Questões e Debates**, v. 16, n. 30, p.57-81, 2000.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Entre o esquadro e o compasso: a maçonaria em Curitiba (1900-1930). In: **Revista da SBPH**, V. 23, P. 101-107, 2003.

VASCONCELOS, Eliane. Lima Barreto: Misógino ou feminista? Uma leitura de suas crônicas. In: CÂNDIDO, Antônio (org). **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, Rio de Janeiro.

VEIGA, Cynthia Greive. História Política e História da Educação. In: VEIGA, Cynthia Greive e FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **História e historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica: 2003 (p. 13-48).

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: **500 anos de educação no Brasil**., por Eliane LOPES, Luciano de. FARIA FILHO e VEIGA, Cynthia (orgs.), 399-421. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VEZZANI, Nunes Iriana. **Jornal Quinze de Novembro: forças educativas entre espaços de experiências e horizontes de expectativas (Curitiba, 1889-1890)**. 333 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

VICENTE, Ana. Antifeminismo. In Antonio Marujo, José Eduardo Franco (Coord.). **Dança dos demónios**. Intolerância em Portugal (431-483). Lisboa, Portugal, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2009.

VICENTE, Ana. As mulheres do Brasil vistas por duas feministas portuguesas. In: **Mujer, Cultura y Sociedad en América Latina**, I, (301-314). Pau, França: Université de Pau et des Pays de l'Adour, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves & ASCOLANI, Adrián. **Reformas Educativas no Brasil e na Argentina**: Ensaios de história comparada na educação. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, Carlos Eduardo. O Movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e ideias educativas de Erasmo Pilotto. **Educar**, 2001, n. 18, p. 53-73.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Conhecimento histórico e arte política no pensamento de Antonio Gramsci. In: FARIA FILHO, L. M. de. (Org.) **Pensadores sociais e história da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 63-86.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. 1. Ed. Editora da Universidade Federal do Paraná, 2007. v. 1.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelectuais e o discurso da modernidade na I Conferência Nacional de Educação (Curitiba-1927). In: Bencostta, Marcos Levy. (Org.), **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2007, v. 1, p. 379-400.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a História Intelectual. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, p. 63-85, 2008.

VIEIRA, Carlos Eduardo; TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. Thompson e Gramsci: história, política e processos de formação. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 31, p. 519-637, 2010.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelectuais e Educação. **Pensar a Educação em Revista**, v. 1, p. 1-23, 2015.

VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

VOSNE, Ana Paula Martins. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

WAGNER, Tamara. **Antifeminism and the Victorian novel: rereading nineteenth-century women writers**, New York, Estados Unidos da America: Cambria Press, 2009.

WARDE, Miriam J. Americanismo e educação: um ensaio no espelho. São Paulo: **Perspectiva**, vol14, Apr/June 2000.

ANEXOS

LAVAGEM DE ROUPAS



D. Leolinda Daltro ensinando a Sepeá, índia guarany

Para Deputados

Major Dr Alexandre José Barbosa Lima
Major Dr Alexandre José Barbosa Lima
Tenente Coronel Dr João de Figueiredo Rocha
Dr José Candido de Albuquerque Mello Mattos

O Eleitor

Kuroki Toyokuni

30-1-906

Pr 5

Maus
Baptista de Sá
Dr. Álvaro Campino
Baptista Duarte Moreira
Yallio José de Fontes





Djalma Uacumupté (da tribo Xerente)

Leolinda Daltro

J. Caund
10/11/1905
Da catechese

dos
indios no Brasil

(Noticias e documentos para a Historia)

1896—1911



1930

Typ. da Escola Orsina da Fonseca

Rua General Camargo, 387

RIO DE JANEIRO

BRASIL

APÊNDICE: Quadro Geral de Intelectuais

INTELECTUAL	CIDADE E ANO DE NASCIMENTO E MORTE	ORIGEM FAMILIAR	FORMAÇÃO	ESTADO CIVIL	ATUAÇÃO NA CENA PÚBLICA	
Leolinda Daltro	* Nagé (BA) – 1859 † Rio de Janeiro (RJ) - 1935	Mãe: Maria Alexandrina de Jesus Pai: Capitão Antônio de Figueiredo (militar)	Ensino Primário: Collegio Sagrado Coração de Maria Escola Normal: (Internato - Instituição pública)	1º Casamento: Gustavo Pereira de Figueiredo (negociante) 2º Casamento: Othan de Castilho Daltro (militar) Separou-se do segundo marido em 1900	1894 – 1935 Professora Cathedratice Primária. 1909 – Cria a Junta Feminil Pró-Hermes da Fonseca. 1911 – Proprietária diretora e professora da Escola Profissional Orsina da Fonseca e proprietária da gráfica que funcionava no mesmo prédio. 1916 – Funda o Partido Republicano Feminino. 1917 – Candidata a Intendente Municipal do Rio de Janeiro	1902 – 1916 – 1918 – 1920 - Da catech
María Lacerda de Moura	* Manhuaçu (MG) – 1887 † Rio de Janeiro (RJ) - 1945	Mãe: Amélia da Araújo de Lacerda Pai: Modesto Araújo de Lacerda (Advogado/tabelião/ Orador da maçonaria de Barbacena (MG)/ Vereador de Manhuaçu pelo Partido Conservador (MG) 1889)	Ensino Primário: Externato de Freiras do Asilo de Órfãos da Igreja do Sagrado Coração de Jesus e Maria, de Barbacena (MG) Escola Normal de Barbacena (MG)	Casada: Carlos Ferreira de Moura (profissão não encontrada) Separou-se na década de 1920	1908 – Responsável pelas cadeiras de Pedagogia e Higiene da Escola Normal de Barbacena (MG) 1908 – Diretora da Escola Normal de Barbacena (MG) 1912 – Organizou a construção da Vila Dom Viçoso em Barbacena (MG) 1912 – Criou o Lactário de Barbacena (MG) 1915 – Criou e dirigiu a Liga Barbacenenense de Combate ao Analfabetismo (LBCA) em Minas Gerais 1919 – Participa, junto à Bertha Lutz da criação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM) 1921 – Diretora da Federação Internacional Feminina (SP) 1924 - Apresentou tese sobre A Educação Laica e outra sobre A Educação Feminina no 3º Congresso Americano da Criança (RJ)	1918 – Em torno 1918 1922 - Fraternid 1923 – A mulhe (S.D.) A mulher 1924 – A mulhe 1925 – L 1925 – Lições de 1926 – Religião 1928 – Han Hyb 1929 - Autobiogr 1929 – 1931 - Civilizaçã 1932 - Amai e nã 1933 - 1934 - Clero e Fa 1934 - Ferrer, o C 1936 – S.D. – Discu S.D. - S.D. – O proble S.D. – S.D. – O pro 1940 – Portugué 1944 – Silêncio

Bertha Maria Julia Lutz

* São Paulo (SP) - 1894
† Rio de Janeiro (RJ) - 1976

Mãe (inglesa): Amy Fowler (enfermeira)
Pai: Adolfo Lutz (cientista e pioneiro na medicina tropical)

Ensino Primário: Externato Madame Ivancko (SP)

Ensino Secundário: Cours Bouchut (Paris) em paralelo estudou música na Schola Cantorum. Obteve o Baccalauréat ès Sciences-Langue Externas do Cours Secondaire du XI Arrondissement à Paris Département de Seine o que lhe facilitou o ingresso nas Faculdades de Ciências da Universidade de Paris.

Ensino Superior (1918): Licenciada em Sciences (Ciências Naturais) em Paris, Sorbonne, em anfíbios anuros.
(1933): Bacharel em Direito, no Rio de Janeiro, pela Faculdade do Rio de Janeiro

Solteira

1918 – Tradutora no Instituto Oswaldo Cruz (junto com o pai)
1918 – Participa da Legião da Mulher Brasileira
1919 – Secretário no Museu Nacional (cargo público por concurso)
1919 – Participa junto à Maria Lacerda de Moura da criação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher
1919 – Delegada oficial do Brasil no Conselho Internacional na OIT
1922 – Delegada oficial do Brasil no Congresso Pan-Americano de Baltimore
1922 – Funda juntamente com Stella Durval, Jerônima de Mesquita e outras mulheres da elite fluminense a Sociedade Brasileira pelo Progresso Feminino (FPBF)
1922 – Presidiu o Primeiro Congresso Feminista da FBFP no Brasil
1923 – Apresentou uma tese sobre a abertura do Colégio Dom Pedro II para o ensino misto no Congresso de Ensino Superior e Secundário
1923 – Participou do Congresso de Agricultura, defendeu e aprovou uma tese sobre a importância da criação de uma Escola de Economia Doméstica Nacional
1924 – Assinou a ata de fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE)
1925 – Presidiu a 1ª Assembleia da Associação Interamericana de Mulheres, em Washington (DC)
1927 – Participou como convidada da comemoração do centenário da American Philosophical Society
1927 – Participa de intensa campanha pela aprovação do Voto Feminino em Natal, Rio Grande do Norte, juntamente com Orminda Bastos
1929 – Representante brasileira no Congresso da International Alliance of Women for Suffrage and Equal Citizenship em Berlim
1929 – Participa, juntamente com Carmen Portinho da fundação da União Universitária Feminina
1930 – Recebe o Prêmio Carnegie Endowment for International Peace
1931 - Viaja para os EUA para conhecer a experiência de Museus com função educativa (foi bolsista da Carnegie Corporation)
1932 - Presidiu o 2º Congresso Internacional Feminista da FBPF (RJ)
1932 - Participa da Comissão da Anteprojeto da Constituinte apresentando os "13 princípios básicos - Sugestões ao Anteprojeto da Constituição
1933 - Representante oficial do governo brasileiro da VII Conferência Internacional Americana (Montevideu) (Bureau Internacional do Trabalho da Sociedade das Nações)
1933 - Participa da criação do Departamento Feminino de Trabalho
1933 - Candidata eleita como suplente pelo Partido Autonomista para a

1919 - Índice dos
1921 - Parecer na
1922 - From a M
1922 - Woman's
1922 - Relatório
Comércio
1923 - Medidas
(1923). Ministéri
1923 - Diretrizes
Agricultura, Indú
1923 - Estudos s
apresentada à Es
1923 - Discurso
1925 - Pelo prog
1926 - Nationalit
1926 - The flora
American Philos
1926 - Estudos s
1932 - Wild life
Americano de H
1933 - A nacia
apresentadaà Fac
S.D. - Apontame
1933 - O papel e
1933 - 13 princíp
1937 - Projecto n
1937 - O trabalh
1939 - LUTZ, A
South-Eastern Br
1939 - LUTZ, A
1939 - LUTZ, A
vomereine teeth o
Brasileira de Ciê
1943 - Observati
1944 - Biologia e
1944 - The Hatch
1944 - Observaç
de Janeiro, Bolet
Nova Série, Zool

					<p>1945 – Recebe o título de doutor <i>Honoris Causa</i>, do Mills College da Califórnia</p> <p>1950 – Apresenta diversos relatórios como delegada na Pan-American Union Interamerican Comission of Woman</p> <p>1951 – Laureada de Mulher das Américas na União de Mulheres Americanas</p> <p>1952 – Na Inglaterra estuda como bolsista anfíbios anuros brasileiros do British Museum, com bolsa do British Council for Cultural Relation</p> <p>1956 – Apresentou e aprovou projeto de pesquisa de publicação e conservação das coleções de Adolpho Lutz ao CNPq</p> <p>1953-1957 - Vice-presidente da Comissão Interamericana de Mulheres</p> <p>1954 - Delegada do Brasil na X Conferência Interamericana na Comissão Interamericana de Mulheres.</p> <p>1954 - Delegada titular do governo do Brasil na Comissão Interamericana de Mulheres da Organização dos Estados Americanos</p> <p>1964 – Consegue junto ao governo brasileiro reconhecimento do que considera de utilidade pública os trabalhos realizados pela FBPF</p> <p>1968 - Recebeu o título de cidadã honorária do Estado do Texas (EUA)</p> <p>1969 - Eleita membro correspondente da Senckenbergische Naturforschende Gesellschaft e do Natur-Museum Senckenberg, em Frankfurt, Alemanha.</p> <p>1969 - Recebe o título de professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro</p> <p>1970 - XV Assembleia da Comissão Interamericana de Mulheres, realizada em Bogotá e propôs um seminário sobre a condição da mulher indígena</p> <p>1971 – Recebe o título de cidadã carioca</p> <p>1972 - Em San Cristobal de Las Casas, no México, o Seminário sobre Problemas da Mulher Indígena</p>	<p>1955 - A Botânica</p> <p>1958 - Anfíbios</p> <p>1960 - The clay</p> <p>1960 - Fighting a</p> <p>1960 - Noção de</p> <p>1961 - Maiting o</p> <p>1962 - Criação d</p> <p>1963- New speci</p> <p>1963 - A New Tr</p> <p>1966 - Pithecopu</p> <p>1966 - Taxonom</p> <p>1967 - Fauna anu</p> <p>1969 - Adaptaçõ</p> <p>1971 - Lutziana.</p> <p>1973 - <i>Brazilian</i></p> <p>1975 - <i>Messenger</i></p> <p>S.D. - Summary</p>
<p>Jerônima Mesquista</p>	<p>* Leopoldina (MG) – 1880</p> <p>† Rio de Janeiro (RJ) - 1972</p>	<p>Mãe: Maria José Villas Boas de Siqueira Mesquita (Baronesa do Bonfim)</p> <p>Pai: José Jerônimo de Mesquita (Barão do Bonfim)</p>	<p>Ensino Elementar: Tutores</p> <p>Ensino Secundário: França (sem referência de instituição) *</p> <p>*Embora não tenha realizado formação oficial neste sentido, atuou como</p>	<p>Casada: Casou-se com um primo por imposição da família. Separou-se logo em seguida.</p>	<p>1914 – Atuou na Cruz Vermelha de Paris e da Suíça durante a I Guerra Mundial</p> <p>1918 – Participou em conjunto com Stella Durval da fundação da Associação Filantrópica “Damas da Cruz Verde”</p> <p>1918 – A frente da associação “Damas da Cruz Verde” prestou socorro às vítimas da Gripe Espanhola</p> <p>1919 – Em conjunto com Stella Durval organizou e fundou a Pró-Matre</p> <p>1920 – Funda a Federação das Bandeirantes</p> <p>1922 – Participa da fundação da Federação Brasileira pelo Progresso</p>	<p>1918 - Estatutos</p>